



SENADO FEDERAL

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017**

ABRIL/2018

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017**

Lista de siglas

Siglas pertencentes ao Senado Federal

ATC – Ato da Comissão Diretora do Senado Federal
CD – Comissão Diretora do SF
COAPAR – Coordenação de Apoio aos Parlamentares
CONTAB – Coordenação de Contabilidade/SAFIN
DCN – Diário do Congresso Nacional
DGER – Diretoria Geral
DGERADC – Diretoria Geral Adjunta de Contratações
DGERADG – Diretoria Geral Adjunta de Gestão
EGOV- Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica
ERGON – Sistema de Informações da Secretaria de Gestão de Pessoas
FUNSEN – Fundo Especial do Senado Federal
ILB – Instituto Legislativo Brasileiro
INTERLEGIS – Rede de Integração e Participação Legislativa
NGCONT – Núcleo de Gestão de Contratos
PRODASEN - Secretaria de Tecnologia da Informação
SADCON – Secretaria de Administração de Contratações
SAFIN – Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade
SCISF – Secretaria de Controle Interno (=OCI no SF)
SECOM - Secretaria de Comunicação Social
SEGRAF – Secretaria de Editoração e Publicações
SEGP – Secretaria de Gestão de Pessoas
SF – Senado Federal
SGM – Secretaria Geral da Mesa
SIGA BRASIL – Sistema de Informações sobre Orçamento Público
SIGAD - Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos do Senado Federal
SPATR – Secretaria de Patrimônio

Demais siglas

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA – Plano Plurianual
SECEX – Secretaria de Controle Externo/TCU
SEFIP – Secretaria de Fiscalização de Pessoal /TCU
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGPLAN – Sistemas de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais da Administração Pública Federal
SISAC – Sistema de Registro e Avaliação de Atos de Admissão e Concessão
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora Executora
UO – Unidade Orçamentária
OCI – Órgão de Controle Interno (= SCISF no Senado)
UJ – Unidade Jurisdicionada

Figura 1 – Organograma do Senado Federal	15
Figura 2 – Macroprocessos Finalísticos do Senado Federal	17
Figura 3 - Sistema de gestão de frequência e pedido de autorização do trabalho extraordinário.....	138
Figura 4 - Dados de distribuição de aposentados no Painel de administração	139
Figura 5 - Dados de distribuição de pessoal por afastamento no Painel de administração	140
Figura 6 – Quantitativo de servidores.....	185
Figura 7 – Ligações telefônicas	230
Figura 8– Manifestações classificadas por mês.....	231
Figura 9 – Manifestações classificadas por assunto	231
Figura 10 – Manifestações classificadas pelo tipo de abordagem.....	232
Figura 11 - Posts que obtiveram maior destaque considerando o alcance	242
Figura 12 - Posts que obtiveram maior destaque considerando a reação	243
Gráfico 1 - Servidores por faixa etária e vínculo.....	127
Gráfico 2 - Servidores por gênero	128
Gráfico 3 - Servidores por raça/cor	129
Gráfico 4 - Servidores por faixa etária e tempo de serviço	130
Gráfico 5 - Servidores por escolaridade	131
Gráfico 6 - Servidores por vínculo	132
Gráfico 7 – Distribuição dos pedidos	238
Gráfico 8 – Alcance mensal dos posts do perfil Senado Federal em 2017	241
Gráfico 9 – Crescimento mensal de seguidores do perfil <i>Senado Federal</i> em 2017....	241
Gráfico 10 - Tipo de manifestação dos visitantes sobre o Programa Visite o Congresso em 2017	251
Gráfico 11 - Avaliação dos visitantes sobre o Programa Visite o Congresso em 2017	252
Quadro 1- Diretrizes Estratégicas do Senado Federal	21
Quadro 2 - Aceleração da conversão digital da TV Senado	74
Quadro 3 - Ampliação das funcionalidades do E-cidadania.....	76
Quadro 4 - Aprimoramento da capacitação gerencial	77
Quadro 5 - Aprimoramento do processo de avaliação de impacto legislativo e de desempenho das políticas públicas	78
Quadro 6 - Centralização do atendimento das demandas de mudança nos ambientes de trabalho	80
Quadro 7 - Estruturação da gestão da estratégia corporativa	81
Quadro 8 - Gestão do conhecimento	83
Quadro 9 - Integração da informação legislativa entre Câmara e Senado.....	85
Quadro 10 - Modernização dos plenários do Senado Federal	86
Quadro 11 - Modernização dos sistemas legislativos.....	90

Quadro 12 - Modernização e humanização do acesso de pessoas e veículos ao Senado Federal	91
Quadro 13 - – Reestruturação da estratégia de canais de comunicação social	92
Quadro 14 - – Remodelagem e automação de Recursos Humanos	96
Quadro 15 - Revisão do processo de tratamento da documentação histórica e administrativa	97
Quadro 16 - Indicadores de estrutura do quadro de pessoal	101
Quadro 17 - Taxa de composição da força de trabalho segundo a escolaridade	101
Quadro 18 - Taxa de composição da força de trabalho segundo gênero e raça	101
Quadro 19 - Taxa de composição da força de trabalho segundo lotação e exercício ...	101
Quadro 20 - Taxa de servidores cedidos pelo Senado e para o Senado	102
Quadro 21 - Taxa de provimento e vacância por cargo	102
Quadro 22 - Tempo médio desde a autorização para reposição até o efetivo provimento de servidores efetivos	103
Quadro 23 - Tempo médio da solicitação de nomeação até o provimento de servidores comissionados.....	103
Quadro 24 - Tempo médio anual de treinamento dos servidores por vínculo.....	104
Quadro 25 - Tempo médio anual de treinamento dos servidores em cargos gerenciais	104
Quadro 26 - Percentual de servidores capacitados/ano	104
Quadro 27 - Taxa de conclusão de servidores matriculados em eventos de capacitação	105
Quadro 28 - Taxa de reação dos servidores treinados	105
Quadro 29 - Taxa de impacto dos treinamentos	105
Quadro 30 - Relação de candidatos-vaga dos programas de pós-graduação ofertados	105
Quadro 31 - Remuneração média por cargo e especialidade.....	106
Quadro 32 - Taxa de absenteísmo	106
Quadro 33 - Índice de rotatividade de pessoal por cargo e especialidade.....	106
Quadro 34 - Número médio de dias de afastamento por licença médica por cargo e especialidade.....	107
Quadro 35 - Índice de clima organizacional.....	107
Quadro 36 - Taxa de afastamentos decorrentes de doenças laborais, global e por cargo e especialidade.....	107
Quadro 37 - Taxa de afastamentos decorrentes de doenças crônicas	108
Quadro 38 - Percentual de aposentadorias precoces decorrentes de doenças laborais, global e por cargo e especialidade	108
Quadro 39 - Percentual de aposentadorias precoces decorrentes de doenças crônicas	108
Quadro 40 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de horas-extras	109
Quadro 41 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio transporte	109
Quadro 42 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio alimentação	110
Quadro 43 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio pré-escolar	110
Quadro 44- Cessão de espaços físicos e imóveis e órgãos e entidades públicas ou privadas	156
Quadro 45– Projetos estratégicos	196
Quadro 46 - Principais sistemas de informações.....	205
Quadro 47 - Gestão dos resíduos orgânicos	212
Quadro 48 - Gestão dos resíduos de papel	213
Quadro 49 - Gestão dos resíduos de madeira	213

Quadro 50 - Gestão dos resíduos metálicos.....	213
Quadro 51 - Gestão dos resíduos da construção civil.....	214
Quadro 52 - Gestão dos resíduos não recicláveis ou com restrições para reciclagem .	214
Quadro 53 - Gestão dos resíduos perigosos.....	215
Quadro 54 - Categoria Econômica da Receita.....	221
Quadro 55 - Ação Orçamentária.....	223
Quadro 56 – Registros de audiências públicas, ciclos de debates e participação em sabatinas	233
Quadro 57 – Solicitação baseadas na LAI.....	234
Quadro 58 – Pautas para o Programa Espaço Ouvidoria.....	235
Quadro 59 – Pedidos por assunto	238
Quadro 60 – Desempenho do perfil Senado Federal em 2017	241
Quadro 61 - Desempenho do perfil Senado Federal em 2017.....	247
Quadro 62 – Média mensal de pesquisa espontânea de satisfação	253
Quadro 63 – Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 1.....	274
Quadro 64 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 2	275
Quadro 65 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 3	276
Quadro 66 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 4	277
Quadro 67 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 5	278
Quadro 68 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 6	279
Quadro 69 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 7	280
Quadro 70 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 8	282
Quadro 71 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 9	283
Quadro 72 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 10	285
Quadro 73 – Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 11.....	287
Quadro 74 – Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 12.....	289
Quadro 75 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 13	291
Quadro 76 – Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 14.....	293
Quadro 77 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 15	295
Quadro 78 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 16	297
Quadro 79 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 17	299
Quadro 80 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 18	301
Quadro 81 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 19	303
Quadro 82 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 20	305
Quadro 83 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 21	307
Quadro 84 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 22	309
Quadro 85 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 23	311
Quadro 86 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 24	312
Quadro 87 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 25	313
Quadro 88 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 26	314
Quadro 89 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 27	317
Quadro 90 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 28	318
Quadro 91 – Monitoramento das recomendações	320
Tabela 1 – Dotação final do Senado Federal	33
Tabela 2 – Demonstrativo do Senado Federal.....	35

Tabela 3 - Distribuição por GND dos créditos disponibilizados ao Senado Federal	36
Tabela 4 - Programações alocadas no orçamento do Senado Federal	39
Tabela 5- Despesas de custeio discricionário e investimento empenhadas e liquidadas	47
Tabela 6 - Plano orçamentário com contribuições a organismos internacionais ou entidades nacionais	51
Tabela 7 - Destaques orçamentários recebidos.....	52
Tabela 8 - Destaques orçamentários concedidos	53
Tabela 9 - Restos a pagar de exercícios anteriores	55
Tabela 10 - Despesas por modalidade de contratação	58
Tabela 11 - Despesas por grupo e elemento de despesa.....	63
Tabela 12 - Concessão de suprimentos de fundos	69
Tabela 13 - Utilização de suprimentos de fundos	69
Tabela 14 - Classificação dos gastos com suprimentos de fundos no exercício de referência	70
Tabela 15 - Processos concluídos	118
Tabela 16 – Força de Trabalho da UPC	125
Tabela 17 - Distribuição da lotação efetiva	132
Tabela 18 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	133
Tabela 19 - Demonstrativo de despesas com pessoal.....	136
Tabela 20 - Números Agregados das Contratações no Exercício (2013 a 2017)	143
Tabela 21 - Pagamento de estagiários na série histórica de 2014 a 2017	147
Tabela 22 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União	150
Tabela 23 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da ug (020001).....	150
Tabela 24 - Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas	155
Tabela 25 - Discriminação de imóveis funcionais da união sob responsabilidade do senado federal.....	155
Tabela 26 - Informações sobre imóveis locados de terceiros	182
Tabela 27 – Capacitações realizadas	183
Tabela 28 – Vínculo dos servidores	184
Tabela 29 - Publicações de maior repercussão no perfil Senado Federal considerando os temas de alto impacto institucional para o Senado.....	244
Tabela 30 - Publicações de maior repercussão no perfil <i>Senado Federal</i> considerando a prestação de serviços ao cidadão	246
Tabela 31 - Tweets de maior destaque no primeiro semestre.....	248
Tabela 32 - Notícias mais acessadas no site <i>Senado Notícias</i> por meio de links publicados no perfil Senado federal, no Facebook e Twitter	249
Tabela 33 - Propostas mais acessadas do portal e-Cidadania por meio de links publicados perfil Senado Federal, no Facebook e Twitter.....	249
Tabela 34 - Quantidade de participantes do Programa Visite o Congresso em 2017 ..	250
Tabela 35 – Processos concluídos	321

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	11
2. VISÃO GERAL	14
2.1 Finalidade e Competências	14
2.2 Organograma	15
2.3 Macroprocessos Finalísticos	16
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	20
3.1 Planejamento Organizacional e resultados	20
3.1.1 <i>Descrição sintética dos objetivos do exercício</i>	20
3.1.2 <i>Estágio de implementação do planejamento estratégico</i>	31
3.1.3 <i>Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos</i>	32
3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	32
3.3 Desempenho orçamentário	33
3.3.1 <i>Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade</i>	38
3.3.2 <i>Fatores intervenientes no desempenho orçamentário</i>	54
3.3.3 <i>Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento</i>	54
3.3.4 <i>Restos a pagar de exercícios anteriores</i>	55
3.3.5 <i>Informações sobre a execução das despesas</i>	58
3.3.6 <i>Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal</i>	69
3.4 Desempenho Operacional	73
3.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	100
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	111
4.1 Descrição das Estruturas de Governança	111
4.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna	114
4.3 Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos no ano de 2017	118
4.4 Gestão de riscos e controles internos	123
5. ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	125
5.1 Gestão de pessoas	125
5.1.1 <i>Estrutura de pessoal da unidade</i>	125
5.1.2 <i>Demonstrativo das despesas com pessoal</i>	136
5.1.3 <i>Gestão de riscos relacionados ao pessoal</i>	137

5.1.4	<i>Contratação de pessoal de apoio e de estagiários</i>	142
5.1.5	<i>Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais</i>	147
5.2	Gestão de Patrimônio e Infraestrutura	147
5.2.1	<i>Gestão da frota de veículos</i>	147
5.2.2	<i>Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições</i>	149
5.2.3	<i>Gestão do Patrimônio Imobiliário da União</i>	150
5.2.4	<i>Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas</i>	155
5.2.5	<i>Informações sobre imóveis locados de terceiros</i>	182
6.	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	183
6.1.	Principais sistemas de informações	197
6.2	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	208
7.	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	211
7.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	211
8.	GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS	221
8.1	Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade	221
9.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	224
9.1	Canais de acesso ao cidadão	224
9.2	Carta de serviços ao cidadão	236
9.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	252
9.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	253
9.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	254
10.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	256
10.1	Desempenho financeiro no exercício	256
10.2	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	256
10.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	257
10.4	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas .	257
11.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	274
11.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	274

11.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	320
11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	321
11.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993.....	325
11.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	326

1. APRESENTAÇÃO

Depois de período de grave crise e de incertezas políticas, o ano de 2017 veio anunciar, ainda que de forma lenta, a recuperação econômica do Brasil. Nesse cenário, coube como nunca aos entes públicos adequarem-se à realidade austera. No Senado, graças a ações que se sucedem e avançam há mais de quatro anos, o desafio foi manter o rumo, uma vez que as grandes economias já vinham sendo regra, e não exceção. A seguir, alguns dos destaques que o leitor irá conhecer em números neste relatório de gestão.

Assim como a bem-sucedida consolidação das contas do Senado Federal em 2017 tivemos outros marcos importantes na gestão como a definição das diretrizes estratégicas para o biênio 2017/2018, por meio do Ato da Comissão Diretora nº 2 de 2017. A partir daí um conjunto de ações foi desenhado com base na revisão do portfólio de projetos estratégicos da Casa, consolidada por ato conjunto da Diretoria-Geral e da Secretaria Geral da Mesa (ACJ nº 1/2017). O anúncio desse planejamento e das subsequentes ações que estão a balizar a gestão no biênio foi feito pelo presidente do Senado em março de 2017. Na oportunidade, Eunício Oliveira frisou a orientação para um trabalho conjunto da Casa no sentido de qualificar o atendimento, a relação com a sociedade e a prestação de serviços, além, é claro, da atividade fim, a legislativa. Isso tudo mantendo, como mais uma vez acentuou, o princípio da eficiência com economia.

Entre os desafios postos pelas diretrizes estratégicas do biênio está a capacitação do quadro de colaboradores. E o Senado alcançou novo patamar nessa área, com a remodelação do sistema de desenvolvimento do quadro funcional, o Programa de Formação Gerencial (PFG). O PFG, lançado em 2015, tornou-se mais eficiente e prático a partir de 2017, o Programa é formado por um ciclo básico destinado a ocupantes de FC-2 e FC-3, com duração de três meses e modelo de sala de aula invertida, em que o aluno recebe antecipadamente o conteúdo a ser dado em sala, com foco em situações reais. E para ocupantes de FC-4, também houve inovação, com a

concepção do Programa Trilhas do Desenvolvimento, em que uma capacitação customizada coloca gestores frente a frente com desafios do cotidiano funcional.

Seguindo o rumo adotado há quase meia década, o Senado Federal pode anunciar mais economias em áreas sensíveis, como a de energia, seguidas de campanhas de conscientização e mudança de hábitos entre os colaboradores. Após medidas de ajustes em todas as saídas de água da Casa, com a implantação de redutores de pressão nas torneiras e fechamento de pontos, e de uma completa revisão dos canos para prevenir vazamentos, além de outras medidas, o Senado conseguiu chegar a uma economia de 23% no consumo de água, em comparação com o ano anterior. Se acrescentarmos a esse dado a economia já feita em anos anteriores, trata-se de uma pequena revolução. Para se ter uma ideia, de 2013 até 2015 o Senado já havia economizado 327 milhões de litros de água, comparando-se com o consumo registrado em 2012.

Outras iniciativas de gestão, também catalogadas nas próximas páginas, refletem as grandes melhorias feitas pelo Senado em 2017. É o caso do Programa de Sistematização de Contratações, iniciado em 2013 e que em 2017 teve a entrega dos módulos de Controle e Automatização da Gestão e Acionamento de Ata de Registro de Preços (ARP) e o de Gestão de Aquisições. O primeiro módulo automatiza o processo para o gestor acionar uma ARP assinada pelo Senado. O segundo cuida da tramitação automática e priorização dos processos de contratação. O resultado é o aumento do controle e a redução de custo das contratações.

O diálogo do Senado Federal com outros órgãos públicos se acentua a cada ano e em 2017 recebeu dezenas de visitas, bem como realizou tantas outras com o objetivo de compartilhar experiências bem-sucedidas na Administração Pública. Particularmente com a Câmara dos Deputados, a parceria resultante de ato conjunto das secretarias gerais da Mesa das duas Casas rendeu em 2017 os primeiros produtos de TI e soluções legislativas conjuntas. O primeiro passo foi o lançamento do novo Portal do Congresso Nacional, que, entre outras novidades, oferece ao internauta uma pesquisa fácil e completa sobre medidas provisórias, com linha do tempo e detalhes da tramitação nas duas Casas. O novo produto já refletiu aumento de 165% no número de

acessos ao Portal em comparação com o ano de 2016. Essa abertura de diálogo também se viu presente internamente com a criação de um fórum, via intranet, sobre Gestão e Fiscalização de Contratos, canal facilitador de diálogo entre gestores e fiscais.

Essas e outras conquistas de gestão são detalhadas nas próximas páginas e servem de lume para os avanços que diariamente são planejados e executados pelo Senado Federal.

Boa leitura.

2. VISÃO GERAL

2.1 Finalidade e Competências

O Senado Federal possui funções constitucionais que são compartilhadas com a Câmara dos Deputados, como a legislativa, a fiscalizadora, a investigativa e a de representação política. Outras são de sua exclusiva competência, como as descritas no Art. 52 da Constituição Federal:

- Processar e julgar: Presidente da República, Vice-Presidente, Ministros do Supremo Tribunal Federal, Membros do Conselho de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, Procurador-Geral da República, Advogado-Geral da União e, nos crimes conexos ao Presidente e Vice, Ministros de Estado, Comandantes das Forças Armadas;
- Escolher: Ministros do Tribunal de Contas indicados pelo Presidente da República, Presidente e Diretores do Banco Central do Brasil, Procurador-Geral da República, Chefes de Missão Diplomática e outros cargos que a lei determinar;
- Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;
- Fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Suspender, no todo ou em parte, a execução de lei declarada inconstitucional pelo STF;
- Aprovar a exoneração, de ofício, do procurador-geral da República antes do término do seu mandato;
- Elaborar seu regimento interno e dispor sobre sua organização e funcionamento;
- Eleger componentes do Conselho da República.

2.2 Organograma

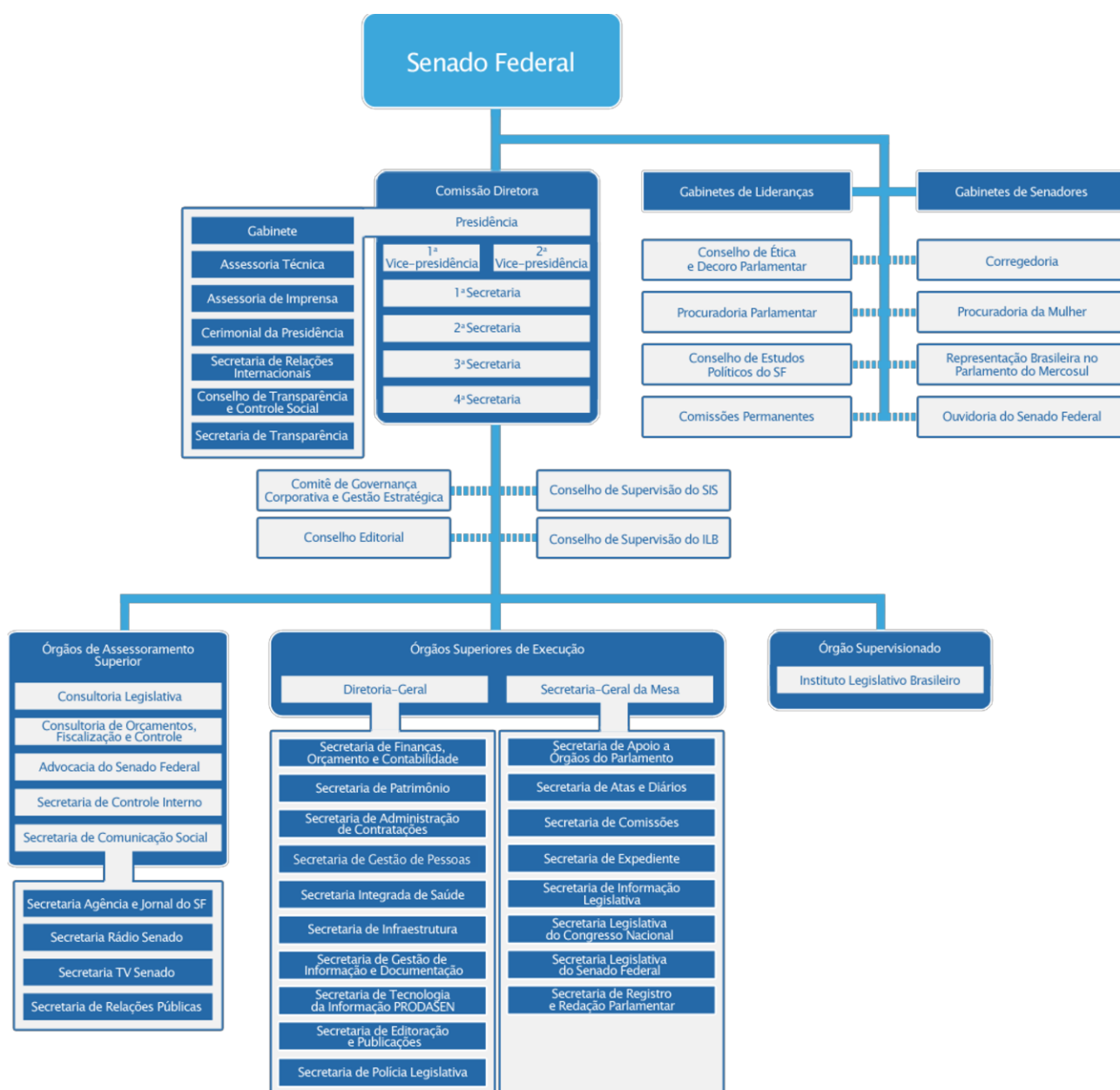


Figura 1 – Organograma do Senado Federal

2.3 Macroprocessos Finalísticos

A identificação e o mapeamento dos macroprocessos organizacionais constituem-se base fundamental para a análise e o diagnóstico da estrutura formal de uma instituição. Sua importância assenta-se no diagnóstico do grau de congruência entre os processos existentes e seu arcabouço de suporte, permitindo maior alinhamento entre ambos e, conseqüentemente, maior efetividade dos objetivos estratégicos pretendidos.

No que tange ao Senado Federal, foram identificados três grandes blocos de processos: Gestão Institucional, Finalístico e de Suporte. Os processos finalísticos são aqueles que impactam diretamente os beneficiários externos: no caso do Senado Federal, a sociedade, os estados federados e os cidadãos. Os processos de suporte são aqueles que sustentam os processos finalísticos, fornecendo apoio de recursos financeiros, humanos, materiais e tecnológicos, entre outros. Já os processos de gestão institucional são aqueles necessários para coordenar, controlar e dotar de direcionamento os processos finalísticos e de suporte, além de representar a interface da instituição com elementos de seu ambiente externo.

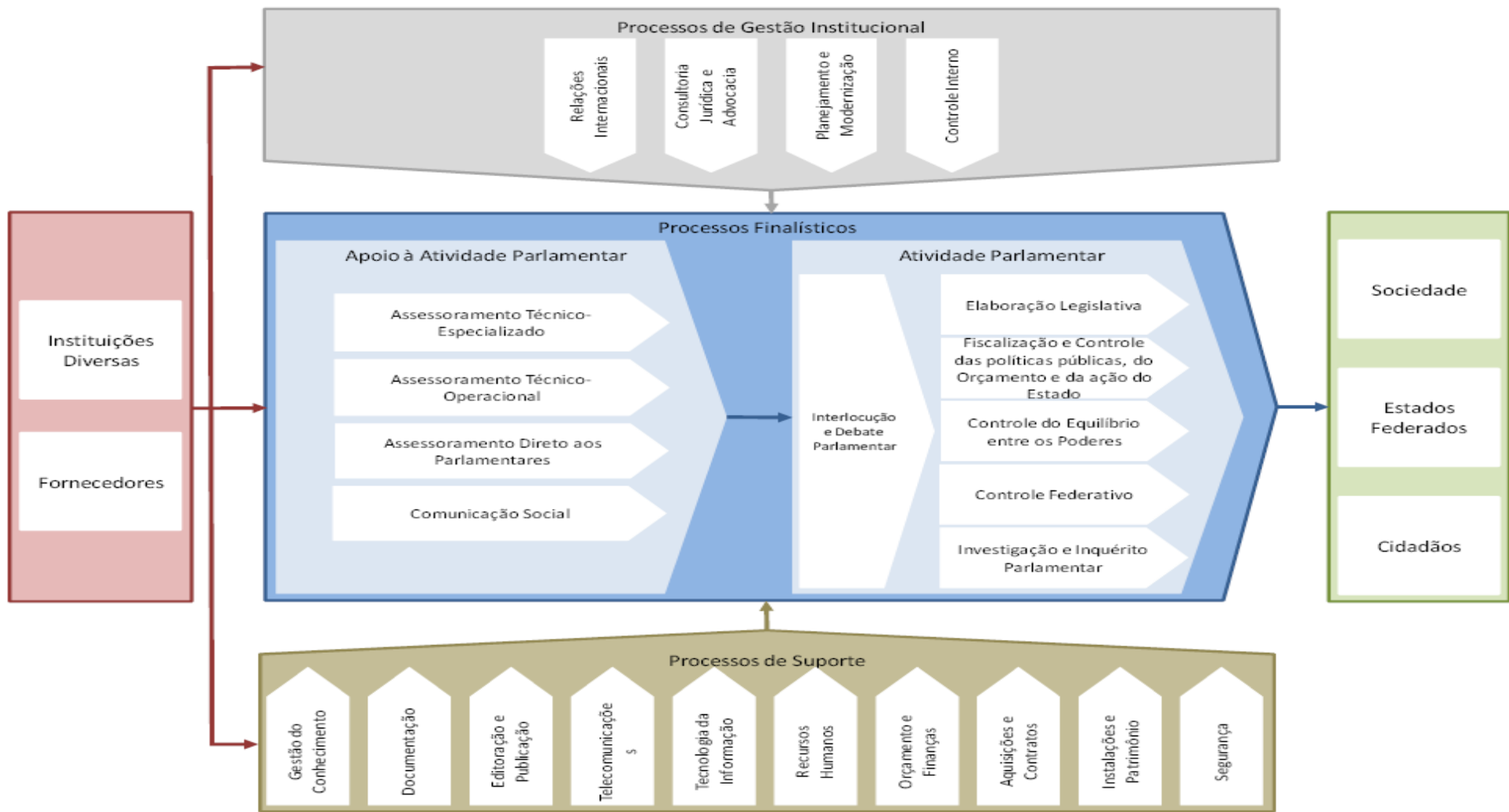


Figura 2 – Macroprocessos Finalísticos do Senado Federal

O bloco “Processos de Gestão Institucional” abrange os seguintes processos:

- a) Relações Internacionais, representado pela Secretaria de Relações Internacionais;
- b) Consultoria Jurídica e Advocacia, representado pela Advocacia do Senado Federal;
- c) Planejamento e Modernização, representado pelo Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica;
- d) Controle Interno, representado pela Secretaria de Controle Interno.

Já o bloco “Processos Finalísticos” subdivide-se em duas áreas: Atividade Parlamentar e Apoio à Atividade Parlamentar, assim consignados:

I. Atividade Parlamentar:

- a) Interlocução e Debate Parlamentar;
- b) Elaboração Legislativa;
- c) Fiscalização e Controle das Políticas Públicas, do Orçamento e da Ação do Estado;
- d) Controle do Equilíbrio entre os Poderes;
- e) Controle Federativo.

II. Apoio à Atividade Parlamentar:

- a) Assessoramento Técnico Especializado, representado pela Consultoria Legislativa (CONLEG) e pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (CONORF);
- b) Assessoramento Técnico Operacional, representado pela Secretaria Geral da Mesa (SGM);
- c) Assessoramento Direto aos Parlamentares, representado pelos Gabinetes dos Senadores e Gabinetes das Lideranças;
- d) Comunicação Social, representado pela Secretaria de Comunicação Social (SECOM).

Por fim, o bloco “Processos de Suporte” reúne os seguintes processos:

- a) Gestão do Conhecimento;
- b) Documentação, representado pela Secretaria de Gestão de Informação e Documentação (SGIDOC);
- c) Editoração e Publicação, representado pela Secretaria de Editoração e Publicações (SEGRAF);
- d) Telecomunicações, representado pela Secretaria de Comunicação (SECOM);
- e) Tecnologia da Informação, representado pela Secretaria de Tecnologia da Informação (PRODASEN);
- f) Recursos Humanos, representado pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP);
- g) Orçamento e Finanças, representado pela Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade (SAFIN);
- h) Aquisições e Contratos, representado pela Secretaria de Administração de Contratações (SADCON);
- i) Instalações e Patrimônio, representado pela Secretaria de Patrimônio (SPATR);
- j) Segurança, representado pela Secretaria de Polícia Legislativa (SPSF).

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento Organizacional e resultados

Entre o final de 2016 e o início de 2017 foram realizados encontros entre os membros da alta administração para avaliar as ações de gestão em andamento, bem como para elaborar uma proposta de revisão das Diretrizes Estratégicas, visando o novo biênio que se iniciaria. Em março de 2016 foram atualizadas as diretrizes estratégicas do Senado Federal por meio da publicação do ato da Comissão Diretora nº 2/2017. Estas diretrizes são a materialização da estratégia de médio prazo da instituição. Funcionam como elo de ligação entre os elementos estratégicos de longo prazo (visão, missão, objetivos e valores) e os projetos, iniciativas que tornam a estratégia realidade.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Atualmente, o biênio de fevereiro/2017 a fevereiro/2019, conta com 22 diretrizes que devem servir como orientação para o desenvolvimento das ações de gestão no Senado Federal:

Quadro 1- Diretrizes Estratégicas do Senado Federal

(continua)

Nome da diretriz	Descrição
<p>I - Avaliação de políticas públicas quanto ao impacto legislativo:</p>	<p>Entender qual será o impacto para a sociedade de uma determinada política pública ou Lei, previamente à aprovação ou promulgação, é o objetivo desta ação. Busca-se a definição e implantação de sistemática para a análise e compreensão do provável impacto destes institutos através de estudos, prévios e criteriosos, sob diversas óticas, tais como legal, jurídica, econômica, social e ambiental. Também é objeto desta ação a coordenação com outros órgãos do Legislativo e de outros poderes no sentido de integrar as iniciativas em curso neste tema, inclusive a Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas promovida pelo Senado Federal.</p>
<p>II - Alinhamento da capacitação com a estratégia:</p>	<p>A capacitação deve ser percebida como um instrumento institucional de realização da estratégia e que alavanque o capital humano do Senado Federal, com foco no atingimento das ações propostas para este biênio. Assim, deve-se fomentar a integração e o alinhamento da capacitação de todas as áreas com a estratégia da Casa.</p>

(continuação)

Nome da diretriz	Descrição
III - Definir e usar modelos de governança e planejamento estratégico:	O aperfeiçoamento da gestão do Senado Federal precisa estar em contínua evolução através da definição, adoção e adaptação de modelos de Governança e Planejamento Estratégico que sejam referência, o estado da arte em suas áreas de domínio e aplicação. Para isto, deve-se fomentar a troca de experiências com outras instituições, públicas e privadas, especialmente aquelas ligadas ao Poder Legislativo, nacional e internacional.
IV - e-Cidadania como funcionalidade para parlamentares:	Devido ao uso crescente do e-Cidadania pela sociedade, há a necessidade de que sejam elaboradas e desenvolvidas novas funcionalidades, em atendimento às demandas e necessidades dos parlamentares, para aprimorar a inserção da ferramenta na rotina legislativa deste Parlamento.

(continuação)

Nome da diretriz	Descrição
V - Flexibilidade da jornada de trabalho:	Em uma Casa legislativa como o Senado Federal, onde são discutidos temas de interesse e abrangência nacional, a flexibilização da jornada de trabalho é uma necessidade, pois a agenda e as deliberações legislativas se concentram, o que acarreta em sessões de longa duração e na aglutinação da agenda em certos dias da semana. Assim, uma jornada de trabalho que considere as especificidades da Casa poderá trazer maior racionalização administrativa, além de entregar um serviço de melhor qualidade e disponibilidade para os parlamentares e para a sociedade.
VI - Gestão do plano de saúde:	Deve-se promover a profissionalização da gestão do plano de saúde dos servidores e parlamentares de forma a garantir a sustentabilidade do benefício e evitar o aumento dos custos e das contribuições. Para isto, o Senado buscará referências nas boas práticas em gestão de planos de saúde e na capacitação e especialização dos gestores do plano.

Nome da diretriz	Descrição
VII - Gestão do conhecimento:	O compartilhamento de práticas e informações, de forma a permitir que valiosos conhecimentos para a organização não fiquem retidos em apenas algumas pessoas, deve ser priorizado e valorizado. É fundamental que o conhecimento individual possa ser transformado em conhecimento organizacional ou institucional. No atual cenário, onde a projeção de servidores aptos a se aposentar é cada vez maior, a gestão do conhecimento é uma ação fundamental para mitigar o risco de conhecimentos valiosos serem perdidos.
VIII - Emprego de informações gerenciais:	Busca-se reforçar a obtenção de informações relevantes e quantitativas que possibilitem ao Senado Federal a avaliação mais objetiva de seus serviços, processos e custos; facilitando a tomada de decisões e a identificação de situações que justifiquem iniciativas de aperfeiçoamento. Desta forma, tornam-se prioritárias as ações que contribuam para um melhor registro das atividades e tarefas realizadas nos diversos processos de trabalho do Senado Federal, o que permitirá a criação de relatórios e painéis gerenciais para a avaliação objetiva destas atividades e dos serviços oferecidos pela Casa.

Nome da diretriz	Descrição
IX - Manutenção, segurança e conservação da estrutura física do Senado sem expansão:	Incentivo às atividades e serviços que visem garantir as condições de segurança, confiabilidade e conservação das edificações do Senado Federal, visando a adequada prevenção de acidentes e a ampliação da acessibilidade.
X - Melhoria e automação de processos:	É importante que os serviços essenciais ao Senado Federal, respeitando o que é crítico em relação à sua operação do dia-a-dia e alinhados às diretrizes estratégicas da Casa, sejam constantemente avaliados e tenham gestores bem definidos, permitindo a identificação de eventuais gargalos e oportunidades de aperfeiçoamento. Além disso, a automação e simplificação de processos devem ser priorizadas, visando a integração de sistemas e a simplificação de fluxos, através da eliminação de trabalhos manuais e focando em atividades de análise e de deliberação.
XI - Modernização da comunicação institucional com foco em mídias sociais:	A comunicação institucional do Senado Federal deve ser modernizada com a utilização de ferramentas de mídia social, buscando a convergência dos canais para proporcionar maior efetividade no acompanhamento do parlamento e maior interação com a sociedade.

Nome da diretriz	Descrição
XII - Oferta ativa de informação legislativa:	Atuação de maneira proativa, buscando a criação de mecanismos que proporcionem o acesso da sociedade às informações do processo legislativo, que lhe sejam úteis e tempestivas.
XIII - Ratificação da continuidade dos planos de logística sustentável, acessibilidade e equidade:	Promoção do uso racional de recursos naturais e financeiros, da proteção ambiental, da qualidade de vida, do desenvolvimento sustentável, da acessibilidade, da inclusão de pessoas com deficiência e da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no Senado Federal.
XIV - Portais:	Oferta dos documentos históricos, dos anais e dos diários do Senado Federal em meio eletrônico, em formato inteligível, aberto e estruturado e com recursos que proporcionem à sociedade a obtenção, pela internet, de informações tempestivas sobre a atividade legislativa, com recursos de pesquisa e análise dos dados acessados.

XV - Programa de modernização dos sistemas legislativos e parlamentares:	Modernização dos sistemas de tecnologia da informação que suportam o Processo Legislativo e a atividade parlamentar. Ao final do Programa, a expectativa é ter soluções de software mais modernas e aderentes aos processos de trabalho e aos novos paradigmas tecnológicos.
XVI - Racionalizar uso de mão de obra terceirizada:	Revisar os contratos de mão de obra terceirizada, principalmente no que se refere ao quantitativo de postos de trabalho suficientes para garantir os serviços essenciais da Casa. Deste modo, a Administração garante a eficiência econômica e promove a eficácia e a efetividade administrativa.
XVII - Readequação do quadro de pessoal:	Conhecer a força de trabalho e adequá-la aos processos críticos da Casa, a fim de administrá-la como um verdadeiro recurso estratégico. Reconhecer as lacunas de capacitação, de recrutamento interno (banco de talentos) e externo (concurso público), e adaptar de forma efetiva os perfis profissionais às atribuições dos diversos setores.

Nome da diretriz	Descrição
XVIII - Promoção da saúde no trabalho e do trabalhador:	Realinhar as ações de saúde e qualidade de vida, buscando a detecção precoce, ou mesmo, a prevenção das doenças e acidentes relacionados ao trabalho. Implantar ciclos de gestão da saúde dos servidores através de exames periódicos, de indicadores qualificados de absenteísmo por licenças para tratamento de saúde e de programas que fomentem o bem-estar dos servidores e adequação dos ambientes de trabalho, onde couber.
XIX - Teletrabalho:	Definir e regulamentar, nas áreas em que o teletrabalho for possível, critérios objetivos para o exercício do trabalho remoto, aumentando a produtividade e flexibilizando a carga horária do servidor. Busca-se assim, melhorar a eficiência, promovendo a qualidade e celeridade dos serviços, além de contribuir para a qualidade de vida.

Nome da diretriz	Descrição
XX - Transparência:	Divulgar, conforme determinado pela lei de acesso à informação, dados de interesse geral ou coletivo de forma ativa, independente de solicitações. A disponibilização das informações de forma ampla e transparente, em formato estruturado, traz benefícios à sociedade - ao ampliar as ferramentas de controle social -, ao cidadão - que não precisará acionar a Casa, reduzindo assim o tempo de obtenção da resposta - e ao Senado-Federal, ao reduzir seu custo administrativo para atender às demandas de acesso à informação.
XXI - Unificação do modelo de atendimento - públicos interno e externo:	As centrais de atendimento ao cidadão já estão sendo consolidadas pela Ouvidoria, tanto em relação aos canais de acesso quanto aos temas demandados. Além disso, o processo de acolhimento da demanda e encaminhamento e acompanhamento da resposta foi mapeado e reestruturado para garantir o efetivo e tempestivo atendimento ao cidadão. Com base nesta experiência, pretende-se promover a consolidação e padronização de todos os canais e temas relativos ao atendimento a parlamentares, servidores e colaboradores do Senado Federal, alavancando os investimentos e melhorias de processo implantados na Ouvidoria.

Nome da diretriz	Descrição
XXII - Conversão da comunicação e relacionamento do Senado para plataformas móveis:	O uso de dispositivos móveis é cada vez mais ubíquo na sociedade brasileira e se apresenta como um recurso de comunicação valioso, seja para a comunicação e relacionamento com a sociedade, e com o seu corpo funcional. Assim, pretende-se orientar o desenvolvimento e aprimoramento dos sistemas de tecnologia da informação do Senado Federal para que utilizem os recursos disponíveis nos celulares tais como notificações e agendamentos, recursos áudio visuais, geolocalização, compartilhamento de conteúdo e integração com redes sociais, fomentando ferramentas para melhor integração e comunicação do corpo funcional assim como ferramentas de controle social e participação popular.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Após a publicação das diretrizes, iniciou-se o processo de revisão da carteira de projetos estratégicos do Senado Federal, pois com o novo direcionamento dado pelas diretrizes faz-se necessário um realinhamento das ações que devem ser executadas. Após esse ciclo de revisão chegou-se ao número de 17 projetos estratégicos que abordam os mais variados temas e que abrangem de maneira direta e indireta todas as unidades da instituição. Os projetos estratégicos e seus gerentes foram publicados em setembro de 2017 em ato conjunto da DGER e SGM:

1. Remodelagem e automação dos processos de Recursos Humanos;
2. Estruturação da gestão da estratégia corporativa;
3. Aprimoramento da capacitação gerencial;
4. Ampliação das funcionalidades do E-Cidadania;
5. Modernização dos plenários do Senado Federal;
6. Modernização dos sistemas legislativos;
7. Aprimoramento do processo de avaliação de impacto legislativo e de desempenho das políticas públicas;
8. Centralização do atendimento das demandas de mudança nos ambientes de trabalho;
9. Reestruturação da estratégia de canais de comunicação social;
10. Aceleração da conversão digital da TV Senado;
11. Integração da informação legislativa entre Câmara e Senado;
12. Modernização e humanização do acesso de pessoas e veículos ao Senado Federal;
13. Reestruturação das políticas da gestão de pessoal;
14. Gestão do conhecimento;
15. Implementação do Plano diretor de tecnologia da informação (PDTI);
16. Revisão do processo de tratamento da documentação histórica e administrativa;
17. Reavaliação da estrutura financeira e atuarial do SIS.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Dentre os projetos estratégicos apresentados, há ações que carecem de recursos de TI e/ou contratações, o que resulta na intersecção direta do Plano Estratégico com o Plano Diretor de TI e o Plano de Contratações. Quando essas necessidades são identificadas, há a necessidade de serem submetidas à apreciação do Comitê de TI e/ou Comitê de Contratações.

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Com o início da execução dos projetos, foi iniciado o processo de monitoramento, coordenado pelo Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica (EGOV).

Este processo tem dois objetivos principais: auxiliar os gerentes na gestão dos riscos e na resolução de problemas, intra ou interdepartamentais; e subsidiar a Casa com informações periódicas sobre o andamento dos projetos, focando na comunicação das entregas realizadas.

A sua execução é realizada por meio de reuniões quinzenais entre o gerente do projeto, o chefe do escritório setorial de gestão da unidade ao qual o gerente faça parte, os membros do EGOV e outros colaboradores que forem convocados pelo gerente. Quinzenalmente há uma reunião entre a equipe do EGOV e a DIREG para apresentação dos riscos considerados altos. Nestas reuniões são dadas orientações quanto ao tratamento desses riscos. A importância desses encontros tem sido a antecipação de situações que poderiam vir a se tornar problemas e prejudicar o andamento dos projetos.

3.3 Desempenho orçamentário

O crédito orçamentário do Senado Federal de 2017, consignado na respectiva Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), foi de R\$ 4.247.926.057,00 (quatro bilhões, duzentos e quarenta e sete milhões, novecentos e vinte e seis mil e cinquenta e sete reais), que corresponde a cerca de 0,12% da despesa total fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, cujo montante inicial foi de R\$ 3.415.431.200.238,00 (três trilhões, quatrocentos e quinze bilhões, quatrocentos e trinta e um milhões, duzentos mil e duzentos e trinta e oito reais). O montante da dotação final do Órgão permaneceu inalterado, assumindo a seguinte composição:

Tabela 1 – Dotação final do Senado Federal

Valores em R\$ 1,00

Programas	Tipo de Programa	Dotação Final (R\$)	Percentual sobre o total autorizado
0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	1.907.356.127,00	44,90%
0551 – Atuação Legislativa do Senado Federal		2.329.930.488,00	54,85%
0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais		9.729.120,00	0,23%
0910 – Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	Operações Especiais	910.322,00	0,02%
Total		4.247.926.057,00	100%

Consoante a classificação da Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 (PPA 2016-2019), verifica-se que nenhum desses programas é do tipo “temático”, não estando, portanto, associados a indicadores, objetivos e metas da Lei do Plano Plurianual. Dessa forma, não se faz necessária uma análise individual das ações a eles vinculadas.

Em respeito à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2017 (Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016) e para atender à determinação dos Ministérios da Fazenda e

do Planejamento, Orçamento e Gestão consignada nos Relatórios Bimestrais de Avaliação de Receitas e Despesa Primárias, bem como nos Relatórios Extemporâneos dos meses de março e dezembro de 2017, procedeu-se à limitação de empenho e movimentação financeira (contingenciamento) no âmbito do Programa “0551 – Atuação Legislativa do Senado Federal”, cuja dotação encerrou o exercício com um crédito bloqueado total de R\$ 2.430.500,00 (dois milhões, quatrocentos e trinta mil e quinhentos reais), integralmente no Grupo de Natureza de Despesa (GND) “3 – Outras Despesas Correntes”, da ação “4061 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política”.

O demonstrativo a seguir evidencia a posição do contingenciamento por bimestre, considerando os eventuais restabelecimentos dos limites indicados nos Relatórios encaminhados ao longo de 2017, e apresenta os normativos do Órgão que promoveram a limitação (ou o restabelecimento), acompanhados de suas respectivas datas de publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Tabela 2 – Demonstrativo do Senado Federal

Valores em R\$ 1,00

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre
Contingenciamento	3.482.684,00	-	109.383,00	-	-
Restabelecimento	512.560,00	45.542,00	-	390.869,00	212.596,00
Total da Limitação	2.970.124,00	2.924.582,00	3.033.965,00	2.643.096,00	2.430.500,00
Normativo do Contingenciamento	Ato da Diretoria-Geral nº 12, de 28/03/2017		Ato da Diretoria-Geral nº 30, de 25/07/2017		
Publicação da norma	DOU (30/03/2017)		DOU (27/07/2017)		
Normativo do Restabelecimento	Ato da Diretoria-Geral nº 13, de 05/04/2017	Ato da Diretoria-Geral nº 21, de 24/05/2017		Ato da Diretoria-Geral nº 35, de 26/09/2017	Ato da Diretoria-Geral nºs 37 e 40 (28/11/2017 e 26/12/2017).
Publicação da norma	DOU (07/04/2017)	DOU (29/05/2017)		DOU (28/09/2017)	DOU (29/11/2017 e 27/12/2017)

(*) O montante total da limitação de empenho e movimentação financeira constante do quadro acima corresponde àquele apresentado no Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de dezembro de 2017 previamente à sua retificação (datada de 29/12/2017), tendo em vista esta ter sido encaminhada ao Órgão quando do encerramento do exercício, não havendo tempo hábil para que fossem procedidas e publicadas as alterações indicadas.

Os créditos disponibilizados ao Senado Federal no orçamento de 2017 foram suficientes para atender às necessidades do Órgão e o cumprimento de sua programação de trabalho, conforme a seguinte distribuição por GND:

Tabela 3 - Distribuição por GND dos créditos disponibilizados ao Senado Federal

Valores em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: SENADO FEDERAL	Código UO: 02.101	UGO: 020001		
Créditos Orçamentários	Grupos de Despesa Correntes			
	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
Dotação Inicial 2017	3.609.552.498,00	-	608.301.959,00	
Dotação Final 2017	3.598.787.498,00	-	605.388.355,00	
Dotação Final 2016	3.343.665.535,00	-	552.720.888,00	
Variação entre dotações finais	7,63%	-	9,53%	
Créditos Orçamentários	Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
Dotação Inicial 2017	30.071.600,00	-	-	-
Dotação Final 2017	43.750.204,00	-	-	-
Dotação Final 2016	31.342.556,00	-	-	17.506.070,00
Variação entre dotações finais	39,59%	-	-	-100%
Valor Final 2017	4.247.926.057,00			

Ainda assim, para fins de adequação da execução ao longo do exercício, foram realizadas alterações orçamentárias sem que houvesse ampliação do montante total autorizado para despesa primária do Órgão, em respeito ao disposto no § 5º do artigo 107 da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, a saber:

a) Ato do Presidente do Senado Federal nº 5, de 13 de julho de 2017 (Diário Oficial da União de 18/07/2017, seção 1, p. 86): abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 13.678.604,00 (treze milhões, seiscentos e setenta e oito mil, seiscentos e quatro reais), sendo:

- R\$ 13.128.604,00 referente ao remanejamento de recursos entre as GNDs 3 e 4 no âmbito da ação “4061 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política”, a fim de viabilizar a execução de diversas despesas de investimento (GND 4); e

- R\$ 550.000,00 para a suplementação de recursos orçamentários da ação “2549 – *Comunicação e Divulgação Institucional*” a fim de atender a despesas de investimento (GND 4) da Secretaria de Comunicação Social, mediante cancelamento de dotações de custeio (GND 3) da própria programação.
- b) Ato do Presidente do Senado Federal nº 11, de 7 de dezembro de 2017 (Diário Oficial da União de 11/12/2017, seção 1, p. 33): abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 34.718.000,00 (trinta e quatro milhões, setecentos e dezoito mil reais), sendo:
- R\$ 19.455.000,00 referente ao remanejamento de recursos da ação de ativos (“20TP – *Pessoal Ativo da União*”) para a de inativos (“0181 - *Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis*”) para adequação do orçamento de pessoal em virtude do impacto das aposentadorias ocorridas ao longo do exercício;
 - R\$ 428.000,00 para suplementar a programação de assistência pré-escolar (ação “2010 – *Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis*”), em razão da oscilação do número de beneficiários (crianças atendidas), por meio de anulação parcial de recursos alocados na ação de auxílio-transporte (“2011 – *Auxílio-Transporte aos Servidores Civis*”);
 - R\$ 14.835.000,00 para suplementar os recursos orçamentários da ação “2004 – *Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis*”, para assegurar o cumprimento da disposição contida no parágrafo único do art. 44 do Regulamento do Sistema Integrado de Saúde – SIS (Resolução nº 35, de 2012), segundo o qual o Senado Federal destinará ao SIS, anualmente, o valor correspondente a, pelo menos, 3,5% da dotação consignada na Lei Orçamentária Anual para sua despesa total com pessoal e encargos sociais. Para o financiamento da alteração, foram remanejados recursos das ações “20TP” (*Pessoal Ativo*), “2011” (*Auxílio Transporte*) e “2012” (*Auxílio Alimentação*).

Além das alterações orçamentárias descritas acima, também foram efetuados remanejamentos de recursos entre planos orçamentários das programações do Senado Federal, sem implicar em alteração de qualquer classificação orçamentária ou valor constante da LOA 2017, conforme prevê o art. 13, § 2º, da Portaria SOF n.º 8, de 14 de fevereiro de 2017 (Diário Oficial da União de 20/02/2017, seção 1, pág. 52). Trata-se de modificações realizadas entre os sistemas SIOP e SIAFI, não requerendo a publicação de ato específico para sua efetivação.

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

O Senado Federal não possuía programações da Lei Orçamentária Anual de 2017 (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017) vinculadas a Programas Temáticos estabelecidos no Plano Plurianual 2016-2019 (instituído pela Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016), mas tão somente ações relacionadas a Programas de Operações Especiais e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Por essa razão, as ações não serão tratadas de forma individualizada, conforme previsto nas orientações para elaboração deste Relatório de Gestão.

Assim, as informações a respeito de dotações iniciais e finais, despesas empenhadas, liquidadas e pagas e restos a pagar processados e não-processados inscritos em 2017 de todas as programações alocadas no orçamento do Senado Federal naquele ano estão discriminadas no quadro abaixo:

Tabela 4 - Programações alocadas no orçamento do Senado Federal

(continua)

Valores em R\$ 1,00

Ação orçamentária		Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2017	
Cód.	Título	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	1.864.557.999,00	1.884.012.999,00	1.877.955.771,57	1.876.359.291,29	1.876.359.291,29	-	1.596.480,28
20TP	Ativos Civis da União	1.487.181.028,00	1.456.961.028,00	1.434.946.046,24	1.433.433.459,74	1.432.200.907,99	1.232.551,75	1.512.586,50
4061	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política	372.563.857,00	372.563.857,00	329.142.398,94	281.416.878,29	280.502.203,26	914.675,03	47.725.520,65
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores	118.362.216,00	133.197.216,00	132.919.305,85	126.874.040,90	126.873.568,74	472,16	6.045.264,95
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores	73.481.609,00	69.681.609,00	69.529.550,79	69.529.550,79	69.529.550,79	-	-
2549	Comunicação e Divulgação Institucional	58.079.483,00	58.079.483,00	50.550.703,94	46.307.838,33	46.212.596,13	95.242,20	4.242.865,61

(continuação)

Valores em R\$ 1,00

Ação orçamentária		Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2017	
Cód.	Título	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0397	Aposentadorias e Pensões do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas	23.343.128,00	23.343.128,00	23.163.127,83	23.163.127,83	23.163.127,83	-	-
2010	Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores	10.132.194,00	10.560.194,00	10.543.773,76	10.543.773,76	10.543.773,76	-	-
0C04	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações	9.249.200,00	9.249.200,00	-	-	-	-	-
00M1	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	1.977.396,00	1.977.396,00	1.977.396,00	1.806.252,66	1.806.252,66	-	171.143,34

(continuação)

Valores em R\$ 1,00

Ação orçamentária		Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2017	
Cód.	Título	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores	1.509.744,00	811.744,00	790.358,16	790.358,16	790.358,16	-	-
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	1.356.738,00	1.356.738,00	972.843,55	972.843,55	972.843,55	-	-
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	848.652,00	848.652,00	730.979,35	730.979,35	730.979,35	-	-

(continuação)

Valores em R\$ 1,00

Ação orçamentária		Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2017	
Cód.	Título	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	61.670,00	61.670,00	60.339,60	60.339,60	60.339,60	-	-
Subtotal - Despesas Primárias		4.022.704.914,00	4.022.704.914,00	3.933.282.595,58	3.871.988.734,25	3.869.745.793,11	2.242.941,14	61.293.861,33

(continuação)

Valores em R\$ 1,00

Ação orçamentária		Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2017	
Cód.	Título	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio o Regime de Previdência dos Servidores	224.741.223,00	224.741.223,00	187.588.094,59	187.588.094,59	187.588.094,59	-	-
00H7	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores - Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações	479.920,00	479.920,00	-	-	-	-	-
Subtotal - Despesas Financeiras		225.221.143,00	225.221.143,00	187.588.094,59	187.588.094,59	187.588.094,59	-	-
Total		4.247.926.057,00	4.247.926.057,00	4.120.870.690,17	4.059.576.828,84	4.057.333.887,70	2.242.941,14	61.293.861,33

Primeiramente, cabe destacar que o ano de 2017 foi o primeiro exercício financeiro sob a vigência do Novo Regime Fiscal, imposto pela Emenda Constitucional nº 95/2016. No caso do Senado Federal, o total autorizado na LOA/2017 para as despesas primárias foi de R\$ 4.022.704.914,00, que excederia em R\$ 24.230.729,00 o limite apurado segundo a referida Emenda (R\$ 3.998.474.185,00), em virtude da possibilidade de o Poder Executivo compensar, com redução equivalente na sua despesa primária, o excesso de despesas primárias em relação aos limites dos demais Poderes, MPU e DPU até o ano de 2019. Contudo, após o final do exercício financeiro, apurou-se que a despesa primária paga foi inferior ao limite estipulado para o Órgão. A seguir, estão detalhadas as análises tanto da execução das ações consignadas na LOA/2017 quanto das metas físicas para elas estabelecidas.

Despesas com pessoal e benefícios (GND 1 e GND 3 RP 1)

Em decorrência do elevado número de aposentadorias ao longo do exercício de 2017 (248 servidores efetivos), foi necessário abrir crédito suplementar para remanejar recursos orçamentários da ação de pessoal ativo (20TP) para a de pessoal inativo (0181), de modo que, no fim do ano, a despesa empenhada em ambas programações superou o percentual de 98,5% da dotação autorizada. Esse fato também é responsável pela redução gradativa dos valores pagos a título de contribuição patronal ao Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (ação 09HB), razão pela qual o montante empenhado representou 83,5% da dotação autorizada.

Já em relação à programação destinada às aposentadorias e pensões vinculadas ao extinto Instituto de Previdência dos Congressistas (0397), a despesa empenhada correspondeu a 99,2% do total autorizado.

Conforme se depreende da tabela, não foi registrada movimentação dos créditos inicialmente alocados nas ações 0C04 e 00H7 (por seus atributos, as despesas não podem ser efetivamente executadas nessas ações), uma vez que não houve provimento de cargos efetivos previstos no Anexo V da LOA/2017.

Relativamente à programação de assistência médica e odontológica (ação 2004), que compreende o gasto com o plano de saúde dos servidores, o ressarcimento de despesas médicas de senadores, ex-senadores e dependentes e a manutenção do Serviço Médico de Emergência, a despesa empenhada em 2017 representou 99,8% da dotação autorizada e superou a dotação inicial em 12,3%. O reforço orçamentário dessa programação objetivou assegurar o cumprimento da disposição contida no parágrafo único do art. 44 do Regulamento do Sistema Integrado de Saúde – SIS (Resolução nº 35, de 2012), segundo o qual o Senado Federal destinará ao SIS, anualmente, o valor correspondente a, pelo menos, 3,5% da dotação consignada na lei orçamentária anual para sua despesa total com pessoal e encargos sociais.

Da mesma forma, foi realizado reforço da programação de assistência pré-escolar (ação 2010) para suportar a elevação da despesa decorrente do reajuste do valor per capita do auxílio pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA em 2016, conforme Ato da Diretoria-Geral nº 6, de 2017, em atendimento ao disposto no art. 6º do Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2012. Conseqüentemente, a despesa empenhada com esse benefício foi 4,1% superior à dotação inicial e representou 99,8% dos créditos autorizados. O quantitativo de beneficiários oscila mensalmente em decorrência do fluxo do número de crianças atendidas, em virtude de novos ingressos (nascimentos) e saídas daquelas que completam a idade limite para recebimento do benefício (seis anos), sendo que a distribuição de beneficiários por mês em 2017 foi: a) janeiro: 1.013; b) fevereiro: 1.010; c) março: 1.000; d) abril: 999 e) maio: 998; f) junho: 1.006; g) julho: 1.004; h) agosto: 1.026; i) setembro: 967; j) outubro: 969; k) novembro: 962; l) dezembro: 978.

No caso do auxílio alimentação (ação 2012), a dotação final corresponde a cerca de 94,8% da dotação inicial, uma vez que o quantitativo de beneficiários oscilou em decorrência da movimentação de servidores, tais como exonerações e nomeações de comissionados e aposentadorias de servidores efetivos, o que permitiu a redução dos valores inicialmente alocados à programação. Ademais, cumpre registrar que houve reajuste do valor per capita do auxílio por meio do Ato da Diretoria-Geral nº 5, de 2017, correspondente à variação do IPCA em 2016, conforme dispõe o art. 1º do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2011. Foram atendidas as seguintes quantidades de

beneficiários por mês em 2017 foram: a) janeiro: 5.999; b) fevereiro: 5.929; c) março: 5.892; d) abril: 5.859; e) maio: 5.934; f) junho: 5.949; g) julho: 5.968; h) agosto: 5.983; i) setembro: 5.998; j) outubro: 6.006; k) novembro: 6.024; l) dezembro: 6.023.

Acerca do auxílio transporte (ação 2011), o número de beneficiários por mês, que oscila conforme número de servidores que solicitam o recebimento do auxílio, em 2017 foi: a) janeiro: 291; b) fevereiro: 295; c) março: 298; d) abril: 311; e) maio: 315; f) junho: 324; g) julho: 326; h) agosto: 333; i) setembro: 336; j) outubro: 351; k) novembro: 354; l) dezembro: 360. Destacamos que a dotação inicial foi reduzida em 46,2%, pois, quando da elaboração da proposta orçamentária, foi considerada a possibilidade de contemplar os servidores que trabalham nos escritórios de apoio nos estados dos parlamentares, expectativa que não se concretizou no exercício em questão.

Por fim, não cabem maiores considerações a respeito da execução da ação 00M1, uma vez que se trata de despesas que não apresentam um comportamento previsível e, portanto, podem ser ou não precisas as estimativas utilizadas pelo Órgão. Para o exercício de 2017, o montante inicialmente previsto foi suficiente para comportar o pagamento dos auxílios funeral e natalidade.

Despesas de custeio discricionário e investimento (GND 3 RP 2 e GND 4)

A ação 4061 *Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política* é a programação mais representativa no tocante às despesas discricionárias do Órgão, sendo que o valor total empenhado de R\$ 329,1 milhões corresponde a 88,3% da dotação autorizada, a qual não foi alterada em relação à dotação inicial. Sua execução foi realizada por meio seguintes planos orçamentários:

a) 0001 Administração Legislativa: contempla as principais despesas relacionadas à manutenção e funcionamento do Complexo Arquitetônico do Senado Federal, tais como serviços de vigilância, limpeza, manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, despesas com energia elétrica, água e esgoto, comunicação e

telecomunicações, locação de meio de transporte, contratação de estagiários, aquisição de mobiliário, pagamento de diárias, aquisição de passagens, despesas relativas à Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores – CEAPS, entre outras;

- b) 0004 Gestão do Sistema de Informática: tratam-se das despesas com a manutenção e a modernização dos recursos tecnológicos do Órgão, de responsabilidade da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN;
- c) 0006 Produção e Distribuição de Documentos Legislativos: envolve as despesas com a manutenção e modernização da gráfica do Senado Federal, de responsabilidade da Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF;
- d) 000C Disseminação de Conhecimentos Legislativos e Gerenciais: compreende as despesas de capacitação, nas modalidades presencial e à distância, de responsabilidade do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB.

Os valores referentes às despesas empenhadas e liquidadas constam da tabela a seguir:

Tabela 5- Despesas de custeio discricionário e investimento empenhadas e liquidadas

Plano Orçamentário		Valor Empenhado	Valor Liquidado
0001	Administração Legislativa	264.651.528,80	221.494.604,55
0004	Gestão do Sistema de Informática	44.381.238,63	41.715.031,13
0006	Produção e Distribuição de Documentos Legislativos	17.655.211,45	16.402.915,70
000C	Disseminação de Conhecimentos Legislativos e Gerenciais	2.454.420,06	1.804.326,91
Total		329.142.398,94	281.416.878,29

A meta física executada na programação 4061 refere-se às sessões realizadas no período de 01/02 a 22/12/2017 da 55ª Legislatura (2015-2019), cujos dados foram extraídos do Relatório Mensal da Atividade Legislativa, elaborado em cumprimento ao art. 269, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), disponibilizadas no sítio eletrônico da Casa. A meta realizada foi de 895 sessões realizadas, conforme a seguinte distribuição:

- a) Sessões Plenárias: 43 Deliberativa Extraordinária; 70 Deliberativa Ordinária; 17 Especial; 61 Não Deliberativa; 4 Debates Temáticos;
- b) Reuniões realizadas pelas Comissões Permanentes e Subcomissões: 80 reuniões ordinárias de Comissões; 503 reuniões extraordinários de Comissões; 11 reuniões conjuntas; 16 reuniões de Subcomissão;
- c) Sessões do Congresso Nacional: 11 Conjuntas e 14 Solenes;
- d) Reuniões de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito: 63 reuniões de Comissões Parlamentares de Inquérito; 2 reuniões de Comissões Temporárias Internas.

Em relação aos restos a pagar inscritos em 2017, no que tange aos gastos no GND 3, tratam-se de despesas de natureza continuada (limpeza e conservação, vigilância, energia elétrica, telecomunicações, água e esgoto, entre outras), cuja periodicidade do faturamento faz com que o pagamento dos serviços prestados no mês de dezembro ocorra no ano subsequente. Quanto aos investimentos (GND 4), a inscrição deve-se aos prazos contratuais para entrega e instalação dos equipamentos, desenvolvimento de softwares e execução de reformas. Citam-se como exemplos a contratação para prestação de serviços técnicos de Arquitetura e Engenharia compreendendo a elaboração de anteprojetos, projeto legal e projetos executivos para o Complexo Arquitetônico do Senado Federal (Concorrência nº 01/2017) e a contratação para atualização de versão de hardware e software dos 3 PABXs MX-ONE do Senado Federal.

Além disso, para atender à determinação dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, consignada nos Relatórios Bimestrais de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, restou contingenciado o total de R\$ 2.430.500,00 no custeio discricionário da ação 4061 (o que não comprometeu a execução orçamentária, por ser pouco representativa em relação à dotação autorizada). Cumpre registrar que, no dia 29 de dezembro de 2017, foi editado o Ofício Interministerial nº 08/SE/MP/MF para comunicar ao Senado Federal uma errata no Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de dezembro de 2017, a qual ocasionaria uma redução do montante a ser limitado no orçamento do Órgão, que deveria perfazer R\$ 2.420.547,00. Contudo, diante do término do exercício financeiro, não foi possível realizar no SIAFI os devidos lançamentos para ajustar o total contingenciado.

A ação 2549 *Comunicação e Divulgação Institucional* compreende as despesas relativas aos veículos de comunicação da Casa, em especial a TV, a Rádio, o Jornal e a

Agência Senado, destacando-se os gastos com mão de obra terceirizada nas áreas de televisão, rádio, jornal, agência de notícias e relações públicas e os serviços de locação de segmento espacial para transmissão via satélite dos sinais da Rádio e TV Senado e de manutenção dos respectivos transmissores nas diversas Unidades da Federação. O valor total empenhado nessa programação correspondeu a 87% da dotação inicial, a qual não foi alterada até o final do exercício. No que tange às despesas com investimentos, destacamos a aquisição de equipamentos para modernização da infraestrutura broadcast (tecnologia digital HD) e a expansão da rede Senado de Rádio e TV em sinal digital aberto, resultado dos Pregões Eletrônicos nºs 112/2017 e 086/2017, respectivamente.

Em relação à execução física da ação 2549, a meta prevista na LOA/2017 era de 155.000 matérias veiculadas, sendo que foi apurada a realização de 191.025 ao longo do ano, conforme detalhamento a seguir:

- 1) Coordenação de Publicidade e Marketing - COMAP (6.154)
 - a) 34 planejamentos de comunicação/planos de divulgação elaborados;
 - b) 620 peças publicitárias desenvolvidas;
 - c) 5500 fotos clicadas.
- 2) TV Senado (1.890)
 - a) Senado Informa: 284 veiculações;
 - b) Eco Senado: 12 veiculações;
 - c) Salão Nobre: 26 veiculações;
 - d) Edições do Telejornal Diário (Senado Agora): 562 veiculações;
 - e) Parlamento Brasil: 31 veiculações;
 - f) Alô Senado: 45 veiculações;
 - g) Em discussão!: 42 veiculações;
 - h) Argumento: 216 veiculações;
 - i) Entre Vistas: 21 veiculações;
 - j) Documentários: 46 veiculações;
 - k) Interprogramação com foco no legislativo: 433 veiculações;
 - l) Cidadania: 109 veiculações;
 - m) Assunto de Estado: 20 veiculações;

- n) Agenda Econômica: 20 veiculações;
 - o) Inclusão: 6 veiculações;
 - p) Tela Brasil: 4 veiculações;
 - q) Balanço 2017: 13 veiculações.
- 3) Secretaria de Rádio do Senado Federal - SRSF (11.177)
- a) 11.177 Matérias e Notas.
- 4) Secretaria Agência e Jornal do Senado - SAJS (164.347)
- a) Publicações feitas no Portal de Notícias, sendo 6.729 textos, 3.433 áudios, 2.668 vídeos, 42 infográficos para a internet, 1.547 notas em tempo real, 61 Infomatérias;
 - b) 200 Edições do Jornal do Senado publicadas pela Secretaria Agência e Jornal do Senado;
 - c) 12 edições da "Seção Arquivo S" publicadas no Jornal do Senado e no portal Senado Notícias;
 - d) 8 edições em braille do Jornal do Senado publicadas pela Secretaria Agência e Jornal do Senado;
 - e) 110.905 fotografias das atividades legislativas e institucionais do Senado catalogadas para o Acervo da Casa;
 - f) 38.730 fotografias oferecidas ao público para consulta e download em alta resolução por meio do Banco de Imagens do Portal de Notícias (Flickr);
 - g) 1 edição da Revista Em Discussão! Publicada;
 - h) 11 diagramações do boletim Monitor Fiscal (Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle).
- 5) Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal - SRPSF (7.457)
- a) 824 matérias na intranet;
 - b) 1.363 fotos;
 - c) 231 ilustrações;
 - d) 33 vídeos publicados no âmbito da Intranet (Comunicação Interna);
 - e) 114 eventos realizados;
 - f) 4.892 grupos atendidos pelo Programa Visite o Congresso.

Com relação às programações destinadas às contribuições a organismos internacionais ou entidades nacionais (ações 00OQ – *Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica* e 00PW – *Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica*), os recursos inicialmente alocados foram suficientes mesmo frente ao aumento dos valores cobrados pelas instituições em 2017 e à variação cambial das moedas envolvidas. Ademais, os planos orçamentários nos quais foram realizadas tais despesas, individualizados por beneficiário, foram os seguintes:

Tabela 6 - Plano orçamentário com contribuições a organismos internacionais ou entidades nacionais

Ação	Plano Orçamentário		Valor Empenhado	Valor Liquidado
00OQ	0002	Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias – IFLA	2.156,94	2.156,94
	000T	União Interparlamentar	728.822,41	728.822,41
00PW	0001	Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas – ABEL	9.000,00	9.000,00
	0002	União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS	51.339,60	51.339,60
Total Geral			791.318,95	791.318,95

Já no tocante ao pagamento de auxílio-moradia aos parlamentares que não tenham imóveis funcionais do Senado Federal à disposição (216H), a despesa empenhada correspondeu a 71,7% da dotação autorizada, visto que houve redução do número de beneficiários, cuja média mensal passou de 19 para 15 no biênio 2016-2017.

Recursos descentralizados

Além das informações apresentadas acima, julgou-se relevante evidenciar a movimentação de recursos orçamentários entre o Senado Federal e os demais órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Dentre as descentralizações recebidas, destacam-se aquelas relativas a ressarcimentos pela ocupação de imóveis funcionais, pagamentos de Gratificação por Encargo de Curso e Concurso (GECC) a servidores desta Casa Legislativa e participação no rateio dos custos da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), conforme valores constantes da tabela abaixo:

Tabela 7 - Destaques orçamentários recebidos

Valores em R\$ 1,00

Destaques orçamentários recebidos		
Origem dos recursos (UO)		Valor (em R\$)
03101	Tribunal de Contas da União	139.131,42
11101	Superior Tribunal de Justiça	476.000,00
01210 2	Tribunal Regional Federal da 1ª Região	49.400,00
13101	Justiça Militar	20.000,00
15101	Tribunal Superior do Trabalho	45.600,00
16101	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios	20.000,00
26271	Fundação Universidade de Brasília	1.590,00
30101	Ministério da Justiça e Segurança Pública	20.000,00
34101	Ministério Público Federal	40.000,00
47101	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	2.100,00
52911	Fundo Aeronáutico	65.608,44
63101	Advocacia-Geral da União	20.000,00
Total		899.429,86

Em relação aos recursos orçamentários descentralizados pelo Senado Federal, destacam-se aqueles destinados a atender despesas com GECC relacionadas a atividades de capacitação desenvolvidas pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e com a prestação de serviço de publicações oficiais no DOU pela Imprensa Nacional, detalhados a seguir:

Tabela 8 - Destaques orçamentários concedidos

Valores em R\$ 1,00

Destaques orçamentários concedidos		
Favorecido (NC)		Valor (em R\$)
170006	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - MF	2.252,74
201002	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	724,11
370001	Diretoria de Gestão Interna	8.496,09
170009	Escola de Administração Fazendária	20.400,04
114702	Fundação Escola Nacional de Administração Pública	18.600,00
110245	Fundo de Imprensa Nacional	122.821,24
070001	Secretaria de Administração - TSE	33.250,48
030001	Tribunal de Contas da União	3.620,49
Total		210.165,19

3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Não existiram fatores que impactassem diretamente o desempenho orçamentário do Senado Federal em 2017.

Em relação à limitação de empenho e movimentação financeira, em atendimento à determinação dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, consignada nos Relatórios Bimestrais de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, restou contingenciado o total de R\$ 2.430.500,00 (dois milhões, quatrocentos e trinta mil e quinhentos reais) no Grupo de Natureza de Despesa (GND) “3 – *Outras Despesas Correntes*” da ação “4061 – *Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política*” (que não comprometeu a execução orçamentária, por ser pouco representativa em relação à dotação autorizada). Cumpre registrar que, no dia 29 de dezembro de 2017, foi editado o Ofício Interministerial nº 08/SE/MP/MF para comunicar ao Senado Federal uma errata no Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de dezembro de 2017, a qual ocasionaria uma redução do montante a ser limitado no orçamento do Órgão, que deveria perfazer R\$ 2.420.547,00 (dois milhões, quatrocentos e vinte mil, quinhentos e quarenta e sete reais). Contudo, diante do término do exercício financeiro, não foi possível realizar no SIAFI os devidos lançamentos para ajustar o total contingenciado.

3.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não houve passivos por insuficiência de créditos ou recursos no âmbito do Senado registrados em contas do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI em 2017.

3.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Tabela 9 - Restos a pagar de exercícios anteriores

(continua)

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2017 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2017 (d) = (a-b-c)
2010	254.583,75	-	-	254.583,75
2011	656,39	-	-	656,39
2012	154.515,91	-	-	154.515,91
2013	476.461,30	-	-	476.461,30
2014	1.209.238,27	-	-	1.209.238,27
2015	1.869.897,20	419.705,76	-	1.450.191,44
2016	3.301.342,00	678.940,02	-	2.622.401,98

(continuação)

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2017 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2017 (i) = (e-g-h)
2012	1.400.091,44	-	-	-	1.400.091,44
2013	412.377,95	234.970,00	234.970,00	-	177.407,95
2014	47.229,00	47.229,00	47.229,00	-	-
2015	35.898.150,82	3.955.747,97	3.955.688,55	19.482.187,32	12.460.274,95
2016	43.253.419,12	24.554.430,99	24.518.293,53	5.236.222,48	13.498.903,11

Do montante de Restos a Pagar Processados (R\$ 7.266.694,82), oriundos de inscrições ou reinscrições efetuadas entre os exercícios de 2010 a 2016, os valores mais representativos referem-se a despesas de custeio (GND 3), correspondente a 48,8% do total, e de pessoal (GND 1), equivalente a 47,2%. Naquele caso, cerca de R\$ 3 milhões são relativos à prestação de serviços por mão-de-obra terceirizada (registrada nos elementos de despesa *37 Locação de Mão de Obra* e *34 Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização*) e, no que diz respeito a gastos com pessoal, todo o montante inscrito e reinscrito corresponde a despesas no elemento *11 Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil*, cujos lançamentos derivam da retenção de percentual da remuneração dos servidores, decorrente de determinação judicial, para pagamento da contribuição sindical à Confederação Nacional dos Servidores Públicos do Brasil.

Quanto aos R\$ 81.011.268,33 milhões de restos a pagar não processados inscritos ou reinscritos entre os anos de 2012 a 2016, esse montante dividiu-se basicamente entre despesas de custeio (R\$ 48,6 milhões) e de investimento (R\$ 31,8 milhões). Especificamente em relação ao exercício de 2016, os valores destinaram-se, por exemplo, aos seguintes objetos:

1) GND 3 (R\$ 31.826.368,94)

- a) 39,1% com despesas registradas na rubrica 39 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, com destaque para valores comprometidos para atender à manutenção e conservação de bens imóveis, máquinas e equipamentos, bem como com serviços de telecomunicações;
- b) 38% relaciona-se a despesas à conta dos elementos *37 Locação de Mão de Obra e 34 Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização*, em razão da inscrição de valores para atender às faturas relativas ao mês de dezembro, que usualmente são pagas em janeiro do ano subsequente;
- c) 7,8% com despesas registradas na rubrica 93 Indenizações e Restituições, sendo a quase totalidade dos valores inscritos destinados aos gastos com a Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores – CEAPS.

2) GND 4 (R\$ 11.141.370,58)

- a) Pregão Eletrônico nº 117/2016: aquisição de equipamentos de CFTV para a Secretaria de Polícia do Senado Federal;
- b) Pregão Eletrônico nº 130/2016: fornecimento de subestação elétrica metálica pré-fabricada, do tipo eletrocentro, quadros elétricos do tipo PTTA/TTA, instalação de rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, entrada de energia elétrica em média tensão e aterramento e adequações/obras civis necessárias;
- c) Concorrência nº 1/2016: prestação de serviços de levantamentos, diagnósticos, estudos preliminares, anteprojetos com revisão e atualização dos projetos existentes, projetos executivos e acompanhamentos de obras com a realização de adequações necessárias aos projetos executivos existentes, para os Sistemas

de Prevenção, Combate a Incêndio e Pânico, incluindo os de Acessibilidade e Segurança de Pessoa com Deficiência.

Por fim, em relação ao montante de restos a pagar não processados inscritos em 2015 e cancelados em 2017, a parcela de R\$ 14.663.434,29 milhões destinava-se a atender despesas de custeio, R\$ 4.603.803,51 milhões de investimento e R\$ 214.949,52 de pessoal.

3.3.5 Informações sobre a execução das despesas

Despesas por modalidade de contratação

Tabela 10 - Despesas por modalidade de contratação

(continua)

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1.Modalidade de Licitação	289.975.673,97	7,04 %	255.244.211,80	6,57 %	247.166.001,62	6,09 %	219.095.753,37	5,71 %
a) Convite	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
b) Tomada de Preços	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
c) Concorrência	3.825.173,53	0,09%	3.338.997,28	0,09%	-	0,00%	-	0,00%
d) Pregão	286.115.500,44	6,94%	251.905.214,52	6,48%	247.131.001,62	6,09%	219.095.753,37	5,71%
e) Concurso	35.000,00	0,00%	-	0,00%	35.000,00	0,00%	-	0,00%
f) Consulta	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
2. Contratações Diretas	56.931.724,29	1,38 %	66.938.408,18	1,72 %	49.655.786,04	1,22 %	61.334.167,60	1,60 %
h) Dispensa	35.282.779,85	0,86%	39.422.419,63	1,01%	30.370.535,85	0,75%	35.491.663,70	0,92%
i) Inexigibilidade	21.648.944,44	0,53%	27.515.988,55	0,71%	19.285.250,19	0,48%	25.842.503,90	0,67%

(continuação)

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
3. Regime de Execução Especial	477.243,14	0,01%	314.104,92	0,01%	477.243,14	0,01%	314.104,92	0,01%
j) Suprimento de Fundos	477.243,14	0,01%	314.104,92	0,01%	477.243,14	0,01%	314.104,92	0,01%
4. Pagamento de Pessoal	3.525.652.279,87	85,54%	3.321.199.187,42	85,45%	3.521.212.375,40	86,77%	3.319.731.059,73	86,45%
k) Pagamento em Folha	3.523.653.040,23	85,49%	3.319.315.684,68	85,40%	3.519.311.421,70	86,73%	3.317.847.556,99	86,40%
l) Diárias	1.999.239,64	0,05%	1.883.502,74	0,05%	1.900.953,70	0,05%	1.883.502,74	0,05%
5. Outras Despesas	248.448.463,88	6,03%	242.998.359,17	6,25%	239.443.363,08	5,90%	239.664.424,75	6,24%
6. Total das Despesas	4.121.485.385,15	100	3.886.694.271,49	100	4.057.954.769,28	100	3.840.139.510,37	100

Licitações

Em conformidade com a regra estabelecida pelo art. 3º do Ato da Diretoria-Geral nº 9, de 16 de março de 2015, que versa sobre a adoção preferencial do Pregão Eletrônico como modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, essa foi a modalidade na qual foram empenhadas e pagas a quase totalidade das despesas oriundas de licitação no exercício de 2017. As exceções couberam a:

- a) Concorrência nº 1/2017: contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Arquitetura e Engenharia compreendendo a elaboração de anteprojetos, projeto legal e projetos executivos em Unidades do Complexo Arquitetônico do Senado Federal, cujo valor empenhado foi da ordem de R\$ 445.173,53;

- b) Concorrência nº 1/2016: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de levantamentos e diagnósticos, estudos preliminares, anteprojetos (com revisão e atualização de projetos existentes), projetos executivos, e acompanhamento de obras com a realização de adequações necessárias aos projetos executivos, para os Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (incluindo acessibilidade e segurança de pessoa com deficiência) no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, cujo valor empenhado de R\$ 3.380.000,00 refere-se ao lote 3 do certame;
- c) Concurso nº 1/2017: seleção de uma obra de arte, tipo escultura em bronze, para integrar o acervo artístico do Senado Federal, no valor de R\$ 35 mil.

As despesas empenhadas em 2017 decorrentes da realização de pregões somam cerca de R\$ 286,1 milhões, sendo que 45,2% desse total refere-se ao elemento de despesa 37 *Locação de Mão de Obra*, 20,6% ao elemento 34 *Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização* e 15,8% ao elemento 39 *Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica*.

Contratações Diretas

Em relação às contratações diretas, houve um decréscimo de 14,9% no montante empenhado em 2017 em comparação ao ano anterior para atender a situações enquadradas nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Quanto às dispensas de licitação, nas quais houve redução de 10,5% em relação ao exercício de 2016, destacam-se os seguintes favorecidos, considerando sua representatividade em relação ao total empenhado:

- a) Companhia Energética de Brasília – CEB: dispensa de licitação com base no Inciso XXII do Art. 24 da Lei n.º 8.666/1993 (fornecimento ou suprimento de energia elétrica com concessionário, permissionário ou autorizado);
- b) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos: dispensa de licitação com base no Inciso VIII do Art. 24 da Lei n.º 8.666/1993 (aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência da Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado);

- c) Cetro RM Serviços LTDA. (Contrato nº 2017/0040); PLANSUL Planejamento e Consultoria EIRELI (Contrato nº 2017/0025); Apecê Serviços Gerais LTDA. (Contrato nº 2015/0116); Call Tecnologia e Serviços LTDA. (Contrato nº 2016/0049): dispensa de licitação com base no Inciso XI do Art. 24 da Lei nº 8.666/1993 (remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor);
- d) Inspecção São João Bosco: dispensa de licitação com base no Inciso XIII do Art. 24 da Lei nº 8.666/1993 (instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos);
- e) APAE Associação de Pais e Amigos e Excepcionais do DF: dispensa de licitação com base no Inciso XX do Art. 24 da Lei nº 8.666/1993 (associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado).

Em relação às contratações para as quais a realização de licitação é inexigível, com base no disposto no Art. 25 da Lei nº 8.666/1993, registra-se que houve redução de 21,3% em relação ao exercício de 2016, destacando-se os seguintes favorecidos no tocante ao montante empenhado: Star ONE S.A.; Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB e Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio Libanês.

Regime Especial de Execução

As informações detalhadas a respeito dos valores concedidos a título de suprimento de fundos encontram-se na Seção 7.2.11 *Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões e pagamento do governo federal.*

Pagamento de Pessoal

Quanto à folha de pagamento, a despesa executada em 2017 foi 6,2% superior à do ano anterior, principalmente em virtude do reajuste remuneratório concedido aos servidores pela Lei nº 13.302, de 27 de junho de 2016, no percentual de 5%, com efeitos financeiros a partir de janeiro de 2017. Já em relação às despesas com diárias, os valores pagos em 2017 mantiveram-se em linha com aqueles verificados no exercício anterior.

Outras Despesas

São exemplos de valores empenhados à conta do orçamento do Órgão em 2017 e que não se enquadram no detalhamento exigido na tabela:

- a) Despesas médico-hospitalares e odontológicas em favor da Caixa Econômica Federal para execução e aprimoramento do plano de saúde oferecido aos servidores, parlamentares e ex-parlamentares do Senado e o compartilhamento da rede de credenciados da Caixa para o Saúde Caixa pelos beneficiários do SIS e as despesas relativas ao ressarcimento de procedimentos realizados fora da rede credenciada do Saúde Caixa;
- b) Benefícios aos servidores: auxílios alimentação, pré-escolar, transporte, funeral, natalidade;
- c) Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores – CEAPS: regulamentada no Ato do Primeiro Secretário nº 5, de 2014;
- d) Bolsa e auxílio transporte aos estagiários: regulamentado no Ato da Comissão Diretora nº 11, de 2015

Despesas por grupo e elemento de despesa

Tabela 11 - Despesas por grupo e elemento de despesa

(continua)

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal								
APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. REFOR.MILITAR	1.498.501.310,75	1.321.388.907,21	1.498.056.970,59	1.321.307.253,88	444.340,16	81.653,33	1.498.056.970,59	1.321.307.253,88
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.311.245.820,74	1.349.459.526,45	1.311.245.820,74	1.349.459.526,45	-	-	1.310.013.268,99	1.348.277.078,36
PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	373.355.984,11	348.595.488,53	373.355.984,11	348.595.488,53	-	-	373.355.984,11	348.595.488,53
Demais elementos do grupo	340.549.924,63	299.871.762,49	337.885.198,01	299.667.736,22	2.664.726,62	204.026,27	337.885.198,01	299.667.736,22
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	192.979.417,53	182.573.695,72	172.760.228,30	170.141.933,77	20.219.189,23	12.431.761,95	172.343.300,17	170.116.162,63
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	139.561.584,93	130.999.289,05	125.302.271,61	123.064.535,28	14.259.313,32	7.934.753,77	124.740.643,97	121.172.011,56
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	69.495.440,85	67.541.751,04	69.495.440,85	67.541.751,04	-	-	69.495.440,85	67.541.751,04
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL - TERCEIRIZAÇÃO	62.866.574,61	62.492.752,60	55.764.720,82	58.341.415,86	7.101.853,79	4.151.336,74	55.764.720,82	58.341.415,86
Demais elementos do grupo	94.423.292,22	96.513.148,64	85.820.396,94	89.204.632,16	8.602.895,28	7.308.516,48	85.802.054,91	89.025.704,27

(continuação)

DESPEAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos								
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	28.552.330,49	15.058.194,38	26.386.825,17	10.230.527,85	2.165.505,32	4.827.666,53	26.382.757,29	10.208.856,69
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	5.311.778,28	2.483.857,81	3.867.118,28	1.077.478,80	1.444.660,00	1.406.379,01	3.867.118,28	1.077.478,80
Demais elementos do grupo	4.641.926,01	9.715.897,57	256.735,00	4.808.572,53	4.385.191,01	4.907.325,04	247.311,29	4.808.572,53
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

GND 1 – Pessoal e Encargos Sociais

A elevação da despesa executada nesse grupo em 2017 deve-se ao impacto do reajuste remuneratório concedido aos servidores pela Lei nº 13.302, de 27 de junho de 2016, no percentual de 5%, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro. Sob a ótica dos elementos de despesas, destaca-se, em termos nominais, a variação de R\$ 176,7 milhões na despesa liquidada com aposentados, refletindo o mencionado reajuste remuneratório e o expressivo número de aposentadorias ocorridas no período. Um total de 248 servidores efetivos do Senado Federal se aposentaram em 2017, o que impactou na redução de R\$ 48,6 milhões observada nos elementos *11 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil* e *13 Obrigações Patronais*, os quais se referem a despesas com pessoal ativo.

Percentualmente, o maior acréscimo se deu no elemento *92 Despesas de Exercícios Anteriores*, em decorrência de passivos trabalhistas de competência de anos anteriores pagos aos servidores em 2017. Ademais, registra-se o aumento ocorrido no elemento *7 Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência*, que se deve à migração de servidores do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o Regime de Previdência Complementar (RPC) e à adesão à Fundação de Previdência do Servidor Público Federal (FUNPRESP).

GND 2 – Juros e Encargos da Dívida

Não houve execução às custas do orçamento do Senado Federal no biênio 2016-2017.

GND 3 – Outras Despesas Correntes

Cabem as seguintes considerações a respeito dos valores empenhados no exercício de 2017 por elemento de despesa, bem como das variações observadas em relação ao exercício anterior:

- a) 39 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (34,5%): o elemento mais representativo do grupo abrange, dentre outros, os gastos com serviços médicos hospitalares, odontológicos e laboratoriais, fornecimento de energia elétrica, manutenção e conservação de bens imóveis, serviços de telecomunicações e comunicação de dados, manutenção de softwares, locação e manutenção de máquinas

e equipamentos (inclusive de informática), serviços de água e esgoto, assinatura de periódicos, os quais são afetados por reajustes de tarifas públicas e de preços contratuais;

- b) 37 Locação de Mão de Obra e 34 Outras Despesas de Pessoal – Terceirização (36,2%): a variação de R\$ 8,9 milhões entre os valores empenhados nos anos de 2016 e 2017 deve-se, principalmente, a repactuações e reajustes, usuais em contratos de prestação de serviços de natureza continuada;
- c) 46 Auxílio-alimentação, 8 Outros Benefícios Assistenciais do Servidor, 49 Auxílio-transporte (14,8%): a majoração dos valores empenhados em 2017 tem relação com os reajustes dos benefícios pagos aos servidores, conforme detalhado na Seção 7.2.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade;
- d) 93 Indenizações e Restituições (7,7%): essa rubrica engloba as despesas relacionadas à Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores (CEAPS), ao ressarcimento de despesas com assistência médica e odontológica e ao auxílio-moradia pago aos parlamentares que que não tenham imóveis funcionais do Senado Federal à disposição;
- e) 36 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física (1,7%): destacam-se o pagamento de bolsa e auxílio transporte aos estagiários e de Gratificação por Encargo de Curso e Concurso (GECC) aos servidores e a variação observada no biênio foi ocasionada pelo aumento do número de estagiários e pelo aumento da oferta de atividade de capacitação pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB);
- f) 33 Passagens e Despesas com Locomoção (1,5%): nesse elemento apurou-se uma das maiores reduções em termos nominais entre a despesa executada nos anos de 2016 e 2017. Mais especificamente, o decréscimo foi observado nos valores destinados a serviços de locação de meios de transporte, que encontra razões na alteração do desenho de tais contratos pelo Senado Federal. As avenças que antes contemplavam a locação de veículos e a prestação de serviços de motorista, ajudante e atendente nas atividades de transporte foram substituídas por novos contratos que atendem a esses objetos em separado (a partir de então, a parte relativa à mão de obra passou a ser abarcada em contrato próprio registrado no elemento 37 Locação de Mão de Obra);
- g) 92 Despesas de Exercícios Anteriores (0,8%): registrou-se uma queda acentuada, na ordem de 50,7%, no total empenhado no exercício de 2017 em relação a 2016. Esse fato se justifica, especialmente, pela redução observada nas naturezas de despesa

detalhadas concernentes a locação de mão-de-obra e outros serviços de terceiros, em decorrência do comportamento atípico observado em 2016, impactado pelo acerto final de contas do Contrato nº 2010/0024, junto à empresa Planalto Service LTDA., e pelo termo de reconhecimento de dívida dos serviços de cessão de segmento espacial prestados pela Star One S.A. para transmissão de sinais da Rádio e TV Senado.

Por fim, para atender à determinação dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, consignada nos Relatórios Bimestrais de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, restou contingenciado o total de R\$ 2.430.500,00 no custeio da ação 4061 (que não comprometeu a execução orçamentária, por ser pouco representativa em relação à dotação autorizada).

GND 4 – Investimentos

A despesa empenhada com investimentos em 2017 totalizou cerca de R\$ 38,5 milhões, montante 41,3% superior ao empenhado no ano anterior. Ressalvado um valor residual comprometido na rubrica de *Despesas de Exercícios Anteriores*, a distribuição desse montante deu-se sob os seguintes elementos de despesa:

- a) 52 Equipamentos e Material Permanente (74,2%): computadores, incluindo desktops e periféricos (Contratos nºs 2017/0061 e 2017/0059); monitores para estações de trabalho (Contrato nº 2017/0060); equipamentos conversores de sinais de áudio e vídeo, distribuidores, multiplexadores, de multiplexadores, teleprompters, transceptores tipo ponto eletrônico e conjuntos de câmeras-RCP-CCU para a Secretaria de Comunicação Social (Contrato nº 2017/0090); equipamentos relacionados à atualização de versão de hardware e software dos PABXs MX-ONE (Contrato nº 2017/0083); equipamentos eletrônicos e demais componentes necessários ao Sistema de Transmissão de Televisão Digital Terrestre da TV Senado (Contrato nº 2017/0075); fornecimento e instalação de Solução de Alta Disponibilidade de Next Generation Firewall e de Solução de Gerenciamento Centralizado e Integrado (Contrato nº 2017/0029), dentro outros;
- b) 39 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (13,8%): serviços relacionados à atualização de versão de hardware e software dos PABXs MX-ONE (Contrato nº 2017/0083); licenças de uso de produtos da Oracle (Contratos nºs 2017/0064 e 2017/0043) e demais relativos a despesas de aquisição/manutenção evolutiva de softwares e sistemas, bem como de serviços de instalação e treinamento dos equipamentos/sistemas adquiridos, cujos valores incorporam-se aos respectivos bens;

- c) 51 Obras e Instalações (11,9%): serviços de levantamentos, diagnósticos, estudos preliminares, anteprojetos com revisão e atualização dos projetos existentes, projetos executivos e acompanhamentos de obras com a realização de adequações necessárias aos projetos executivos existentes, para os Sistemas de Prevenção, Combate a Incêndio e Pânico, incluindo os de Acessibilidade e Segurança de Pessoa com Deficiência (Contrato nº 2017/0054); serviços técnicos de Arquitetura e Engenharia compreendendo a elaboração de anteprojetos, projeto legal e projetos executivos (Contrato nº 2017/0110); fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia para reformas e obras no Complexo Arquitetônico do Senado Federal e nas áreas comuns do Congresso Nacional (Ata de Registro de Preços nº 2017/0081).

A existência de prazos para entrega e instalação dos equipamentos, desenvolvimento de softwares e execução de reformas resultou em uma inscrição em restos a pagar não processados da ordem de R\$ 7,9 milhões, cujos valores serão liquidados e pagos nos exercícios subsequentes, à medida que se cumpram os requisitos contratuais.

GND 5 – Inversões Financeiras

Não houve execução às custas do orçamento do Senado Federal no biênio 2016-2017.

GND 6 – Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa

Não houve execução às custas do orçamento do Senado Federal no biênio 2016-2017.

3.3.6 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Tabela 12 - Concessão de suprimentos de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	020001	Senado Federal	0	0,00	79	979.300,00	60.000,00
2016	020001	Senado Federal	0	0,00	66	603.100,00	40.000,00

Fonte: CONTAB, SIAFI2016 e SIAFI2017

Tabela 13 - Utilização de suprimentos de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	020001	Senado Federal	0	0,00	109	69.860,00 ¹	407.507,37 ²	477.367,37
2016	020001	Senado Federal	0	0,00	55	26.576,49 ³	287.528,43 ⁴	314.104,92

Fonte: CONTAB, SIAFI2016 e SIAFI2017

Observações:

¹ Inclui o valor de R\$ 84,60, que embora tenha sido sacado em 2017, foi devolvido à Conta Única do Tesouro Nacional, por meio de Guia de Recolhimento da União.

² O montante correspondente ao “Valor das Faturas (b)” de 2017 encontra-se somado com a quantia de R\$ 39,63 referente a três pagamentos realizados no cartão corporativo, mas que extrapolaram o valor individual por item de despesa e foram recolhidos em favor do Senado Federal por meio de GRU.

³ Inclui o valor de R\$ 23,51, que embora tenha sido sacado em 2016, foi devolvido à Conta Única do Tesouro Nacional, por meio de Guia de Recolhimento da União.

⁴ O montante correspondente ao “Valor das Faturas (b)” de 2016 encontra-se somado com a quantia de R\$ 842,69 referente a dois pagamentos realizados no cartão corporativo, mas que extrapolaram o valor individual por item de despesa e foram recolhidos em favor do Senado Federal por meio de GRU.

Tabela 14 - Classificação dos gastos com suprimentos de fundos no exercício de referência

(continua)

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
020001	Senado Federal	339030- MATERIAL DE CONSUMO	01 – Combustíveis e Lubrificantes	311,73
			07 - Gêneros de Alimentação	136.649,14
			09 - Material Farmacológico	8.329,49
			15 – Material para Festividades e Homenagens	16.700,74
			16 - Material de Expediente	2.599,20
			19 - Material de Acondicionamento e Embalagem	110,56
			20 - Material de Cama, Mesa e Banho	832,14
			21 - Material de Copa e Cozinha	25.066,05
			22 - Material de Limpeza e Produtos de Higienização	15.087,01
			24 - Material para Manutenção de Bens Imóveis e Instalações	58.924,99
			25 - Material para Manutenção de Bens Móveis	11.746,44
			26 - Material Elétrico e Eletrônico	39.200,07
			27- Material de Manobra e Patrulhamento	3.799,98
			28 - Material de Proteção e Segurança	3.500,00
			29 - Material para Áudio, Vídeo e Foto	4.927,80
			31 – Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	12.362,56
			36 - Material Hospitalar	9.855,01
			39 - Material p/Manutenção de Veículos	815,00
41- Material p/ Utilização em Gráfica	797,30			
42 – Ferramentas	2.579,29			
46 – Material Bibliográfico	36,90			

(continuação)

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
020001	Senado Federal	339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	05 – Serviços Técnicos Profissionais	850,00
			10 – Locação de Imóveis	1.070,00
			16 - Manutenção e conservação de Bens Imóveis	14.790,00
			17 - Manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	9.438,00
			20 - Manutenção e conservação de Bens Móveis e de outras naturezas	28.595,99
			23 – Festividades e homenagens	415,00
			41 – Fornecimento de alimentação	6.447,84
			59 – Serviços de áudio, vídeo e foto	4.788,00
			63- Serviços gráficos e editoriais	780,00
			74 - Fretes e Transportes de encomendas	876,40
			97 - Comunicação de dados	1.039,00
		99 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	16.792,75	
		449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12 - Aparelhos e utensílios domésticos	7.140,95
			33 – Equipamentos para áudio, vídeo e foto	6.894,61
42 – Mobiliário em geral	5.393,20			
51 – Peças não incorporáveis a imóveis	17.700,00			

ANÁLISE CRÍTICA

A Administração Pública, em determinadas situações, necessita utilizar-se de sistemática especial para realizar despesas que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processamento normal de execução orçamentária. Para esses casos, como medida de exceção, o Senado Federal autoriza a realização de despesas pelo regime de adiantamento.

Em respeito ao princípio da separação dos Poderes, a norma editada por este órgão para disciplinar a realização de despesas por meio de Suprimento de Fundos, é o Ato da Comissão Diretora nº 17 de 21 de novembro de 2012. Destarte, devido a uma nova interpretação – baseada no Art. 47 do Decreto nº 93.872 de 1986 –, em 19/06/2015, o ATC em referência foi alterado pelo Ato da Comissão Diretora nº 07/2015, o qual introduziu o Regime Especial de Execução – REE de Suprimento de Fundos para atender, tão somente, às peculiaridades da Presidência do Senado Federal, bem como sua Residência Oficial. Cumpre ressaltar que, para esse regime, mantiveram-se as regras e limites estabelecidos no ano 2017, mas a sua utilização foi ampliada para outras Unidades, todas com a finalidade de atender a Residência Oficial do Senado Federal, o que consequentemente foi uma das causas do aumento dos gastos com suprimento de fundos em 2017.

Com base na série histórica apresentada, pode-se verificar que a execução de despesas por suprimento de fundos sofreu um aumento tanto na quantidade quanto no valor total concedido aos supridos no exercício de 2017. No entanto, se comparado com a execução total das despesas do órgão, tais valores têm-se mantido baixos, o que se justifica principalmente pelo fato de os gestores serem constantemente alertados de que esse é um regime de exceção e por isso deve atender somente os gastos emergenciais, que não podem ser submetidos ao processo normal de realização da despesa preconizado pela Lei 8.666, de 1993.

Outra informação extraída dos quadros é a de que, em 2017, todas as concessões de suprimento de fundos foram operacionalizadas pelo Cartão de Pagamentos do Governo Federal – CPGF. Ainda que a alternativa de realização de gastos por meio da conta tipo "B" não tenha sido extinta dos normativos do órgão, atualmente, busca-se eliminar essa

modalidade de pagamento, visto que a utilização do cartão garante um melhor controle e uma maior segurança da utilização dos recursos públicos pelo regime de adiantamento.

Relativo ao maior limite individual concedido no exercício de 2017, o montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) trata-se de uma concessão do Regime Especial de Execução com vigência de três meses, obedecendo ao limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por mês, conforme definição do ATC nº 07/2015 supracitado.

No que tange aos saques efetuados em 2017, todos foram autorizados previamente pelo Ordenador de Despesa e, conforme justificativas dos servidores supridos nos processos de concessão, tal providência deveu-se às exigências de fornecedores, que demandaram pagamentos ou por boleto bancário ou em espécie.

Finalmente, ressalta-se que nenhuma das concessões efetuadas foi para servidor já responsável por dois suprimentos, ou que estivesse em atraso na prestação de contas de suprimentos e que também não houve concessão a servidor que esteja respondendo a inquérito administrativo, ou que seja declarado em alcance. Ademais, registra-se que as prestações de contas apresentadas pelos supridos no exercício de 2017 foram aprovadas na sua totalidade pelo Ordenador de Despesas.

3.4 Desempenho Operacional

Os Projetos Estratégicos, que são monitorados quinzenalmente pelo Escritório Corporativo de Governança e Gestão estratégica – EGOV/DGER, têm seus marcos cadastrado e acompanhados no Sistema GEP – Gestão da Estratégia e Projetos.

A situação dos marcos é periodicamente atualizada, podendo ser considerados como “Concluídos”, “Em execução”, “Não Iniciados”, “Suspensos” ou “Cancelados”. A situação dos marcos dos projetos estratégicos que estão em execução pode ser verificada no detalhamento abaixo:

Quadro 2 - Aceleração da conversão digital da TV Senado

(continua)

SF - Aceleração da conversão digital da TV Senado			
Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
Publicação do ato conjunto DGER/SGM que define os projetos estratégicos 2017/2018	06/09/2017	Concluído	06/09/2017
1º Fase - Implantação básica do PAM - Production Asset Management	30/11/2017	Em execução	
1ª Fase - Processo de Aquisições de 2017 para a STVSEN	22/12/2017	Em execução	
1ª Fase - Contratação de consultoria para Diagnóstico para projeto de integração entre TV e Internet	31/12/2017	Cancelado	
1ª Fase - Projeto para Contratação de Conteúdos de Acessibilidade com Arte e Cenário - Conclusão de TR para Aquisição em 2018	31/12/2017	Em execução	
1ª Fase - Projeto para Substituir Câmeras e Central de Corte Remoto das Comissões - CCP - Conclusão de TR para Aquisições em 2018	31/12/2017	Em execução	
1º Fase - Projeto para Substituir Equipamentos do Estúdio B - Conclusão de TR para Aquisições em 2018	31/12/2017	Em execução	
1ª Fase - Contratação de Consultoria para Projeto de Integração entre TV e Internet	28/02/2018	Em execução	

(continuação)

SF - Aceleração da conversão digital da TV Senado			
Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
1ª Fase - Projeto Adaptação Física da Central Técnica	28/02/2018	Em execução	
2ª Fase - Aquisição de Equipamentos do Estúdio B	31/07/2018	Não iniciado	
2ª Fase - Aquisição de câmeras e central de corte remoto das Comissões – CCP	31/10/2018	Não iniciado	
2ª Fase - Aquisições de equipamentos para atualização do CEDOC para HD 16:9 (aquisição de drivers e leitores LTO 6 – PRODASEN)	31/10/2018	Em execução	
2ª Fase - Contratação de Conteúdos de Acessibilidade com Arte e Cenários (incluindo contrato atual de closed caption)	31/10/2018	Não iniciado	
2ª Fase - Implantação completa do PAM – Production Asset Management	31/10/2018	Não iniciado	
2ª Fase - Recursos de TI para programação da atualização CEDOC para HD 16:9.	31/10/2018	Não iniciado	
3ª Fase - Implantação de toda a cadeia produtiva da TV em HD	31/10/2018	Não iniciado	
3ª Fase - Adaptação da infraestrutura física da central técnica	28/02/2019	Não iniciado	
3ª Fase - Implantação de distribuição da TV em HD	28/02/2019	Não iniciado	
3ª Fase - Implantação da integração da TV e Internet em HD conforme projeto da consultoria.	30/06/2019	Não iniciado	

Quadro 3 - Ampliação das funcionalidades do E-cidadania

SF - Ampliação das funcionalidades do E-Cidadania			
Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
Publicação do ato conjunto DGER/SGM que define os projetos estratégicos 2017/2018	06/09/2017	Concluído	06/09/2017
Criação de cartilhas com benefícios do Portal E-Cidadania para os Parlamentares	31/01/2018	Em execução	
Seleção de melhores perguntas, comentários e contribuições para serem entregues aos Senadores e Consultoria Legislativa	28/02/2018	Concluído	06/02/2018
Maior conhecimento do E-Cidadania por parte dos assessores dos senadores	30/04/2018	Não iniciado	
Realização de Workshop sobre as funcionalidades do Portal E-Cidadania	30/04/2018	Não iniciado	
Definição de mecanismos de qualificação das participações para gerar estatísticas destinadas aos parlamentares	31/05/2018	Não iniciado	
Definição de nova arquitetura de informação do Portal e-Cidadania	29/06/2018	Não iniciado	
Definição de documentos derivados da participação que serão juntados ao processado da matéria	31/08/2018	Suspenso	
Criação de cadastro único para usuários dos portais do Senado	28/12/2018	Não iniciado	
Entrega de painéis gerenciais de acompanhamento parlamentar e controle de gestão pela Coapec (DW e QlikView)	28/12/2018	Não iniciado	
Entrega de versão do Legis adaptada à inclusão dos documentos derivados do e-Cidadania	28/12/2018	Não iniciado	
Entrega do novo Portal e-Cidadania	28/12/2018	Não iniciado	

Quadro 4 - Aprimoramento da capacitação gerencial

SF - Aprimoramento da capacitação gerencial			
Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
Início	01/08/2017	Concluído	01/08/2017
Relatório de benchmarking	17/11/2017	Em execução	
Benefício Esperado: Otimização das ações de capacitação e melhoria no desempenho dos gestores	04/12/2017	Em execução	
Consolidação do Programa de Formação Gerencial, com planejamento	28/02/2018	Em execução	
Avaliação do PFG 2º/2017	30/03/2018	Em execução	
Projeto - Mecanismo de Levantamento de Necessidades de Treinamento Gerencial	28/09/2018	Em execução	
Relatório de avaliação	31/10/2018	Não iniciado	

Quadro 5 - Aprimoramento do processo de avaliação de impacto legislativo e de desempenho das políticas públicas

(continua)

SF - Aprimoramento do processo de avaliação de impacto legislativo e de desempenho das políticas públicas			
Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
Participação do Consultor-Geral Legislativo e do Gerente do Projeto de missão em visita a órgãos do parlamento britânico	21/07/2017	Concluído	21/07/2017
Acordo de cooperação com o TCU	28/08/2017	Concluído	28/08/2017
Acordos de cooperação com o IBGE	31/10/2017	Em execução	
Publicação de orientações para o desenvolvimento de metodologia para aplicar a avaliação de impacto legislativo no Senado	15/12/2017	Concluído	06/12/2017
Organização de capítulos de publicação sobre boas práticas legislativas, com ênfase na avaliação de impacto.	28/02/2018	Não iniciado	
Realização de curso sobre avaliação de impacto	28/02/2018	Em execução	
Elaboração de minuta de proposta e de normativo para a implementação das avaliações de impacto legislativo e de atualização dos procedimentos para a avaliação de políticas públicas.	30/03/2018	Não iniciado	

(continuação)

Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
Reuniões com os consultores e consultoras que trabalharam com o atual modelo de avaliação de políticas públicas.	30/03/2018	Não iniciado	
Reuniões com os Secretários de Comissões sobre processos críticos do atual modelo de avaliação de políticas públicas.	30/03/2018	Não iniciado	
Reuniões com gabinetes de Senadores (as) previamente selecionados sobre o atual modelo de avaliação de políticas públicas.	27/04/2018	Não iniciado	
Publicação de diagnóstico do atual modelo de avaliação de políticas públicas e proposta de aperfeiçoamento	28/05/2018	Não iniciado	
Visita de trabalho a países com experiência em avaliação de impacto regulatório e avaliação de leis e políticas públicas.	30/05/2018	Não iniciado	
Acordo de cooperação com o IPEA	31/05/2018	Em execução	
Reuniões com a SGM e com a Secretaria das Comissões para avaliar as minutas acima expostas.	29/06/2018	Não iniciado	
Apresentação de minutas de normativos à Mesa do Senado	30/10/2018	Não iniciado	
Apresentação de minutas de manuais	30/11/2018	Não iniciado	

Quadro 6 - Centralização do atendimento das demandas de mudança nos ambientes de trabalho

SF - Centralização do atendimento das demandas de mudança nos ambientes de trabalho			
Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
Termo de Abertura	01/07/2017	Concluído	01/07/2017
Plano do Projeto	30/09/2017	Concluído	05/10/2017
Mapeamento do Processo (BPM)	11/11/2017	Concluído	10/11/2017
Redesenho do Processo	31/01/2018	Em execução	
Automação	30/06/2018	Não iniciado	
Termo de Encerramento	31/07/2018	Não iniciado	

Quadro 7 - Estruturação da gestão da estratégia corporativa

(continua)

SF - Estruturação da gestão da estratégia corporativa			
Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
Publicação do ato conjunto DGER/SGM que define os projetos estratégicos 2017/2018	06/09/2017	Concluído	06/09/2017
Alocação de pessoal - Documentação do método já estabelecido	29/09/2017	Concluído	03/10/2017
Estratégia - Entender e modelar situação atual (AS IS)	27/10/2017	Concluído	07/11/2017
Estratégia - Analisar processo	13/12/2017	Concluído	08/12/2017
Estratégia - Redesenhar o processo (TO BE)	09/02/2018	Em execução	
Projetos - Entender e modelar situação atual (AS IS)	09/02/2018	Concluído	10/01/2018
Estratégia - Modelo de relatório mensal de suporte a gestão corporativa	23/02/2018	Em execução	
Alocação de pessoal - Sistematização do método	09/03/2018	Em execução	
Alocação de pessoal - Relatório do projeto piloto no SIS	30/03/2018	Em execução	
Estratégia - Implementar novo processo	06/04/2018	Não iniciado	

(continuação)

Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
Projetos - Analisar processo	13/04/2018	Concluído	19/01/2018
Projetos - Redesenhar o processo (TO BE)	08/06/2018	Em execução	
Estratégia - Manual do processo	15/06/2018	Não iniciado	
Alocação de pessoal - Sistema de suporte as informações de dimensionamento	29/06/2018	Em execução	
Estratégia - Comunicar e disseminar informações sobre o processo	06/07/2018	Não iniciado	
Projetos - Implementar novo processo	17/08/2018	Não iniciado	
RA - Processos levantados	31/08/2018	Cancelado	
Processos - Definição do método	19/10/2018	Em execução	
Projetos - Manual do processo	19/10/2018	Não iniciado	
Processos – Treinamento	16/11/2018	Não iniciado	
Projetos - Comunicar e disseminar informações sobre o processo	16/11/2018	Não iniciado	
Processos - Comunicação	14/12/2018	Não iniciado	
RA - Processos desenhados	14/12/2018	Cancelado	
RA - Processos transferidos	08/02/2019	Cancelado	
Relatório de conclusão do projeto	29/03/2019	Não iniciado	

Quadro 8 - Gestão do conhecimento

(continua)

SF - Gestão do conhecimento			
Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
Publicação do ato conjunto DGER/SGM que define os projetos estratégicos 2017/2018 Início	06/09/2017	Concluído	06/09/2017
Criação de ambiente no Saberes para facilitar a atuação em grupo dos alunos das oficinas, nos moldes da comunidade Biblioteca do Senado criada em 2016	05/02/2018	Concluído	05/02/2018
Contratação do consultor externo	16/02/2018	Em execução	
Oficina interna de capacitação para a equipe envolvida no projeto	19/02/2018	Não iniciado	
Diagnóstico do grau de maturidade de gestão do conhecimento no Senado	09/03/2018	Não iniciado	
Relatório de avaliação do diagnóstico do grau de maturidade de gestão do conhecimento no Senado	10/03/2018	Não iniciado	
Plano de melhoria do grau de maturidade de gestão do conhecimento	16/03/2018	Não iniciado	
Relatório de avaliação do plano de melhoria do grau de maturidade de gestão do conhecimento	23/03/2018	Não iniciado	
Projetos para formação do programa de gestão do conhecimento, o qual contemplará um projeto para cada uma das lacunas identificadas como relevantes (Caso selecionado e projeto piloto em execução)	06/04/2018	Não iniciado	
Apresentação para os titulares dos escritórios de Gestão de Projetos de sugestão de plano de ação visando ao monitoramento de identificação de fatores críticos de sucesso	11/04/2018	Não iniciado	
Elaboração da Política e estrutura de governança e gestão do conhecimento	13/04/2018	Não iniciado	
Plano de comunicação do PGC	13/04/2018	Não iniciado	

(continuação)

Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
Proposta de divulgação da proposta de Gestão do Conhecimento	13/04/2018	Não iniciado	
Relatório de avaliação do programa de gestão do conhecimento, o qual contemplará um projeto para cada uma das lacunas identificadas como relevantes	13/04/2018	Não iniciado	
Relatório de avaliação da proposta de Política e estrutura de governança e Gestão do Conhecimento	20/04/2018	Não iniciado	
Relatório de avaliação do plano de comunicação do PGC	20/04/2018	Não iniciado	
Aprovação da Política e estrutura de governança e Gestão do Conhecimento	31/05/2018	Não iniciado	
Implementação do programa, levando em consideração as lições aprendidas do projeto piloto	03/08/2018	Não iniciado	
Relatório de avaliação de implementação do programa de GC	17/08/2018	Não iniciado	
Definir estratégia para manutenção da implementação da GC (identificar fatores críticos de sucesso, formas de minimizar resistências à GC e avaliação contínua do PGC)	31/08/2018	Não iniciado	
Apresentação para os titulares dos escritórios de Gestão de Projetos de sugestão de plano de ação visando ao monitoramento de identificação de fatores críticos de sucesso	10/09/2018	Não iniciado	
Apresentação para os titulares dos escritórios de Gestão de Projetos visando ao nivelamento de conceitos sobre gestão do conhecimento	11/12/2018	Não iniciado	

Quadro 9 - Integração da informação legislativa entre Câmara e Senado

SF - Integração da informação legislativa entre Câmara e Senado			
Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
Assinatura do Ato Conjunto	15/08/2017	Concluído	20/10/2017
Início	15/08/2017	Concluído	20/10/2017
Elaboração da lista de objetivos específicos do Senado Federal	17/11/2017	Concluído	24/11/2017
Criação do Grupo de Trabalho da Câmara	30/11/2017	Concluído	08/11/2017
Elaboração da lista de objetivos específicos comuns entre as Casas	15/02/2018	Em execução	
Elaboração do cronograma geral de metas do programa	01/03/2018	Não iniciado	
Elaboração dos Termos de Abertura dos Projetos do biênio 2017-2018	01/03/2018	Não iniciado	
Relatórios semestrais	22/06/2018	Não iniciado	
Encerramento	31/12/2019	Não iniciado	
Relatório final do Programa	31/12/2022	Não iniciado	

Quadro 10 - Modernização dos plenários do Senado Federal

(continua)

SF - Modernização dos plenários do Senado Federal			
Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
Início	01/08/2017	Concluído	01/08/2017
ÁUDIO - Entrega de premissas de infraestrutura e lista DE - PARA	31/08/2017	Concluído	15/09/2017
ÁUDIO - Pesquisa de Preço concluída	24/11/2017	Concluído	19/02/2018
ÁUDIO - Termo de Referência concluído	15/12/2017	Concluído	19/02/2018
SVE - Assinatura do contrato para aquisição de equipamentos	06/02/2018	Em execução	
SVE – Adaptações do SVE-comissões para uso como plenário concluídas 08/02/2018 - Participantes: José Roberto, Sérgio, Celso, Carolina, Adriano.	30/03/2018	Não iniciado	
SVE - Consumo das informações do SVE do Plenário nos sistemas legislativos	30/03/2018	Em execução	
SVE – Totem para votações abertas para uso contingencial fora do plenário instalado	30/03/2018	Em execução	
SVE – Atualização tecnológica de projetor/apregoador do Auditório Petrônio Portela instalada	02/04/2018	Em execução	

(continuação)

Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
ÁUDIO - Certame licitatório finalizado	23/04/2018	Em execução	
ÁUDIO - Equipamentos entregues	23/07/2018	Não iniciado	
ÁUDIO - Implantação do novo Sistema de áudio no Plenário 02 das Comissões concluída	31/07/2018	Cancelado	
ÁUDIO - Implantação do novo Sistema de áudio no Plenário 03 das Comissões concluída	31/07/2018	Cancelado	
ÁUDIO - Implantação do novo Sistema de áudio no Plenário 06 das Comissões concluída	31/07/2018	Cancelado	
ÁUDIO - Implantação do novo Sistema de áudio no Plenário 07 das Comissões concluída	31/07/2018	Cancelado	
ÁUDIO - Implantação do novo Sistema de áudio no Plenário 09 das Comissões concluída	31/07/2018	Cancelado	
ÁUDIO - Implantação do novo Sistema de áudio no Plenário 13 das Comissões concluída	31/07/2018	Cancelado	
ÁUDIO - Implantação do novo Sistema de áudio no Plenário 15 das Comissões concluída	31/07/2018	Cancelado	
ÁUDIO - Implantação do novo Sistema de áudio no Plenário 19 das Comissões concluída	31/07/2018	Cancelado	
ÁUDIO - Instalações dos equipamentos no Plenário 02 das Comissões concluídas	31/07/2018	Cancelado	
ÁUDIO - Instalações dos equipamentos no Plenário 03 das Comissões concluídas	31/07/2018	Cancelado	

(continuação)

Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
ÁUDIO - Instalações dos equipamentos no Plenário 06 das Comissões concluídas	31/07/2018	Cancelado	
ÁUDIO - Instalações dos equipamentos no Plenário 07 das Comissões concluídas	31/07/2018	Cancelado	
ÁUDIO - Instalações dos equipamentos no Plenário 09 das Comissões concluídas	31/07/2018	Cancelado	
ÁUDIO - Instalações dos equipamentos no Plenário 13 das Comissões concluídas	31/07/2018	Cancelado	
ÁUDIO - Instalações dos equipamentos no Plenário 15 das Comissões concluídas	31/07/2018	Cancelado	
ÁUDIO - Instalações dos equipamentos no Plenário 19 das Comissões concluídas	31/07/2018	Cancelado	
ÁUDIO - Obras no Plenário 02 das Comissões (gesso, pintura, cabeamento, etc.) concluída	31/07/2018	Cancelado	
ÁUDIO - Obras no Plenário 03 das Comissões (gesso, pintura, cabeamento, etc.) concluída	31/07/2018	Cancelado	
ÁUDIO - Obras no Plenário 06 das Comissões (gesso, pintura, cabeamento, etc.) concluída	31/07/2018	Cancelado	
ÁUDIO - Obras no Plenário 07 das Comissões (gesso, pintura, cabeamento, etc.) concluída	31/07/2018	Cancelado	
ÁUDIO - Obras no Plenário 09 das Comissões (gesso, pintura, cabeamento, etc.) concluída	31/07/2018	Cancelado	
ÁUDIO - Obras no Plenário 13 das Comissões (gesso, pintura, cabeamento, etc.) concluída	31/07/2018	Cancelado	
ÁUDIO - Obras no Plenário 15 das Comissões (gesso, pintura, cabeamento, etc.) concluída	31/07/2018	Cancelado	

(continuação)

Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
ÁUDIO - Obras no Plenário 19 das Comissões (gesso, pintura, cabeamento, etc.) concluída	31/07/2018	Cancelado	
ÁUDIO - Obras no Plenário concluídas	31/07/2018	Não iniciado	
SVE - Solução de urna eletrônica desenvolvida	30/08/2018	Em execução	
ÁUDIO - Instalações dos equipamentos no Plenário concluídas	28/09/2018	Não iniciado	
SVE – leitores de veia em postos de votação instalados	31/10/2018	Em execução	
ÁUDIO - Implantação do novo Sistema de áudio no Plenário concluída	06/11/2018	Não iniciado	
Encerramento	30/06/2019	Não iniciado	

Quadro 11 - Modernização dos sistemas legislativos

SF - Modernização dos sistemas legislativos			
Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
Definição de fluxos das informações geridas no âmbito dos trabalhos legislativos.	27/02/2018	Em execução	
Revisão do PMSLP, com os parâmetros e diretrizes mencionados na justificativa do presente projeto.	30/03/2018	Não iniciado	
Definição de política de gestão de tipologias, metadados e indexações.	31/12/2018	Não iniciado	
Levantamento de processos de trabalho relativos ao registro e oferta da informação.	31/12/2018	Não iniciado	

Quadro 12 - Modernização e humanização do acesso de pessoas e veículos ao Senado Federal

SF - Modernização e humanização do acesso de pessoas e veículos ao Senado Federal			
Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
Publicação do ato conjunto DGER/SGM que define os projetos estratégicos 2017/2018	06/09/2017	Concluído	06/09/2017
2. Tecnologia de Acesso de Veículos definida	07/09/2017	Concluído	21/11/2017
1. Diagnóstico finalizado	06/10/2017	Concluído	01/11/2017
1. TR de Recepcionistas elaborado	31/10/2017	Concluído	02/11/2017
1. Layout do Salão Azul Alterado	01/11/2017	Concluído	01/11/2017
1. Layout da Chapelaria Alterado	01/12/2017	Concluído	01/01/2018
1. Layout do Anexo I aprovado	31/01/2018	Em execução	
1. Layout do Anexo II Alterado	31/01/2018	Em execução	
1. Novo contrato de Recepção	01/03/2018	Em execução	

Quadro 13 - – Reestruturação da estratégia de canais de comunicação social

(continua)

SF - Reestruturação da estratégia de canais de comunicação social			
Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
Infomatérias - 1ª Fase – Definição da equipe que, na Agência Senado, ficará encarregada de produzir as infomatérias	31/07/2017	Concluído	31/08/2017
Infomatérias - 1ª Fase – Levantamento de cursos a serem realizados pela equipe encarregada de produzir as infomatérias	31/07/2017	Concluído	31/10/2017
Senado Play - 1ª Fase - Arquitetura da Informação /Organização do conteúdo	31/07/2017	Concluído	20/10/2017
Infomatérias - 1ª Fase – Definição de cronograma de trabalho com a equipe do projeto	31/08/2017	Concluído	17/11/2017
Radio Agência - 1ª Fase – Pesquisa de opinião e recadastramento das emissoras de rádio conveniadas	31/08/2017	Concluído	10/08/2017
Senado Play - 2ª Fase - Desenvolvimento visual / Definição do layout	31/08/2017	Concluído	17/11/2017
Infomatérias - 2ª Fase – Levantamento sobre ferramentas e softwares para produção das infomatérias	30/09/2017	Concluído	31/10/2017
Radio Agência - 3ª Fase – Planejamento de Comunicação e Marketing para divulgação do novo serviço	30/09/2017	Concluído	01/11/2017
Senado Play - 2ª Fase – Definição / Filtros por Tags	30/09/2017	Em execução	
Senado Play - 2ª Fase – Desenvolvimento de requisitos do sistema / Funcionalidades	31/10/2017	Em execução	
Infomatérias - 3ª Fase – Padronização do espaço onde serão agrupadas as infomatérias no portal Senado Notícias	30/11/2017	Concluído	30/09/2017
Senado Play - 3ª Fase – 1a etapa do projeto / Lançamento do Senado Play /	30/11/2017	Não iniciado	

(continuação)

Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
Infomatérias - 2ª Fase – Levantamento sobre conteúdos jornalísticos multimídia no Brasil e no mundo	08/12/2017	Em execução	
Aplicativos Senado - 1ª Fase – Elaboração do projeto com definição do escopo (design thinking) e melhor forma de desenvolvimento (interno ou contratação externa)	18/12/2017	Em execução	
Aplicativos Senado - 1ª Fase – Capacitação do NTI em desenvolvimento de aplicativos mobile IOS e Android	31/12/2017	Não iniciado	
Aplicativos Senado - 1ª Fase – Contratação de monitoria para aplicação do design thinking	31/12/2017	Em execução	
Infomatérias - 4ª Fase – Formalização do fluxo de trabalho que integrará equipes da Agência, do Jornal, da TV e da Rádio na produção das infomatérias	31/12/2017	Não iniciado	
Radio Agência - 5ª Fase – Prospecção de novas emissoras conveniadas à RadioAgência Senado, buscando a ampliação de 30% do cadastro	31/12/2017	Em execução	
Infomatérias - 3ª Fase – Definição do formato das infomatérias	31/01/2018	Em execução	
Infomatérias - 4ª Fase – Finalização de análise técnica pela TI sobre funcionalidades e recursos do novo produto	31/01/2018	Não iniciado	
Radio Agência - 2ª Fase – Fase de testes das ferramentas desenvolvidas	31/01/2018	Em execução	
Radio Agência - 4ª Fase – Lançamento do novo site voltado para emissoras de rádio conveniadas à RadioAgência Senado	20/02/2018	Em execução	
Aplicativos Senado - 1ª Fase – Contratação do desenvolvimento dos Aplicativos, se for o caso: Fábrica de Software ou Desenvolvedor externo	28/02/2018	Não iniciado	
Aplicativos Senado - 2ª Fase – Definição do conteúdo dos aplicativos e a forma de desenvolvimento	28/02/2018	Não iniciado	
Aplicativos Senado - 2ª Fase – Definição do design/layout	28/02/2018	Não iniciado	

(continuação)

Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
Infomatérias - 5ª Fase – Estréia do novo produto no Portal Senado Notícias	28/02/2018	Não iniciado	
Infomatérias - 2ª Fase – Relatório sobre visitas a departamentos de arte de portais de notícia e de jornais de grande circulação no país	01/03/2018	Suspenso	
Aplicativos Senado - 3ª Fase – Aquisição de solução de streaming	31/03/2018	Não iniciado	
Senado Play - 4ª Fase – Acompanhamento da plataforma / Avaliação	31/03/2018	Não iniciado	
Aplicativos Senado - 3ª Fase – Protótipo Aplicativo 1	30/04/2018	Não iniciado	
Senado Play - 4ª Fase – Ajustes na plataforma considerando a avaliação após 3 meses de Lançamento	30/04/2018	Não iniciado	
Aplicativos Senado - 3ª Fase – Entrega do Aplicativo 1	31/05/2018	Não iniciado	
Aplicativos Senado - 3ª Fase – Protótipo Aplicativo 2	31/05/2018	Não iniciado	
Infomatérias - 6ª Fase – Avaliação do desempenho das infomatérias após 3 meses do lançamento e propostas de ajustes	31/05/2018	Não iniciado	
Senado Play - 4ª Fase – Definição de indicativos e acompanhamento dos resultados	31/05/2018	Não iniciado	
Aplicativos Senado - 3ª Fase – Entrega do Aplicativo 2	30/06/2018	Não iniciado	
Aplicativos Senado - 3ª Fase – Protótipo Aplicativo 3	30/06/2018	Não iniciado	
Aplicativos Senado - 3ª Fase – Entrega do Aplicativo 3	31/07/2018	Não iniciado	
Aplicativos Senado - 3ª Fase – Protótipo Aplicativo 4	31/07/2018	Não iniciado	

(continuação)

Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
Aplicativos Senado - 3ª Fase – Avaliação dos resultados de cada aplicativo 3 meses após o lançamento e proposta de ajustes	31/08/2018	Não iniciado	
Aplicativos Senado - 3ª Fase – Entrega do Aplicativo 4	31/08/2018	Não iniciado	
Infomatérias - 6ª Fase – Avaliação dos resultados após 6 meses	31/08/2018	Não iniciado	
Radio Agência - 2ª Fase – Desenvolvimento de sistema para espaço exclusivo para rádios conveniadas na internet	31/08/2018	Concluído	16/11/2017
Aplicativos Senado - 3ª Fase – Protótipo Aplicativo 5	30/09/2018	Não iniciado	
Aplicativos Senado - 3ª Fase – Entrega do Aplicativo 5	31/10/2018	Não iniciado	
Aplicativos Senado - 3ª Fase – Avaliação dos resultados de cada aplicativo após 6 meses após o lançamento e proposta de ajustes	30/11/2018	Não iniciado	

Quadro 14 - – Remodelagem e automação de Recursos Humanos

SF - Remodelagem e automação dos processos de Recursos Humanos			
Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
Início	05/04/2017	Concluído	05/04/2017
Módulo I - entrega para homologação	17/11/2017	Concluído	14/12/2017
Módulo I - Implantação em Produção	15/12/2017	Concluído	15/12/2017
Módulo II	28/02/2018	Em execução	
Módulo III - Demais processos	30/05/2018	Não iniciado	
Módulo IV – Definição sobre as informações constantes somente em prontuário	01/10/2018	Não iniciado	
Encerramento	02/10/2018	Não iniciado	

Quadro 15 - Revisão do processo de tratamento da documentação histórica e administrativa

(continua)

SF - Revisão do processo de tratamento da documentação histórica e administrativa			
Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
00 - Publicação do ato conjunto DGER/SGM que define os projetos estratégicos 2017/2018	06/09/2017	Concluído	06/09/2017
27 - Instalação/adequação de pontos de eletricidade, lógica, telefonia, mobiliário etc.	02/02/2018	Não iniciado	
01.01 - Implementação de espaço próprio no storage para os documentos digitalizados	26/02/2018	Em execução	
06 - Estudo e definição dos métodos e técnicas a serem aplicados para a adequação dos sistemas à gestão arquivística e para o aprimoramento da classificação arquivística	28/02/2018	Não iniciado	
01 - Assinatura do Termo de Execução Descentralizada (TED) com a UnB	05/03/2018	Em execução	
07 - Capacitação dos Escritórios Setoriais de Gestão quanto aos métodos e técnicas a serem aplicados para a adequação dos sistemas à gestão arquivística	30/03/2018	Não iniciado	
18 - Análise, tratamento e oferta em meio eletrônico dos Anais que ainda não foram disponibilizados na página do Senado Federal	30/03/2018	Não iniciado	
02 - Assinatura de Contrato com a empresa para integração de sistemas	31/05/2018	Não iniciado	
12 - Cronograma de integração dos sistemas informatizados ativos (que produzem documentos) ao SIGAD	29/06/2018	Não iniciado	
08 - Projeto piloto de aplicação dos métodos e técnicas para a adequação dos sistemas à gestão arquivística e para o aprimoramento da classificação arquivística	30/06/2018	Não iniciado	
09 - Análise e validação dos métodos e técnicas aplicados no projeto piloto	30/07/2018	Não iniciado	

(continuação)

Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
10 - Cronograma de aplicação dos métodos e técnicas para a adequação dos sistemas à gestão arquivística e para o aprimoramento da classificação arquivística em todo o Senado Federal	31/08/2018	Não iniciado	
13 - Avaliação e definição de soluções para os conjuntos documentais digitais que não possuem os requisitos de gestão arquivística, oriundos de sistemas ativos do projeto piloto	31/08/2018	Não iniciado	
03 - Diagnóstico da Situação Arquivística do Senado Federal	30/09/2018	Não iniciado	
19 - Descrição e definição do quadro de arranjo da documentação arquivística do Senado do período imperial (projeto piloto)	30/11/2018	Não iniciado	
14 - Cronograma de avaliação e definição de soluções para os conjuntos documentais digitais que não possuem os requisitos de gestão arquivística, oriundos de sistemas ativos	30/12/2018	Não iniciado	
26.1 - Formação e capacitação continuada de equipe do Projeto	31/12/2018	Não iniciado	
16 - Cronograma de avaliação e definição de soluções para os conjuntos documentais digitais que não possuem os requisitos de gestão arquivística, oriundos de sistemas inativos	31/01/2019	Não iniciado	
24 - Contratação de empresa para dar suporte ao RDC-Arq e ao sistema de descrição, difusão e acesso de informações e documentos arquivísticos, após término do projeto de pesquisa com a UnB	30/07/2019	Não iniciado	
20 - Análise e tratamento de 1.800 metros lineares de documentos arquivísticos sob a guarda da Coordenação de Arquivo	31/07/2019	Não iniciado	
22 - Instalação, uso e suporte de um RDC-Arq e de um sistema de descrição, difusão e acesso de informações e documentos arquivísticos	30/11/2019	Não iniciado	

(continuação)

Marco/Fase	Previsão Atual	Situação	Data Real
23 - Integração do SIGAD ao RDC-Arq	30/12/2019	Não iniciado	
26.2 - Formação e capacitação continuada de equipe do Projeto	31/12/2019	Não iniciado	
04 - Atualização das normas vigentes relacionadas à Gestão Arquivística	31/01/2020	Não iniciado	
05 - Elaboração de normas complementares de Gestão Arquivística	31/01/2020	Não iniciado	
26.3 - Formação e capacitação continuada de equipe do Projeto	31/12/2020	Não iniciado	
11 - Implantação e acompanhamento dos métodos e técnicas para a adequação dos sistemas à gestão arquivística e para o aprimoramento da classificação arquivística em todo o Senado Federal	30/09/2021	Não iniciado	
26.4 - Formação e capacitação continuada de equipe do Projeto	31/12/2021	Não iniciado	
15 - Implantação e acompanhamento de soluções para os conjuntos documentais digitais que não possuem os requisitos de gestão arquivística, oriundos de sistemas ativos	31/01/2023	Não iniciado	
25 - Capacitação continuada do corpo funcional do Senado Federal, quanto ao efetivo exercício dos procedimentos relacionados à gestão documental inerentes a este projeto	30/12/2023	Não iniciado	
17 - Implantação e acompanhamento de soluções para os conjuntos documentais digitais que não possuem os requisitos de gestão arquivística, oriundos de sistemas inativos	29/02/2024	Não iniciado	
21 - Descrição e definição do quadro de arranjo da documentação arquivística histórica do Senado.	29/02/2024	Não iniciado	
99 - Conclusão do projeto	29/02/2024	Não iniciado	

3.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Em fevereiro de 2015, com a publicação do Ato da Diretoria-Geral nº 5, foram criados trinta indicadores de gestão de pessoas, divididos em cinco grupos: indicadores de estrutura; indicadores de provimento; indicadores de desenvolvimento; indicadores de manutenção; e indicadores de custo de parcelas variáveis.

Naquele ato foram definidos parâmetros gerais com orientações para a implementação dos indicadores, ficando o detalhamento a cargo de um grupo de trabalho. Diante disso, foi formado um grupo de trabalho, composto por membros de diversas unidades do Senado Federal, que realizou pesquisas e análises para a definição dos parâmetros de cada indicador.

A implementação parcial foi realizada em um painel gerencial por meio do software Qlikview. É importante ressaltar que até o momento somente foram definidas as métricas de monitoramento, faltando ainda a definição das metas para obtenção dos indicadores. Seguem abaixo as fórmulas definidas para os indicadores.

Indicadores de Estrutura do Quadro de Pessoal:

Quadro 16 - Indicadores de estrutura do quadro de pessoal

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
1.1	Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo faixa etária global e por vínculo	-	Não há meta definida	Mensal	(Número de colaboradores sob ótica em análise/Número total de colaboradores) *100

Quadro 17 - Taxa de composição da força de trabalho segundo a escolaridade

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
1.2	Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo a escolaridade	-	Não há meta definida	Mensal	(Número de colaboradores sob ótica em análise/Número total de colaboradores) *100

Quadro 18 - Taxa de composição da força de trabalho segundo gênero e raça

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
1.4	Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo o gênero e raça	-	Não há meta definida	Mensal	(Número de colaboradores sob ótica em análise/Número total de colaboradores) *100

Quadro 19 - Taxa de composição da força de trabalho segundo lotação e exercício

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
1.5	Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo lotação e exercício	-	Não há meta definida	Mensal	(Número de colaboradores sob ótica em análise/Número total de colaboradores) *100

Quadro 20 - Taxa de servidores cedidos pelo Senado e para o Senado

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
1.6	Taxa de servidores cedidos pelo Senado e para o Senado	-	Não há meta definida	Mensal	(Número de servidores efetivos cedidos pelo Senado/Número total de servidores efetivos do Senado) x 100
					(Número de servidores efetivos cedidos para o Senado/Número total de servidores efetivos do Senado) x 100

Indicadores de Provimento do Quadro de Pessoal:

Quadro 21 - Taxa de provimento e vacância por cargo

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
2.1	Taxas de Provimento e Vacância por cargo	-	Não há meta definida	Mensal	(Número de cargos ocupados sob a ótica em análise/Número total de cargos existentes) *100
					(Número de cargos vagos sob a ótica em análise/Número total de cargos existentes) *100

Quadro 22 - Tempo médio desde a autorização para reposição até o efetivo provimento de servidores efetivos

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
2.2	Tempo médio desde a autorização para reposição até o efetivo provimento de servidores efetivos	-	Não há meta definida	*Dependerá da realização dos concursos, abrangendo o período entre a homologação e o vencimento da validade do certame	(Somatório (Data de exercício do servidor efetivo - Data de publicação do edital do concurso do servidor efetivo que entrou em exercício)) / Total de servidores efetivos nomeados que entraram em exercício

Quadro 23 - Tempo médio da solicitação de nomeação até o provimento de servidores comissionados

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
2.3	Tempo médio da solicitação de nomeação até o efetivo provimento de servidores comissionados	-	Em construção	Em construção	(Somatório (Data de exercício do servidor comissionado - Data de publicação do ato de nomeação do servidor comissionado que entrou em exercício)) / Total de servidores comissionados nomeados que entraram em exercício

Indicadores de Desenvolvimento do Quadro de Pessoal:

Quadro 24 - Tempo médio anual de treinamento dos servidores por vínculo

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
3.1	Tempo médio anual de treinamento dos servidores por vínculo	-	Em construção	Anual	Número total de horas de capacitação/Número de servidores

Quadro 25 - Tempo médio anual de treinamento dos servidores em cargos gerenciais

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
3.2	Tempo médio anual de treinamento dos servidores em cargos gerenciais	-	Em construção	Anual	Número total de horas de capacitação/Número de servidores

Quadro 26 - Percentual de servidores capacitados/ano

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
3.3	Percentual de servidores capacitados/ano	-	Em construção	Anual	(Número total de servidores com ao menos um treinamento concluído no ano/Número total de servidores) *100

Quadro 27 - Taxa de conclusão de servidores matriculados em eventos de capacitação

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
3.4	Taxa de conclusão de servidores matriculados em eventos de capacitação	-	Em construção	Anual	(Número total de servidores que concluíram as capacitações/Número total de servidores se matricularam) *100

Quadro 28 - Taxa de reação dos servidores treinados

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
3.5	Taxa de reação dos servidores treinados	-	Em construção	-	Em construção

Quadro 29 - Taxa de impacto dos treinamentos

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
3.6	Taxa de impacto dos treinamentos	-	Em construção	-	Em construção

Quadro 30 - Relação de candidatos-vaga dos programas de pós-graduação ofertados

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
3.7	Relação de candidatos-vaga dos programas de pós-graduação ofertados	-	Em construção	-	Em construção

Indicadores de Manutenção do Quadro de Pessoal:

Quadro 31 - Remuneração média por cargo e especialidade

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.1	Remuneração média por cargo e especialidade	-	Não há meta definida	Mensal	Somatório das remunerações de todos os colaboradores da instituição/Quantitativo total de colaboradores

Quadro 32 - Taxa de absenteísmo

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.2	Taxa de absenteísmo	-	Não há meta definida	Mensal	(Número total de horas de afastamentos sob as óticas em análise/Número total de horas que os colaboradores deveriam estar disponíveis) *100

Quadro 33 - Índice de rotatividade de pessoal por cargo e especialidade

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.3	Índice de rotatividade de pessoal por cargo e especialidade	-	Em construção	Anual	$\left[\frac{\text{Número total de admissões} + \text{Número total de desligamentos}}{2} \right] / \left[\frac{\text{Número total de efetivos no início do período} + \text{Número total de efetivos no final do período}}{2} \right]$

Quadro 34 - Número médio de dias de afastamento por licença médica por cargo e especialidade

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.4	Número médio de dias de afastamento por licença médica por cargo e especialidade	-	Não há meta definida	Mensal	(Somatório (Número de dias de afastamento por licença médica)) /Número de colaboradores que tiveram afastamento por licença médica

Quadro 35 - Índice de clima organizacional

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.5	Índice de clima organizacional	-	Em construção	Bianual	((Total de respostas "concordo" + Total de respostas "concordo totalmente") /Total de respostas - (Total de respostas "não sei/não se aplica" + Total de respostas em branco)) *100

Quadro 36 - Taxa de afastamentos decorrentes de doenças laborais, global e por cargo e especialidade

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.6	Taxa de afastamentos decorrentes de doenças laborais, global e por cargo e especialidade	-	Em construção	Em construção	Em construção

Quadro 37 - Taxa de afastamentos decorrentes de doenças crônicas

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.7	Taxa de afastamentos decorrentes de doenças crônicas	-	Não há meta definida	Mensal	(Número total de dias de afastamento por licença médica, doença crônica/Número total de dias de afastamento por licença médica) *100

Quadro 38 - Percentual de aposentadorias precoces decorrentes de doenças laborais, global e por cargo e especialidade

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.8	Percentual de aposentadorias precoces decorrentes de doenças laborais, global e por cargo e especialidade	-	Em construção	Em construção	Em construção

Quadro 39 - Percentual de aposentadorias precoces decorrentes de doenças crônicas

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.9	Percentual de aposentadorias precoces decorrentes de doenças crônicas	-	Em construção	Em construção	Em construção

Indicadores de Custo de Parcelas Variáveis:

Quadro 40 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de horas-extras

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
5.1	Custo médio por unidade, servidor e vínculo de horas-extras	-	Não há meta definida	Mensal	Média do valor dispendido por horas-extras sob as óticas de unidade, servidor e vínculo, dentro do ano corrente

Quadro 41 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio transporte

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
5.2	Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio transporte	-	Não há meta definida	Mensal	Média do valor dispendido por transporte sob as óticas de unidade, servidor e vínculo, dentro do ano corrente

Quadro 42 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio alimentação

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
5.3	Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio alimentação	-	Não há meta definida	Mensal	Média do valor dispendido por alimentação sob as óticas de unidade, servidor e vínculo, dentro do ano corrente

Quadro 43 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio pré-escolar

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Periodicidade	Fórmula do indicador
5.4	Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio pré-escolar	-	Não há meta definida	Mensal	Média do valor dispendido por auxílio pré-escolar sob as óticas de unidade, servidor e vínculo, dentro do ano corrente

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das Estruturas de Governança

O Sistema de Governança Corporativa e Gestão Estratégica, instituído pelo Ato do Primeiro Secretário nº 16, em 22 de dezembro de 2011, tem a finalidade de garantir o uso de boas práticas de administração no Senado Federal.

Por esse sistema, os esforços se concentram em adaptar modelos e práticas de Governança Corporativa e Gestão Estratégica, como medida de desenvolvimento institucional, e também em atendimento da sociedade por mecanismos cada vez mais eficazes de governança, para zelar por seus interesses na gestão pública.

Para dar sustentabilidade à Governança Corporativa e à Gestão Estratégica, foi estabelecido, por meio do Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2017, um novo conjunto de diretrizes estratégicas para o biênio 2017 – 2019. Essas diretrizes, em conjunto com os objetivos estratégicos, previamente definidos pelo Ato da Comissão Diretora, nº 5, de 2015, são utilizados como referência para o direcionamento estratégico do Senado Federal até o ano de 2023, podendo ser revisados e alterados, a qualquer momento, por novo Ato da Comissão Diretora

Como desdobramento da estratégia, visando dar-lhe exequibilidade, foi definido, por meio do Ato Conjunto da Secretaria-Geral da Mesa e da Diretoria-Geral do Senado Federal, nº 1, de 2017, o portfólio de projetos estratégicos a serem executados pela administração do Senado Federal para o biênio 2017 – 2018.

Cabe à Diretoria-Executiva de Gestão, órgão subordinado à Diretoria-Geral, com assessoramento do Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica, a supervisão geral da carteira de projetos, o apoio ao seu planejamento, o monitoramento da sua execução e a interlocução com as áreas da estrutura administrativa do Senado Federal, com vistas à superação de dificuldades identificadas nas etapas de implementação.

Suportam e compõem a estrutura de governança corporativa:

- I. Comissão Diretora;
- II. Comitê Executivo;

III. Comitê de Contratações;

IV. Comitê de Governança da Tecnologia de Informação;

V. Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica (órgão de assessoramento);

1- A Comissão Diretora é composta pelos senadores titulares da Mesa Diretora do Senado Federal. Compete à Mesa Diretora a formulação de políticas, objetivos, diretrizes e metas, bem como a superior supervisão e fiscalização dos atos administrativos, no âmbito da Instituição, nos termos do Regimento Interno e de Ato próprio definidor das competências e atribuições de cada um de seus membros. **Resolução do Senado Federal nº 11, de 2017.**

2- O Comitê Executivo foi instituído por meio do Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2015, para implementar e gerir o plano estratégico do Senado Federal, composto pelo Chefe de Gabinete da Presidência e os titulares da Secretaria-Geral da Mesa e Diretoria-Geral.

3- O Comitê de Contratações foi instituído por meio do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 24 de outubro de 2014, como parte da Política de Contratações do Senado Federal. Possui como escopo a otimização, modernização e desburocratização dos processos relacionados às contratações desta Casa Legislativa. Desta forma, compete ao Comitê de Contratações:

3a. aprovar anualmente o Plano de Contratações do Senado Federal;

3b. estabelecer prioridades das contratações de acordo com a estratégia organizacional e diretrizes da Comissão Diretora;

3c. acompanhar a execução do Plano de Contratações do Senado Federal;

3d. decidir sobre alterações no Plano de Contratações do Senado Federal.

4- O Comitê de Governança de Tecnologia de Informação foi instituído pelo Ato da Comissão Diretora nº 8, de 21 de outubro de 2016, como parte da Política de Governança de Tecnologia da Informação do Senado Federal (PGTI/SF). Ao comitê compete:

4a - propor à Diretoria-Geral e à Secretaria-Geral da Mesa o Plano Estratégico de TI e o Plano de Diretor de TI do Senado Federal, bem como acompanhar sua execução;

4b - coordenar a formulação das propostas de políticas, diretrizes, objetivos e estratégias de TI;

4c - coordenar a elaboração dos planos e a definição dos indicadores de desempenho de TI, bem como a implementação das ações planejadas e a mensuração dos resultados obtidos;

4d - realizar a gestão de portfólio dos projetos de TI, priorizar as ações e os investimentos de TI, os quais deverão estar alinhados aos objetivos institucionais do Senado Federal;

4e - monitorar e controlar os projetos de TI, avaliando riscos, problemas e custos relacionados aos projetos;

4f - aprovar demandas de manutenção com impacto significativo sobre os projetos de TI;

4g - recomendar sobre a resolução de conflitos na utilização compartilhada de recursos para o atendimento das diferentes demandas de TI;

4h - monitorar o desempenho da TI por meio dos indicadores.

5- O Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica, órgão de assessoramento, diretamente subordinado à Diretoria-Geral, foi instituído pelo Ato do Primeiro Secretário nº 16, de 2011. Suas competências estão previstas no Regulamento Administrativo do Senado Federal (Ato da Diretoria-Geral nº 27, de 2014, com a redação atualizada pelo Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2015). À Diretoria-Geral compete prover o Senado Federal de métodos, técnicas e ferramentas de governança corporativa e gestão estratégica.

5.1- Ao Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica compete:

5.1a) assessorar a gestão da estratégia organizacional, o que inclui as ações de planejamento estratégico, desdobramento da estratégia, monitoramento da execução e reavaliação da estratégia organizacional e respectivos objetivos e metas;

5.1b) assessorar a gestão corporativa de projetos estratégicos, o que inclui a definição e monitoramento do portfólio de projetos necessários à implementação da estratégia organizacional;

5.1c) assessorar a gestão da estrutura organizacional do Senado Federal;

5.1d) assessorar a administração e os colegiados de âmbito administrativo do Senado Federal nas diversas ações de Governança Corporativa, inclusive na Gestão de Riscos Organizacionais;

5.1e) propor a implantação de padrões, métodos, ferramentas e modelos de processos corporativos de gestão;

5.1f) orientar tecnicamente os Escritórios Setoriais de Gestão, com o intuito de viabilizar a disseminação de diretrizes, e a integração e compatibilização das iniciativas de Governança Corporativa e Gestão Estratégica.

4.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

O Regulamento Administrativo do Senado Federal - RASF, consolidado na forma do anexo à Resolução do Senado Federal nº 11, de 2017, estabelece a atuação do órgão de auditoria no âmbito da Casa, a Secretaria de Controle Interno - SCISF, conforme dispõem seus artigos 197, § 3º, 227 e 231.

Segundo o art. 227 do RASF e, ainda, o organograma desta Casa Legislativa, a Secretaria de Controle Interno – SCISF é Órgão de Assessoramento Superior da Comissão Diretora do Senado Federal. Dessa forma, mantém independência e objetividade em relação aos diversos órgãos que compõem a estrutura administrativa da Casa.

Em conformidade com a INTOSAI GOV 9140, a SCISF atua de forma imparcial em suas avaliações e nos seus relatórios de auditoria. Importante ainda ressaltar que os auditores agem com o zelo profissional devido e com precaução sem afetar a independência da Secretaria de Controle Interno.

A SCISF não participa de atividades da alçada do gestor que possam prejudicar sua independência e objetividade no cumprimento de suas funções, em obediência à INTOSAI GOV 9140.

A Secretaria de Controle Interno - SCISF, suas coordenações e serviços estão organizadas de forma centralizada. Assim, a SCISF não está estruturada em unidades ou subunidades descentralizadas.

Conforme o art. 231, §1º, do RASF, a Secretaria de Controle Interno tem a seguinte estrutura:

- I – Gabinete Administrativo;
- II – Escritório Setorial de Gestão;
- III – Serviço de Auditoria de Tecnologia da Informação;
- IV – Coordenação de Auditoria Contábil e Financeira:
 - a) Serviço de Auditoria Contábil e Prestação de Contas;
 - b) Serviço de Auditoria de Despesas Especiais;
 - c) Serviço de Auditoria de Programas e de Acompanhamento da Execução Orçamentária;
- V – Coordenação de Auditoria de Contratações:
 - a) Serviço de Auditoria de Conformidade de Contratações;
 - b) Serviço de Auditoria Operacional de Contratações;
- VI – Coordenação de Auditoria de Pessoal:
 - a) Serviço de Auditoria de Direitos e Vantagens;
 - b) Serviço de Auditoria de Admissões e Concessões.

O preenchimento de funções comissionadas no Senado Federal obedece a regra do art. 101, § 2º do RASF, a saber:

§ 2º As funções comissionadas serão preenchidas por servidores efetivos do Senado Federal que possuam as qualificações necessárias ao seu exercício.

No que se refere à escolha do titular da SCISF, não há especificação em norma interna quanto aos requisitos de qualificação específicos para o exercício da referida função.

O Diretor da SCISF é designado por intermédio de Portaria do Presidente do Senado Federal.

A posição da SCISF na estrutura do UPC Senado Federal é a seguinte, conforme extraído do RASF:

Art. 227. São Órgãos de Assessoramento Superior:

- I – de Consultoria e Assessoramento às Atividades Legislativas:
 - a) Consultoria Legislativa;
 - b) Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle;
- II – de Controle e Garantia da Legalidade:

a) Advocacia do Senado Federal;

b) *Secretaria de Controle Interno do Senado Federal;*

III – de Comunicação Social, a Secretaria de Comunicação Social.

(grifo nosso)

No organograma do Senado Federal, a SCISF encontra-se diretamente subordinada à Comissão Diretora.

Conforme dispõe o art. 191 do RASF, à Comissão Diretora, com a estrutura da Mesa do Senado Federal, compete a formulação de políticas, objetivos, diretrizes e metas, bem como a superior supervisão e fiscalização dos atos administrativos, no âmbito da Instituição, nos termos do Regimento Interno e de Ato próprio definidor das competências e atribuições de cada um de seus membros.

A alta gerência toma conhecimento das recomendações da SCISF por intermédio de relatórios de auditoria, de reuniões de comunicação de resultados de auditorias e de outras ações de controle. Em seguida, os relatórios da SCISF são enviados para a alta gerência por intermédio de processo eletrônico. As demais comunicações referentes ao atendimento e análise das recomendações são realizadas no âmbito do referido processo eletrônico.

A comunicação acerca de riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência é feita, conforme já noticiado, por intermédio de reuniões de comunicação de resultados dos trabalhos da SCISF e, ainda, por intermédio de relatórios. A alta gerência, representada pelo Presidente e pelo Primeiro-Secretário do Senado Federal, é informada acerca desses riscos. A SCISF realiza também o monitoramento de suas avaliações e recomendações, com vistas a acompanhar as providências tomadas pela Alta Administração do Senado Federal.

Em 2014 a SCISF efetuou adequações em sua estrutura organizacional, com a criação do Serviço de Auditoria de Tecnologia da Informação – SEAUDTI, buscando atender os Acórdãos TCU-Plenário, n.º 1603 e 2.471, de 2008, específicos quanto à atividade de auditoria de tecnologia da informação.

Com isso, foi possível iniciar os trabalhos de auditoria de Tecnologia da Informação no âmbito da Casa. Tal iniciativa tem trazido ganhos operacionais na área de

TI do Senado Federal, por intermédio dos relatórios de auditoria e monitoramento das ações de TI.

No corrente ano, 2018, há iniciativa, por parte da Secretaria de Controle Interno, para realizar varias adequações na descrição de suas competências, relacionamento com a Alta Administração, critérios e prazos para designação titular do órgão de auditoria interna, bem como quanto à mudança do nome do órgão de controle interno para AUDITORIA, buscando minimizar, assim, interpretações dissonantes a respeito das atuações entre os órgãos de Gestão, de Governança e de Auditoria.

Além disto, será incluída, também, entre as competências do órgão, a auditoria da Governança Corporativa, além das atuais atividades de auditoria da Gestão Estratégica. Também buscar-se-á a adequação da estrutura organizacional da SCISF, equiparando a unidade de auditoria de tecnologia da informação, atualmente no nível de Serviço, para o nível de Coordenação, como as outras três coordenações, a saber: auditoria Contábil e Financeira, auditoria de Pessoal, e auditoria de Licitações e Contratos Administrativos.

E por fim, buscar-se-á reativar a unidade de apoio técnico-administrativo para as equipes de auditoria.

4.3 Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos no ano de 2017

NÚCLEO DE COMISSÃO PROCESSANTE - NGCOMP

PROCESSOS CONCLUÍDOS

Tabela 15 - Processos concluídos

	PAD	Sindicância	Justificação	Total
Janeiro	0	0	0	0
Fevereiro	0	0	0	0
Março	0	0	0	0
Abril	0	1	0	1
Maio	0	1	0	3
Junho	0	1	0	1
Julho	2	2	0	4
Agosto	0	1	0	1
Setembro	0	2	0	2
Outubro	0	0	1	1
Novembro	0	0	0	0
Dezembro	0	0	0	0
Total	2	8	1	11

DETALHAMENTO DOS PROCESSOS

Janeiro: Não ocorreu conclusão de processos.

Fevereiro: - Não ocorreu conclusão de processos.

Março: - Não ocorreu conclusão de processos.

Abril: 1 Sindicância.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.002084/2017-16	Sindicância	Irregularidade na frequência do Servidor. Processo concluído em 19/04/17. Relatório final acatado pela autoridade superior que determinou a penalidade de advertência. Portaria DGER nº 2167 de 03/05/2017.

Maior: 1 Sindicância.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.003080/2017-55	Sindicância	Irregularidade na frequência do Servidor. Processo concluído em 04/05/17. Relatório final acatado pela autoridade superior que determinou a penalidade de advertência. Portaria DGER nº 2227 de 2017.

Junho: 1 Sindicância.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.004103/2017-49	Sindicância	O servidor não comparecia para cumprir a jornada de trabalho. Processo concluído em 14/06/2017. Relatório acatado pela autoridade superior que reconheceu e determinou a aplicação da penalidade de Advertência, Portaria DGER nº 3010, de 2017.

Julho: 1 PAD; 1 Sindicância.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.009866/2017-86	Sindicância	O Servidor foi acusado de ter cometido assédio moral. Processo concluído em 13/07/2017. Relatório acatado pela autoridade instauradora, que determinou o arquivamento do processo.
00200.002967/2017-26	PAD	A Servidora foi acusada de Inassiduidade Habitual. Processo Concluído em 05/07/2017. Relatório acatado pela autoridade instauradora, que determinou o arquivamento do processo, a correção das informações nos assentamentos funcionais. Houve posterior desconto de dias não trabalhados.

Julho: 1 PAD..

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.006952/2017-37	PAD	O Servidor foi acusado de Assédio Sexual. Processo Concluído em 05/07/2017. Relatório acatado, parcialmente, pela autoridade instauradora que agravou a penalidade de suspensão de 30 para 90 dias. Portaria do Primeiro Secretário nº 25, de 2017. Posteriormente, convertida em multa conforme decisão do Exmo. Sr. Primeiro-Secretário, NUP 00100.162397/2017-51 (VIA 001), em 22 de outubro de 2017.

Agosto: 1 PAD.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200008927/2017-24	PAD	O Servidor foi acusado de Inassiduidade habitual. Processo concluído em 22/08/2017. Relatório acatado pela autoridade instauradora, que determinou o arquivamento do processo.

Setembro: 2 PADs..

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.005593/2017-09	PAD	O Servidor comissionado foi acusado de abandono de emprego. Processo concluído em 21/09/2017. Relatório acatado pela autoridade instauradora, que determinou o arquivamento do processo.
00200.007690/2017-28	PAD	O Servidor foi acusado de inassiduidade habitual e abandono de emprego. Processo concluído em 19/09/2018. Relatório acatado pela autoridade instauradora, que determinou o arquivamento do processo.

Outubro: 1 Justificação.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.004528/2017-58	Justificação	A esposa e a Companheira de servidor falecido requereram o pagamento de pensão por morte, do marido / companheiro. Processo concluído em 04/10/2017. A autoridade instauradora acatou o relatório da Comissão de Justificação, que determinou o rateio da pensão por morte de servidor, entre a esposa e a companheira. Portaria da DGER nº 4819/17.

Novembro: não houve conclusão de processos.

Dezembro: não houve conclusão de processos.

4.4 Gestão de riscos e controles internos

Em 2015, a Secretaria de Controle Interno – SCISF realizou auditoria operacional com o objetivo de avaliar a gestão de riscos organizacionais do Senado Federal.

Por meio do Relatório de Auditoria Operacional nº. 072/2015 – COAUDCON/SCISF (doc. 00100.069916/2015-41), foi constatado o seguinte:

- A política de gestão de riscos organizacionais foi instituída pelo ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 16, DE 2013;
- Ausência de regulamentação da Política de Gestão de Riscos Organizacionais do Senado Federal;
- Ausência de processo formalmente instituído para executar, de modo sistemático e padronizado, a gestão de riscos organizacionais do Senado;
- Ausência de plano corporativo de gestão de riscos organizacionais;
- Ausência de programas de treinamento e de conscientização do corpo funcional em gestão de riscos.

Foram feitas as seguintes recomendações à Administração do Senado Federal:

- Instituir programa de capacitação e treinamento dos servidores especificamente no tocante a gestão de riscos organizacionais, conforme previsto no art. 6º, inc. V, do ATC nº. 16/2013;
- Editar normas internas que regulamentem a Política de Gestão de Riscos Organizacionais instituída pelo ATC nº. 16/2013, conforme determinação contida no art. 6, inc. VII, c/c art. 10 do referido normativo;
- Instituir programa de sensibilização e conscientização em riscos organizacionais, conforme previsto no art. 6º, inc. IV, do ATC nº. 16/2013;
- Elaborar, aprovar e publicar plano de gerenciamento de riscos no Senado Federal, cujo conteúdo contenha, no mínimo, os seguintes elementos:
 - escopo pretendido, delimitando os processos e projetos cujos riscos devam ser gerenciados, abrangendo, inclusive, o processo de contratações;
 - mecanismos de segurança das informações e documentos produzidos;
 - competências e responsabilidades;
 - procedimentos e práticas;
 - sequência e cronologia das atividades;
 - recursos necessários;

- metodologia e instrumentos de identificação, análise e avaliação de riscos;
- forma de comunicação e reporte; e
- indicadores para medição periódica de desempenho.
- Implementar processo sistemático e estruturado de gerenciamento de riscos organizacionais no âmbito do Senado Federal, cujo ciclo compreenda procedimentos relacionados a identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento/análise crítica, em cumprimento ao ATC nº. 16/2013 e em conformidade com as normas técnicas ABNT NBR ISO 31000:2009 e ABNT NBR ISO/IEC 31010/2012.

Todavia, até a presente data, não se tem notícia acerca do cumprimento de quaisquer das recomendações de auditoria elencadas acima.

5. ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

5.1 Gestão de pessoas

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

QUANTITATIVOS – TOTAL DE SERVIDORES EM 31/12/2017: 6059

Tabela 16 – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	3.565	2.502	28	25
1.1. Membros de poder e agentes políticos	81	87 *	6	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3.484	2.415	0	25
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3.484**	2.256	0	5***
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	N/A	N/A	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	N/A	N/A	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	N/A	159*****	22	20
2. Servidores com Contratos Temporários	N/A	N/A	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	N/A	3.637*****	917	664
4. Total de Servidores (1+2+3)	3.565	6.139	945	689

Observações:

* Usa-se o termo “lotação autorizada” para os agentes políticos no sentido de que há, no exercício do cargo de senador, 81 parlamentares. A Lei faculta ao parlamentar o direito de afastar-se, sem perder o mandato, para o exercício do cargo de Ministro, e outros.

** Critério utilizado: total de vagas dos cargos efetivos. A lotação efetiva refere-se àquelas vagas que estavam ocupadas em 31/12/2017.

*** Foi considerado o exercício de 2017, de 01/01 a 31/12/17. Não foi considerada: vacância por aposentadoria (243) e falecimento (2). Dos 5 egressos, 1 foi por demissão, 1 por exoneração a pedido, e 3 por posse em outro cargo inacumulável.

**** Esses servidores requisitados de outros órgãos (têm vínculo com a Administração) exercem cargo em comissão.

***** Terminologia utilizada na instituição: Servidores comissionados. No Senado, há 3.803 servidores que exercem cargo em comissão. Desses servidores:

- 159 tem vínculo com a Administração Pública, conforme item 1.2.4.
- 4 são servidores efetivos do Senado Federal que exercem cargos em comissão;
- 3 são servidores aposentados do Senado Federal no exercício de cargo em comissão.

Desse modo, para a contagem do item “3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública”, usou-se o seguinte critério: 3.803 servidores que exercem cargos em comissão menos 159 que, embora exerçam cargos em comissão, têm vínculo com a Administração Pública, somados os 4 servidores efetivos ativos e os 3 servidores aposentados no exercício no cargo em comissão, o que resulta no quantitativo de 3.637 servidores comissionados.

II – Características:

A. Distribuição dos servidores por faixa etária e vínculo

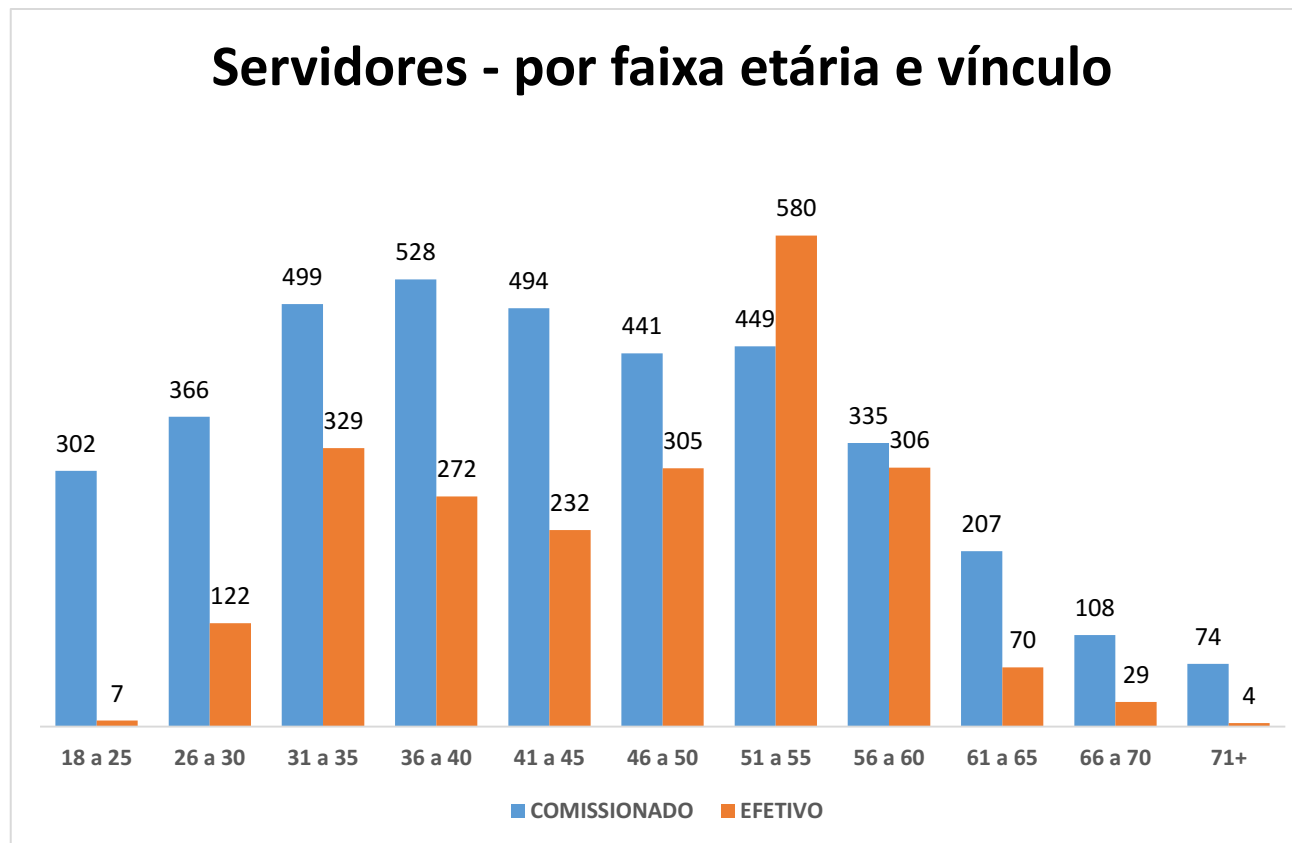


Gráfico 1 - Servidores por faixa etária e vínculo

B. Distribuição de servidores por gênero:

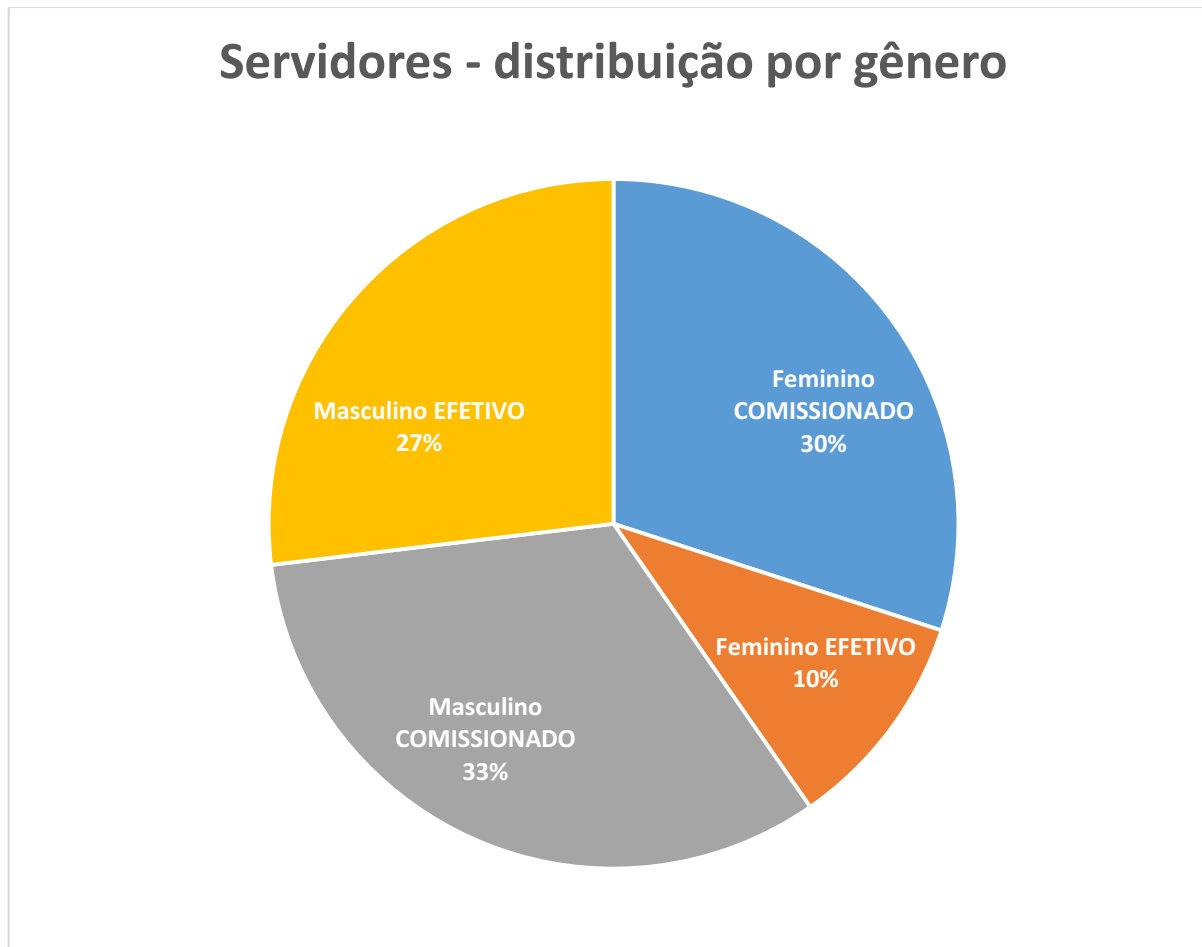


Gráfico 2 - Servidores por gênero

C. Distribuição por cor/raça

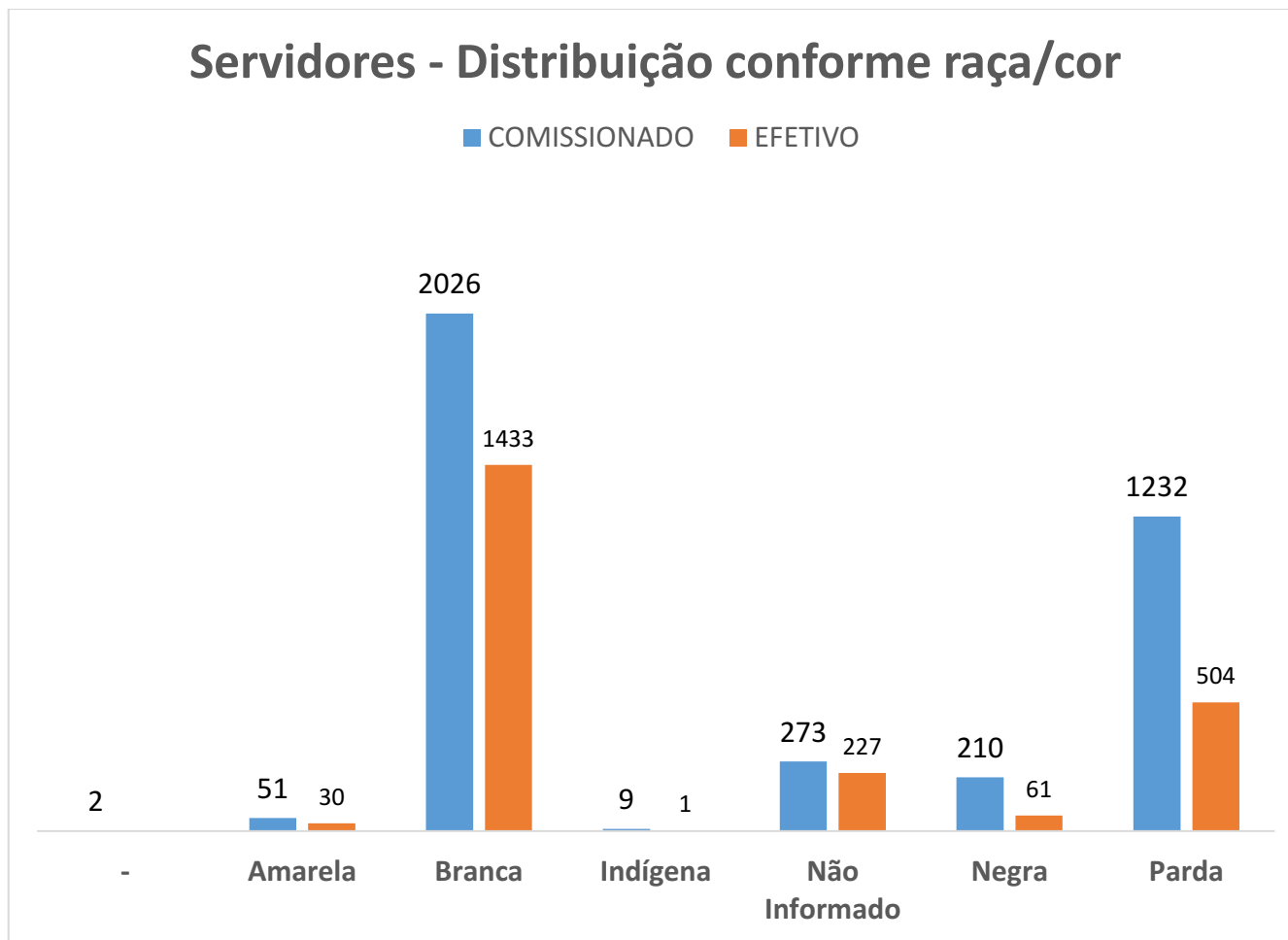


Gráfico 3 - Servidores por raça/cor

D. Distribuição por faixa etária e tempo de serviço

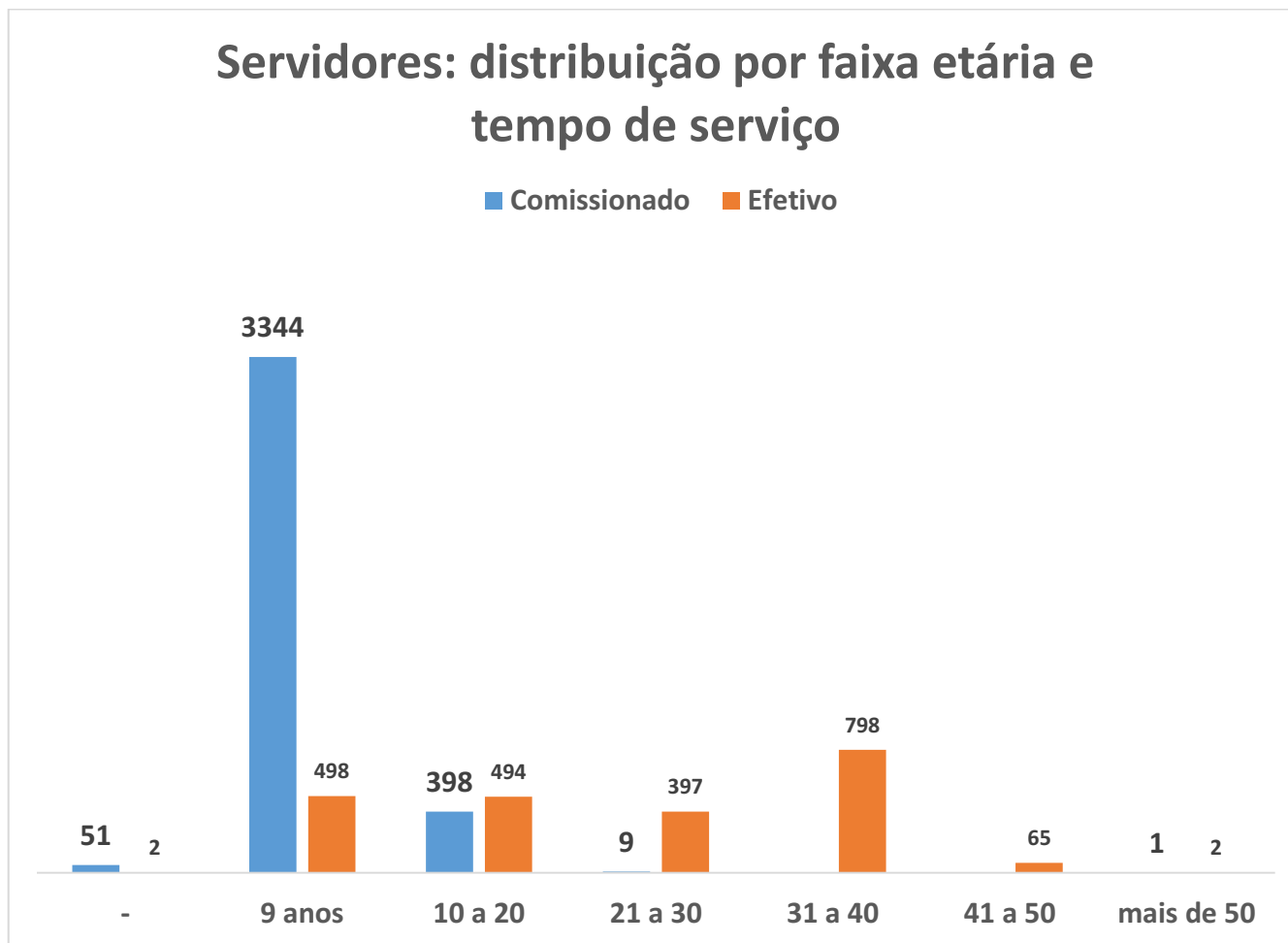


Gráfico 4 - Servidores por faixa etária e tempo de serviço

E. Distribuição de servidores por escolaridade

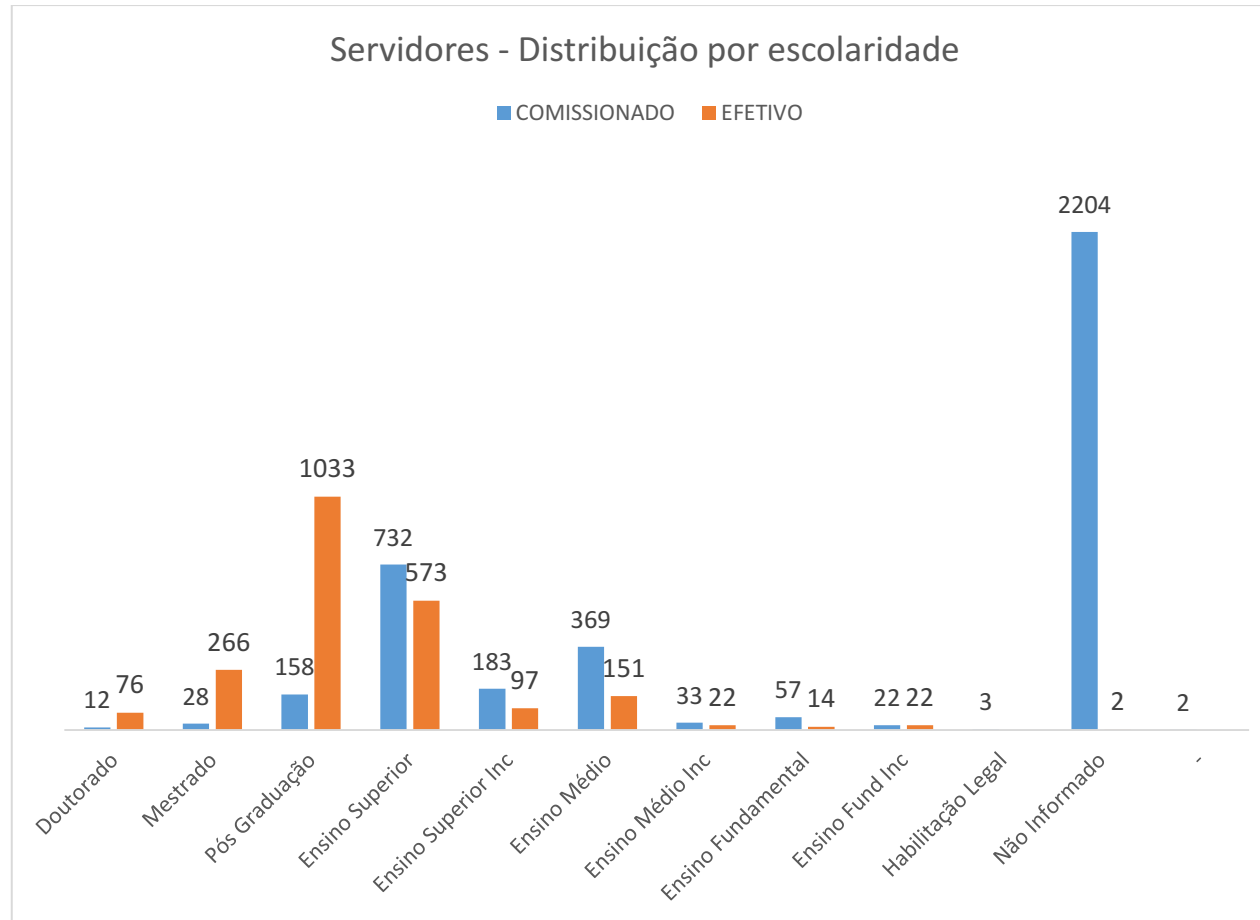


Gráfico 5 - Servidores por escolaridade

F. Distribuição de servidores por vínculo

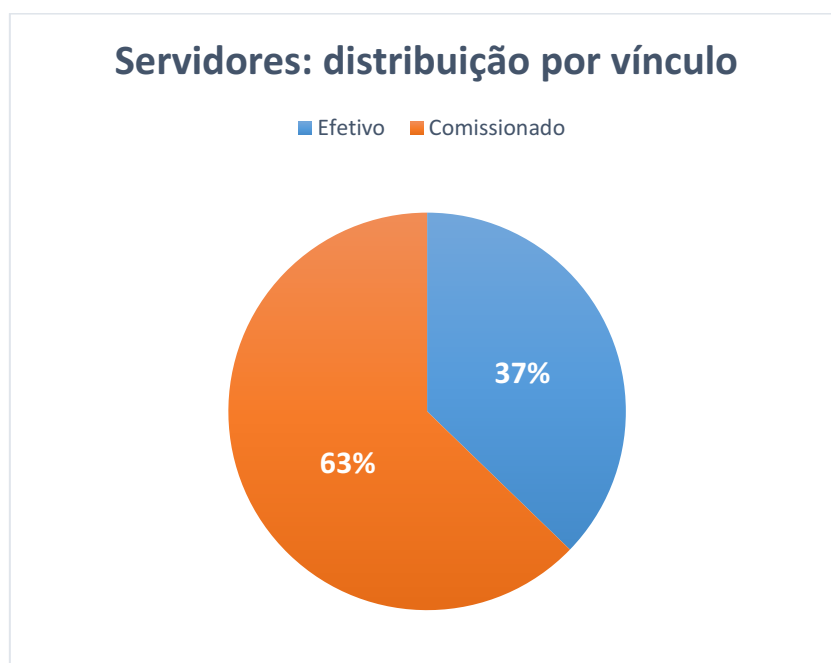


Gráfico 6 - Servidores por vínculo

III. Distribuição da lotação efetiva:

Tabela 17 - Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	868	1.547
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	868	1.547
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	846	1.410
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	22	137
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	254	3.390
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.122	4.937

Fonte: Relatório extraído do sistema Ergon.

Observação: Levantamento feito com base na descrição do EGOV (e-mail encaminhado em 2017) sobre os órgãos que contemplam área fim e área meio, conforme anexo.

IV. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificada da UPC

Tabela 18 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificada da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	4	3.803	944	686
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4*	4	2	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	159**	22**	20**
1.2.4. Sem Vínculo	0	3.637***	917	664
1.2.5. Aposentados	0	3	3	0
2. Funções Gratificadas	1.548	976	442	121
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1.548*****	976 (RASf) + 110***** (provenientes de aglutinação)	442*****	121
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	1.552	4.779	1.386	807

Fonte: Relatório extraído do sistema Ergon

* Os cargos em comissão da estrutura do SF não apresentam essa definição de Cargos de Natureza Especial ou Grupo de Assessoramento Superior. Os 4 cargos em comissão ocupados por servidores efetivos em 31/12/2017 são: Chefe de Gabinete da Presidência, Diretor da Secretaria de Transparência, Diretor da Secretaria de Comunicação Social e Diretor-Executivo do ILB, todos símbolo SF-03

** O quantitativo de servidores de outros órgãos e esferas é o mesmo número constante da Tabela de Força de Trabalho da UPC, item 1.2.4.

***O quantitativo de cargos em comissão foi informado no quadro “Tipologia dos Cargos”, equivalendo à nomenclatura “Servidores sem vínculo com a Administração”. Ratificando: em 31/12/2017, o quantitativo de servidores no exercício de cargos em comissão era de 3.637 servidores, lembrando que não foram computados os 4 servidores efetivos que ocupam cargos comissionados e os 3 servidores aposentados (vínculo com a administração) que ocupam cargos comissionados.

**** Este quantitativo representa a totalidade de funções comissionadas da estrutura do Senado Federal prevista no Regulamento Administrativo do SF, consolidado pela Resolução nº 11 de 2017, vigente em 31/12/2017. A nomenclatura utilizada no Âmbito do Senado é FUNÇÃO COMISSIONADA, e não gratificada.

***** Considerando a possibilidade prevista no ATC nº 7 de 2013, com redação dada pelo ATC nº 12 de 2014, de formação de uma função comissionada, símbolo FC-3, mediante aglutinação de funções vagas, e tendo em vista o

constante no RASF, que permite a habilitação de funções comissionadas de Assistente Técnico Parlamentar e Assistente Técnico Legislativo, ambas símbolo FC-2, também mediante a aglutinação de funções livres, o quantitativo de funções comissionadas ocupadas em 31/12/2017 contemplou 976 funções originárias do quadro de distribuição de funções comissionadas do RASF e 110 provenientes de aglutinação.

******* 442 designações, sendo que, um mesmo servidor pode ter sido designado/dispensado, ao longo de 2017, para várias funções comissionadas.**

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Tabela 19 - Demonstrativo de despesas com pessoal

QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL										
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2017	32.979.438,63		2.751.895,08		28.042.087,15	2.330.828,52		-2.140,60	66.102.108,78
	2016	32.907.454,85		2.756.083,12		26.920.744,00	1.549.202,47			64.133.484,44
	2015	32.111.214,59		2.713.879,23		26.734.680,04	1.648.464,60		37.778,24	63.246.016,70
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2017	714.709.150,04	43.185.132,84	64.897.271,65	61.063.144,08	34.285.481,16	9.846.942,47		8.480.509,03	936.467.631,27
	2016	753.083.738,19	44.367.582,06	69.343.980,92	65.050.139,34	33.512.225,99	10.091.152,75		4.258.067,89	979.706.887,14
	2015	826.113.762,17	43.395.765,19	73.821.400,03	68.880.567,57	34.182.660,05	12.320.090,12		1.564.561,76	1.060.278.806,89
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2017	17.396.977,84	102.576,13	1.483.751,78	1.400.245,84	1.121.712,48	196.991,35		91.102,79	21.793.358,21
	2016	17.734.533,11	235.142,71	1.559.396,33	1.280.478,86	635.994,62	137.378,53		55.374,27	21.638.298,43
	2015	14.400.722,56	96.095,74	1.240.189,67	1.004.491,60	440.848,86	162.522,30		26.062,64	17.370.933,37
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2017	276.993.050,08		23.194.889,90	8.362.488,12	44.059.706,47			67.350,38	352.677.484,95
	2016	244.584.281,59	1.554,49	21.109.733,62	6.469.683,03	38.573.789,55			532.434,91	311.271.477,19
	2015	226.410.342,37		18.902.654,71	5.138.157,29	32.090.999,48			99.251,58	282.641.405,43
Servidores Cedidos com Ônus										
Exercícios	2017	15.912.673,68		1.349.142,89	495.436,60	1.771.849,58	659,25		-5.673,49	19.524.088,51
	2016	14.692.285,09		1.264.604,27	405.326,90	1.675.381,41			16.106,94	18.053.704,61
	2015	14.665.713,39		1.189.669,67	362.457,02	1.590.254,64			2.272,69	17.810.367,41
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2015									
	2014									

5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Em relação à gestão de riscos relacionados a pessoal, a instituição tomou as seguintes providências:

a) Quanto à gestão da frequência dos servidores, foram adotadas medidas que garantam o registro da frequência, deixem claras as obrigações quanto ao ponto, permitam o acompanhamento pelos gestores que estão “na ponta” das horas de trabalho extraordinário solicitado, das horas autorizadas e realizadas, criando assim as condições para evitar omissões, erros e abusos, desde que haja um monitoramento constante. As principais providências foram

— Publicação de normas:

- Ato da Comissão Diretora nº 8/2017, que estabelece diretrizes e revoga Atos e Decisões da Comissão Diretora, de forma a corrigir inconsistências e impropriedades em normativos referentes à jornada de trabalho e ao controle de frequência dos servidores do Senado Federal;
- Ato do Primeiro Secretário nº 2/2017, que dispõe sobre o horário de funcionamento do Senado Federal, a jornada de trabalho e o controle de frequência dos servidores;

— Implantação da captação informatizada da frequência do servidor – Sistema Forponto (implantado em 2009);

— Implantação do aplicativo automatizado de gestão do serviço extraordinário, que facilita o trabalho do solicitante, do gestor da área de gestão de pessoas e do gestor da instituição no acompanhamento do processo de solicitação e deferimento/indeferimento dos pedidos para prestação do trabalho extraordinário;

A seguir, imagem do Sistema de gestão de frequência e pedido de autorização do trabalho extraordinário:

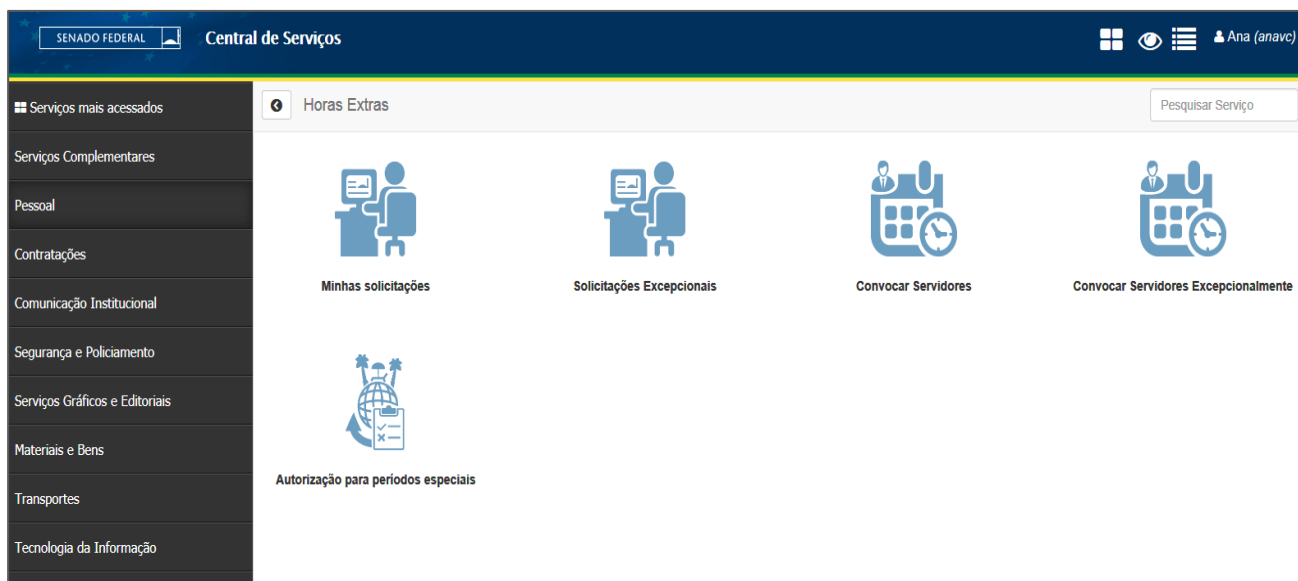


Figura 3 - Sistema de gestão de frequência e pedido de autorização do trabalho extraordinário

Pela Central de Serviços, o gestor da unidade pede autorização para prestação do serviço extraordinário e faz a convocação excepcional de servidores para o trabalho extra. Todas as demandas ficam guardadas no sistema informatizado, o que permite ao próprio gestor uma visão geral da necessidade desse serviço. Bem utilizado, serve para dimensionar a necessidade de aumento (ou não) da força de trabalho. Em tempo: a tela mostrada no exemplo é do Administrador do Serviço de Frequência.

Embora a Administração da Casa tenha disponibilizado o novo sistema para solicitação de serviços extraordinários, constituindo um importante avanço na modernização, celeridade e segurança dos procedimentos, ainda existe um quantitativo expressivo de lançamento manual de horas extras relativas aos casos em que o despacho deliberativo excepcionaliza os requisitos normativos, impossibilitando o lançamento de forma automatizada. Dessa forma, a COAPES apresentará, em 2018, projeto de aperfeiçoamento do sistema, para torná-lo mais seguro.

b) Quanto ao impacto das aposentadorias na força de trabalho, pelo Painel da Administração, implantou-se a amostra de dados que permitem o gerenciamento do risco de diminuição abrupta da força de trabalho, uma vez que o gestor tem informação sobre o quantitativo de aposentadorias por ano, por unidade, por cargo, por categoria – dados que podem subsidiar providências para evitar o esvaziamento de pessoal, com consequências na prestação do serviço. Veja-se a amostra do aplicativo:



Figura 4 - Dados de distribuição de aposentados no Painel de administração

Dados no Painel da administração – A análise desses dados associada a outras informações permite o planejamento da força de trabalho ativa.

c) Pelo Painel de Administração, implantou-se a funcionalidade que permite aos gestores evitar o risco de descontrole em diversas iniciativas que podem minar a força de trabalho, tais como cessão de servidor efetivo para outros órgãos, concessão de licença capacitação, concessão de licença para tratar de interesses particulares e outros tipos de afastamento; esses dados permitem ainda a implantação de práticas gerenciais quanto à saúde do trabalhador. Confira:

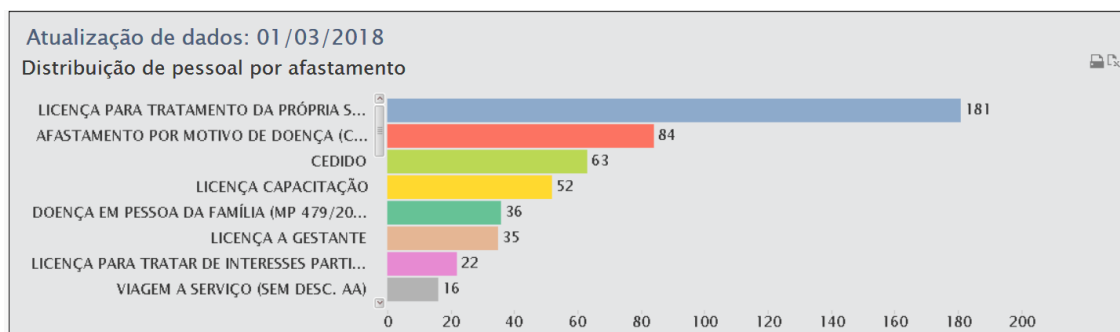


Figura 5 - Dados de distribuição de pessoal por afastamento no Painel de administração

O Painel de Administração fornece dados sobre licenças e afastamentos diversos, o que, associado a outras ações, permite a adoção de medidas para evitar o comprometimento do quantitativo de servidores ativos e a qualidade dos serviços prestados.

d) Em relação à acumulação indevida de cargos públicos e à prática do nepotismo, a Administração adotou as seguintes providências que permitem evitar, desde o ingresso, e, caso mesmo assim ainda ocorram, criam as condições para sanear a prática dessas irregularidades. Seguem:

— Realização do Recadastramento Anual dos servidores. No questionário, há perguntas direta e claramente relacionadas sobre acumulação e relação de parentesco com agentes políticos, servidores, estagiários e terceirizados.

— Exigência, para o servidor ser nomeado, da:

- Declaração de cargos, funções e empregos públicos e privados;
- Declaração de vínculos e rendimentos;
- Declaração de vínculos de parentesco.

— Exigência, quando o servidor efetivo é designado para o exercício de função comissionada, de declaração de vínculos de parentesco no Senado Federal.

e) Quanto à elaboração de projetos e ações da Coordenação de Administração de Pessoal, para se evitar o risco da dispersão e do distanciamento da missão institucional e dos objetivos estratégicos da instituição, há a recomendação de observância aos seguintes normativos:

- Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2017, que “estabelece as diretrizes estratégicas para o biênio de 2017 – 2019, que deverão ser acompanhadas e perseguidas por toda a Administração do Senado Federal;
 - Ato Conjunto da Secretaria Geral da Mesa e da Diretoria-Geral nº 1/2017, que define o portfólio de projetos estratégicos da Administração do Senado Federal para o biênio 2017/2018;
 - Portaria do Primeiro Secretário nº 01/2017, que “aprova o Plano Anual de Auditorias, Atividades e Ações de Controle Interno;
 - Carta de Compromisso dos servidores do Senado Federal, anexo do Ato da Comissão Diretora nº 5/2015, que institui o Plano Estratégico Institucional do Senado, para o período de 2015 a 2023.
- f) Publicação dos atos referentes a pessoal – nomeação, exoneração, designação para função, concessão de direitos, etc, no Boletim de Administração de Pessoal e/ou no Diário Oficial da União, conforme as regras estabelecidas no ATC 9/2009 (que “dispõe sobre a publicação de matérias e atos no Diário Oficial da União e no Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal do Senado Federal) e suas alterações.
- g) Disponibilização, na internet do Senado, do aplicativo Programa de Estágio do Senado Federal com as seguintes informações: como participar, instituições conveniadas, regulamento, contato e a funcionalidade “Acompanhe”, por meio da qual o interessado também monitora a obediência à lista. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/estagio>

5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Política de Contratação de Estagiários do Senado Federal

O programa de estágio do Senado Federal é regulamentado pelo ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 11, DE 2015, considerando o disposto na Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O Programa de Estágio do Senado Federal está dirigido para estudantes do ensino superior.

São condições indispensáveis para a concessão de estágio remunerado no Senado Federal:

- Convênio entre o Senado Federal e a instituição de ensino, compreendendo o curso no qual o estudante esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva;
- Requisição formal de seleção de estagiário por órgão do Senado Federal, na qual se indique a área de estudo desejada e a adequação do órgão ou setor solicitante em oferecer atividades correlatas ao desenvolvimento técnico-cultural do estagiário;
- Disponibilidade orçamentária no Senado Federal, considerada a distribuição de vagas estabelecida, a cada exercício, pela Secretaria de Gestão de Pessoas;

- Celebração de termo de compromisso de estágio entre o Senado Federal, o estudante, ou assistente legal na forma da legislação aplicável, e a instituição de ensino conveniada, do qual deverá constar: plano de atividades do estagiário, com descrição detalhada de todas as tarefas a serem realizadas pelo estagiário e relatórios de atividades, semestrais, por meio de aditivos, realizadas no decorrer do estágio.

Números Agregados das Contratações no Exercício (2013 a 2017)

Tabela 20 - Números Agregados das Contratações no Exercício (2013 a 2017)

MÊS	2013	2014	2015	2016	2017
JAN	470	323	401	451	462
FEV	461	322	405	455	479
MAR	438	326	421	457	496
ABR	404	337	436	464	495
MAI	380	374	460	452	513
JUN	360	375	465	484	515
JUL	312	374	454	462	484
AGO	265	364	459	470	490
SET	285	386	467	490	524
OUT	297	401	474	492	528
NOV	303	403	475	500	533
DEZ	337	412	451	490	503
MÉDIA/MÊS	359	366	447	472	502

A média mensal entre 2013 e 2017 teve um aumento de 40%, representando 143 novas contratações nos últimos 5 anos. Isso se deve a implementação de alguns fatores importantes como:

- a) **Melhorias no processo de seleção:** o sistema foi adaptado para aceitar a realização de mais de uma entrevista ao mesmo tempo para a mesma área e turno;
- b) **Agilidade nas convocações e contratações:** foram implantadas rotinas que facilitaram o aprendizado das atendentes (estagiárias da área de Secretariado Executivo) e possibilitaram maior número de convocações para entrevistas diariamente, além de redução no número de dias necessários para contratação;
- c) **Aperfeiçoamento do sistema SAES:** o sistema de gestão de estágios recebeu diversas atualizações em tabelas e processos, permitindo ganhos em escala na gestão do Serviço de Estágios.
- d) **Aumento do valor da Bolsa Estágio e Auxílio-Transporte:** O valor da Bolsa e do Auxílio tiveram um aumento considerável em 2016, o que reduziu bastante o número de estagiários que migravam para outros órgãos.

Regras de contratação do estagiário

É autorizado o ingresso de até 15% (quinze por cento) de estagiários, contados sobre o total de servidores do Senado Federal. São reservados 10% (dez por cento) das vagas de cada processo seletivo para candidatos portadores de deficiência que, no momento do cadastro do currículo no site, declararem tal condição e cujas atribuições sejam compatíveis com as deficiências de que sejam portadores.

O recrutamento dos estagiários dar-se-á da seguinte forma:

- A partir de cadastro específico para cada área acadêmica, classificado por data de gravação eletrônica dos dados curriculares do estudante, cuja ordem estará disponível para consulta pública no site do Programa de Estágios do Senado.
- Para o preenchimento de cada vaga de estágio, serão enviados pelo Serviço de Gestão de Estágios para entrevista com o responsável pela unidade solicitante, no mínimo, 5 (cinco) estudantes cadastrados na área de graduação solicitada, respeitada a data de cadastro dos dados curriculares por área e turno;

- O Serviço de Gestão de Estágios poderá formar grupos de 5 (cinco) candidatos ou mais, da mesma área e turno, para atender alta demanda de solicitações ao mesmo tempo, respeitada a ordem de classificação dos currículos cadastrados no site;
- Previamente ao envio para entrevista, os candidatos serão contatados pelo Serviço de Gestão de Estágios, que, quando não localizar diretamente o candidato, aguardará retorno até às 12 (doze) horas do dia útil que se seguir ao contato. Não havendo o retorno até esse horário, será chamado o próximo candidato cadastrado em substituição ao candidato originalmente previsto;
- Será agendada com os candidatos data para realização de seleção, que poderá ser na forma de entrevista e/ou de aplicação de prova escrita, observando-se o seguinte procedimento:
 - Os candidatos deverão comparecer na data agendada munidos de documento oficial de identidade com foto, comprovante de regularidade de matrícula e, caso desejarem, curriculum vitae, podendo apresentar até três cartas de recomendação de professores ou pessoas com quem tenham trabalhado diretamente;
 - Caso a seleção aplicada pelo órgão solicitante se dê unicamente na modalidade de entrevista, essa deverá ser conduzida por, no mínimo, 02 (dois) servidores, que assinarão conjuntamente o resultado da seleção;
 - A seleção por prova escrita, quando realizada, deverá dar-se no mesmo momento para todos os candidatos, garantindo-se a devida isonomia e confidencialidade na sua aplicação, podendo ser efetuada por apenas 01 (um) servidor, com o devido registro da nota final;
 - Todos os candidatos avaliados, seja na modalidade de entrevista, seja na de prova escrita, poderão ser, eventualmente, reprovados, hipótese na qual convocar-se-ão os próximos interessados;
 - O candidato que não tiver interesse pela convocação ou não for encontrado pelo contato prévio será excluído do cadastro;
 - O candidato ausente na seleção será recolocado no fim do cadastro de sua área de graduação;

- O candidato ausente na seleção será recolocado no fim do cadastro de sua área de graduação;
- O candidato ausente na seleção será recolocado no fim do cadastro de sua área de graduação;.

Em nenhuma hipótese serão selecionados estudantes:

- Para o desenvolvimento de atividades que não se coadunem com a sua futura atividade profissional ou que não apresentem contextualização curricular com a sua formação acadêmica;
- Que estejam realizando estágio, remunerado ou não, em outra instituição pública ou privada, excetuando-se os estágios obrigatórios realizados na própria instituição de ensino;
- Que ocupem cargo, emprego ou função, pública ou privada, que exija comprometimento de carga horária semanal superior a 20 horas;
- Que tenham sido desligados do estágio realizado no Senado, exceto se a nova seleção for para curso diferente daquele já estagiado.

Exigências Sobre Especialização referentes ao estagiário

Para contratação é exigido que o estudante comprove estar cursando, pelo menos, uma matéria do 4º semestre do curso, exceto nos seguintes cursos: Fisioterapia, cujos estudantes deverão estar cursando, no mínimo, uma matéria do 6º semestre, conforme a Resolução CFE nº 04/1983; Secretariado Executivo, cujos estudantes deverão estar cursando, no mínimo, uma matéria do 3º semestre; Biblioteconomia, onde se exige a aprovação nas matérias Catalogação e Classificação, conforme o Ofício nº 20/2013/FCI; Tecnólogo, cujos estudantes deverão estar cursando, no mínimo, uma matéria do 2º semestre.

Dados de Despesas com estagiários

PAGAMENTO DE ESTAGIÁRIOS NA SÉRIE HISTÓRICA DE 2014 A 2017

Tabela 21 - Pagamento de estagiários na série histórica de 2014 a 2017

Ano	Quantidade de estagiários (*)	Valores pagos /por ano (R\$)
2014	412	4.356.468,25
2015	451	6.977.321,71
2016	472	7.357.903,75
2017	503	7.871.308,52

(*) Quantidade de estagiários ativos no último dia de cada ano.

5.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Atualmente o Senado Federal não possui Acordos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais e não possui normatização interna específica. No caso de um acordo do tipo supracitado ser firmado, a Casa aplica subsidiariamente a Lei 8.666/93.

5.2 Gestão de Patrimônio e Infraestrutura

5.2.1 Gestão da frota de veículos

A regulamentação quanto à utilização dos veículos disponibilizados ao Senado Federal foi disciplinada no Ato da Comissão Diretora nº 17, de 2015. O art. 320 e seguintes dispuseram de forma objetiva a conceituação e os critérios para utilização, manutenção e recolhimento.

Segundo o Ato, os veículos seriam divididos em três grupos: veículos de representação, de uso exclusivo do Presidente do Senado Federal; veículos de natureza especial, de uso dos senadores, do Diretor-Geral e do Secretário-Geral da Mesa e veículos de serviço, destinados ao transporte de materiais do Senado e de pessoal em serviço.

Em razão da mudança gradual de modelo de gestão de frota, de própria para locada, iniciada em 2011, os veículos foram locados por grupos específicos, conforme resumido abaixo:

CONTRATO EMPRESA QUANTIDADE DE VEÍCULOS CATEGORIA IDADE MÉDIA DE QUILOMETRAGEM

1 - 0048/2017 - QUALITY ALUGUEL DE VEÍCULOS S.A. (00200.013910-2017-52) - 83 veículos de natureza especial com combustível, lavagens, taxas, impostos e seguros inclusos, sendo que, 3 Senadores declinaram do direito de utilização.

Veículos de natureza especial - 7 meses de uso. Média de km: 7.000 KM

2 - 0020/2017 - RIBAL LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA. (00200.008011/2017-38) – 43 veículos de serviço com combustível, lavagens, taxas, impostos e seguros inclusos divididos em 9 categorias:

16 – veículos station wagon para transporte de pessoal e material leve;

8 – vans de passageiros para o transporte de servidores no programa de mobilidade do Congresso Nacional (Senado e Câmara);

3 – caminhões baú para transportes de cargas pesadas (SPATR/SINFRA);

2 – caminhões de carroceria aberta para transportes de cargas pesadas (SPATR/SINFRA);

1 – caminhão leve;

6 – furgões;

1 – veículo adaptado para atendimento à pessoas com deficiência;

4 – sedãs para atendimento às diretorias e

2 – ambulâncias de propriedade do Senado Federal (a contratada arca com os custos de manutenção, abastecimento, taxas e seguros desses veículos).

Veículos de serviço - 1 a 2 anos de uso. Média de km: 20.000 KM

3 - 0100/2017 - BRAZ & BRAZ LTDA (Contrato específico para viaturas policiais – Gestão da SPOL) – 4 viaturas policiais com combustível, lavagens, taxas, impostos e seguros inclusos divididos em 2 categorias:

2 – SUV carroceria fechada;

2 – Caminhonetes carroceria aberta.

Viaturas com 3 meses de uso. Média de km: 1.500 KM

Total de veículos (1+2+3) = 130.

Em que pese o numerário descrito, restam ainda 5 (cinco) veículos próprios em uso, são eles: duas ambulâncias, uma motocicleta, Nissan/XTerra e um veículo Fiat/Strada. Sendo que o Nissan/XTerra e o Fiat/Strada estão em desuso e em processo de alienação em Leilão.

Todas as atividades desempenhadas pela Casa, direta ou indiretamente, dependem dos veículos disponibilizados ao Senado. Tanto os serviços relacionados à área administrativa quanto à legislativa utilizam diariamente o serviço de transporte, seja para o deslocamento de Senadores, autoridades, servidores e funcionários em serviço, além de objetos, documentos, bens e materiais de propriedade do Senado Federal.

As atividades de transporte são controladas por sistema informatizado. A solicitação é feita via aplicativo na intranet desenvolvido e mantido pelo Prodasen (Secretaria de Informática do Senado) e o registro da solicitação fica gravado no banco de dados do sistema de controle do Serviço de Transportes. Há monitoramento, a cada movimentação, de quilômetros rodados, órgão solicitante, destino, horário de atendimento e de solicitação, registro de recolhimento, controle de infração, dentre outros. Os veículos de serviço são, por exigência contratual, rastreados, para controle da movimentação e quilometragem percorrida.

5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A alienação de veículos da frota própria do Senado obedeceu à Decisão da Comissão Diretora do Senado nº 01/2011, em anexo.

Determina que, com a mudança de modelo de gestão de frota do Senado, de própria para locada, os veículos próprios devem ser alienados em leilão.

Dessa forma, praticamente toda a frota já foi alienada em leilão.

Restam hoje apenas 5 (cinco) veículos próprios - 2 ambulâncias em utilização (Todas as despesas referentes a esses veículos foram absorvidas pelo contrato nº 0020/2017), 1

motocicleta em utilização pelo SEPPREV, 1 utilitário X-Terra e 1 pick-up Fiat Strada, os dois últimos já estão desativados e em processo de alienação em leilão.

5.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

Tabela 22 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

Localização geográfica	Quantidade de imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UG (020001)	
	Exercício 2016	Exercício 2017
Distrito Federal	-	-
Brasília	96	101

Fonte: Spiunet

DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UG (020001)

Tabela 23 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da ug (020001)

(continua)

RIP	Tipo	Valor (R\$)	Data da avaliação
9701 17504.500-5	Terreno	1.219.880,56	23/08/2013
9701 17508.500-7	Terreno	135.103,28	05/02/2013
9701 17509.500-2	Terreno	135.103,28	05/02/2013
9701 17511.500-3	Terreno	135.103,28	04/02/2013
9701 17512.500-9	Terreno	135.103,28	05/02/2013
9701 17572.500-6	Terreno	162.367,98	23/08/2013
9701 17714.500-7	Edificação	11.553.218,30	23/08/2013
9701 17730.500-4**	Apartamento	631.273,21	23/08/2013
9701 17748.500-2	Prédio	30.321.273,55	23/08/2013
9701 18543.500-0	Apartamento	8.802.404,59	01/12/2014
9701 18889.500-2	Edificação	1.491.240,00	23/08/2013
9701 21225.500-4	Edificação	2.733.940,00	23/08/2013

(continuação)

RIP	Tipo	Valor (R\$)	Data da avaliação
9701 21378.500-7	Edificação	7.517.604,00	23/08/2013
9701 21387.500-6	Casa	3.172.809,60	23/08/2013
9701 21421.500-0	Edificação	96.569.899,04	23/08/2013
9701 21449.500-2	Edificação	2.187.152,00	23/08/2013
9701 21451.500-3	Edificação	1.608.200,00	23/08/2013
9701 21455.500-5	Edificação	7.216.432,00	23/08/2013
9701 21503.500-5	Edificação	4.437.170,00	23/08/2013
9701 21505.500-6	Edificação	1.491.240,00	23/08/2013
9701 21507.500-7	Edificação	2.166.684,00	23/08/2013
9701 21797.500-5	Apartamento	1.012.725,55	18/06/2013
9701 21799.500-6	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701 21800.500-0	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701 21801.500-5	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701 21802.500-0	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701 21803.500-6	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701 21804.500-1	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701 21805.500-7	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701 21806.500-2	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701 21807.500-8	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701 21808.500-3	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701 21809.500-9	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701 21810.500-4	Apartamento	1.015.685,44	19/06/2013
9701 21811.500-0	Apartamento	1.015.685,44	19/06/2013
9701 21815.500-1	Apartamento	1.015.685,44	19/06/2013

9701 21816.500-7	Apartamento	1.015.685,44	19/06/2013
9701 21817.500-2	Apartamento	1.015.685,44	19/06/2013

(continuação)

RIP	Tipo	Valor (R\$)	Data da avaliação
9701 21818.500-8	Apartamento	1.015.685,44	19/06/2013
9701 21819.500-3	Apartamento	1.015.685,44	19/06/2013
9701 21822.500-0	Apartamento	1.015.685,44	19/06/2013
9701 21823.500-5	Apartamento	1.015.685,44	19/06/2013
9701 21824.500-0	Apartamento	1.015.685,44	19/06/2013
9701 21825.500-6	Apartamento	1.015.685,44	19/06/2013
9701 21826.500-1	Apartamento	1.015.685,44	19/06/2013
9701 21829.500-8	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701 21830.500-3	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701 21831.500-9	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701 21832.500-4	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701 21833.500-0	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701 21836.500-6	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701 21837.500-1	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701 21838.500-7	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701 21839.500-2	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701 21840.500-8	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701.21844.500-0	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701.21845.500-5	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701.21846.500-0	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701.21847.500-6	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701.21848.500-1	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701.21849.500-7	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013
9701.21850.500-2	Apartamento	1.012.725,55	19/06/2013

(continuação)

RIP	Tipo	Valor (R\$)	Data da avaliação
9701.21851.500-8	Apartamento	1.011.216,36	21/06/2013
9701 21852.500-3	Apartamento	1.012.725,55	21/06/2013
9701 21853.500-9	Apartamento	1.012.725,55	21/06/2013
9701 21857.500-0	Apartamento	1.012.725,55	21/06/2013
9701 21858.500-6	Apartamento	1.012.725,55	21/06/2013
9701 21859.500-1	Apartamento	1.012.725,55	21/06/2013
9701 21860.500-7	Apartamento	1.012.725,55	21/06/2013
9701 21861.500-2	Apartamento	1.009.772,32	21/06/2013
9701 21865.500-4	Apartamento	1.009.772,32	21/06/2013
9701 21866.500-0	Apartamento	1.009.772,32	21/06/2013
9701 21867.500-5	Apartamento	1.009.772,32	21/06/2013
9701 21868.500-0	Apartamento	1.009.772,32	21/06/2013
9701 21869.500-6	Apartamento	1.009.772,32	21/06/2013
9701 21873.500-8	Apartamento	1.009.772,32	23/02/2016
9701 21874.500-3	Apartamento	1.009.772,32	21/06/2013
9701 21875.500-9	Apartamento	1.009.772,32	21/06/2013
9701 21876.500-4	Apartamento	1.009.772,32	21/06/2013
9701 21877.500-0	Apartamento	1.009.772,32	21/06/2013
9701 21880.500-6	Apartamento	1.009.772,32	21/06/2013
9701 21881.500-1	Apartamento	1.012.725,55	21/06/2013
9701 21882.500-7	Apartamento	1.012.725,55	21/06/2013
9701 21883.500-2	Apartamento	1.012.725,55	21/06/2013
9701 21884.500-8	Apartamento	1.012.725,55	21/06/2013
9701 21887.500-4	Apartamento	1.012.725,55	21/06/2013

(continuação)

RIP	Tipo	Valor (R\$)	Data da avaliação
9701 21888.500-0	Apartamento	1.012.725,55	21/06/2013
9701 21889.500-5	Apartamento	1.012.725,55	21/06/2013
9701 21890.500-0	Apartamento	1.012.725,55	21/06/2013
9701 21891.500-6	Apartamento	1.012.725,55	21/06/2013
9701 21895.500-8	Apartamento	1.012.725,55	21/06/2013
9701 21896.500-3	Apartamento	1.012.725,55	21/06/2013
9701 21897.500-9	Apartamento	1.012.725,55	21/06/2013
9701 22303.500-0*	Edificação	124.776.285,33	14/11/2017
9701 22350.500-7	Terreno	4.303.500,00	16/01/2018
9701 22830.500-6	Sala	64.607,66	23/08/2013
9701 22832.500-7	Sala	65.919,37	23/08/2013
9701 22834.500-8	Sala	65.995,10	23/08/2013
9701 22836.500-9	Sala	65.995,10	23/08/2013
9701 23795.500-0	Terreno	846.060,20	23/08/2013
9701 32606.500-0	Edificação	2.533.119,68	23/08/2013

* – O prédio do Interlegis foi devidamente avaliado, registrado e cadastrado no SPIUnet e a partir de novembro de 2017 figura como uma utilização do prédio da Gráfica do Senado com o RIP 9701 33930.500-4.

** - Imóvel recebido em 2017 para uso funcional.

*** - A diferença do número de imóveis sob a responsabilidade da UG 02001 em relação ao ano de 2016 é devida à desmembramentos e novas utilizações de prédios já existentes.

**** - Uma nova reavaliação dos imóveis da União sob responsabilidade da UG 020001 está prevista para iniciar em abril de 2018.

5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas

Tabela 24 - Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas

Localização	Órgão	Termo de Cooperação	Quantidade de Imóveis	Valor Mensal por Unidade
SQS 309	STJ	02/2014	10	3.800,00
SQS 309	TCU	03/2014	04	3.800,00
SQS 309	TRF	02/2015	01	3.800,00
SQS 309	Câmara dos Deputados	01/2015	03	Permuta
SQS 316	TST	05/2013	01	3.800,00

DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DO SENADO FEDERAL

Tabela 25 - Discriminação de imóveis funcionais da união sob responsabilidade do senado federal

RIP	Valor	Data da avaliação	Ocupado?
9701 17730.500-4	R\$ 631.273,21	23/08/2013	Sim
9701 18543.500-0	R\$ 8.802.404,59	01/12/2014	Sim

Fonte: Spiunet

CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E IMÓVEIS E ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS

Quadro 44- Cessão de espaços físicos e imóveis e órgãos e entidades públicas ou privadas

(continua)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	287.464.143-04
	Nome ou Razão Social	Barbearia e engraxataria
	Atividade ou Ramo de Atuação	Barbearia, manicure e pedicuro
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Permissão de uso nº 0008/2008
	Prazo da Cessão	1º de janeiro de 2008 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Serviço de barbearia, manicure e pedicuro
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 11.519,34

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.394.429/0057-65
	Nome ou Razão Social	Comando da Aeronáutica
	Atividade ou Ramo de Atuação	Assessoria parlamentar do Comando da Aeronáutica
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de uso 0007/2008
	Prazo da Cessão	1º de janeiro de 2008 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Instalação do Comando da Aeronáutica no complexo arquitetônico do Senado Federal
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 31.737,30

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.685.903/0001-16
	Nome ou Razão Social	Americel/Claro
	Atividade ou Ramo de Atuação	Telefonia
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Permissão de uso nº 0006/2008
	Prazo da Cessão	1º de janeiro de 2008 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Instalação de um equipamento <i>indoor</i> da Americel/Claro
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 70.032,89

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.495.660/0001-89
	Nome ou Razão Social	Associação Dos Servidores Do Prodasen (ASCIP)
	Atividade ou Ramo de Atuação	Associação de servidores
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Permissão de uso nº 00001/2010
	Prazo da Cessão	1º de janeiro de 2010 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Instalação da Associação dos Servidores do Prodasen (ASCIP) no complexo arquitetônico do Senado Federal
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 17.330,14

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	33.066.408/0001-15
	Nome ou Razão Social	Banco ABN Amro Real S.A – Banco Real
	Atividade ou Ramo de Atuação	Banco
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Permissão de uso nº 0028/2008
	Prazo da Cessão	1º de janeiro de 2008 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Instalação de um caixa eletrônico do Banco Santander
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 6.671,52

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/4211-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Banco
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Permissão de uso nº 0002/2012
	Prazo da Cessão	01 de março de 2012 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Instalação de agências e caixas eletrônicos no complexo arquitetônico do Senado Federal
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 469.045,43

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	33.700.394/0001-40
	Nome ou Razão Social	Itaú/Unibanco
	Atividade ou Ramo de Atuação	Banco
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Permissão de uso nº 0022/2008
	Prazo da Cessão	1º de janeiro de 2008 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Instalação de um caixa eletrônico do banco Itaú/Unibanco
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 5.668,32

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	292.810.160-87
	Nome ou Razão Social	Banco do estado do Rio Grande do Sul S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Banco
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Permissão de uso nº 0001/2012
	Prazo da Cessão	07 de fevereiro de 2012 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Instalação de um caixa eletrônico do banco do estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 4.036,32

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	60.746.948/0001-12
	Nome ou Razão Social	Banco Bradesco S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Banco
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Permissão de uso nº 0006/2010
	Prazo da Cessão	1º de setembro de 2010 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Instalação de um caixa eletrônico do banco BRADESCO S.A
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 4.475,52

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	05.423.963.0009-79
	Nome ou Razão Social	14 Brasil Telecom celular S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Telefonia
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de um equipamento <i>indoor</i> da 14 Brasil Telecom (OI) celular S.A
	Prazo da Cessão	1º de janeiro de 2008 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Permissão de uso nº 0017/2008
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 100.394,05

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Banco
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de uso nº 0002/2012
	Prazo da Cessão	120 (meses) consecutivos, a partir de 12 de junho de 2012 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Instalação de agências e caixas eletrônicos no complexo arquitetônico do Senado Federal
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 267.955,74

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	34.028.316/5783-77
	Nome ou Razão Social	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
	Atividade ou Ramo de Atuação	Correios
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de uso nº 0002/2013
	Prazo da Cessão	120 (meses), a partir de 10 de junho de 2013 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Para instalação de ponto de atendimento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 111.065,29

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.277.610/0001-25
	Nome ou Razão Social	Ministério da Defesa
	Atividade ou Ramo de Atuação	Assessoria parlamentar do Ministério da Defesa
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação da assessoria parlamentar do Ministério da Defesa no complexo arquitetônico do Senado Federal
	Prazo da Cessão	1º de janeiro de 2008 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Cessão de uso nº 0013/2008
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 29.701,24

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.394.452/0001-03
	Nome ou Razão Social	Comando do Exército
	Atividade ou Ramo de Atuação	Assessoria parlamentar do Comando do Exército
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de uso nº 0014/2008
	Prazo da Cessão	1º de janeiro de 2008 até que uma das partes se manifeste ao contrário
	Caracterização do espaço cedido	Instalação da Assessoria parlamentar do Comando do Exército no complexo arquitetônico do Senado Federal
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 42.256,55

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.310,463/0001-12
	Nome ou Razão Social	Instituto Tancredo Neves
	Atividade ou Ramo de Atuação	Assessoria política
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de uso nº 0018/2008
	Prazo da Cessão	1º de janeiro de 2008 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Instalação do Instituto Tancredo Neves no complexo arquitetônico do Senado Federal
	Valores e Benefícios recebidos pela UG cedente	R\$ 70.830,00

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.394,502/0001-44
	Nome ou Razão Social	Comando da Marinha
	Atividade ou Ramo de Atuação	Assessoria parlamentar do Comando da Marinha
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de uso nº 0025/2008
	Prazo da Cessão	1º de janeiro de 2008 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Instalação da assessoria parlamentar do Comando da Marinha no complexo arquitetônico do Senado Federal
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 36.727,60

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	78.533.312/0001-58
	Nome ou Razão Social	Plansul - planejamento e consultoria Ltda.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Limpeza e conservação
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Permissão de uso Nº 0006/2011
	Prazo da Cessão	04 de novembro de 2011 até que uma das partes se manifeste em contrário, ou até o término do contrato 019/2009
	Caracterização do espaço cedido	Finalidade de permitir a execução do contrato 019/2009
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 4.838,24

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.676.213/0001-38
	Nome ou Razão Social	Tesouraria nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB
	Atividade ou Ramo de Atuação	Partido político
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de uso nº 0019/2008
	Prazo da Cessão	1º de janeiro de 2008 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Instalação da tesouraria do PMDB no complexo arquitetônico do Senado Federal
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 70.698,35

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	37.115.482/0001-35
	Nome ou Razão Social	Polícia Civil do DF
	Atividade ou Ramo de Atuação	Assessoria parlamentar da Polícia Civil do DF
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de uso nº 0005/2001
	Prazo da Cessão	05 de dezembro de 2012 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Instalação da assessoria parlamentar da Polícia Civil do DF no complexo arquitetônico do Senado Federal
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 4.851,60

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	6020168677
	Nome ou Razão Social	Polícia Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Assessoria a Polícia Federal
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de uso Nº 004/2011
	Prazo da Cessão	09/11/2001 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Instalação da assessoria parlamentar da Polícia Federal no complexo arquitetônico do Senado Federal
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 2.080,80

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.887.169/0001-05
	Nome ou Razão Social	Partido Progressista
	Atividade ou Ramo de Atuação	Partido político
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de uso nº 0016/2008
	Prazo da Cessão	1º de janeiro de 2008 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Instalação da presidência do Partido Progressista no complexo arquitetônico do Senado Federal
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 97.214,13

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.633.510/0001-69
	Nome ou Razão Social	Diretório nacional dos democratas - DEM
	Atividade ou Ramo de Atuação	Partido político
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de uso nº 0011/2008
	Prazo da Cessão	1º de janeiro de 2008 até que uma das partes se MANIFESTE ao contrário
	Caracterização do espaço cedido	Instalação do diretório nacional dos Democratas no complexo arquitetônico do Senado Federal
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 166.495,25

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.497.560/0001-01
	Nome ou Razão Social	Superior Tribunal Militar
	Atividade ou Ramo de Atuação	Assessoria parlamentar
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de uso nº 0002/2008
	Prazo da Cessão	1º de janeiro de 2008 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Instalação da assessoria parlamentar do Superior Tribunal Militar no complexo arquitetônico do Senado Federal
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 26.405,99

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.206.050/0051-40
	Nome ou Razão Social	Tim celular
	Atividade ou Ramo de Atuação	Telefonia
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Permissão de uso nº 0021/2008
	Prazo da Cessão	1º de janeiro de 2008 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Instalação de um equipamento <i>indoor</i> da Tim celular
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 129.716,78

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.206.050/0051-40
	Nome ou Razão Social	Tim celular S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Telefonia
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Permissão de uso nº 0003/2013
	Prazo da Cessão	1º de janeiro de 2008 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Instalação provisória de estação de rádio móvel (ERB) da empresa Tim celular.
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 12.308,28

(continuação)

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	Praça dos Três Poderes s/n
Identificação do Cessionário	CNPJ	02.449.992/0001-64
	Nome ou Razão Social	Vivo S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Telefonia
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	Ato da comissão diretora nº 30, de 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Permissão de uso nº 0020/2008
	Prazo da Cessão	1º de janeiro de 2008 até que uma das partes se manifeste em contrário
	Caracterização do espaço cedido	Instalação de um equipamento <i>indoor</i> da Vivo S.A
	Valores e Benefícios fixos recebidos pela UG cedente	R\$ 32.827,42

Observações:

1 – Os débitos dos utentes junto ao Senado Federal foram apurados pelo Serviço de Documentação e Administração de Imóveis (SEAIM) em conjunto com a Coordenação de Contabilidade (CONTAB) e informados à Primeira Secretaria no dia 06/10/2017 para providências.

2 – O tratamento contábil e destinação dos recursos arrecadados é de responsabilidade da Secretaria de Finanças Orçamento e Contabilidade – SAFIN.

5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Tabela 26 - Informações sobre imóveis locados de terceiros

Localização geográfica	Quantidade de imóveis locados de terceiros pela UG	
	Exercício de 2016	Exercício de 2017
Distrito Federal	01	01

*Contrato 20130089 com a Inframérica concessionária do aeroporto de Brasília S.A

ANÁLISE CRÍTICA DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

A administração dos imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade do Senado Federal encontra-se disciplinada por meio das seguintes normas:

a) Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, que, em sua alínea “a” do § 2º do art. 258, estabelece: “Ao Serviço de Documentação e Administração de Imóveis compete executar, planejar e controlar os trabalhos referentes à administração dos imóveis de propriedade da União administrados pelo Senado Federal;(…)”;

b) Ato nº 01/2010 do Terceiro Secretário com regras específicas acerca da ocupação dos imóveis da reserva técnica do Senado Federal;

c) Ato da Comissão Diretora Nº 30, de 2002.

6. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O plano de capacitação do pessoal de TI foi aprovado pelo Conselho de Supervisão do ILB, juntamente com o Plano de Capacitação do Senado Federal - PCASF 2017, e publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal, BASF, nº 6286 de 28/06/2017, seção 2.

Na tabela abaixo são identificadas as ações de capacitação efetivamente realizadas em 2017.

Tabela 27 – Capacitações realizadas

Treinamento	Período	Quantidade de Participantes
BOE310 - Bussiness Objects Business Intelligence Platform: Administration and Security	fev/17	9
Treinamento SAPBusiness Objects - BOE311	fev/17	1
Treinamento SAPBusiness Objects - BOE312	fev/17	1
Treinamento SAPBusiness Objects - BOE313	fev/17	1
Treinamento SAPBusiness Objects - BOE314	fev/17	1
Treinamento SAPBusiness Objects - BOE315	fev/17	1
Treinamento SAPBusiness Objects - BOE316	fev/17	1
Treinamento SAPBusiness Objects - BOE317	fev/17	1
BOE320 - Bussiness Objects Business Intelligence Platform: Administering Servers	mar/17	9
BOID10 - Bussiness Objects Business Information Design Tool	mar/17	9
BOW310 Bussiness Objects Web Intelligenced: report Design	abr/17	10
BOW320 Bussiness Objects Web Intelligenced: advanced report Design	abr/17	10
Agile Trends	abr/17	1
Fitoteca Qualstar – Administração	Turma 1: mai/17 Turma 2: jun/17	5
The Developers Conference TDC 2017 – São Paulo	jun/17	1
Data Center Cooling Professional	jun /17	2
McAfee Endpoint Security Upgrade	jun /17	4

Treinamento	Período	Quantidade de Participantes
Fortinet Security Administrator (Personalizado) + Fortinet Manager, Analyzer and Authenticator (Personalizado)	Turma 1: jun/17 Turma 2: set/17	14
Energy and Cost Management – Brasília	ago/17	2
Agile Trends GOV – Brasília	ago /17	8
Alcatel-Lucent OmniSwitch Bootcamp Advanced Omnivista 2500 NMS (R4)	ago/2017	3
Agile Brazil	set/17	3
GARTNER SYMPOSIUM ITXPO 2017	out/10	1
Interaction South America	nov/17	1
Angular JS	out/17	7
Docker	out/17	8
TDD - Tecnologia de front-end de aplicações web	nov/17	8
Java e Orientação a Objetos	nov/17	4

Tabela 28 – Vínculo dos servidores

Tipo de Vínculo	Pessoas
Servidor Ativo Efetivo - Cargo: Informática Legislativa	119
Servidor Ativo Efetivo - Outros cargos	94
Servidor Ativo Comissionado	17
Terceirizado Ativo	257
Estagiário Ativo	34
Total	521

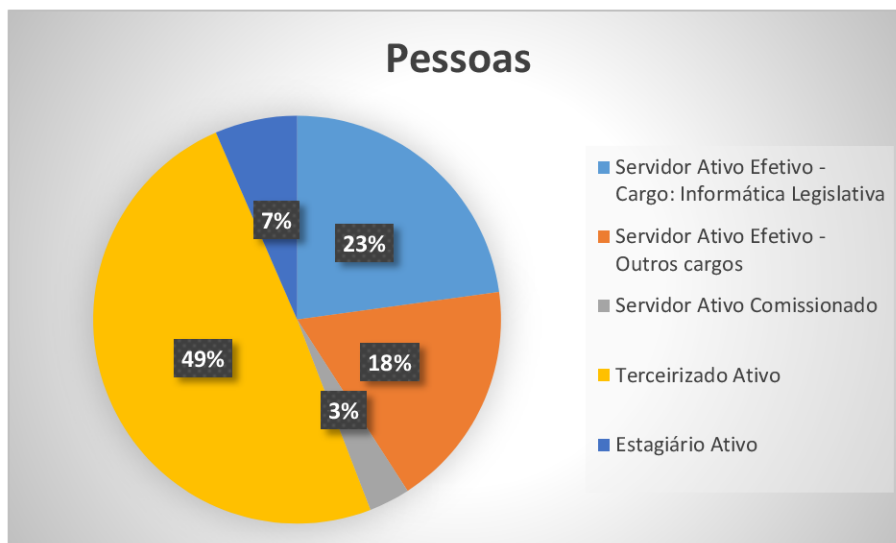


Figura 6 – Quantitativo de servidores

A fim de melhor nortear a resposta, apoiamos o que segue nas melhores práticas teóricas pregadas pelo ITIL. (Biblioteca de Infraestrutura de Tecnologia da Informação, do inglês Information Technology Infrastructure Library).

O Gerenciamento Financeiro de Serviços de TI está contemplado de forma particular na estrutura organizacional do Senado Federal e nos processos de trabalho relacionados, na forma de um Plano de Contratações Anual que é proposto pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal à Diretoria Geral, ouvida todas as demandas das áreas de negócio, sendo objeto de aprovação e ajustes pelo Comitê de Contratações e Administração Geral. Um Núcleo de Gestão e Apoio às Contratações de TI (NGACTI) é estabelecido como gestor de todas as contratações de TI, gerindo então administrativa e financeiramente os contratos estabelecidos. Esse Núcleo está ligado à Diretoria-Geral do Senado. Por sua vez, ligado ao Prodasen está o Serviço de Apoio às Contratações de TI. É aqui também onde ocorre, em maior ou menor grau, o Gerenciamento de Fornecedores. As demandas de TI são gerenciadas por ferramentas difusas e, algumas vezes sobrepostas. A Coordenação de Atendimento, que formalmente realiza a interface entre as outras áreas do Senado Federal com a Secretaria de Tecnologia da Informação, implementa a função Central de Atendimento e registra as demandas em sistema próprio denominado SAACA, que encontra-se em fase de migração para o OTRS. A depender do canal de entrada da demanda (existe não só a Central de Atendimento, mas gerentes de relacionamento e sistema na intranet) e da sua natureza, ela é tratada e gerenciada em três níveis

com ciclos de vida específicos. As demandas específicas de desenvolvimento/correção/evolução de sistemas são registradas em sistema próprio “Gertiq”.

O Catálogo de Serviços de TI está registrado no Sistema OTRS. Níveis de Serviço são, por padrão, exigidos contratualmente dos fornecedores do Senado Federal. Internamente, há expectativa de nível de serviço a ser cumprida, mas esta não está amplamente adotada. O usuário final é atendido comumente baseado no melhor esforço. O Gerenciamento de Capacidade tem sido implementado de forma independente por cada um dos responsáveis pelos serviços, não havendo processo centralizado para tal. O Gerenciamento da Disponibilidade é guiado pela equipe Serviço de Produção que utiliza o sistema de monitoramento Zabbix. Uma equipe específica daquele serviço é responsável pelo monitoramento de alertas, eventos e incidentes em sistema de vídeo wall. Existem ainda outras iniciativas de monitoramento como o de temperatura de datacenter e dos closets da rede (também apresentado nos sistemas de vídeo wall) e o de experiência com velocidade de Internet. O Gerenciamento de Segurança da Informação é realizado de forma difusa. Há sempre a exigência contratual de tal comprometimento, e duas iniciativas importantes estão em andamento na Casa. Estão estabelecidas e publicadas a Política de Senhas e a Política Corporativa de Segurança da Informação - PCSI. A PCSI tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes, estratégias, responsabilidades, competências e subsídios para a implantação do sistema de gestão de segurança da informação, a fim de viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a autenticidade e a confidencialidade das informações recebidas, produzidas, processadas, armazenadas e transmitidas pelo Senado Federal.

A continuidade dos serviços, tema de vultuoso interesse atualmente, está sendo tratada em muitas iniciativas difusas também. Há procedimento estabelecido para desligamento e religamento do datacenter em caso de desastre. Há também sistema de fornecimento ininterrupto de energia com plantonistas estabelecidos e redundância de nobreaks, bancos de baterias e sistemas geradores de energia. O projeto que cria um segundo ramal de energia para a Secretaria de Tecnologia da Informação está em fase de conclusão. O projeto de Operacionalização de Sítio de Contingência na Câmara dos Deputados vem paulatinamente disponibilizando a redundância de serviços críticos de TI. Além disso, as áreas técnicas do Senado Federal e a Câmara dos Deputados estão em tratativas para um projeto de parceria para a expansão daquele datacenter, o qual permitirá ampliar a disponibilidade de ambiente próprio

para abrigar ativos de TI. Dessa forma, será garantida a infraestrutura necessária para a plena continuidade dos serviços essenciais ao Senado Federal.

Para o grupo de processos denominado Transição de Serviços, estão em plena utilização sistemas como Hudson e Sysweb que regulam e controlam a liberação e transição de serviços. Tais sistemas estão sob a responsabilidade de equipe dedicada de Suporte à Aplicações que permite a migração dos serviços de TI entre ambientes segregados de Desenvolvimento, Homologação e Produção com controle de versão e possibilidade de retorno (rollback). A fim de realizar tais modificações de forma controlada e rastreável, há também equipe responsável pela distribuição de atualizações de políticas e outros serviços que utiliza para tal o software SCCM (System Center Configuration Manager). O Serviço de Gerência de Mudanças realiza de forma manual o Gerenciamento de Mudanças e controla em planilhas uma Base de Dados de Itens de Configuração com atualização mensal. O conhecimento atualmente é gerenciado de forma difusa em diferentes plataformas, cada uma direcionada a um público específico. Atualmente estamos em processo de implantação da Base de Itens de Configuração no módulo para CMDB (do inglês, Configuration Management Data Base) do OTRS. A Coordenação de Atendimento conta com sua Base de Conhecimentos, utilizada e atualizada por sua Central de Atendimento. A Coordenação de Infraestrutura conta com plataforma Wiki onde são registrados determinados procedimentos e erros conhecidos julgados pertinentes. Além disso, o Sistema de Gestão de Tíquetes, utilizado em especial pelas áreas de desenvolvimento conta com Wikis específicas para cada uma das suas áreas de trabalho. Existem ainda modelos de Documentos de Oficialização de Demandas, Estudos Técnicos Preliminares, Termos de Referência com registro de suas versões e atualizações sob demanda.

A Operação dos Serviços (Incidentes, eventos, requisições, problemas) é auxiliada por ferramentas já citadas como “Demandas ao Prodasen”, OTRS, SAACA, Central de Atendimento, Gertiq para a abertura e acompanhamento de requisições; Central de Atendimento, Zabbix, SAACA e OTRS para identificação, monitoramento, registro, acompanhamento e relacionamento de incidentes e identificação de problemas. Os incidentes/eventos ou requisições são registrados junto à Central de Atendimento por um de seus canais disponíveis (Gerentes de Relacionamento dedicados aos clientes, Central Telefônica ou Sistema na Intranet), e são acompanhados via SAACA em três diferentes níveis de atendimento, a depender de sua natureza e complexidade. Por vezes é necessário interfacear com a Coordenação de Infraestrutura de TI, o que é então feito pelo sistema OTRS. Ali, as

demandas são registradas não por níveis, mas por temas com equipes específicas responsáveis alocadas nas filas de atendimento configuradas no OTRS. Estamos envidando esforços para a unificação das funcionalidades do sistema SAACA no aplicativo OTRS. Isso garantirá uma visão mais integrada e sistêmica da gestão de serviços de TI.

O Gerenciamento de Acesso é realizado de maneira distribuída, com regras definidas baseadas na lotação dos servidores e no tipo de atividade desenvolvida. Para o acesso à rede do Senado Federal é estabelecida interface (via sistema COOPERE) entre os sistemas de Gestão de Pessoas, Gestão de Contratos e outros, que garante a integridade com essas bases, permitindo definir quais usuários tem permissão de acesso e a que recursos. Além disso, a lotação do usuário define automaticamente os drives de rede compartilhados aos quais ele acessará, bem como escopos determinados de permissionamento em determinados sistemas. Diversas são as normas que estabelecem os formatos de uso permitidos como: Norma de Uso e Administração de Serviço de Acesso à Rede Sem Fio nas Dependências do Senado Federal, Norma de Padronização de Procedimentos para o uso de Recursos de TI do Senado Federal, Norma de Uso e Administração do Sistema de Correio Eletrônico, Norma de Uso e Administração do Serviço de Acessos Remoto da Rede Local do Senado Federal Baseado na Tecnologia VPN (do inglês, Virtual Private Network), Norma de Acesso e Uso da Internet por Meio da Rede do Senado Federal. A Melhoria Continuada de serviços não é formalmente implementada em forma de processo, mas realizada de forma ad hoc. Iniciativas de medição de serviços estão sendo implementadas visando reproduzir a experiência do usuário, como por exemplo, o indicador de experiência com a internet. O indicador é acompanhado em sistema de monitoramento e mede a velocidade de acesso a um grupo de sítios conhecidos na Internet comparando a velocidade de acesso atual com a velocidade em outros períodos pertinentes a fim de diagnosticar lentidões, mesmo quando não causadas por motivos internos.

Projetos (49)	Objetivo (Resultados esperados)	Situação	Data Estimada / Realizada	Valor Total Estimado	Valor Realizado em 2017	Diretriz Estratégica / PDTI
Painel da Elaboração do Orçamento - QV Elaboração	Construção de Painel da Elaboração do Orçamento no Galileu, em Qlikview	Concluído	16/10/2017	-	-	Transparência [PDTI 2017-2019]
DW Elaboração 2018 - Reconstrução dos Datamarts da Elaboração do Orçamento	Reconstrução dos DW que apoiam a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual em função do novo SELOR, LEXOR, e Emendas.	Concluído	31/01/2018	-	-	Transparência
DW PAGM - Ficha e Cadastro	Migrar os dados da arquitetura de grande porte (mainframe) - Natural/ADABAS - para um data warehouse	Em execução	30/04/2018	-	-	Emprego de informações gerenciais
e-Cidadania	Evolução do Portal e-Cidadania	Em execução	31/12/2018	-	-	Conversão da comunicação e relacionamento do Senado para plataformas móveis
Projeto de Aquisição de Solução de Hardware e Software (Appliance) para Cópias de Segurança em Discos Rígidos	O projeto consiste na aquisição e instalação de solução de backup em disco com alto grau de compressão e deduplicação para o serviço de backup corporativo do Senado Federal visando maior garantia e segurança com relação à disponibilidade das informações do Senado Federal.	Em execução	11/12/2017 / 01/08/2018	1.996.277,60	-	-
Projeto de adequação dos portais do SF ao padrão de Acessibilidade - eMAG	Adequar as páginas dos portais do SF às regras de acessibilidade	Em execução	31/07/2018	-	-	Ratificação da continuidade dos planos de logística sustentável, acessibilidade e equidade
Projeto de construção do Painel da SERH	Projeto de construção do Dashboard da SERH	Concluído	31/12/2017	-	-	-
Projeto de Contratação e Implantação do novo sistema SaúdeSF	Contratação e implantação de solução informatizada para o Sistema Integrado de Saúde - SIS.	Em execução	29/06/2018	2.028.000,00	342.798,23	Gestão do plano de saúde [PDTI 2017-2019]
Projeto de contratação e implantação do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística Documental – SIGAD	O projeto visa a substituição do sistema SICAD, ou CAD, por uma solução mais robusta, moderna, e alinhada à Ciência Arquivística. Baseado no modelo de requisitos do CONARQ denominado e-Arq Brasil, o projeto garante a plena gestão dos documentos arquivísticos do Senado Federal.	Concluído	31/12/2017	839.999,84	331.558,89	-

Projetos (49)	Objetivo (Resultados esperados)	Situação	Data Estimada / Realizada	Valor Total Estimado	Valor Realizado em 2017	Diretriz Estratégica / PDTI
Automação dos Processos de Contratação em Instrução	Trata-se de um sistema para automação do processo de contratação, desde a Oficialização da Demanda, até a assinatura do Contrato. Utilizando o Módulo Gerencial (já iniciado), permitirá a disponibilização das informações detalhadas sobre cada um desses processos. Permitirá aos gestores do Senado acompanhar o andamento dos processos, priorizar contratações e automatizar os passos da instrução processual.	Em execução	31/12/2018	-	-	Melhoria e automação de processos
Projeto de informatização/automação do processo de contratação/compras do SF	Trata-se do fluxo do processo de compras (elaboração do edital, pesquisa de preço, pré-empenho, autorização, etc.), que se inicia na demanda das áreas solicitantes, tramitando internamente nas unidades da SADCON, passando por outras instâncias do Senado para fins de revisão, autorização, checagem.	Concluído	31/01/2018	-	-	Melhoria e automação de processos
Implantar metodologia e ferramenta de mascaramento de dados	Implantação de metodologia para descaracterização de bases de dados de homologação e desenvolvimento	Em execução	02/02/2018	-	-	[PDTI 2017-2019]
Apresentação das Necessidades de capacitação de TI alinhadas ao PDTI	Apresentar um plano de capacitação de TI para os integrantes do CGTI que esteja alinhado com o PDTI para o período de 2018 a 2019.	Em execução	26/02/2018	-	-	[PDTI 2017-2019]

Projetos (49)	Objetivo (Resultados esperados)	Situação	Data Estimada / Realizada	Valor Total Estimado	Valor Realizado em 2017	Diretriz Estratégica / PDTI
Política de Segurança da Informação	Este projeto visa elaborar Política de Segurança da Informação que estruture um sistema de gestão de segurança da informação (SGSI). Ainda, busca estruturar um núcleo de segurança da informação, parte do SGSI, que possibilite: a) a coordenação das ações de segurança da informação; b) a criação e o monitoramento de indicadores de segurança da informação; c) a viabilização de um grupo de tratamento e resposta a incidentes de segurança da informação. Por fim, aspira-se à convergência e uniformização dos normativos de segurança da informação do Senado Federal.	Em execução	02/03/2018	-	-	Definir e usar modelos de governança e planejamento estratégico [PDTI 2017-2019]
Adoção de uma plataforma de desenvolvimento rápido de aplicações (RAD) - Modelo de Gestão para os Núcleos de TI	Implantação do Ambiente de Desenvolvimento APEX - Implantado Definição e implantação de um modelo de gestão do uso da plataforma pelos Núcleos de TI, utilizando estagiários para alavancar o desenvolvimento de soluções departamentais.	Em execução	01/05/2018	-	-	[PDTI 2017-2019]
Projeto de Implantação do OTRS no Prodasen	Esse projeto buscar sanar dificuldade do Prodasen, em gerenciamento de tíquetes, incidentes, problemas, mudanças, base de dados de itens de configuração e outros assuntos tratados nas disciplinas ITIL.	Em execução	12/05/2018	800.343,00	72.884,50	Melhoria e automação de processos [PDTI 2017-2019]

Projetos (49)	Objetivo (Resultados esperados)	Situação	Data Estimada / Realizada	Valor Total Estimado	Valor Realizado em 2017	Diretriz Estratégica / PDTI
Operacionalização de Sítio de Contingência da Câmara dos Deputados	Este projeto tem como objetivo tornar operacional o site de contingência disponibilizado pelo convênio firmado com a Câmara dos Deputados. Aquele ambiente sustentará parte dos serviços críticos de TI do Senado Federal. O Projeto compreende o estabelecimento de comunicação entre os dois sítios com cabeamento de fibras ópticas, instalação de equipamentos básicos de infraestrutura de tecnologia da informação como: servidores de rede, servidores de bancos de dados, sistemas de armazenamento de dados, sistemas de segurança e de comutação de dados.	Em execução	30/09/2018	634.790,58	183.000,00	Manutenção, segurança e conservação da estrutura física do Senado sem expansão [PDTI 2017-2019]
Estabelecer procedimentos de verificação de conformidade para o uso de licenças de software	Conscientização dos servidores a respeito do uso ilegal de licenças de software e estabelecimento de normatização específica para regulamentação dessa temática, desinstalação de softwares não autorizados; Controle do modelo e vigência das licenças de software utilizadas em todo o parque computacional provido pelo SF.	Em execução	19/10/2018	-	-	[PDTI 2017-2019]
Automação do Processo de Gestão Contratual e Gestão de ARPs	Projeto de evolução do Sistema GESCON, que trata da gestão de contratos, Atas de Registro de Preços e Notas de Empenho com força de contrato. Os novos módulos a serem desenvolvidos são: - Aditivos Contratuais por item (para controle dos valores e vigência por item). - Cronograma de desembolso - Cálculo de reajustes e repactuações - Automatização dos fluxos e cálculos de penalidade	Em execução	28/12/2018	-	-	Melhoria e automação de processos
Migração para plataforma de containers	Definir a padronização da adoção de containers no ambiente de produção estabelecendo propósito, tecnologias e critérios condicionantes.	Em execução	31/12/2018	-	-	[PDTI 2017-2019]

Projetos (49)	Objetivo (Resultados esperados)	Situação	Data Estimada / Realizada	Valor Total Estimado	Valor Realizado em 2017	Diretriz Estratégica / PDTI
Projeto de Gestão de Identidades	<p>Implantação de solução para suporte a processos de Gestão Corporativa de Identidades.</p> <p>Implantar a solução Midpoint, substituindo os sistemas atualmente utilizados, e permitindo a centralização das diversas atividades relativas ao gerenciamento.</p> <p>Definir as bases para o processo de gestão de identidades do Senado Federal</p>	Em execução	31/12/2018	-	-	[PDTI 2017-2019]
Plano de adoção gradual de serviços de computação em nuvem	<p>Propor um caminho de adoção dos benefícios do modelo de Ti em nuvem que possa ser executado de forma gradual, abrangendo todos os aspectos relacionados a disponibilidade, escalabilidade, automação da operação e otimização de custos e gerenciamento de serviços de infraestrutura.</p>	Em execução	28/02/2019	(a estimar)	-	[PDTI 2017-2019]
Estudo de solução alternativa para suprir os serviços contemplados pelo GSA	<p>Substituir o GSA;</p> <p>Migrar os documentos indexados no GSA para a nova solução;</p> <p>Possibilitar a expansão de documentos indexados;</p>	Em execução	28/02/2019	-	-	[PDTI 2017-2019]

Projetos (49)	Objetivo (Resultados esperados)	Situação	Data Estimada / Realizada	Valor Total Estimado	Valor Realizado em 2017	Diretriz Estratégica / PDTI
Implantação do Processo de Gestão de Portfólio de Aplicações – APM	Permitir que decisões estratégicas sobre o portfólio de aplicações sejam tomadas pelo CGTI. O objetivo é fornecer periodicamente um conjunto de indicadores de alto nível sobre as aplicações, relativos a custos, uso, qualidade, criticidade, impactos, alinhamento com processos e estratégia, etc, permitindo ao CGTI e demais gestores tomarem decisões de racionalização do portfólio de aplicações, tais como: aposentar uma aplicação, evoluir outra, refazer alguma, etc.	Em execução	28/02/2019	-	-	[PDTI 2017-2019]
Contratação de Serviços de Desenvolvimento de Software - ampliação da capacidade de entrega	Esse projeto consiste na contratação de serviços de desenvolvimento de software por uma empresa especializada. Trata-se de algo similar ao que se conhece como "Fábrica de Software", mas num modelo aprimorado, de acordo com as mais recentes experiências do TCU, Banco Central, STF, e outros. O objetivo é aumentar a capacidade de entrega de sistemas desenvolvidos internamente. O foco da contratação será o desenvolvimento de novos projetos: novos sistemas ou novos módulos, ao invés de sustentação. Esse foco facilitará a demonstração de valor agregado diante dos recursos (R\$) despendidos.	Em execução	30/04/2018	2.546.898,00	-	Racionalizar uso de mão de obra terceirizada [PDTI 2017-2019]
Modernização do Sistema de Climatização da Sala Cofre do Prodasen	Concentrar todas as ações definidas pela Comissão Gestora da Sala Cofre direcionadas para baixar os riscos operacionais existentes, deixando as demais ações de monitoramento permanente no escopo de atuação da própria comissão. As ações relacionadas à redução/mitigação de riscos estão lançadas como Marcos, mas cada uma pode ser entendida como um projeto.	Em execução	01/08/2019	(a estimar)	-	Manutenção, segurança e conservação da estrutura física do Senado sem expansão [PDTI 2017-2019]

Projetos (49)	Objetivo (Resultados esperados)	Situação	Data Estimada / Realizada	Valor Total Estimado	Valor Realizado em 2017	Diretriz Estratégica / PDTI
Programa de Modernização dos Sistemas Legislativos e Parlamentares	<p>O Programa, iniciado em 2015 e com previsão de encerramento em 2019, tem como objetivo principal a coordenação dos vários projetos que endereçam a modernização dos sistemas que suportam o Processo Legislativo e a Atividade Parlamentar. Por meio do planejamento e da gestão do Programa é possível garantir a integração dos projetos e das soluções criadas.</p> <p>Ao final do Programa, a expectativa é termos soluções de software mais modernas e aderentes aos processos de trabalho e aos novos paradigmas tecnológicos. Consequentemente, teremos a descontinuidade de alguns sistemas já obsoletos.</p>	Em execução	31/12/2019	207.316,00	(valor realizado em exercícios anteriores)	Programa de modernização dos sistemas legislativos e parlamentares [PDTI 2017-2019]
Projeto de Contratação de Serviços Técnicos Especializados por meio de Unidade de Serviço Técnico (UST).	Contratação de empresa especializada para atender as solicitações de serviços técnicos especializados nos ativos de Tecnologia da Informação –TI do Senado Federal, por meio de: atividades estratégicas de análise, auditoria, avaliação, revisão, planejamento e projetos; atividades táticas de adequação, administração, atualização, configuração, controle, correção, distribuição, elaboração, gerencia, implementação, instalação, manutenção, migração, preparação, validação e atividades operacionais de acompanhamento, alimentação, execução e monitoração. Mensuradas por Unidades de Serviços Técnicos a serem atribuídas de acordo com o perfil de cada serviço técnico de TI.	Em execução	06/12/2018	2.000.000,00	-	Racionalizar uso de mão de obra terceirizada [PDTI 2017-2019]
DW OTRS - Tiquetes e CMDB	DW Otrs - Sistema de Gestão de Chamados e CMDB da COINT	Em execução	31/05/2018	-	-	Melhoria e automação de processos
Automação dos Processos da SEGP	Automatizar os processos da Secretaria de Gestão de Pessoas	Em execução	30/11/2018	-	-	Melhoria e automação de processos

Projetos (49)	Objetivo (Resultados esperados)	Situação	Data Estimada / Realizada	Valor Total Estimado	Valor Realizado em 2017	Diretriz Estratégica / PDTI
DW Zeus	DW para geração de informações do calendário de pagamento.	Em execução	30/03/2018	-	-	Emprego de informações gerenciais
Substituição do Gabflow na COPAG (Desenvolvimento do sistema Atena)	Mitigar o risco técnico da descontinuidade do GabFlow.	Em execução	29/06/2018	-	-	Melhoria e automação de processos

Quadro 45– Projetos estratégicos

Em 2015 foi desenvolvido internamente uma solução para gestão de demandas e documentos para gabinetes parlamentares, utilizando a arquitetura de referência para desenvolvimento de soluções corporativas. Em 2017, foi finalizado o processo de implantação em todos os gabinetes parlamentares que utilizavam o sistema anterior. Esse novo sistema está substituindo o antigo, mantido por empresas terceirizadas contratadas, cuja tecnologia utilizada foi descontinuada pelo mercado, e a equipe interna não detinha o conhecimento tecnológico para dar continuidade à manutenção. As únicas instalações remanescentes deste sistema estão em dois clientes administrativos. A implementação dos sistemas substitutos está em andamento.

6.1. Principais sistemas de informações

Os principais sistemas de informação do Senado Federal, selecionados pelo CGTI, são os seguintes:

1. LEGIS

Objetivos: Sistema de gestão de documentos, processos e eventos legislativos. Engloba o Mate e o Protocolo Eletrônico, AVULSOS e SEDOL.

Principais funcionalidades:

- Gestão do processo e dos documentos legislativos do Senado Federal e Congresso Nacional;
- Controle da tramitação de processados físicos;
- Controle de indicação de relatoria;
- Geração de documentos legislativos a partir de documentos e metadados existentes;
- Registro das ações legislativas ocorridas durante o processo;

2. ORDIA

Objetivos: Registro das sessões plenárias, com diversas informações acerca do encaminhamento de matérias em tramitação no plenário do SF. Aplicação para visualização da Ordem do dia Eletrônica nos Tablets em Plenário. Aplicação para visualização on-line da Ordem do dia Eletrônica na Internet.

Principais funcionalidades:

- Gestão da Ordem do Dia do Senado Federal e Congresso Nacional, incluindo a elaboração da pauta, lista de oradores e apresentação das composições do Congresso;
- Disponibilização da Ordem do dia nos computadores do Plenário e na Internet;
- Controle e apresentação do resultado das deliberações ocorridas em plenário;
- Apresentação de matérias com prazos regimentais.
- Elaboração da agenda de sessões plenárias previstas do Senado Federal e Congresso Nacional
- Gestão da lista de comemorações especiais realizadas em plenário

3. EMENDAS

Objetivos: Sistema de Cadastramento e envio de emendas à CMO para a elaboração das Leis Orçamentárias LOA, PPA e LDO. Não está contemplada a de Créditos Adicionais.

Principais funcionalidades:

- Elaboração dirigida de emendas a cada PL Orçamentário;
- Exportação e importação de emendas a outros autores;
- Montagem, envio e cancelamento de envio de lotes de emendas seguindo as regras da Resolução nº 1/2006 e Pareceres Preliminares específicos de cada PL;
- Auto-cadastro para usuários não-parlamentares;
- Relatórios de Emendas: relações, espelhos, prévia de lote e recibo.

4. SELOR

Objetivos: Sistema de Apoio à Elaboração da Lei Orçamentária. Pareceres à LOA. Emissão de autógrafos.

Principais funcionalidades:

- Registra o parecer a emendas orçamentárias;
- Registra a elaboração das emendas dos Relatores Setoriais, Geral e da Receita;

- Efetua o controle das movimentações na perspectiva de gerência de recursos (Parecer Preliminar, Passível de Cancelamento e Banco de Fontes);
- Emissão dos relatórios dos Relatores Setoriais, Geral e da Receita;
- Emissão dos substitutivos parciais e final ("Autógrafo") dos PLs Orçamentários (relatórios e dados para devolução ao Poder Executivo);
- Permite a atualização das tabelas orçamentárias básicas e às específicas a determinado PL.

5. ESCRIBA

Objetivos: Sistema de apoio ao apanhamento taquigráfico das sessões plenárias e reuniões de comissão.

Principais funcionalidades:

- Suporte completo e automatizado ao processo dos registros taquigráficos de reuniões, sessões e eventos do Senado Federal e Congresso Nacional;
- Estruturação da informação com vistas ao fornecimento de informações estatísticas e estratégicas para parlamentares e para a instituição;
- Publicação online das notas taquigráficas de reuniões, sessões e eventos;
- Controle do processo de distribuição de trabalho (perfil de tableiro) para taquígrafos, revisores e supervisores;
- Integração com diversos sistemas de apoio às atividades de registro taquigráfico do Senado Federal, como: MATE, COMISS, Parlam, Ordía, DISSE;
- Exibição de vídeo e áudio de sessões e reuniões para apoio ao processo de registro taquigráfico.

6. GESCON

Objetivos: Sistema para suporte a processos de trabalho automatizados relativos à gestão dos contratos administrativos do Senado Federal.

Principais funcionalidades:

- Gerir Contratações do Senado Federal;
- Aditivar as Contratações;

- Executar o Plano de Contratações do Senado Federal;
- Gerir os trabalhadores terceirizados;
- Fornecer subsídios das Contratações para o Portal da Transparência.
- Gerenciar saldos e acionamentos de Atas de Registro de Preços

7. ERGON

Objetivos: Sistema integrado de Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento do Senado Federal, adquirido da empresa Techne Engenharia e Sistemas S/C Ltda, através de processo de licitação.

Principais funcionalidades:

- Cadastro de Pessoal (servidores, Senadores, dependentes, pensionistas, representantes legais, consignatárias, substitutos eventuais e outros);
- Cadastro de Vínculos Funcionais (contratos de trabalho);
- Cadastro de Usuários, Cadastro de Padrões de Acesso, Cadastro de Perfis de Segurança de Acesso;
- Registro de Eventos Funcionais (admissão, desligamento, promoções, substituições, mudanças de lotação e outros);
- Controle de Vagas de Cargos e Funções (numeradas e por quadro);
- Registro de Licenças e Afastamentos, Licenças Especiais e Férias;
- Registro de Horas Extras;
- Registro relativos à Frequência dos servidores (faltas, impontualidades e outros);
- Processo de Avaliação de Desempenho;
- Cadastro de Comissões de Trabalho;
- Registro de Reuniões de Comissões;
- Cadastro de Pensões Alimentícias;
- Cadastro de Atributos e Vantagens Pessoais;
- Registro de Lotações de Exercício;

- Averbação de Tempo de Serviço
- Contagem de Tempo de Serviço;
- Cadastro de Pastas Funcionais;
- Cadastro de Concursos Públicos;
- Cálculo da Folha de Pagamento;
- Geração de Arquivos de Crédito Bancários;
- Geração de Arquivos Legais (RAIS, DIRF e outros);
- Emissão de diversos relatórios;
- Extração de dados através de consultas predefinidas;
- Controle de Calendário;
- Cadastro de Setores (unidades organizacionais) e Organograma;
- Execução de rotinas diversas;
- Registros de auditoria de processos e transações.

8. SIGAD

Objetivos: Sistema Informatizado para a Gestão Arquivística de Documentos no Senado Federal.

Principais funcionalidades:

- Cadastro de documentos internos;
- Cadastro de processos internos;
- Cadastro de documentos externos;
- Cadastro de processos externos;
- Cadastro de dossiês;
- Controle de acessos e sigilo de documentos;
- Minutas de documentos;
- Webservices para integração de sistemas;

- Transferência, eliminação e recolhimento de protocolos e seus respectivos recebimentos e avaliações;
- Tabelas auxiliares da gerência do sistema;
- Funções de correção de dados;
- Tramitação de documentos, processos e dossiês;
- Distribuição de documentos, processos e dossiês entre pessoas de uma determinada unidade;
- Visualização de documentos eletrônicos;
- Retirada e juntada de documentos a documentos, de documentos a documentos e de documentos a processos;
- Assinatura digital de documentos;
- Confeção de mala direta;
- Cadastro de interessados;
- Configuração de preferências pessoais dos usuários;
- Administração do sistema pelos perfis adequados;
- Pesquisa de documentos e processos;
- Cancelamento de documentos, processos e dossiês;
- Delegação de acesso a documentos reservados;
- Utilização de fluxos de trabalho pré-definidos;
- Classificação arquivística de documentos;
- Emissão de relatórios;
- Armazenamento de documentos, processos e dossiês;
- Alteração de metadados de documentos, processos e dossiês;
- Arquivamento de documentos, processos e dossiês;
- Alteração de arquivo digital de documentos e processos;

- Cancelamento de tramitação e de distribuição de documentos, processos e dossiês;
- Expedição de documentos e processos;
- Empréstimo de documentos, processos e dossiês;
- Geração de guias de documentos, processos e dossiês;
- Listagem de documentos, processos e dossiês;
- Listagem pré-cadastro de documentos;
- Listagem de acompanhamento de documentos, processos e dossiês;
- Inserção e alteração de palavras-chave de documentos e processos;
- Inserção, gestão e pesquisa de prazos de resposta e de atendimento;
- Recebimento de tramitação e de distribuição;
- Criação, cancelamento e gestão de volumes;
- Realização de ações por lote;
- Modelos de documentos;
- Definição e gestão de assinaturas de documentos digitais;
- Pré-cadastro e pré-protocolo de documentos;
- Protocolo/cadastramento de e-mail;
- Geração de termos;
- Gestão de documentos arquivados;
- Gestão de caixas de documentos arquivados;
- Cadastro de documentos, processos e dossiês legados;
- Gerência do sistema

9. GESTÃO DE AQUISIÇÕES

Objetivos: Produto para automação do processo de contratações no Senado Federal.

Principais funcionalidades:

- Cadastro e geração de DODs - Documentos de Oficialização de Demandas

- Aprovação de DODs pelas áreas técnicas
- Controlar fluxo de DODs
- Automação e controle do fluxo de contratações
- Automação e controle do fluxo de pagamentos de contratos
- Gestão do Plano de Contratações (em desenvolvimento)

As demais informações sobre os principais sistemas de informações estão na tabela abaixo:

Quadro 46 - Principais sistemas de informações

(continua)

SIGLA	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	NEGÓCIO	MANUTENÇÃO		SISTEMA EM DESENVOLVIMENTO			CONTINUIDADE E DISPONIBILIDADE DO SISTEMA	
				PRÓPRIA/TERCEIRIZADA	DESPESA ANUAL (R\$)	PRAZO	ORÇAMENTO	RISCOS	AValiação DE RISCOS	MEDIDAS PARA MITIGAR
LEGIS	SEPLE - Serviço de Soluções para o Processo Legislativo Eletrônico	SGM - Secretaria Geral da Mesa	Processo legislativo	Própria	-	12/2018	-	-	A sua indisponibilidade de compromete e até impossibilita as deliberações legislativas.	Implantação de Site de contingência conforme convênio 0001/2015 estabelecido com a Câmara dos Deputados que está em fase de implantação.
ORDIA	SESPLE - Serviço de Soluções para o Plenário	SGM - Secretaria Geral da Mesa	Processo legislativo	Própria	-	-	-	-	Idem ao item anterior	Idem ao item anterior
EMENDAS	SESOF - Serviço de Soluções para o Orçamento e Fiscalização	CMOCN - Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional	Processo orçamentário	Própria	-	-	-	-	Idem ao item anterior	Idem ao item anterior

(continuação)

SIGLA	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	NEGÓCIO	MANUTENÇÃO		SISTEMA EM DESENVOLVIMENTO			CONTINUIDADE E DISPONIBILIDADE DO SISTEMA	
				PRÓPRIA/TERCEIRIZADA	DESPESA ANUAL (R\$)	PRAZO	ORÇAMENTO	RISCOS	AValiação DE RISCOS	MEDIDAS PARA MITIGAR
SELOR	SESOF - Serviço de Soluções para o Orçamento e Fiscalização	CONORF - Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle	Processo orçamentário	Própria	-	-	-	-	Idem ao item anterior	Idem ao item anterior
ESCRIBA	SESPLE - Serviço de Soluções para o Plenário	SERERP - Secretaria de Registro e Redação Parlamentar	Processo legislativo	Própria	-	-	-	-	Idem ao item anterior	Idem ao item anterior
GESCON	SESADM - Serviço de Soluções para Áreas Técnicas e Administrativas	SADCON - Secretaria de Administração de Contratações	Administrativo	Própria	-	-	-	-	A sua indisponibilidade compromete e até impossibilita as deliberações administrativas e o cumprimento de obrigações trabalhistas, contratuais e fiscais.	Idem ao item anterior

(continuação)

SIGLA	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL ÁREA DE NEGÓCIO	NEGÓCIO	MANUTENÇÃO		SISTEMA EM DESENVOLVIMENTO			CONTINUIDADE E DISPONIBILIDADE DO SISTEMA	
				PRÓPRIA/TERCEIRIZADA	DESPESA ANUAL (R\$)	PRAZO	ORÇAMENTO	RISCOS	AValiação DE RISCOS	MEDIDAS PARA MITIGAR
ERGON	SESRH - Serviço de Soluções para Área de Recursos Humanos	SEGP - Secretaria de Gestão de Pessoas	Administrativo	Própria e terceirizada	504.054,88	-	-	-	Idem ao item anterior	Idem ao item anterior
SIGAD	SESOC - Serviço de Soluções Corporativas	SEPROT - Serviço de Protocolo Administrativo	Administrativo	Terceirizada	369.456,00	-	-	-	Idem ao item anterior	Idem ao item anterior
Gestão de Aquisições	SESADM - Serviço de Soluções para Áreas Técnicas e Administrativas	SADCON - Secretaria de Administração de Contratações	Administrativo	Própria	-	-	-	-	Idem ao item anterior	Idem ao item anterior

6.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

Em agosto de 2017, foi publicado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Senado Federal (PDTI/SF). O PDTI/SF foi elaborado utilizando como referencial teórico o “Referencial do Processo de Planejamento da Tecnologia da Informação”, disponibilizado pelo Tribunal de Contas da União. O PDTI/SF tem por missão orientar as ações de TI do Senado Federal no biênio de 2017-2019. Integram o PDTI/SF as seguintes informações:

- a) As diretrizes de TI para o biênio 2017-2019;
- b) Os projetos estruturantes visando o atingindo das Diretrizes de TI elencadas;
- c) Os projetos estruturantes visando o tratamento dos principais riscos de TI identificados;
- d) O portfólio de projetos de TI visando o atendimento às áreas de negócio do Senado Federal;
- e) As contratações de TI que suportarão os projetos integrantes do PDTI, sejam eles estruturantes ou voltados ao atendimento das áreas de negócio do Senado Federal.

As diretrizes de TI e os projetos integrantes do PDTI do Senado Federal estão alinhados ao Plano Estratégico do Senado Federal, materializado pela Visão, Missão, Valores e Objetivos Estratégicos válidos até 2023 (ATC – Ato da Comissão Diretora 5/2015) e as respectivas Diretrizes Estratégicas da Comissão Diretora do Senado Federal, para o período de 2017 e 2018 (ATC – Ato da Comissão Diretora 2/2017). O PDTI/SF está disponível no Portal do Senado Federal, e pode ser acessado pelo link: <https://www12.senado.leg.br/transparencia/gestgov/pdf-planejamento-estrategico/PDTI.PDF>

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

b1) Atividades do Comitê de Governança de TI:

Conforme Art. 9º do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 8 de 2016, que instituiu a Política de Governança de Tecnologia da Informação do Senado Federal (PGTI/SF), compete ao Comitê de Governança de TI:

I - propor à Diretoria-Geral e à Secretaria-Geral da Mesa o Plano Estratégico de TI e o Plano de Diretor de TI do Senado Federal, bem como acompanhar sua execução;

II - coordenar a formulação das propostas de políticas, diretrizes, objetivos e estratégias de TI;

III - coordenar a elaboração dos planos e a definição dos indicadores de desempenho de TI, bem como a implementação das ações planejadas e a mensuração dos resultados obtidos;

IV - realizar a gestão de portfólio dos projetos de TI, priorizar as ações e os investimentos de TI, os quais deverão estar alinhados aos objetivos institucionais do Senado Federal;

V - monitorar e controlar os projetos de TI, avaliando riscos, problemas e custos relacionados aos projetos;

VI - aprovar demandas de manutenção com impacto significativo sobre os projetos de TI;

VII - recomendar sobre a resolução de conflitos na utilização compartilhada de recursos para o atendimento das diferentes demandas de TI;

VIII - monitorar o desempenho da TI por meio dos indicadores.

b2) Composição do Comitê de Governança de TI:

Conforme Art. 8º do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal Nº 8 de 2016, que instituiu a Política de Governança de Tecnologia da Informação do Senado Federal (PGTI/SF), o Comitê de Governança de TI é composto pelos seguintes representantes:

- I - Diretor-Geral Adjunto de Gestão;
- II - Secretário-Geral da Mesa Adjunto;
- III - Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen);
- IV - Diretor Adjunto da Secretaria de Comunicação Social;
- V - Diretor Adjunto do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

b3) Quantidade de reuniões do Comitê de Governança de TI em 2017:

O Comitê de Governança de TI se reuniu no ano de 2017 vinte e três (23) vezes.

b4) Principais decisões tomadas pelo Comitê de Governança de TI em 2017:

O Comitê de Governança de TI teve como sua principal decisão em 2017 a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Senado Federal (PDTI/SF), o qual definiu para a TI do Senado Federal:

- a) As diretrizes estratégicas de TI;
- b) Os projetos estruturantes visando o atingindo das Diretrizes de TI elencadas;
- c) Os projetos estruturantes visando o tratamento dos principais riscos de TI identificados;
- d) O portfólio de projetos de TI visando atender às áreas de negócio mais prioritárias em relação à Estratégia Corporativa do Senado Federal;
- e) As contratações de TI que suportarão os projetos integrantes do PDTI, sejam eles estruturantes ou voltados ao atendimento das áreas de negócio do Senado Federal.

7. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

7.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

1) Política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade:

Conforme respostas enviadas em 2016 e 2017, a abordagem sobre a sustentabilidade nos impõe uma condição que atenta, entre outros aspectos, para o cumprimento de normas, mas também para um processo gradual de mudança da cultura organizacional.

Nesse sentido, assumimos por meio do Ato da Comissão Gestora nº4, de 2013, que institui a Política de Responsabilidade Socioambiental do Senado, da adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), do Ato da Diretoria-Geral nº25, de 2015, que aprova o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS), e da declaração da Carta de Compromisso do Senado Federal, a responsabilidade pelo uso racional dos recursos naturais e bens públicos. Consta ainda como norma interna ambiental expedida pelo Senado Federal, a instituição do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS), criado com a atribuição de coordenar a política socioambiental da Casa, agregando em sua estrutura dois programas: Senado Verde e Senado Inclusivo.

2) Participação na Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P);

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no Senado Federal foi instituída por meio do Termo de Adesão nº001/2013, com vigência de cinco anos e prazo de validade até setembro de 2018.

Constam do Regime de Execução os seguintes objetivos:

- I. Promover a reflexão sobre os problemas socioambientais no âmbito do Senado Federal;
- II. Estimular a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, a fim de maximizar a eficiência dos serviços prestados;
- III. Garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive destinação ambientalmente correta; e

IV. Melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

O Plano de Trabalho propõe a redução dos impactos negativos gerados pela rotina administrativa do Senado Federal e o aprimoramento necessário para determinação de metas ainda mais ousadas, quando possíveis.

Assim, reconhecida a relevância da adesão a esta Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e seu processo de institucionalização, esperamos que o Senado Federal, diante de seu papel indutor, possa refletir um modelo de gestão alicerçado no compromisso com a transparência, no aprimoramento da qualidade do gasto público e na responsabilidade socioambiental, motivo pelo qual submete-se à avaliação para o Prêmio A3P 2017, categoria Inovação na Gestão Pública.

3) Separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores

Por força da Lei Distrital nº 5.610/2016, do Decreto nº 37.568/2016 e ainda, em conformidade com o Plano de Gestão de Logística Sustentável – PGLS (ADG nº 20 de 2017), o Senado elaborou o seu Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, nos termos da Lei nº 12.305/2010 e do Decreto nº 7.404/2010.

Quanto à gestão dos resíduos sólidos e destinação final ambientalmente adequada, podemos citar algumas práticas já consolidadas internamente, incluindo o sistema de logística reversa em alguns casos conforme as tabelas abaixo:

Quadro 47 - Gestão dos resíduos orgânicos

RESÍDUOS ORGÂNICOS	
Sobras de alimentos	São destinados à compostagem, no viveiro do Senado Federal
Poda de gramas	
Coleta de folhas	
Restos de jardins	
Borra de café	
Resíduos de frutas	

Quadro 48 - Gestão dos resíduos de papel

RESÍDUOS DE PAPEL	
Papel A4	Coleta para reciclagem, via contrato nº 20160095
Impressos em geral	
Plotagem em papel	
Embalagens de papelão	São recicladas pela própria SEGRAF e reutilizadas na cadeia de produção
Plotagem em lona	
Sobras de bobinas	

Quadro 49 - Gestão dos resíduos de madeira

RESÍDUOS DE MADEIRA	
Sucata de madeira	As sobras são usadas na fabricação de bancos e molduras
MDF	

*Informações prestadas pelas Unidades Gestoras: NCAS, SEGRAF, SPATR, SINFRA, PRODASEN, SECOM, STELE, SIS/SF.

Quadro 50 - Gestão dos resíduos metálicos

RESÍDUOS METÁLICOS	
Embalagens de metal	Uma parte segue para reciclagem via contrato nº 20160095. O residual é recolhido pela COGER e destinada ao SLU
Laminados e esquadrias	Logística reversa prevista no Contrato nº 20160125
Limalha de ferro	As peças inservíveis são levadas a leilão, pela Secretaria de Patrimônio (SPATR)
Resíduos de vidros e espelhos (peças grandes)	As peças inservíveis são levadas a leilão, pela Secretaria de Patrimônio (SPATR)

Quadro 51 - Gestão dos resíduos da construção civil

RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL	
Cimento	Logística reversa prevista no Contrato nº 20160125.
Concreto	
Gesso	
Pisos e azulejos	
Sucata metálica (alumínio, cobre, chumbo, ferro, metalon)	
Tijolo	
Lâmpadas incandescentes	
Lâmpadas halógenas	

Quadro 52 - Gestão dos resíduos não recicláveis ou com restrições para reciclagem

RESÍDUOS NÃO RECICLÁVEIS OU COM RESTRIÇÕES PARA RECICLAGEM	
Bituca de cigarro	São levadas para a UnB, para reciclagem de papel, em projeto próprio.
Pincel e rolo	Logística reversa prevista no Contrato nº 20140039
Mobiliário dos apartamentos funcionais	As peças inservíveis são levadas a leilão, realizado pela Secretaria de Patrimônio (SPATR)
Mobiliário de escritório	Logística reversa prevista no Contrato nº 20160125
Material de consumo diverso (etiquetas obsoletas, grampeadores danificados, garrafas térmicas quebradas, etc.)	As peças inservíveis são levadas a leilão, realizado pela Secretaria de Patrimônio (SPATR).

Quanto à coleta seletiva comum, o Senado Federal encontra-se em período de reestruturação, tendo em vista ter sido o PGRS concluído recentemente, em outubro de 2017.

Em cumprimento à Legislação Distrital supramencionada, os resíduos indiferenciados estão sendo recolhidos por empresa especializada, nos termos do Contrato nº 97/2017.

Quanto aos resíduos recicláveis comuns, estão sendo temporariamente destinados à mesma empresa contratada, mediante comprovação de destinação ambientalmente adequada e estamos no aguardo do início da coleta que será realizada pelo SLU, que por sua vez remeterá o passivo diretamente às Cooperativas credenciadas.

Em relação ao restante dos resíduos perigosos, o senado tem priorizado contratações de fornecedores e serviços que realizem Logística Reversa, conforme descrito na tabela abaixo:

Quadro 53 - Gestão dos resíduos perigosos

(continua)

RESÍDUOS PERIGOSOS	
Lâmpadas de vapor de mercúrio (fluorescente)	Logística reversa prevista no Contrato nº 20160110
Lâmpadas de multi-vapor metálico (fluorescente)	
Lâmpadas de vapor de sódio (fluorescente)	
Baterias de grande capacidade (nobreaks, geradores, etc.)	Logística reversa prevista nos Contratos nº 20120100, 20140088, 20150095, 20160110.
Cartuchos e tonners	Logística reversa prevista no Contrato nº 20170007

(continuação)

RESÍDUOS PERIGOSOS	
Rádios	Os equipamentos inservíveis são levados a leilão, realizado pela Secretaria de Patrimônio (SPATR)
Equipamentos de foto e vídeo (câmeras, flash, carregadores e outros)	Os equipamentos inservíveis são levados a leilão, realizado pela Secretaria de Patrimônio (SPATR).
Computadores	Os equipamentos inservíveis são levados a leilão, realizado pela Secretaria de Patrimônio (SPATR).
Impressoras	Terceirização de equipamentos, manutenção e logística reversa (Contrato nº 20170007)
Telefones	Os equipamentos inservíveis são levados a leilão, realizado pela Secretaria de Patrimônio (SPATR).
Embalagens contendo resíduos de tinta líquida	Logística reversa prevista nos Contratos n.º 20150081, 20160114 e 20160116.
Embalagens de pó e tinta à base de solvente	Logística reversa Contratos n.º 20160069 e n.º 20170057.
Embalagens vazias de tintas imobiliárias, contendo apenas filme seco de tinta em seu revestimento interno.	Logística reversa prevista no Contrato n.º 20160125.
Peças com traços de óleos e graxas	Logística reversa de geradores a diesel prevista no Contrato n.º 20140088.
Fluido e óleo hidráulico	Logística reversa de geradores a diesel prevista no Contrato n.º 20140088.

(continuação)

RESÍDUOS PERIGOSOS	
Todos os equipamentos provenientes do Senado Federal e dos apartamentos funcionais (geladeiras, fogões, televisões, banhos-maria, forno micro-ondas, entre outros)	Os equipamentos inservíveis são levados a leilão.
Resíduos de serviços de saúde – RSS	Os resíduos de serviços de saúde – RSS são gerenciados por contrato específico, nº 20170038 e atendem à norma ABNT NBR nº 12.808:1993.

4) Contratações

O Plano de Gestão para Compras e Contratações, trata das ações relativas à adoção de critérios, práticas e diretrizes que permitam a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, no âmbito da administração pública federal, conforme Decreto Presidencial nº 7.746/2012, quais sejam, (i) elaboração de manual de compras sustentáveis, (ii) criação do núcleo de sustentabilidade no Setor de Compras do Senado (SADCON), (iii) capacitação de servidores em compras e contratações sustentáveis, (iv) inserção de cláusula de logística reversa nas futuras contratações e aquisições da Instituição

Os critérios para contratações sustentáveis são levados em consideração. No segundo semestre de 2016, foi realizado curso de capacitação com os gestores responsáveis pela elaboração de termos de referência visando uniformizar o conhecimento e capacitá-los para a inclusão dos critérios de sustentabilidade nos contratos firmados pelo Senado Federal.

Em 2017, foi criado o grupo de trabalho formalizado institucionalmente pelo Ato nº15, de 2017, da Diretoria-Geral que institui sistemática de padronização dos bens e serviços sustentáveis a serem considerados nos processos internos de licitações e contratos.

http://www.senado.leg.br/transparencia/SECRH/BASF/2017/04abr/Bap6242_2.pdf

Publicado em: Boletim Administrativo do Senado Federal, nº 6242, seção nº 2, de 25 de abril de 2017, p. 2.

Ao Grupo de Trabalho compete:

- I - Identificar itens passíveis de serem padronizados, a partir de critérios de sustentabilidade;
- II - Analisar o impacto socioambiental do seu eventual acolhimento na lista padronizada de itens sustentáveis do Senado Federal, e
- III - avaliar a adequação da relação entre o custo e os benefícios daí decorrentes, para tanto emitindo parecer para orientação da decisão superior.

5) Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS)

Para consolidar todas as ações de sustentabilidade do Senado Federal, em um único instrumento de planejamento, a Diretoria-Geral publicou o ato ADG nº 24, de 7 de novembro de 2014, estabelecendo diretrizes para a elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado Federal (PGLS). O Plano, de caráter obrigatório para as unidades organizacionais da Casa, foi aprovado pelo Ato da Diretoria-Geral nº 25/2015. Consiste em uma ferramenta de planejamento que estabelece objetivos, responsabilidades, metas, prazos e mecanismos de monitoramento e avaliação.

i. Comissão Gestora do PGLS

No âmbito do Senado Federal, a Portaria da DGER 3.053/2015 instituiu a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, e foi publicada no *Boletim Administrativo do Senado Federal*, nº 5722, seção nº 1, de 1º de abril de 2015, p. 1.

https://intra.senado.gov.br/guiaserv/boletim/novoboletim/2015/04abr/Bap5722_1.pdf .

Foi republicada no Boletim Administrativo do Senado Federal, nº 5725, seção nº 1, de 7 de abril de 2015, p. 1.

https://intra.senado.gov.br/guiaserv/boletim/novoboletim/2015/04abr/Bap5725_1.pdf

Em 2016, foi publicada nova portaria atualizando os membros da Comissão Gestora do PGLS: PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL nº. 537/2016. Boletim Administrativo do Senado Federal Número: 5960 - Seção: 1 - quarta-feira, 09 de março de 2016.

http://www.senado.leg.br/transparencia/SECRH/BASF/2016/03mar/Bap5960_1.pdf

ii. Formalização e abrangência do PGLS

Publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal, Ato DGER 24/2014 que estabelece as Diretrizes para elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável:

http://www.senado.leg.br/transparencia/SECRH/BASF/2014/11nov/Bap5609_2.pdf

iii. Publicação do PGLS

O [relatório do primeiro ano de execução](#) está disponível no Portal de Transparência do Senado.

<https://www12.senado.leg.br/transparencia/gestgov/planejamento-estrategico-1/PDF/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-do-senado-federal/>

A [versão 2017-2018 do PGLS](#) foi instituída pelo Ato da Diretoria-Geral nº 20, de 2017, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal - BASF nº 6262, em 24/05/2017.

iv. Publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PGLS

O Senado Federal realiza o monitoramento (integração dos dados, compartilhamento, acesso e disponibilização da informação) por meio de software de B.I., que possibilita extrair das matrizes de dados, de inúmeras fontes, as informações necessárias para compor os painéis de monitoramento e relatórios mensais, no formato de gráficos e métricas.

Relatório de desempenho e metas do PGLS:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/programas/senado-verde/pdf/RELATRIODEDESEMPENHODEMETASPGLS20152016.pdf>

6) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.

Verificou-se durante este período de implantação de ações de sustentabilidade no âmbito do PGLS, que houve dificuldades e entraves relacionados à estrutura e à forma de gerenciamento dos órgãos públicos. Tal modelo, em alguns momentos promove atrasos na obtenção de resultados positivos a curto prazo. Porém, observou-se uma mudança de cultura e comportamento gradativa gerando um maior índice de ações bem-sucedidas do que de ações não realizadas.

Sabe-se que este é um processo de aprimoramento contínuo e que há, cada vez mais, a necessidade de engajamento coletivo e amadurecimento das práticas e processos organizacionais. Todavia, os resultados alcançados apontam um grande avanço da administração pública no que se refere à aplicação dos critérios de sustentabilidade no cotidiano institucional.

8. GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS

8.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

No SIAFI, a totalidade do crédito orçamentário consignado ao Senado Federal na LOA 2017 foi disponibilizado na UG 020001 – Senado Federal. Considerando que o ingresso das receitas próprias é realizado nas fontes “150 – Recursos próprios não-financeiros diretamente arrecadados” e na fonte “163 – Receitas próprias decorrentes da alienação de bens e direitos do patrimônio público” e executado na UG 020054 – Fundo Especial do Senado Federal, foram realizadas movimentações internas desses créditos orçamentários para viabilizar a realização das despesas pela UG do FUNSEN, detentora dos recursos financeiros, no âmbito da Unidade Orçamentária 02.101 – Senado Federal. O referido fundo foi instituído pela Lei n.º 7.432, de 18 de dezembro de 1985 e posteriormente incorporou os saldos e as receitas próprias dos Fundos da Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEGRAF e da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN, conforme unificação orçamentária procedida pelo Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 3, de 2010.

A receita inicialmente prevista na LOA 2017 para o Senado Federal (Unidade Orçamentária 02.101) foi de R\$ 6.872.574,00 (seis milhões, oitocentos e setenta e dois mil, quinhentos e setenta e quatro reais), sendo que o montante efetivamente arrecadado superou em 42,70% esse valor, conforme evidenciado na tabela a seguir:

Quadro 54 - Categoria Econômica da Receita

Categoria Econômica da Receita	Natureza da Receita		Receita Inicialmente Prevista	Receita Arrecadada
1 - RECEITAS CORRENTES	13100111	Alugueis e arrendamentos-principal	7.136,00	56.197,59
	13100211	Conc/perm/aut/cessão dir.uso imov.pub-princ.	1.404.377,00	1.163.439,66
	15000011	Receita industrial-principal	618.425,00	823.703,86
	16100111	Serv.administrat.e comerciais gerais-princ.	211.959,00	252.182,61
	16300111	Serviços de atendimento a saúde-principal	584.418,00	-
	16300211	Serv.assist.saude suplem.serv.civil-princ.	694.515,00	1.469.691,50
	16300212	Serv.assist.saude suplem.serv.civil-mul.jur.	-	3.867,37
	19100911	Multas e juros previstos em contratos-princ.	2.413.961,00	1.702.147,70

Categoria Econômica da Receita	Natureza da Receita		Receita Inicialmente Prevista	Receita Arrecadada
	19210111	Indeniz.p/danos causados ao patr.pub.-princ.	-	1.447,00
	19220611	Restit.de despesas de exerc.anteriores-princ.	-	3.159.826,83
	19229911	Outras restituições-principal	183.391,00	55.656,96
2 - RECEITAS DE CAPITAL	22130011	Alienação de bens moveis e semoventes-princ.	164.718,00	326.690,00
7 - RECEITAS CORRENTES	73100211	Conc/perm/aut/cessao dir.uso imov.pub-princ.	155.383,00	605.589,96
	75000011	Receita industrial-principal	434.291,00	187.328,98
Total			6.872.574,00	9.807.770,02

As naturezas de receita que apresentaram, em termos nominais, as maiores variações entre o valor previsto e o efetivamente arrecadado foram: 19220611 “*Restituição de despesas de exercícios anteriores*”, 73100211 e 13100211 “*Receitas decorrentes de Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão de Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos*” e 16300211 “*Serviços de Assistência à Saúde Suplementar Servidor Civil*”.

No primeiro caso, devido ao seu caráter de imprevisibilidade, não é possível estimar de forma eficiente os valores que serão arrecadados ao longo do exercício. Em 2017, o recolhimento de R\$ 3.159.826,83 decorre de ressarcimentos de despesas de pessoal cedido e cobranças de valores a ex-servidores comissionados, ambos da competência de exercícios pretéritos.

Com relação à arrecadação de receitas provenientes de concessão, permissão, autorização ou cessão de direito de uso de bens imóveis (73100211 e 13100211), em consulta ao SIAFI, identifica-se que a diferença entre os valores inicialmente previstos decorre de um recolhimento realizado ao final do exercício de 2017 na natureza de receita intraorçamentária (73100211), quando o valor deveria ter sido arrecadado na natureza 13100211, visto que a entidade recolhadora não integra os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.

No que se refere aos Serviços de Assistência à Saúde Suplementar Servidor Civil, o aumento da receita arrecadada frente à originalmente prevista advém da variabilidade inerente aos custos com o plano de saúde arcados pelos ex-parlamentares da Casa, que são recolhidos à conta do FUNSEN.

A tabela abaixo evidencia a execução orçamentária das receitas próprias do Senado Federal no exercício de 2017, segregada por ação orçamentária:

Quadro 55 - Ação Orçamentária

Ação Orçamentária (código e descrição)	Valor empenhado na fonte 150 em 2017 (R\$)
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Dependentes	1.278.933,00
4061 - Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política	2.053.613,64
Valor total	3.332.546,64

() Destaca-se que, embora tenha sido arrecadado na “fonte 163” o valor de R\$ 326.690,00 decorrente da alienação de bens móveis, não foi realizada nenhuma despesa à conta dessa fonte de recursos.*

Cumprir registrar que, ressalvados os gastos ordinários com assistência médica e odontológica da ação “2004”, as despesas executadas na UG 020054, essencialmente, são de natureza de investimento. Entretanto, no exercício de 2017, do valor total empenhado na ação “4061”, o valor de R\$ 35.000,00 foi aplicado em despesa do “GND 3 – Outras Despesas Correntes” e o saldo restante (R\$ 2.018.613,64) em gastos com “GND 4 – Investimentos”.

A despesa executada no “GND 3” refere-se à premiação artística decorrente do Concurso nº 1 de 2017 (publicado no Diário Oficial da União nº 99, de 25/05/2017, p. 116), para seleção de uma escultura em bronze, tipo busto, do ex-senador Ronaldo Cunha Lima, instalado à frente do edifício de mesmo nome localizado no Complexo Arquitetônico do Senado Federal (fundamentado na Resolução do Senado nº 70/2012).

Dentre as despesas de investimento custeadas por recursos de arrecadação própria, destacam-se a contratação de empresa para o fornecimento de subestação elétrica para compor a rede de energia do Senado Federal (contrato nº 2017/0004, firmado junto à empresa Sintrex Engenharia Eletro-Eletrônica LTDA), aquisições de estações de trabalho e mobiliários em geral (amparadas pelas Atas de Registro de Preços nºs 2017/0029 e 2017/0033, firmadas junto às empresas MJT Bazzan Mobiliario Corporativo EIRELI e TECNO2000 Industria e Comercio LTDA, respectivamente) e compras de televisores (Ata de Registro de Preços nº 75/2016, junto à Cerrado Audiovisual EIRELI) para atender às diversas áreas do Órgão.

9. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

9.1 Canais de acesso ao cidadão

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

As ações para promoção de acessibilidade no Senado Federal são geridas pelo Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais, desde a sua criação, em 2014. Através do Programa Senado Inclusivo, o núcleo atua na implementação da Política de Acessibilidade do Senado Federal, instituída pelo [Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2013](#). O documento foi elaborado em consonância com as normas internacionais e nacionais de acessibilidade e reflete valores fundamentais para a garantia de direitos e inclusão da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida no âmbito do Senado Federal.

A Carta de Compromissos, adotada pela Administração da Casa a partir de 2015, prevê que “todo o complexo arquitetônico e toda a comunicação devem ser planejados de forma que servidores e cidadãos com limitações possam ter acesso, com dignidade e autonomia, aos espaços, serviços e informações produzidos pelo Senado Federal”.

Esses dois instrumentos demonstram o compromisso assumido pelo Senado Federal com a promoção da acessibilidade.

Todas as intervenções que se fazem necessárias para eliminação de barreiras, sejam elas arquitetônicas, urbanísticas, comunicacionais ou atitudinais, são planejadas de acordo com as normas técnicas da ABNT.

1. Plano de Acessibilidade

O [Plano de Acessibilidade do Senado Federal \(versão 2016/2017\)](#) foi instituído pelo Ato da Diretoria-Geral nº 9, de 2016. Trata-se de uma ferramenta de planejamento das ações da Casa em favor da inclusão das pessoas com deficiência, seja das pessoas que trabalham em suas dependências, seja de visitantes.

O Plano foi elaborado com a participação de representantes dos mais variados setores da administração do Senado e servidores com deficiência, com enfoque, de maneira objetiva e direta, em ações factíveis que possam, no período inicial de um ano, aprofundar as adaptações já iniciadas e implementar obras, serviços e contratações que assegurem a ampliação das condições de acessibilidade. As ações propostas foram

reunidas em seis eixos temáticos, a saber: infraestrutura, acesso à informação, mobilidade, gestão de pessoas, acesso à educação e compras e contratações.

Mais que realizar obras e serviços, a proposta do Plano é a internalização de uma nova cultura institucional, sintonizada com a Carta de Compromissos do Senado Federal, em que o direito à acessibilidade não seja visto apenas como obrigação legal a ser cumprida, mas como parte do compromisso de cada servidor e da Casa com o tratamento inclusivo e não discriminatório de todas as pessoas.

O monitoramento tem sido realizado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria da Diretoria-Geral nº 650, de 2016, composto por servidores das áreas de acessibilidade, comunicação, gestão de pessoas, tecnologia da informação e infraestrutura e por representantes dos servidores com deficiência. Em outubro de 2017, foi elaborado o [relatório do primeiro ano de vigência do plano](#). No último trimestre de 2017, trabalhamos na elaboração de nova versão do documento (versão 2018), que foi publicada em 31/01/2018, no Boletim Administrativo do Senado Federal e será, em breve, disponibilizada no Portal da Transparência.

Além das ações desenvolvidas no âmbito do Plano (versão 2016/2017), cujos resultados estão disponíveis no relatório de desempenho de metas, podemos destacar as seguintes atividades:

a. Mobilidade

A equipe de Acessibilidade Assistida é composta por colaboradores capacitados no atendimento a pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, idosos, gestantes e obesos. Os serviços são oferecidos a senadores, servidores e visitantes, que são orientados e, se necessário, acompanhados nas dependências do Senado Federal. Para pessoas com mobilidade reduzida é disponibilizado o empréstimo de equipamentos como cadeiras de rodas e triciclos motorizados.

b. Sensibilização e capacitação do público interno

i. Atendimento a pessoas com deficiência

Em 2017, foram realizados cursos e oficinas sobre atendimento a pessoas com deficiência. Durante as ações, servidores da Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria

de Polícia do Senado Federal, Secretaria de Relações Públicas e Coordenação de Biblioteca foram orientados sobre acessibilidade e sobre como lidar com pessoas com deficiência.

ii. Braille instantâneo

A oficina de Braille instantâneo foi realizada no dia 6 de abril no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e contou com a participação de servidores de áreas diversas, como Secretaria de Publicações e Editorações e Secretaria de Gestão de Pessoas.

iii. Vivências

Foram realizadas ações de sensibilização direcionadas aos motoristas do Senado, que trabalham na Coordenação de Transportes. Os participantes foram vendados e foram conduzidos por videntes e por pessoas com deficiência visual que trabalham no Serviço de Impressão em Braille. Também foram convidados a realizar um percurso em cadeira de rodas. Logo após, foi realizada uma oficina com objetivo de capacitar os condutores e auxiliares de como proceder com o embarque e desembarque do cadeirante no veículo adaptado. Participaram da atividade 63 funcionários, entre inspetores e motoristas.

c. Atividades com público externo

i. Fotografia Inclusiva

Estudantes com deficiência física e intelectual do Centro Educacional São Francisco, de São Sebastião participaram, no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), de uma oficina de fotografia inclusiva. O objetivo foi celebrar o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência e aproximar do Senado os jovens cidadãos.

d. Gestão de contratação de intérpretes de libras

A prestação de serviços de intérpretes de Libras tem sido realizada sob demanda, para atendimento de eventos como Sessões Solenes, Sessões Especiais, Audiências Públicas, palestras e seminários. No ano de 2017, 301 horas de serviços de interpretação foram prestados em 99 eventos distintos.

e. Contratos de Libras, audiodescrição e legenda em tempo real

Após realização de pregão eletrônico, o Senado Federal assinou contratos com empresas responsáveis pela prestação de serviços de Audiodescrição, Interpretação de Libras e Legenda em tempo Real.

[Contrato nº 103/2017](#) – Contratação de serviços de Audiodescrição

[Contrato nº 102/2017](#) - Contratação de serviços de Legenda em Tempo Real

[Contrato nº 108/2017](#) – Contratação de interpretação em Libras

f. Capacitação externa de servidores na área de acessibilidade:

- i. **Acesso Livre:** participação regular no grupo Acesso Livre, na Universidade de Brasília, que trata da questão da audiodescrição.
- ii. **1º Seminário de Acessibilidade e Mobilidade Urbana na Perspectiva da Pessoa Surda**, organizado pelo Centro Interdisciplinar de Estudos em Transportes – Ceftru/ Universidade de Brasília, em 8 de março de 2017.
- iii. Seminário “**Sustentabilidade na Administração Pública: Panoramas e Estratégias de Gestão**”, realizado no TCU de 20 a 22 de junho.
- iv. Lançamento do **Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência da Enap**, em 25 de julho de 2017.

g. Programa de acompanhamento do servidor com deficiência

Os atendimentos foram iniciados no mês de março de 2017 e, em um primeiro momento, foram direcionados aos estagiários com deficiência. As entrevistas foram realizadas por assistente social (NCAS), psicólogos (NCAS e SESOQVT) e médicos (SESOQVT), tendo sido atendidos 23 estagiários com os diversos tipos de deficiência. As principais demandas apresentadas foram relacionadas a apoios e adaptações no ambiente de trabalho.

h. Acordo de Cooperação Técnica entre órgãos públicos

No dia 28 de junho, o Presidente do Senado assinou Acordo de Cooperação Técnica na área de acessibilidade. Os órgãos que participam do acordo são o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de contas da União, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Este acordo tem como objetivo estabelecer uma parceria formal entre os órgãos supracitados na área da acessibilidade e da inclusão social da pessoa com deficiência, proporcionando o intercâmbio de experiências através do conjunto de ações realizadas. Tendo como base o acordo, os órgãos poderão realizar atividades que irão proporcionar a inclusão e acessibilidade, mantendo uma comunicação acessível e zelando pelo cumprimento das normas.

i. XI Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

Foram realizadas diversas atividades, entre os dias 4 e 7 de dezembro de 2017:

1. Divulgação vídeos de servidores com deficiência

Durante os dias 4 a 7 de dezembro, foram divulgados os vídeos com depoimentos de servidores e colaboradores do Senado Federal. O intuito foi dar voz e mostrar as experiências no ambiente de trabalho no Senado Federal.

2. Audiência Pública

Tema: “ A valorização da pessoa com deficiência, os desafios e avanços da acessibilidade na gestão pública”. O evento contou com a participação de representantes de órgãos públicos com modelo de implementação em acessibilidade.

3. Oficina de Libras

A oficina foi ministrada por servidora com deficiência auditiva e contou com a participação de 11 servidores das áreas de atendimento.

4. Oficina de audiodescrição

No dia 5 de dezembro, servidores das áreas de comunicação, educação à distância e gestores de conteúdo de sites, entre outros, participaram da Oficina de Audiodescrição, no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). A facilitadora da oficina foi a audiodescritora e professora Doutora Soraya Oliveira.

5. Oficina de hortas e cheiros

Um grupo de 13 pessoas com deficiência física e intelectual, formado por colaboradores com deficiência intelectual que atuam na Biblioteca, por meio de um convênio firmado com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-DF) e estudantes do Centro Educacional São Francisco, de São Sebastião, participou da oficina de horta de cheiro em pequenos espaços, na manhã do dia 6 de dezembro. A ação foi realizada no Viveiro do Senado Federal e teve como objetivo a promoção de interação e inclusão de pessoas com deficiência no meio social.

Considerações finais

Ainda há muitas ações a serem desenvolvidas para tornar o Senado um ambiente inteiramente acessível. No entanto, com a implantação do Plano de Acessibilidade, percebemos uma mudança gradativa na cultura institucional em relação à inclusão de pessoas com deficiência. A participação de diversas áreas na construção e no monitoramento do instrumento possibilitou que a Casa trabalhasse de forma conjunta para o alcance das metas ali estabelecidas. Quanto ao monitoramento, destaca-se a participação ativa de servidores com deficiência, que avaliam as ações implementadas e apresentam novas demandas e propostas regularmente. A promoção da acessibilidade é um processo, que tem sido trabalhado de maneira ampla, buscando eliminar as diversas barreiras que impedem o acesso e a participação social das pessoas com deficiência nesse importante espaço legislativo.

1.397 pedidos, recebidos no Alô Senado, amparados pela Lei de Acesso à Informação (LAI), foram encaminhados ao Serviço de Informação ao Cidadão - SICLAI.

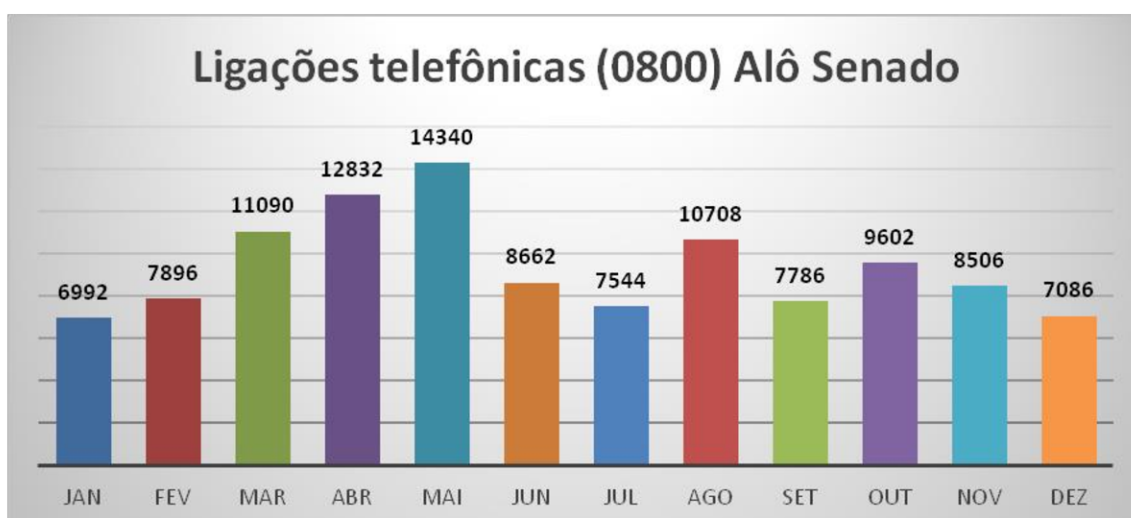
A Ouvidoria do Senado Federal atende a cidadãos de todo o Brasil – por meio do seu Serviço de Relacionamento Público Alô Senado –, pelo telefone 0800-61-2211 (ligação gratuita), por formulários presentes no portal do Senado na internet

(<https://www12.senado.leg.br/institucional/ouvidoria> e <https://www12.senado.leg.br/institucional/falecomosenado/formulario>), por carta e presencialmente.

Com a adoção de nova metodologia de atendimento – que começou a ser implantada em 2015, teve sua consolidação em 2016 e passou por ajustes em 2017 –, manifestações de cidadãos passaram a receber, neste órgão, tratamento que inclui análise de conteúdo, identificação de destinatários específicos e envio de respostas em prazo inferior ao estabelecido regimentalmente. Os gráficos a seguir exibem a evolução dos números de atendimentos na Ouvidoria no ano de 2017.

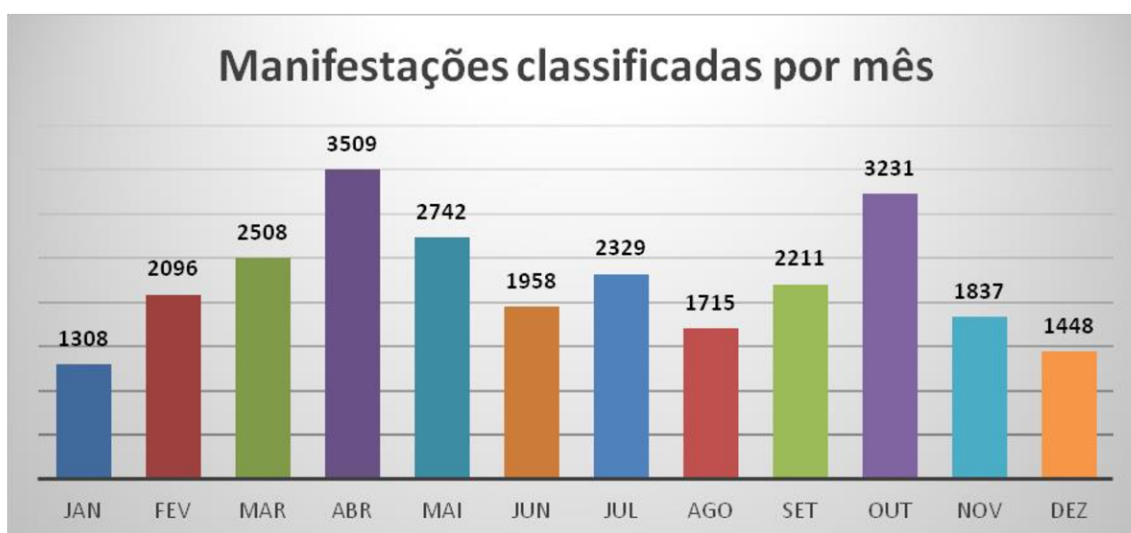
1. Número de ligações recebidas pelo telefone 0800 em primeiro nível – ou seja, pedidos de informação respondidos no ato da ligação telefônica e atendimentos concluídos:

Figura 7 – Ligações telefônicas



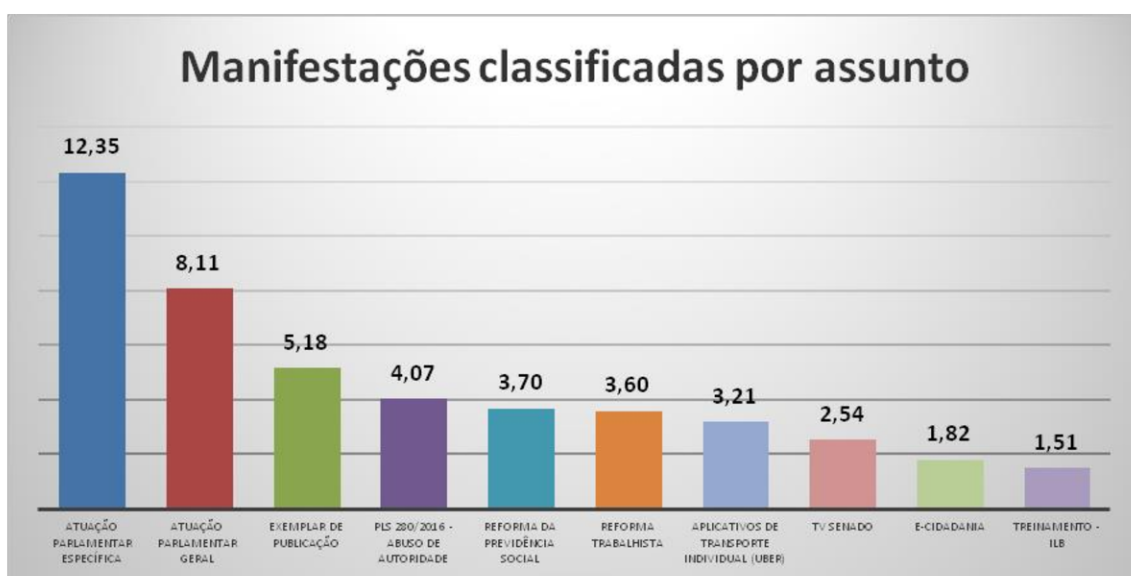
2. Manifestações atendidas em segundo nível – ou seja, aquelas que, após recebimento da manifestação pelo 0800, foram respondidas pelo pós-atendimento do Alô Senado ou encaminhadas aos órgãos do Senado solucionadores das demandas:

Figura 8– Manifestações classificadas por mês



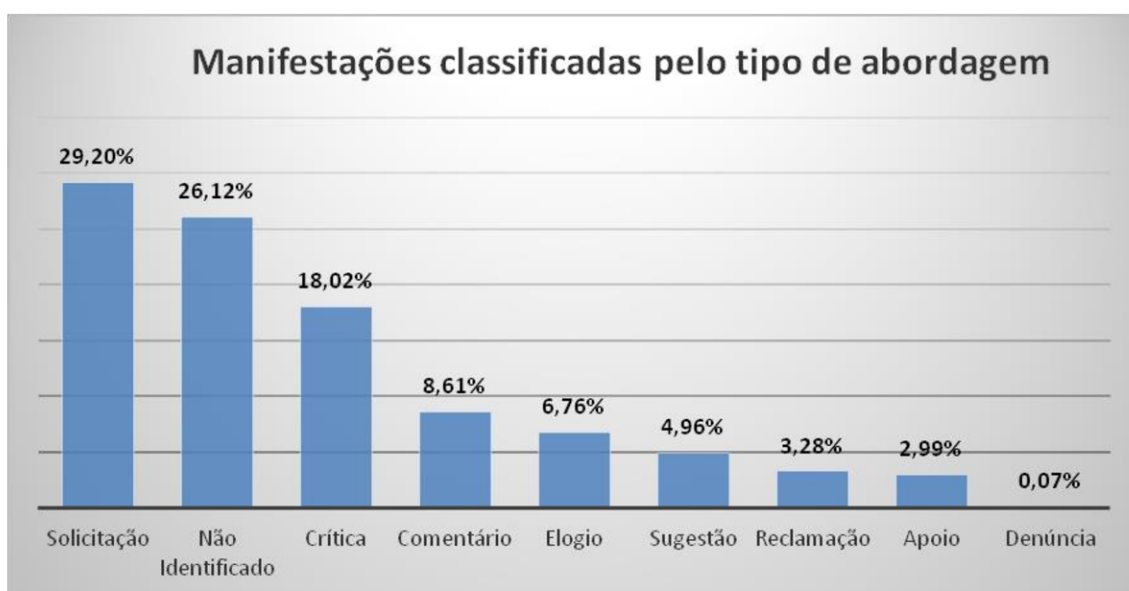
3. Principais assuntos das manifestações registradas, em primeiro e segundo níveis, no ano de 2017:

Figura 9 – Manifestações classificadas por assunto



4. Na Ouvidoria, as manifestações também são classificadas por tipo de abordagem. De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017, a disposição dos tipos de abordagem, para as manifestações tratadas em segundo nível, foi:

Figura 10 – Manifestações classificadas pelo tipo de abordagem



Observação: o tipo de abordagem “Não Identificado” é utilizado para as mensagens que, na análise de conteúdo, são consideradas ofensivas ou fora de competência.

Assim, a Ouvidoria do Senado encerrou o ano de 2017 com os seguintes resultados:

- ✓ 113.044 ligações recebidas, tratadas em primeiro nível.
- ✓ 26.892 manifestações tratadas em segundo nível.

Além do acima citado, podemos mencionar:

e-Cidadania

A parceria do portal e-Cidadania (<https://www12.senado.leg.br/ecidadania>) com o Alô Senado tem se mostrado fundamental para atingir parcelas da população que querem participar de eventos interativos do Senado, mas que não têm acesso à internet. Ao todo, em 2017, 1.354 comentários e 158 sugestões legislativas foram registrados no 0800 e inseridos no portal e-Cidadania:

Quadro 56 – Registros de audiências públicas, ciclos de debates e participação em sabatinas

Registros de audiências públicas, ciclos de debates e participações em sabatinas – 2017		
Mês	Ideias Legislativas	Audiências
Janeiro	17	-
Fevereiro	28	125
Março	13	202
Abril	14	97
Maio	16	339
Junho	12	143
Julho	5	41
Agosto	6	96
Setembro	12	80
Outubro	14	106
Novembro	16	90
Dezembro	5	35
Total	158	1.354

Serviço de Informação ao Cidadão (SICLAI)

Em 2017, a Ouvidoria do Senado recebeu 1.398 pedidos de informação baseados na Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527/2011, que foram encaminhados ao Serviço de Informação ao Cidadão (SICLAI) (<https://www12.senado.leg.br/transparencia/formtransparencia>), da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação (SGIDOC), órgão do Senado a que compete fornecer a resposta:

Quadro 57 – Solicitação baseadas na LAI

Solicitações baseadas na LAI – 2017	
Mês	Quantidade
Janeiro	123
Fevereiro	153
Março	139
Abril	112
Maio	128
Junho	98
Julho	102
Agosto	113
Setembro	115
Outubro	130
Novembro	110
Dezembro	75
Total	1.398

Espaço Ouvidoria

Por meio da Ouvidoria, cidadãos podem ter seus questionamentos respondidos por senadores, no programa *Espaço Ouvidoria*, da Rádio Senado. Após a veiculação pela rádio, em periodicidade mensal, as edições do programa ficam disponíveis no portal do Senado (<https://www12.senado.leg.br/radio/1/espaco-ouvidoria>). Em 2017, houve dez edições do programa, com os seguintes temas:

Quadro 58 – Pautas para o Programa Espaço Ouvidoria

Pautas para o Programa <i>Espaço Ouvidoria</i>	
Edição	Assuntos
Fevereiro	Lei Geral das Telecomunicações
Março	Desaposeitação e Redução da maioria penal
Abril	Reforma eleitoral e Sistema carcerário
Mai	Sistema eleitoral e Reforma trabalhista
Junho	Regulamentação de transportes remunerados e Reforma da Previdência
Julho	Passagens de avião gratuitas para idosos e Regra de sucessão para presidente da República
Agosto	Preço de remédios e Segurança pública
Setembro	Supersalários e Aprovação da reforma trabalhista
Outubro	Aposentadoria especial para professores e Voto facultativo e financiamento de campanha
Novembro	Regulamentação de aplicativos de transporte e Refinanciamento de dívidas com a Receita Federal

Secretaria de Transparência (STRANS)

A Ouvidoria do Senado também pode realizar pesquisas de opinião com a população. Em 2017, em parceria com a Secretaria de Transparência (STRANS), 1.923 pessoas participaram de duas pesquisas, com os seguintes temas:

- ✓ Violência doméstica e familiar contra a mulher (março/abril) – 1.120 pesquisados.
- ✓ Opinião de paratletas em relação ao esporte paralímpico no país (dezembro) – 803 pesquisados.

Hotline

Em 2017, começaram a funcionar dois pontos telefônicos VOIP (*hotline*) no espaço do Senado Federal, para atendimento ao cidadão em geral nas dependências da Casa.

9.2 Carta de serviços ao cidadão

A Ouvidoria do Senado é a unidade da Casa responsável pela gestão da Carta de Serviços do Senado na internet (<https://www12.senado.leg.br/institucional/carta-de-servicos>), que apresenta as principais ferramentas colocadas à disposição dos cidadãos pelas diversas unidades que compõem a instituição. O objetivo primordial é dar visibilidade às ações da Casa, em concordância com o princípio de que somente pela excelência da prestação de serviços e pela transparência os brasileiros podem ter acesso às informações essenciais ao exercício pleno da cidadania.

Serviço de Atendimento ao Cidadão – SICLAI

O Serviço de Informação ao Cidadão – SICLAI, unidade subordinada à Secretaria de Gestão de Informação e Documentação do Senado Federal, atua diretamente nos pedidos de informação sob a égide da Lei nº 12.527, de 2011, oferecendo tratamento a informações e documentos solicitados por cidadãos a respeito das atividades do Senado Federal.

A quase totalidade dos pedidos processados pelo SICLAI são recebidos pela Ouvidoria, por intermédio do Alô Senado e de formulário disponível no Portal do Senado. Outros chegam por intermédio do Protocolo Administrativo ou de carta. O Serviço mantém, ainda, um posto de atendimento presencial na Biblioteca do Senado Federal.

O SICLAI tem por atribuições: atender e orientar o cidadão quanto à utilização dos recursos informacionais e de instrumentos de pesquisa, em modo presencial e remoto; colaborar no fomento da cultura de acesso à informação; informar sobre a tramitação de pedidos de acesso à informação; executar e monitorar relatórios de atendimentos ao cidadão e o relatório anual com informações atinentes à implementação da Lei de Acesso a Informação; e, prestar assessoria técnica à Comissão de Dados, Informações e Documentos do Senado Federal.

No ano de 2017, o Serviço recebeu 1.397 pedidos de informação, média de 116 solicitações ao mês. Desse universo, 689 (49 %) foram respondidos em até um dia, 275 (20%) foram respondidos entre dois e cinco dias, 356 (25%) entre seis e vinte dias, e 77 (6%) em mais de 20 dias – sendo 67 pedidos respondidos em até trinta dias e 10 respondidos em prazo superior a trinta dias, devido à complexidade do objeto do pedido. Isso representa o cumprimento do prazo legal de vinte dias em 94,4% dos casos e o atendimento de 99,2% dos pedidos dentro do prazo de até trinta dias.

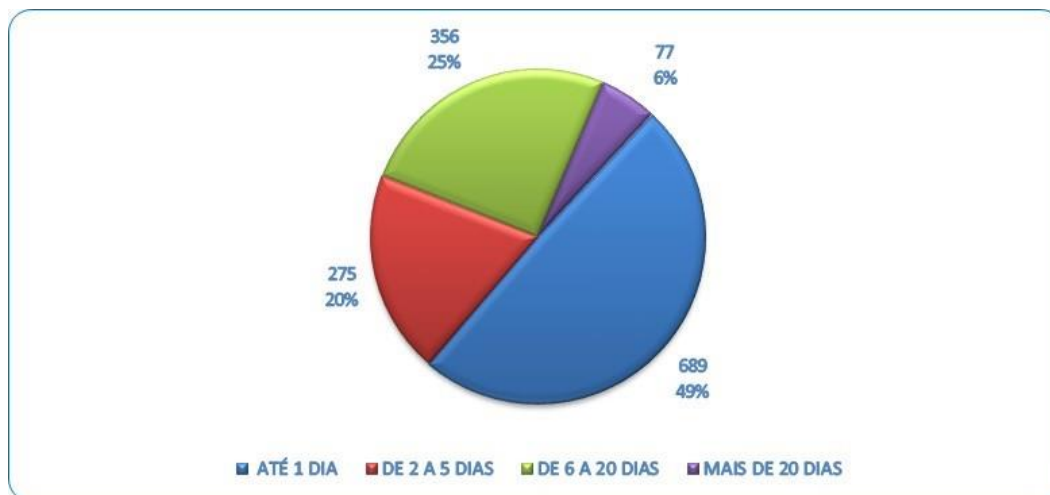
Ressalta-se, também, que a resposta a 496 dos pedidos de informação encontrava-se integralmente disponível nos portais do Senado Federal. O número representa 36 % do total de solicitações feitas em 2017.

No tocante a negativas de acesso, as informações requeridas em 19 pedidos de informação (1,4 % do volume de 2017) não foram prestadas, com fundamento no fato desses pedidos envolverem: documentos classificados (2 casos); informação inexistente no formato especificado pelo requerente (1 caso); informação de caráter pessoal (15 casos); e, requerente sem identificação (1 caso). Foram apresentadas as razões da negativa de acesso para cada caso, conforme determina a LAI. Em nenhum dos casos houve recurso em razão da negativa de acesso.

O gráfico e a tabela a seguir demonstram a distribuição dos pedidos de informação de 2017 de acordo com o prazo da resposta enviada ao cidadão (a) e com os assuntos das solicitações (b).

a) Distribuição dos pedidos por prazo de resposta (2017)

Gráfico 7 – Distribuição dos pedidos



b) Distribuição dos pedidos por assunto (2017)

Quadro 59 – Pedidos por assunto

Assunto	Total	%
Atividade Administrativa	104	7,4%
Atividade Legislativa	652	46,7%
Biblioteca e Publicações	56	4,0%
Concursos Público	150	10,7%
Outros	15	1,1%
Remuneração	28	2,0%
Parlamentar	202	14,5%
Servidor	72	5,2%
Portal do Senado e Transparência	10	0,7%
Contratos e Licitações	22	1,6%

Voto e Presença	44	3,1%
Legislação	6	0,4%
CEAPS Nota Fiscal	20	1,4%
Gastos em Saúde e Telefonia	11	0,8%
Diárias e Passagens	4	0,3%
Arquivo	1	0,1%
Total Geral	1397	100%

MÍDIAS SOCIAIS

Núcleo de Mídias Sociais – Secretaria de Comunicação Social

O Núcleo de Mídias Sociais - NMIDIAS, órgão subordinado à Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, tem por missão contribuir para formação de uma população consciente e bem informada sobre o exercício da cidadania por meio de uma comunicação democrática e interativa.

Para tal, o NMIDIAS possui como competências, dentre outras, o planejamento, o gerenciamento e a orientação, no âmbito da Secretaria de Comunicação Social, das atividades do Senado Federal nas diversas redes sociais, a coordenação da política de atuação do Senado Federal nas mídias sociais, assim como o assessoramento técnico do Comitê Gestor do Site do Senado Federal nas decisões sobre criação e manutenção de perfis desta Casa Legislativa em diversos veículos virtuais de informação de interesse social.

Em 2017, o Senado Federal manteve-se como uma das mais importantes páginas de governo nas redes sociais. As principais novidades no ano foram a consolidação do perfil no Instagram, a produção sistematizada de vídeos de animação, a realização de transmissões ao vivo independentes e a reorientação editorial voltada a aproximar mais os perfis do Senado da pauta da Casa.

No Facebook, houve um aumento de mais 700 mil seguidores em 2017. No dia 31 de dezembro, havia 3.103.800 pessoas curtindo a página do Senado Federal, o que a coloca como a 3ª maior do país entre as páginas de governo e a 20ª do mundo.

Foram publicados 1.539 posts entre janeiro e dezembro, sendo que, em média, cada um deles alcançou mais de 700 mil pessoas. Ao longo do ano, por dia (em média), 2,3 milhões de pessoas diferentes viram nossas postagens. Vale destacar que, em 12 meses, as publicações do Senado no Facebook foram compartilhadas 6,5 milhões de vezes, receberam 21 milhões de curtidas e geraram 3,8 milhões de comentários. Todo esse volume de interação coloca a página do Senado como a de maior engajamento no Brasil entre as páginas de governo e como uma das maiores do mundo, ao lado da Casa Branca e da Nasa.

As reformas do ensino médio e das leis trabalhistas foram os assuntos que mais atraíram interesse em relação ao Senado, gerando 3 das 10 publicações de maior alcance no ano. Outros temas que tiveram grande repercussão foram: a sugestão legislativa que pretendia criminalizar o funk, os projetos que permitem o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a demissão de servidores com mau desempenho.

No Twitter, rede que tem caráter mais jornalístico do que o Facebook, o crescimento também foi consistente. O ano começou com 453 mil seguidores e, ao final de dezembro, já eram 598 mil – crescimento de 145 mil seguidores. Nessa rede, além das reformas, destacaram-se publicações sobre o projeto de regulamentação de aplicativos de transporte.

No Instagram, o perfil do Senado experimentou um salto em 2017: passou de 60.980 seguidores no começo do ano para 225.377 ao final – um crescimento de 162.397 pessoas, ou 258%. O post de maior repercussão foi o que divulgou a aprovação de projeto que permite às mulheres ocuparem qualquer cargo de oficial da Marinha.

A seguir, mais detalhes sobre o desempenho nas redes sociais.

Facebook

No Facebook, o perfil *Senado Federal* possuía 3.103.800 seguidores em 31 de dezembro de 2017.

Quadro 60 – Desempenho do perfil Senado Federal em 2017

Novos seguidores no ano: 705.370	Alcance acumulado no ano 855.248.740 pessoas	Média de pessoas alcançadas por dia 2,3 milhões
-------------------------------------	--	--

Gráfico 8 – Alcance mensal dos posts do perfil Senado Federal em 2017

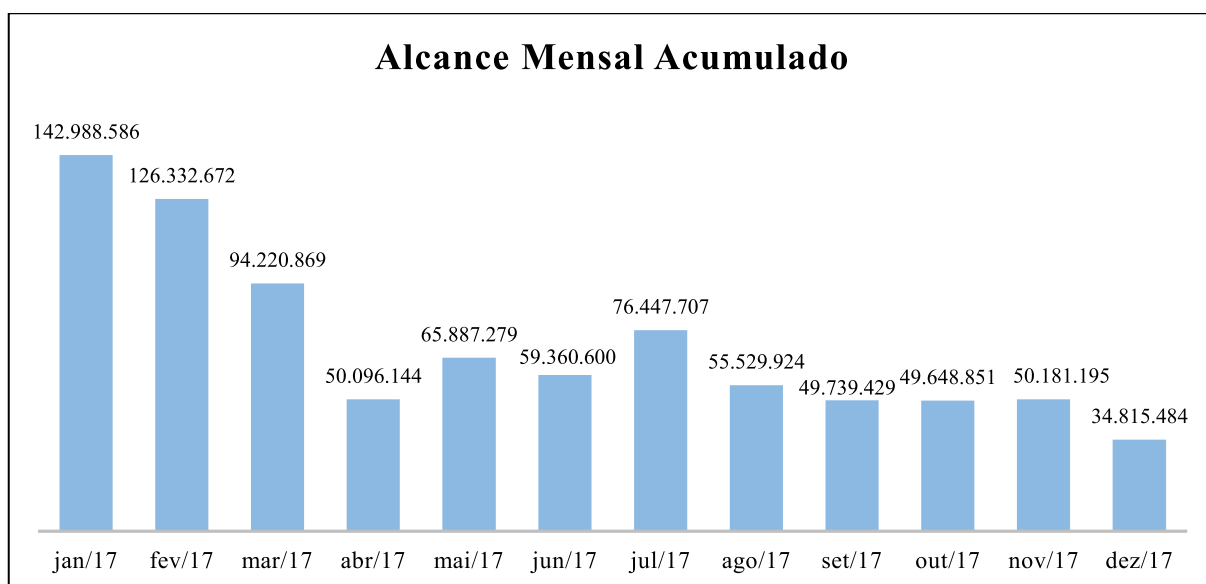
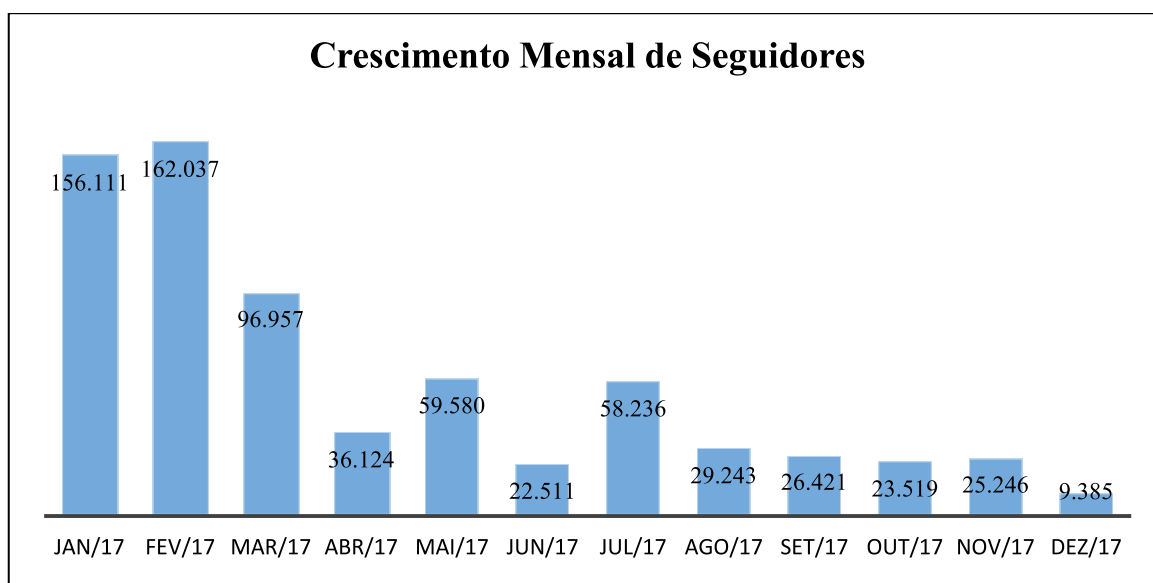


Gráfico 9 – Crescimento mensal de seguidores do perfil Senado Federal em 2017



Principais destaques no perfil *Senado Federal*:

- Posição do perfil *Senado Federal* no ranking das maiores páginas de governo: 3º lugar
- Número de postagens no ano: 1.539 posts
- Média de alcance por publicação: 555,7 mil pessoas alcançadas em média
- Publicações com alcance superior a 1 milhão de pessoas: 255 (16%)
- Número total de compartilhamentos: Mais de 6,5 milhões (4,2 mil/post)
- Número total de curtidas: Mais de 21 milhões (13,6 mil/post)
- Número total de comentários: 3,8 milhões (2,5 mil/post)

Figura 11 - Posts que obtiveram maior destaque considerando o alcance





Figura 12 - Posts que obtiveram maior destaque considerando a reação



Tabela 29 - Publicações de maior repercussão no perfil Senado Federal considerando os temas de alto impacto institucional para o Senado

	Posts	Alcance	Compartilhamentos	Curtidas	Comentários	Data	Ranking Geral
1	Aprovada reforma do ensino médio	11.835.298	80.488	218.369	67.571	08/fev	2
2	Projeto concede isenção do IR para professores	9.133.727	57.122	292.051	37.110	10/jan	4
3	Vídeo com os principais pontos da reforma trabalhista	8.435.070	51.514	61.067	20.232	10/nov	6
4	Sugestão pede proibição do funk	7.749.216	29.116	125.153	86.839	22/jun	7
5	Aprovado na CCJ casamento entre pessoas do mesmo sexo	7.157.725	40.183	219.077	24.995	08/mar	9
6	Servidor ineficiente poderá ser demitido mesmo que seja estável	7.035.446	52.145	242.821	57.896	11/mai	10
7	Previsão de votação da reforma do ensino médio	6.444.831	31.737	83.983	37.860	03/jan	13
8	Projeto do abandono afetivo	5.055.894	47.816	140.276	19.789	05/abr	14
9	Projeto estabelece multa por atraso de salário	4.804.011	25.642	142.276	21.105	12/mar	17
10	Cursos do ILB estão aberto à população	4.621.808	28.358	79.912	7.149	17/jan	19

11	Sugestão torna falsa acusação de estupro crime inafiançável e imprescritível	4.596.705	17.657	80.082	40.645	19/abr	20
12	Cinco propostas polêmicas aprovadas pelas comissões do Senado no primeiro semestre e que passam a aguardar votação do Plenário	4.394.969	6.924	88.594	48.135	19/jul	22
13	Projeto prevê aulas sobre respeito e cuidado com os idosos	4.236.605	22.521	182.608	23.922	30/jan	26
14	Aluno com alta renda poderá pagar faculdade pública	3.807.289	12.989	89.890	28.526	05/fev	29
15	Projeto isenta instrumentos musicais de impostos de importação	3.630.971	12.817	82.278	14.630	20/jan	34

Tabela 30 - Publicações de maior repercussão no perfil *Senado Federal* considerando a prestação de serviços ao cidadão

	Posts	Alcance	Compartilhamentos	Curtidas	Comentários	Data	Ranking geral
1	Suspensão de serviços durante a viagem	21.640.646	242.261	596.676	45.228	12/fev	1
2	Direito a desconto quando cair a internet	11.556.264	76.549	193.560	35.373	03/jan	3
3	Vizinho do barulho (Lei das Contravenções Penais)	8.524.078	74.565	167.716	26.614	26/fev	5
4	Prazo para alistamento militar	7.217.716	32.528	110.816	67.390	02/jan	8
5	Regra sobre remuneração de férias atrasadas	6.789.134	57.487	129.608	13.150	05/mar	11
6	Regras a respeito de cobrança de preços diferenciados entre homens e mulheres	6.627.368	48.128	164.862	38.175	1/ago	12
7	Direito a adesão de promoção por clientes antigos	4.933.199	41.616	96.492	8.780	13/jan	15
8	Regras para aquisição de arma de fogo	4.833.292	24.818	114.418	22.870	23/jan	16
9	Calendário de saque do FGTS	4.685.690	34.893	52.119	10.904	14/fev	18
10	Regra sobre dirigir descalço	4.581.274	30.512	103.227	11.622	19/fev	21

Twitter

No Twitter, o perfil *Senado Federal* possuía 598.430 seguidores em 31 de dezembro de 2017.

Quadro 61 - Desempenho do perfil Senado Federal em 2017.

598.430 Total de seguidores em 31/12/2017	144.812 Novos seguidores no ano	80,7 milhões De pessoas alcançadas no ano
--	--	--

Principais destaques no perfil *Senado Federal*:

- Número de tweets publicados em 2017: 7.388
- Média de alcance por Tweet: 11 mil pessoas alcançadas em média
- Menções diretas ao perfil @SenadoFederal: 294 mil

Tabela 31 - Tweets de maior destaque no primeiro semestre

	Item	Retweets	Respostas	Curtidas	Impressões	Data
1	Aprovada a reforma do ensino médio	2.225	686	2.607	1.097.577	08/fev
2	Enquete: Qual a sua opinião sobre o projeto que regulamenta os aplicativos de transporte como o Uber?	1.184	597	743	119.808	30/out
3	Começa a tramitar no Senado projeto que cria o Estatuto do Armamento	1.068	205	1.472	614.019	16/out
4	Previdência não é deficitária, diz relatório de CPI	841	134	995	190.793	23/out
5	Começou a tramitar a PEC que proíbe cobrança de impostos sobre jogos eletrônicos	748	167	1.665	442.312	22/dez
6	Senado aprova projeto que proíbe franquia de internet	731	30	950	845.382	15/mar
7	Conheça a cartilha “Lei Maria da Penha – perguntas e respostas”	611	14	505	106.591	07/ago
8	Hoje o Senado deve votar o projeto que regulamenta aplicativos como Uber e Cabify	546	167	273	73.387	31/out
9	Proposta de revogação do Estatuto do Desarmamento tem grande apoio popular	534	233	1.169	110.345	6/out
10	Para Caiado, projeto de Lei da Migração exige debate amplo	504	142	902	81.136	18/abr

Acessos ao noticiário do site *Senado Notícias* originários das mídias sociais

Tabela 32 - Notícias mais acessadas no site *Senado Notícias* por meio de links publicados no perfil Senado federal, no Facebook e Twitter

	Notícia publicada no site <i>Senado Notícias</i>	Cliques	Data da matéria
1	Cursos a distância do ILB estão abertos a toda a população	200.638	16/1/2017
2	Infográfico da reforma trabalhista	104.377	Abril/2017
3	Senado aprova reforma do ensino médio, que segue para sanção	58.907	8/2/2017
4	Dê sua opinião: PEC determina a desmilitarização da polícia	47.499	10/3/2017
5	Sancionada lei que cria o cartão reforma	41.744	28/4/2017
6	Sancionada lei que cria documento único de identificação	38.617	11/5/2017
7	Dê sua opinião: falsa acusação de estupro pode se tornar crime inafiançável	33.562	19/4/2017
8	CCJ aprova demissão de servidor público por insuficiência de desempenho	27.674	4/10/2017
9	Aprovado na CCJ projeto que legaliza casamento homossexual	24.015	3/5/2017
10	Dê sua opinião: projeto institui perda do cargo de servidor com mau desempenho	22.452	10/5/2017

Tabela 33 - Propostas mais acessadas do portal e-Cidadania por meio de links publicados perfil Senado Federal, no Facebook e Twitter

	Proposta	Cliques
1	PLS 116/2017 – Demissão de servidor ineficiente	974.880
2	PDS 175/2017 – Convoca plebiscito para revogar o Estatuto do Desarmamento	298.769
3	PLS 378/2017 – Institui o Estatuto do Armamento	218.856
4	SUG 7/2017 – Torna crime inafiançável a falsa acusação de estupro	148.146
5	SUG 15/2017 – reduz de os impostos sobre games de 72% para 9%	140.014
6	PLC 28/2017 – regulamenta os aplicativos de transporte	123.951
7	SUG 17/2017 – criminalização do Funk	82.054
8	PLS 612/2011 – permite o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo	67.999
9	PEC 18/2017 – Institui o voto facultativo	65.590
10	SUG 4/2017 – Revoga o Estatuto do Desarmamento	61.842

PROGRAMA VISITE O CONGRESSO

Secretaria de Relações Públicas – Secretaria de Comunicação Social

O Programa Visite o Congresso oferece aos cidadãos a oportunidade de conhecerem os principais espaços do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Durante o percurso, os participantes obtêm informações sobre a arquitetura do Palácio do Congresso Nacional e seu acervo artístico, noções básicas sobre o processo legislativo, dados gerais sobre o trabalho dos parlamentares e o funcionamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Desde o ano 2015, o Programa Visite o Congresso recebe anualmente o Prêmio “Certificação de Excelência” concedido pelo site TripAdvisor, referência em turismo para viajantes do mundo todo. O Guia Michelin também reconhece a qualidade do Programa classificando-o com três estrelas – que é a maior pontuação possível. Em 2017 as premiações também ocorreram.

Em 2017 foram atendidos **124.599 visitantes**, dos quais **3.250** eram estrangeiros e **121.349** brasileiros. Foram 78 países com visitantes e o maior número de visitantes foi da França, seguida dos Estados Unidos e Alemanha. Cabe destacar também que as visitas nos fins de semana apresentam número superior ao das visitas em dias de semana.

Tabela 34 - Quantidade de participantes do Programa Visite o Congresso em 2017

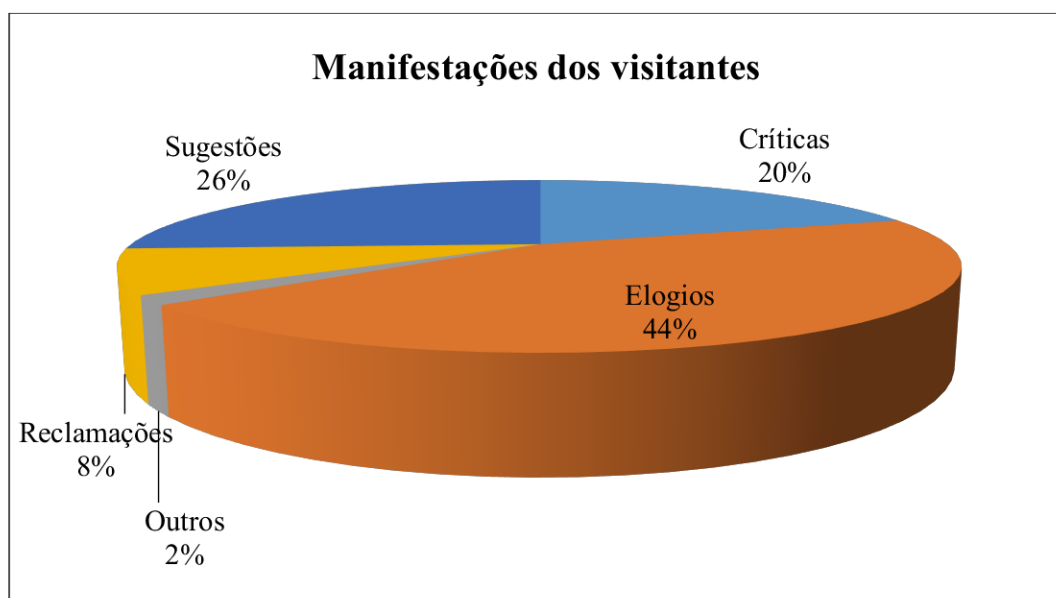
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
2017	2ª a 6ª Feira	7260	2150	2848	2650	3366	4033	8683
	Sábado/Domingo/Feriado	6619	7483	4580	5290	2147	4352	9709
	Total	13879	9633	7428	7940	5513	8385	18392
	Dias fechados	4	2	10	16	19	10	4
TOTAL		13879	9633	7428	7940	5513	8385	18392

Tabela - (cont.) Quantidade de participantes do Programa Visite o Congresso em 2017.

		AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
2017	2ª a 6ª Feira	5259	6208	5401	5769	4472	58099
	Sábado/Domingo/ Feriado	4833	5769	5682	5460	4657	66581
	Total	10092	11977	11083	11229	9129	124680
	Dias fechados	11	8	8	8	7	107
TOTAL		10092	11977	11083	11229	9129	124680

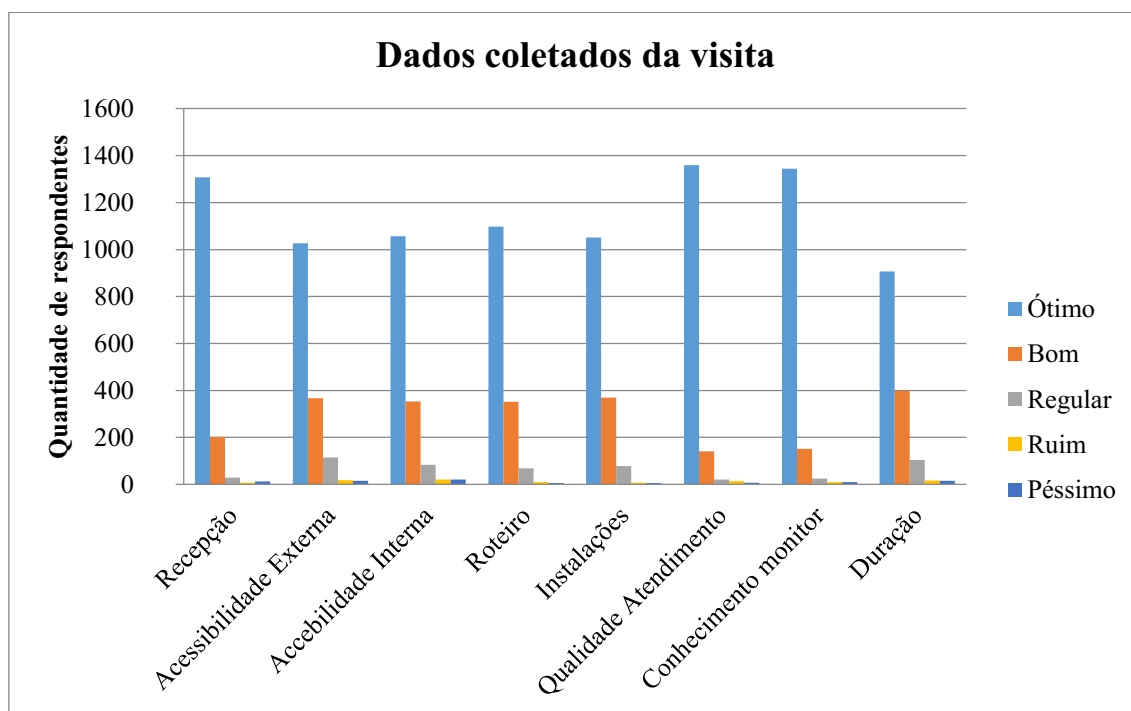
Ao final da visitação, o cidadão pode avaliar o Programa Visite o Congresso por escrito por meio de formulário próprio, identificado por Ficha de Avaliação da Visita. Ao todo foram 1.675 fichas preenchidas em 2017. A maioria das manifestações foi de elogios ou de sugestões como a inclusão de gabinetes no roteiro e a presença de parlamentares nas visitas.

Gráfico 10 - Tipo de manifestação dos visitantes sobre o Programa Visite o Congresso em 2017



A Ficha de Avaliação da Visita permite que o visitante atribua conceitos que variam de ótimo a péssimo a diversos aspectos relacionados ao Programa Visite o Congresso, como recepção, acessibilidade e qualidade no atendimento.

Gráfico 11 - Avaliação dos visitantes sobre o Programa Visite o Congresso em 2017



O quesito mais bem avaliado é a qualidade do atendimento seguida pelo conhecimento do monitor. A duração da visita é o fator menos bem avaliado. Tanto há turistas que reclamam que a visita é muito curta quanto há os que avaliam que o percurso demora muito.

9.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Com o recente contrato de prestação de serviços para o Alô Senado (julho de 2017) e a nova gestão da Ouvidoria (iniciada em 4 de agosto de 2017), foram adotados novos procedimentos para atendimento, registro e tratamento de mensagens, bem como realização de pesquisa diária de satisfação, ao término de cada ligação, com os cidadãos que se manifestam por meio do 0800.

O cidadão-usuário que concorda em participar da pesquisa pontua o atendimento entre 0 (péssimo) e 5 (excelente). Desde que essa pesquisa diária começou a ser realizada, os índices de satisfação dos cidadãos atingiram média de 98% – ou seja, dentre os

cidadãos que concordaram em participar da pesquisa, 98% têm avaliado com notas 4 e 5 o atendimento recebido.

Como forma de incentivar a equipe de atendimento do Alô Senado, assim como de reconhecer e valorizar o trabalho da equipe, a Coordenação da Ouvidoria premia, mensalmente, os atendentes que, conforme avaliação dos cidadãos-usuários, alcançam as pontuações mais altas.

Resumo dos resultados obtidos, no período de setembro a dezembro de 2017, por meio da aplicação da pesquisa de satisfação diária com os cidadãos-usuários do 0800:

Quadro 62 – Média mensal de pesquisa espontânea de satisfação

Média Mensal – Pesquisa Espontânea de Satisfação				
Mês	Ligações atendidas	Pesquisas realizadas	% de pesquisas realizadas	Notas 4 e 5
Setembro	6.100	2.483	40,70%	97%
Outubro	7.644	3.252	42,54%	98%
Novembro	6.918	2.475	35,78%	98%
Dezembro	5.522	1.720	31,15%	99%

9.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A Ouvidoria do Senado Federal é constituída por um ouvidor-geral designado pelo presidente do Senado, dentre os membros da Casa, no início da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura, para mandato de dois anos.

Esta Ouvidoria foi criada para ser um canal aberto e direto de comunicação da sociedade com o Senado. Desde sua criação, estimula a participação dos cidadãos no processo de aprimoramento dos serviços legislativos e administrativos da Casa. O órgão defende valores como transparência, publicidade, eficiência, celeridade e respeito ao cidadão. É da competência da Ouvidoria dar o devido tratamento a manifestações que digam respeito ao Senado e ao Congresso Nacional.

Relatórios de gestão da Ouvidoria e documentos relativos a sua constituição e seu funcionamento são disponibilizados aos cidadãos na página da Ouvidoria na internet (<https://www12.senado.leg.br/institucional/ouvidoria>).

9.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal - SECOM, a quem compete assegurar a transparência e a interação do Senado Federal com a sociedade por meio da transmissão de eventos legislativos e de cobertura jornalística, possui diversos instrumentos que permitem o acesso de cidadãos-usuários que possuam reduzida capacidade sensorial às informações veiculadas.

Neste sentido, cabe à SECOM, dentro das competências a ela atribuídas, a mitigação de barreiras tecnológicas que porventura dificultem o exercício da cidadania por meio dos veículos de comunicação do Senado.

Dentre os instrumentos disponibilizados, destaca-se a publicação mensal do Jornal do Senado em Braille, cuja circulação remonta a 2008, e que reúne as matérias que são manchetes diárias do Jornal. Neste caso, os textos são adaptados a uma extensão máxima de dois parágrafos, à exceção da matéria escolhida para representar a coluna semanal *Especial Cidadania*. A publicação reúne, assim, os principais acontecimentos de cada mês, mantendo a média de 65 mil caracteres por edição, com capa em policromia e com acabamento em lombada.

Atualmente a tiragem do Jornal do Senado em Braille é de 161 exemplares, sendo distribuídos a 147 instituições, bibliotecas públicas, universidades federais, centros de apoios pedagógicos, institutos e fundações para deficientes visuais, escolas municipais e colégios estaduais, todos cadastrados por meio de fichas preenchidas por pessoas jurídicas.

Quanto às funcionalidades audiovisuais, salienta-se a exibição de legendas ocultas na programação da TV Senado. A disponibilização da legenda oculta objetiva suprir a lacuna que impede as pessoas com deficiências auditivas de acompanhar e entender perfeitamente o conteúdo dos programas televisivos, levando informação e entretenimento às pessoas com deficiência auditiva. O recurso em questão vem sendo utilizado desde 2002 de maneira parcial e, tendo em vista os ditames da Portaria nº 312/2012, do Ministério das Comunicações, sua utilização foi sendo incrementada até a integralização da programação, ocorrida em julho de 2017.

Ainda, a TV Senado disponibiliza diversos conteúdos com recursos de Libras em sua programação da internet, contribuindo para uma maior disseminação dos debates públicos levantados por esta Casa Legislativa e, conseqüentemente, da transparência dos trabalhos legislativos.

Por fim, encontra-se em fase interna de licitação a contratação de serviços de audiodescrição, permitindo a inclusão de pessoas com deficiência visual na programação da TV Senado pela descrição clara e objetiva das informações visuais que não estão presentes no áudio do programa, tais como créditos, títulos, expressões faciais, informações sobre o ambiente, figurinos, dentre outras.

10. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

10.1 Desempenho financeiro no exercício

Em 2017, as cotas financeiras (ingressos) foram solicitadas pelo Senado Federal de acordo com o Cronograma Anual de Desembolso estabelecido para o exercício e recebidas tempestivamente, viabilizando os respectivos dispêndios.

A limitação de empenho e movimentação financeira (contingenciamento) de R\$ 2.430.500,00 (dois milhões, quatrocentos e trinta mil e quinhentos reais) realizada no orçamento do Órgão, em atendimento aos Relatórios Bimestrais de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, bem como aos Relatórios Extemporâneos dos meses de março e dezembro de 2017, também não afetou a gestão financeira do Órgão, uma vez que o planejamento das despesas foi adequado a essa restrição orçamentária.

Quanto ao valor contingenciado, cabe destacar que o montante corresponde àquele apontado no Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de dezembro de 2017 previamente à sua retificação (datada de 29/12/2017), tendo em vista esta ter sido encaminhada ao Órgão quando do encerramento do exercício, não havendo tempo hábil para que fossem procedidas e publicadas as alterações indicadas.

10.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, mais especificamente a NBC T 16.9 e NBC T 16.10, foi realizada a depreciação dos bens patrimoniais registrados no Ativo Imobilizado pelo método das cotas constantes, de acordo com a Macrofunção SIAFI 020330 – REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA UNIÃO, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES, utilizando-se a tabela de vida útil econômica e as taxas de depreciação disponibilizadas na referida Macrofunção.

Houve também o registro efetuado pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/STN, da depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUNET, de acordo com

planilha encaminhada pela Secretaria de Patrimônio da União. No ano de 2017, os imóveis sob a gestão do Senado Federal não sofreram reavaliação.

Da mesma forma, foi realizado o registro da amortização dos bens intangíveis, observando-se a vigência contratual. As aquisições de licenças de uso de software que não possuem prazo contratual, ou seja, sem vida útil definida, não foram amortizadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As avaliações e mensurações dos itens do Ativo e do Passivo foram efetuadas obedecendo-se a metodologia da NBC T 16.10. Foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para o grupo de contas 1.1.3.4.1.00.00.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado foi de R\$ 25.740.596,72 com o registro da depreciação e amortização e R\$ 1.099.637,91 com a reversão das provisões constituídas.

10.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Não há sistemática de apuração de custos implantada no âmbito do Senado Federal.

10.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 22/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 2000 - SENADO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	04.001	6.707.856,00	6.707.856,00	9.483.243,00	2.775.387,00
<i>Receitas Tributárias</i>		-	-	-	-
Impostos		-	-	-	-
Taxas		-	-	-	-
Contribuições de Melhoria		-	-	-	-
<i>Receitas de Contribuições</i>		-	-	-	-
Contribuições Sociais		-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	-	-
Conf. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.		1.566.896,00	1.566.896,00	1.825.227,21	258.331,21
<i>Receita Patrimonial</i>		1.566.896,00	1.566.896,00	1.825.227,21	258.331,21
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		-	-	-	-
Valores Mobiliários		-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos		-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais		-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	-	-
Cessão de Direitos		-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	-	-
<i>Receita Agropecuária</i>		1.052.716,00	1.052.716,00	1.011.032,84	-41.683,16
<i>Receita Industrial</i>		1.490.892,00	1.490.892,00	1.725.741,48	234.849,48
<i>Receitas de Serviços</i>		211.959,00	211.959,00	252.182,61	40.223,61
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras		2.597.352,00	2.597.352,00	4.921.241,47	2.323.889,47
Outros Serviços		2.413.961,00	2.413.961,00	1.702.147,70	-711.813,30
<i>Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes</i>		183.391,00	183.391,00	3.219.093,77	3.035.702,77
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	03.001	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	04.005	164.718,00	164.718,00	326.690,00	161.972,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		-	-	-	-
Demais Receitas Correntes		-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	03.002	164.718,00	164.718,00	326.690,00	161.972,00
Operações de Crédito	04.004	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
22/02/2018

PAGINA
2

SUBTÍTULO 2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 2000 - SENADO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<i>Outras Receitas de Capital</i>		-	-	-	-
<i>Integralização do Capital Social</i>		-	-	-	-
<i>Resultado do Banco Central do Brasil</i>		-	-	-	-
<i>Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional</i>		-	-	-	-
<i>Resgate de Títulos do Tesouro Nacional</i>		-	-	-	-
<i>Demais Receitas de Capital</i>		-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		6.872.574,00	6.872.574,00	9.809.933,00	2.937.359,00
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
<i>Operações de Crédito - Mercado Interno Mobiliária</i>		-	-	-	-
<i>Operações de Crédito - Mercado</i>		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		6.872.574,00	6.872.574,00	9.809.933,00	2.937.359,00
DEFICIT		-	-	4.111.675.452,15	4.111.675.452,15
TOTAL		6.872.574,00	6.872.574,00	4.121.485.385,15	4.114.612.811,15
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA		-	-	-	-
<i>Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro</i>		-	-	-	-
<i>Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação</i>		-	-	-	-
<i>Créditos Cancelados Líquidos</i>		-	-	-	-
<i>Créditos Adicionais Reabertos</i>		-	-	-	-

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	03.004 04.002 04.003	4.217.854.457,00	4.204.175.853,00	4.082.979.350,37	4.029.687.031,97	4.027.457.582,42	121.196.502,63
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	03.003	3.609.552.498,00	3.598.787.498,00	3.523.653.040,23	3.520.543.973,45	3.519.311.421,70	75.134.457,77
<i>Juros e Encargos da Dívida</i>		-	-	-	-	-	-
<i>Outras Despesas Correntes</i>		608.301.959,00	605.388.355,00	559.326.310,14	509.143.058,52	508.146.160,72	46.062.044,86
DESPESAS DE CAPITAL		30.071.600,00	43.750.204,00	38.506.034,78	30.510.678,45	30.497.186,86	5.244.169,22
<i>Investimentos</i>		30.071.600,00	43.750.204,00	38.506.034,78	30.510.678,45	30.497.186,86	5.244.169,22
<i>Inversões Financeiras</i>		-	-	-	-	-	-
<i>Amortização da Dívida</i>		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		4.247.926.057,00	4.247.926.057,00	4.121.485.385,15	4.060.197.710,42	4.057.954.769,28	126.440.671,85
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 22/02/2018

PÁGINA 3

SUBTÍTULO 2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 2000 - SENADO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<i>Amortização da Dívida Interna</i>		-	-	-	-	-	-
<i>Dívida Mobiliária</i>		-	-	-	-	-	-
<i>Outras Dívidas</i>		-	-	-	-	-	-
<i>Amortização da Dívida Externa</i>		-	-	-	-	-	-
<i>Dívida Mobiliária</i>		-	-	-	-	-	-
<i>Outras Dívidas</i>		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		4.247.926.057,00	4.247.926.057,00	4.121.485.385,15	4.060.197.710,42	4.057.954.769,28	126.440.671,85
TOTAL		4.247.926.057,00	4.247.926.057,00	4.121.485.385,15	4.060.197.710,42	4.057.954.769,28	126.440.671,85

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	17.082.482,87	32.112.048,54	20.052.584,74	20.034.060,41	19.953.757,17	9.206.713,83
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	214.949,52	285.679,60	197.062,88	197.062,88	214.949,52	88.616,72
<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Outras Despesas Correntes</i>	16.867.533,35	31.826.368,94	19.855.521,86	19.836.997,53	19.738.807,65	9.118.097,11
DESPESAS DE CAPITAL	20.675.366,34	11.141.370,58	8.739.793,22	8.722.120,67	4.764.652,63	18.329.963,62
<i>Investimentos</i>	20.675.366,34	11.141.370,58	8.739.793,22	8.722.120,67	4.764.652,63	18.329.963,62
<i>Inversões Financeiras</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Amortização da Dívida</i>	-	-	-	-	-	-
TOTAL	37.757.849,21	43.253.419,12	28.792.377,96	28.756.181,08	24.718.409,80	27.536.677,45

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.638.209,76	3.335.120,75	851.006,97	-	6.122.323,54
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	2.247.186,57	1.182.448,09	-	-	3.429.634,66
<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	-	-	-	-	-
<i>Outras Despesas Correntes</i>	1.391.023,19	2.152.672,66	851.006,97	-	2.692.688,88
DESPESAS DE CAPITAL	2.887,55	290.476,76	247.638,81	-	45.725,50
<i>Investimentos</i>	2.887,55	290.476,76	247.638,81	-	45.725,50
<i>Inversões Financeiras</i>	-	-	-	-	-
<i>Amortização da Dívida</i>	-	-	-	-	-
TOTAL	3.641.097,31	3.625.597,51	1.098.645,78	-	6.168.049,04



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 22/02/2018 PÁGINA 4

SUBTÍTULO 2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 2000 - SENADO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

NOTAS EXPLICATIVAS

3.1 - *Indenizações, restituições e ressarcimentos* - O valor se refere a arrecadação de devolução de valores pagos a pessoal cedido por ressarcimentos referentes a exercícios anteriores e cobranças de valores a ex-servidores comissionados.

3.2 - *Alienação de bens móveis* - Decorrente de leilão realizado no primeiro trimestre de 2017.

3.3 - *Pessoal e encargos sociais* - Apesar da execução apontar o percentual de quase 95%, esse valor se refere ao que foi empenhado, mas os valores liquidados e pagos estão em torno de 24%, dentro do esperado para o período.

3.4 - *Pessoal e encargos sociais X Outras despesas correntes* - O valor do orçamento gasto com despesa de pessoal é em torno de 92% do total da dotação, característica intrínseca à atividade legislativa.

4.1 - *Execução de Receitas* - O Senado Federal realizou, em 2017, receitas acima do inicialmente previsto, ou seja, apresentou excesso de arrecadação na ordem de 143%.

4.2 - *Pessoal e encargos sociais X Outras despesas correntes* - O valor do orçamento gasto com despesa de pessoal é em torno de 86% do total da dotação, característica intrínseca à atividade legislativa.

4.3 - *Execução de Despesas* - O Senado Federal realizou, em 2017, despesas abaixo do que foi inicialmente autorizado em orçamento, ou seja, apresentou economia na execução de despesas, totalizando R\$126,4 milhões de reais.

4.4 - *Alienação de bens móveis* - Decorrente de leilão realizado no primeiro trimestre de 2017.

4.5 - *Indenizações, restituições e ressarcimentos* - O valor se refere a arrecadação de devolução de valores pagos a pessoal cedido por ressarcimentos referentes a exercícios anteriores e cobranças de valores a ex-servidores comissionados.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	2000 - SENADO FEDERAL

EMISSAO
22/02/2018

PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<i>Receitas Orçamentárias</i>	9.809.933,00	52.938.562,34	<i>Despesas Orçamentárias</i>	4.121.485.385,15	3.886.694.271,49
Ordinárias	2.162,98	7,68	Ordinárias	3.585.696.000,51	3.364.232.708,15
Vinculadas	11.406.446,96	53.877.009,25	Vinculadas	535.789.384,64	522.461.563,34
Alienação de Bens e Direitos	653.380,00	329.220,00	Seguridade Social (Exceto RGPS)	526.959.475,00	498.036.842,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	10.753.066,96	53.547.789,25	Operação de Crédito	5.497.363,00	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.598.676,94	-938.454,59	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.332.546,64	24.424.721,34
Transferências Financeiras Recebidas	3.887.956.952,85	3.884.183.796,85	Transferências Financeiras Concedidas	12.465.911,77	68.398.654,31
Resultantes da Execução Orçamentária	3.880.795.710,62	3.855.896.496,25	Resultantes da Execução Orçamentária	5.332.906,56	40.111.353,71
Cota Recebida	3.874.706.880,84	3.823.298.029,86	Repasse Concedido	5.332.906,56	26.593.545,84
Repasse Recebido	6.088.829,78	27.394.708,41	Cota Devolvida		8.314.049,89
Repasse Devolvido		5.203.757,98	Repasse Devolvido		5.203.757,98
Independentes da Execução Orçamentária	7.161.242,23	28.287.300,60	Independentes da Execução Orçamentária	7.133.005,21	28.287.300,60
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	30.400,00		Demais Transferências Concedidas	5.215.889,92	26.589.279,18
Demais Transferências Recebidas	5.215.889,92	26.589.279,18	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.917.115,29	1.698.021,42
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.914.952,31	1.698.021,42	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	65.288.879,53	49.016.989,15	<i>Despesas Extraorçamentárias</i>	31.647.198,32	101.475.780,71
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.242.941,14	3.301.342,00	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.098.645,78	771.222,93
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	61.287.674,73	43.253.419,12	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	28.756.181,08	88.615.257,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.751.825,52	2.424.474,40	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.792.371,46	10.584.006,83
Outros Recebimentos Extraorçamentários	6.438,14	37.753,63	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	1.505.293,10
Passivos Transferidos		36.043,30	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		27.191,20
Arrecadação de Outra Unidade		1.710,33	Valores Compensados		9.169,23
Valores para Compensação	6.438,14		Demais Pagamentos		1.468.932,67
Saldo do Exercício Anterior	520.428.132,36	590.857.490,53	Saldo para o Exercício Seguinte	317.885.402,50	520.428.132,36
Caixa e Equivalentes de Caixa	520.428.132,36	590.857.490,53	Caixa e Equivalentes de Caixa	317.885.402,50	520.428.132,36
TOTAL	4.483.483.897,74	4.576.996.838,87	TOTAL	4.483.483.897,74	4.576.996.838,87



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

EMISSÃO 22/02/2018 PAGINA 1

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 2000 - SENADO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE		346.266.695,33	614.383.607,58	PASSIVO CIRCULANTE		21.415.690,02	19.690.306,83
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	02.002	317.885.402,50	520.428.132,36	<i>Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo</i>	01.001	3.031,85	15.799,42
<i>Créditos a Curto Prazo</i>	02.004	9.270,90	142.547,67	<i>Empréstimos e Financiamentos</i>		-	-
<i>Clientes</i>		9.270,90	142.547,67	<i>Fornecedores e Contas a Pagar</i>	02.001	1.419.266,32	464.447,42
<i>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</i>		14.092.732,79	79.324.129,76	<i>Obrigações Fiscais a Curto Prazo</i>		-	-
<i>Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo</i>		-	-	<i>Obrigações de Repartição a Outro</i>		-	-
<i>Estoque</i>		12.913.852,29	14.484.388,42	<i>Provisões a Curto Prazo</i>		-	-
<i>VPDs Paas Antecipadamente</i>	01.002	1.365.436,85	4.409,37	<i>Demais Obrigações a Curto Prazo</i>		19.993.391,85	19.210.059,99
	01.003	-	-				
	02.003	-	-				
<i>Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda</i>		-	-				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		593.386.634,44	575.551.480,13	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
<i>Ativo Realizável a Longo Prazo</i>		-	-	<i>Obrigações Trabalh., Previd. e As Longo Prazo</i>		-	-
<i>Estoques</i>		-	-	<i>ist. a Pag. de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo</i>		-	-
<i>Investimentos</i>		-	-	<i>cedores e Contas a Pagar a Longo Prazo</i>		-	-
<i>Participações Permanentes</i>		-	-	<i>Obrigações Fiscais a Longo Prazo</i>		-	-
<i>Propriedades para Investimento</i>		-	-	<i>o Prazo</i>		-	-
<i>Propriedades para Investimento</i>		-	-			-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	TOT D PASSI EXIG ÍVEL		21.415.690,02	19.690.306,83
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-				
<i>Investimentos do RPSS de Longo Prazo</i>		-	-				
<i>Investimentos do RPSS de Longo Prazo</i>		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS		-	-	ESPECIFICAÇÃO		2017	2016
<i>Demais Investimentos Permanentes</i>		-	-	<i>Patrimônio Social e Capital Social</i>		-	-
<i>Demais Investimentos Permanentes</i>		-	-	<i>Adiantamentos para Futuro Aumento de</i>		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-	<i>Capital (AFAC) Reservas de Capital</i>		-	-
<i>Imobilizado</i>		564.882.811,09	551.817.446,17	<i>Ajustes de Avaliação Patrimonial</i>		-	-
<i>Bens Móveis</i>		243.434.474,15	232.188.820,26	<i>Lucros</i>		918.237.639,75	1.170.244.780,88
<i>Bens Móveis</i>		338.405.320,92	305.833.717,37	<i>Demais Reservas</i>		-169.507.762,89	2.625.810,79
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-94.970.846,77	-73.644.897,11	<i>Resultados Acumulados</i>		1.170.244.780,88	1.064.573.506,72
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-	<i>Resultado do Exercício</i>		-82.499.378,24	103.045.463,37
<i>Bens Imóveis</i>		321.448.336,94	319.628.625,91	<i>Resultados de Exercícios Anteriores</i>		-	-
<i>Bens Imóveis</i>		327.231.832,38	321.002.234,30	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		918.237.639,75	1.170.244.780,88
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-5.783.495,44	-1.373.608,39				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-				
<i>Intangível</i>		28.503.823,35	23.734.033,96				
<i>Softwares</i>		28.503.823,35	23.734.033,96				
<i>Softwares</i>		28.516.573,36	23.742.023,96				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-12.750,01	-7.990,00				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-				



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

EMISSION 22/02/2018 PAGINA 2

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 2000 - SENADO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO				PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-			
Direitos de Uso de Imóveis		-	-			
Direitos de Uso de Imóveis		-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-			
Diferido		-	-			
TOTAL DO ATIVO		939.653.329,77	1.189.935.087,71	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	939.653.329,77	1.189.935.087,71

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	317.888.482,08	520.437.650,08	PASSIVO FINANCEIRO	109.175.065,03	100.258.231,76
ATIVO PERMANENTE	621.764.847,69	669.497.437,63	PASSIVO PERMANENTE	8.215,86	112.574,43
			SALDO PATRIMONIAL	830.470.048,88	1.089.564.281,52

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	19.990.561,24	20.872.306,24	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	147.288.939,12	128.840.332,09
Execução dos Atos Potenciais Ativos	19.990.561,24	20.872.306,24	Execução dos Atos Potenciais Passivos	147.288.939,12	128.840.332,09
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	8.645.160,35	9.138.420,61	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	444.966,80	1.091.966,80	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	261.543,12	-
Direitos Contratuais a Executar	10.900.434,09	10.641.918,83	Obrigações Contratuais a Executar	147.027.396,00	128.840.332,09
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	19.990.561,24	20.872.306,24	TOTAL	147.288.939,12	128.840.332,09

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	51.761.464,15
Recursos Vinculados	156.951.952,90
Seguridade Social (Exceto RGPS)	31.035.834,56
Alienação de Bens e Direitos	491.300,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	125.424.818,34
TOTAL	208.713.417,05



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 22/02/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	2000 - SENADO FEDERAL

NOTAS EXPLICATIVAS

- 1.1 - *Pessoal a pagar* - O aumento se deve às apropriações mensais de provisão para férias e 13º salário.
- 1.2 - *VPDS Pagas antecipadamente* - O aumento se deve à aquisição de serviços de TI pagos antecipadamente, com duração de 36 meses, junto à empresa NCT Informática LTDA.
- 1.3 - *Créditos a Curto prazo* - O aumento foi devido ao pagamento de adiantamento de 13º Salário em junho.
- 2.1 - *Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo* - O aumento se deve, em grande parte, a empenhos relativos a Despesas de Exercícios Anteriores, principalmente à repactuação com a Empresa Oi SA., que está em recuperação judicial.
- 2.2 - *Caixa e Equivalentes de Caixa* - A redução dos valores de Limite de Saque se deve à execução de recursos diferidos de Exercícios Anteriores, além da devolução de aproximadamente R\$47 milhões para possibilitar a devolução de recursos orçamentários economizados em 2017, no Encerramento do Exercício.
- 2.3 - *VPDs pagas antecipadamente* - O aumento se deve à aquisição de serviços de TI pagos antecipadamente, com duração de 36 meses, junto à empresa NCT Informática LTDA
- 2.4 - *Créditos a Curto prazo* - As principais baixas foram: 1) Lançamento efetuado pela CCONT/STN, relativa a baixa de adiantamento de Transferências Voluntárias para atender ao Acórdão 1320/2017 TCU; e 2) Baixa de Créditos a receber decorrente de falta/irregularidade em comprovação de TCE, pela CCONT/STN, por alteração na rotina contábil, na qual os valores passaram a ser registrados apenas em contas de controle, e o ativo reconhecido apenas após decisão definitiva do TCU com Imputação de débito.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

EMISSÃO
22/02/2018

PÁGINA
1

ORGAO SUPERIOR 2000 - SENADO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	N. E.	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		3.960.938.681,94	4.066.033.395,03
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</i>		-	-
<i>Impostos</i>		-	-
<i>Taxas</i>		-	-
<i>Contribuições de Melhoria</i>		-	-
<i>Contribuições</i>		-	-
<i>Contribuições Sociais</i>		-	-
<i>Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico</i>		-	-
<i>Contribuição de Iluminação Pública</i>		-	-
<i>Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais</i>		-	-
<i>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</i>	03.003	4.448.439,85	48.036.489,21
<i>Venda de Mercadorias</i>		9.270,90	-7.160,00
<i>Vendas de Produtos</i>		1.011.032,84	1.546.984,66
<i>Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços</i>		3.428.136,11	46.496.664,55
<i>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</i>		-	59,60
<i>Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos</i>		-	59,60
<i>Juros e Encargos de Mora</i>		-	-
<i>Variações Monetárias e Cambiais</i>		-	-
<i>Descontos Financeiros Obtidos</i>		-	-
<i>Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras</i>		-	-
<i>Aportes do Banco Central</i>		-	-
<i>Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras</i>		3.898.260.638,81	3.906.345.689,86
<i>Transferências e Delegações Recebidas</i>		3.887.956.952,85	3.884.183.796,85
<i>Transferências Intragovernamentais</i>		-	-
<i>Transferências Intergovernamentais</i>		-	-
<i>Transferências das Instituições Privadas</i>		-	-
<i>Transferências das Instituições Multigovernamentais</i>		-	-
<i>Transferências de Consórcios Públicos</i>		-	-
<i>Transferências do Exterior</i>		-	-
<i>Execução Orçamentária Delegada de Entes</i>		-	-
<i>Transferências de Pessoas Físicas</i>		10.303.685,96	22.161.893,01
<i>Outras Transferências e Delegações Recebidas</i>	02.002 03.001	38.379.728,21	105.792.800,12
<i>Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de Passivos</i>		-	-
<i>Reavaliação de Ativos</i>		5.667.196,35	-
<i>Ganhos com Alienação</i>		103.599,32	-
<i>Ganhos com Incorporação de Ativos</i>		32.287.876,04	13.455.322,08
<i>Ganhos com Desincorporação de Passivos</i>		321.056,50	92.337.478,04
<i>Reversão de Redução ao Valor Recuperável</i>		-	-
<i>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</i>		19.849.875,07	5.858.356,24



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 22/02/2018

PÁGINA 2

SUBTÍTULO 2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 2000 - SENADO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	N. E.	2017	2016
<i>Resultado Positivo de Participações</i>		-	-
<i>Operações da Autoridade Monetária</i>		-	-
<i>Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas</i>	03.002	1.495.528,90	133.123,91
<i>Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas</i>		18.354.346,17	5.725.232,33
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		4.130.446.444,83	4.063.407.584,24
<i>Pessoal e Encargos</i>		1.717.117.388,78	1.732.935.158,04
<i>Remuneração a Pessoal</i>		1.347.781.348,64	1.364.522.064,67
<i>Encargos Patronais</i>		265.229.121,16	266.797.377,27
<i>Benefícios a Pessoal</i>		96.041.125,68	93.803.114,23
<i>Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos</i>		8.065.793,30	7.812.601,87
<i>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</i>		1.901.520.883,08	1.681.565.935,11
<i>Aposentadorias e Reformas</i>		1.523.685.521,09	1.329.847.284,00
<i>Pensões</i>		375.928.046,67	349.889.149,91
<i>Benefícios de Prestação Continuada</i>		-	-
<i>Benefícios Eventuais</i>		-	-
<i>Políticas Públicas de Transferência de Renda</i>		-	-
<i>Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais</i>		1.907.315,32	1.829.501,20
<i>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</i>		424.789.357,63	446.350.485,00
<i>Uso de Material de Consumo</i>		11.317.076,93	12.517.073,85
<i>Serviços</i>		387.177.844,98	414.181.883,72
<i>Depreciação, Amortização e Exaustão</i>		26.294.435,72	19.651.527,43
<i>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</i>		56.991,31	9.168,43
<i>Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos</i>		-	-
<i>Juros e Encargos de Mora</i>		35.608,85	2.568,43
<i>Variações Monetárias e Cambiais</i>		-	-
<i>Descontos Financeiros Concedidos</i>		21.382,46	6.600,00
<i>Aportes ao Banco Central</i>		-	-
<i>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</i>		-	-
<i>Transferências e Delegações Concedidas</i>	02.001 03.004	22.638.804,75	138.264.287,54
<i>Transferências Intragovernamentais</i>		12.465.911,77	68.398.654,31
<i>Transferências Intergovernamentais</i>		-	46.639.854,66
<i>Transferências a Instituições Privadas</i>		60.339,60	56.820,00
<i>Transferências a Instituições Multigovernamentais</i>		-	-
<i>Transferências a Consórcios Públicos</i>		-	-
<i>Transferências ao Exterior</i>		730.979,35	907.462,79
<i>Execução Orçamentária Delegada a Entes</i>		-	-
<i>Outras Transferências e Delegações Concedidas</i>		9.381.574,03	22.261.495,78
<i>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</i>		34.178.851,76	36.856.099,62
<i>Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas</i>		22.468.199,88	31.208,73



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

EMISSÃO 22/02/2018 PAGINA 3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	2000 - SENADO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	N. E.	2017	2016
<i>Perdas com Alienação</i>		461.293,21	1.835.609,76
<i>Perdas Involuntárias</i>		553.582,50	174.449,23
<i>Incorporação de Passivos</i>		-	13.680.630,99
<i>Desincorporação de Ativos</i>		10.695.776,17	21.134.200,91
<i>Tributárias</i>		223.326,12	220.328,55
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</i>		29.672,47	27.255,73
<i>Contribuições</i>		193.653,65	193.072,82
<i>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</i>		2.792.493,78	1.301.736,27
<i>Custo das Mercadorias Vendidas</i>		2.792.493,78	1.301.736,27
<i>Custos dos Produtos Vendidos</i>		-	-
<i>Custo dos Serviços Prestados</i>		-	-
<i>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</i>		27.128.347,62	25.904.385,68
<i>Premiações</i>		148.193,66	111.263,44
<i>Resultado Negativo de Participações</i>		-	-
<i>Operações da Autoridade Monetária</i>		-	-
<i>Incentivos</i>		-	-
<i>Subvenções Económicas</i>		-	-
<i>Participações e Contribuições</i>		-	-
<i>Constituição de Provisões</i>		-	-
<i>Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas</i>		26.980.153,96	25.793.122,24
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		-169.507.762,89	2.625.810,79

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

EXERCICIO 2017	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 22/02/2018	PAGINA 4
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	2000 - SENADO FEDERAL

NOTAS EXPLICATIVAS

- 2.1 - *Transferências e Delegações Concedidas - Transferências de bens adquiridos pela UG020054 para a UG 020001.*
- 2.2 - *Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de passivo - A diferença refere-se ao ajuste de valores diferidos decorrentes do processo normal de Encerramento do Exercício.*
- 3.1 - *Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de passivo - Em 2016, o valor foi alto devido ao ajuste de valores diferidos decorrentes do processo de Encerramento do Exercício, com a baixa de cota diferida totalizando R\$ 80 milhões. Em 2017, o valor se refere, basicamente aos registros de regularização de contas de registro de imóveis do Senado Federal a pedido da SPU (Secretaria de Patrimônio da União). "*
- 3.2 - *Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas - Decorrente de baixa de saldos por alteração na rotina de contabilização Controle de Diversos Responsáveis, que acarretou a baixa dos saldos contábeis nas contas do Ativo e registro apenas em contas de controle.*
- 3.3 - *Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos - Em dezembro de 2016, foi arrecadado valor referente à venda da folha de pagamentos do Senado Federal, junto ao Banco do Brasil, com recebimento de R\$ 43.433.062,82*
- 3.4 - *Transferências e Delegações Concedidas - Em 2016, houve um volume maior de descentralizações orçamentárias da UG 020001 para a UG 020054, para utilização de recursos diretamente arrecadados pela venda da Folha de Pagamentos, o que não ocorreu em grande volume em 2017, causando a redução do valor na conta de Transferências a Delegações.*



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

EMISSÃO 22/02/2018 PAGINA 1

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 2000 - SENADO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-163.402.473,52	-11.243.973,62
INGRESSOS	3.899.198.459,51	3.939.419.977,22
<i>Receitas Derivadas e Originárias</i>	<i>9.483.243,00</i>	<i>52.773.952,34</i>
<i>Receita Tributária</i>	-	-
<i>Receita de Contribuições</i>	-	-
<i>Receita Patrimonial</i>	1.825.227,21	45.242.986,31
<i>Receita Agropecuária</i>	-	-
<i>Receita Industrial</i>	1.011.032,84	1.546.984,66
<i>Receita de Serviços</i>	1.725.741,48	1.561.790,49
<i>Remuneração das Disponibilidades</i>	-	-
<i>Outras Receitas Derivadas e Originárias</i>	4.921.241,47	4.422.190,88
<i>Transferências Correntes Recebidas</i>	-	-
<i>Intergovernamentais</i>	-	-
<i>Dos Estados e/ou Distrito Federal</i>	-	-
<i>Dos Municípios</i>	-	-
<i>Intragovernamentais</i>	-	-
<i>Outras Transferências Correntes Recebidas</i>	-	-
<i>Outros Ingressos das</i>	<i>3.889.715.216,51</i>	<i>3.886.646.024,88</i>
<i>Operações e Ingressos</i>	1.751.825,52	2.424.474,40
<i>Extraorçamentários Passivos</i>	-	36.043,30
<i>Transferidos</i>	3.887.956.952,85	3.884.183.796,85
<i>Transferências Financeiras Recebidas</i>	-	1.710,33
<i>Arrecadação de Outra Unidade</i>	6.438,14	-
<i>Valores para Compensação</i>	-4.062.600.933,03	-3.950.663.950,84
DESEMBOLSOS	-1.883.567.661,86	-1.921.012.531,04
<i>Pessoal e Demais Despesas</i>	<i>-547.400,00</i>	<i>-1.406.000,00</i>
<i>Legislativo</i>	-40.000,00	-
<i>Judiciário</i>	-20.000,00	-
<i>Essencial à Justiça</i>	-	-
<i>Administração</i>	-	-
<i>Defesa Nacional</i>	-	-
<i>Segurança Pública</i>	-	-
<i>Relações Exteriores</i>	-	-
<i>Assistência Social</i>	-1.899.604.072,45	-1.679.979.271,77
<i>Previdência Social</i>	-	-
<i>Saúde</i>	-	-
<i>Trabalho</i>	-	-
<i>Educação</i>	-	-
<i>Cultura</i>	-	-
<i>Direitos da Cidadania</i>	-	-
<i>Urbanismo</i>	-	-
<i>Habituação</i>	-	-
<i>Saneamento</i>	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

EMISSÃO 22/02/2018 PÁGINA 2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORÇAO SUPERIOR	2000 - SENADO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
<i>Agricultura</i>	-	-
<i>Organização Agrária</i>	-	-
<i>Indústria</i>	-	-
<i>Comércio e Serviços</i>	-	-
<i>Comunicações</i>	-	-
<i>Energia</i>	-	-
<i>Transporte</i>	-	-
<i>Desporto e Lazer</i>	-	-
<i>Encargos Especiais</i>	-	-
<i>(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento</i>	-	-27.191,20
<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	-	-
<i>Juros e Correção Monetária da Dívida Interna</i>	-	-
<i>Juros e Correção Monetária da Dívida Externa</i>	-	-
<i>Outros Encargos da Dívida</i>	-	-
<i>Transferências Concedidas</i>	-264.563.515,49	-267.778.193,79
<i>Intergovernamentais</i>	-	-
<i>A Estados e/ou Distrito Federal</i>	-	-
<i>A Municípios</i>	-	-
<i>Intragovernamentais</i>	-263.772.196,54	-266.813.911,00
<i>Outras Transferências Concedidas</i>	-791.318,95	-964.282,79
<i>Outros Desembolsos das Operações e Despesas</i>	-14.258.283,23	-80.460.763,04
<i>Extraorçamentários Transferências</i>	-1.792.371,46	-10.584.006,83
<i>Financeiras Concedidas Valores</i>	-12.465.911,77	-68.398.654,31
<i>Compras</i>	-	-9.169,23
<i>Compras</i>	-	-1.468.932,67
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-39.140.256,34	-59.185.384,55
INGRESSOS	326.690,00	164.610,00
<i>Alienação de Bens</i>	326.690,00	164.610,00
<i>Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos</i>	-	-
<i>Outros Ingressos de Investimentos</i>	-	-
DESEMBOLSOS	-39.466.946,34	-59.349.994,55
<i>Aquisição de Ativo Não Circulante</i>	-32.580.828,28	-45.045.401,52
<i>Concessão de Empréstimos e Financiamentos</i>	-	-
<i>Outros Desembolsos de Investimentos</i>	-6.886.118,06	-14.304.593,03
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
<i>Operações de Crédito</i>	-	-
<i>Integralização do Capital Social de Empresas Estatais</i>	-	-
<i>Transferências de Capital Recebidas</i>	-	-
<i>Intergovernamentais</i>	-	-
<i>Dos Estados e/ou Distrito Federal</i>	-	-
<i>Dos Municípios</i>	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 22/02/2018

PÁGINA 3

SUBTÍTULO 2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 2000 - SENADO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
<i>Outros Ingressos de Financiamento</i>	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
<i>Amortização /Refinanciamento da Dívida</i>	-	-
<i>Outros Desembolsos de Financiamento</i>	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E D CAIXA	-202.542.729,86	-70.429.358,17
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	520.428.132,36	590.857.490,53
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	317.885.402,50	520.428.132,36



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO DEZ(Encerrado)

EMISSÃO 22/02/2018 PAGINA 1

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 2000 - SENADO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	-	1.064.573.506,72	-	-	1.064.573.506,72
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	103.553.154,99	-	-	103.553.154,99
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.625.810,79	-	-	2.625.810,79
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-507.691,62	-	-	-507.691,62
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	-	1.170.244.780,88	-	-	1.170.244.780,88

Especificação	Patrimônio / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	-	-	-	-	-	1.170.244.780,88	-	-	1.170.244.780,88
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-82.499.378,24	-	-	-82.499.378,24
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-169.507.762,89	-	-	-169.507.762,89
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	-	-	-	-	-	918.237.639,75	-	-	918.237.639,75

11. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

11.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Conformidade da gestão e dos órgãos de controle

Quadro 63 – Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 1

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	00100.050517/2017-78	Acórdãos nº 7499/13 e 363/14 – 2ªC		Diligência	Ofício nº 0864/2017-TCU-Sefip – 3/4/2017
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Disponibilizar informações cadastrais e respectivas fichas financeiras de servidores e parlamentares, incluindo instituidores de pensão e pensionistas do Senado.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Pagamento de Pessoal					
Síntese da Providência Adotada					
A mídia com o layout definido foi remetido ao TCU por intermédio da Secretaria de Controle Interno					
Síntese dos Resultados Obtidos					

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**Conformidade da gestão e dos órgãos de controle**

Quadro 64 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 2

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	Nº TC 019.100/2009-4	Acórdão nº 1.111/2017 – TCU – P		Aviso	Aviso nº 371-Seses-TCU-P – 6/06/17
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
00200.010505/2017-82: Informa que o Acórdão em epígrafe tornou insubsistente o subitem 9.2.1.1 do Acórdão nº 2.602/2013. O subitem determinava a restituição de valores pagos a servidores do Senado Federal acima do limite remuneratório estabelecido na Constituição da República.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Senado Federal					
Síntese da Providência Adotada					
Não há providências a serem adotadas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

--

Conformidade da gestão e dos órgãos de controle

Quadro 65 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 3

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	Nº TC 003.900/2017-7	Acórdão nº 1961/2017 – TCU – P		Aviso	Aviso nº 955/GP/TCU – 27/09/17
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
00200.019768/2017-57: Encaminha cópia do Acórdão nº 1961/17, para conhecimento e observância da determinação contida no subitem 9.4 da referida deliberação, quanto à correta aplicação do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.112/90: condicionar o deferimento do pedido de reversão de aposentadoria voluntária ao comprovado interesse da administração e ao prévio ressarcimento dos valores porventura recebidos pelo servidor a título de licença-prêmio por assiduidade, convertida em pecúnia.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Senado Federal					
Síntese da Providência Adotada					
Integral adoção da determinação contida no Acórdão em epígrafe					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Todos os servidores que manifestam interesse em reverter a aposentadoria tomam ciência da obrigatoriedade de ressarcir o erário dos valores percebidos a título de licença-prêmio. Qualquer reversão é condicionada a quitação integral de GRU, no prazo de até 30 dias.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

--

Conformidade da gestão e dos órgãos de controle

Quadro 66 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 4

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	003.900/2017-7	1961/2017-PLENÁRIO	-----	CONSULTA	PUBLICAÇÃO NO DOU
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
EXIGÊNCIA DE RESSARCIMENTO DOS VALORES RELATIVOS ÀS LICENÇAS-PRÊMIO CONVERTIDAS EM PECÚNIA PELOS SERVIDORES QUE INGRESSAREM COM PEDIDO DE REVERSÃO VOLUNTÁRIA.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SERVIÇO DE REGISTRO E CONTROLE DE PESSOAL EFETIVO – SERCOPE					
Síntese da Providência Adotada					
A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO, EM 20/09/2017, TODOS OS PROCESSOS DE REVERSÃO SEGUIRAM A EXIGÊNCIA CONTIDA NO REFERIDO ACÓRDÃO, INCLUSIVE OS QUE ESTAVAM TRAMITANDO, PENDENTES DE DELIBERAÇÃO.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
ACÓRDÃO ATENDIDO INTEGRALMENTE					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

--

Quadro 67 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 5

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	012.776/2007-7	7234/2016-TCU-1ª Câmara	9.1 a 9.3		Aviso nº 169-Seses-TCU-1ª Câmara
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar a ele provimento parcial, tornando insubsistente o Acórdão 3.611/2013-1ª Câmara;</p> <p>9.2. encaminhar os autos ao relator a quo, Ministro José Múcio Monteiro, para a adoção das medidas pertinentes à reanálise da pensão instituída por Alexandre Marques de Albuquerque Mello (peça 8), em conformidade com o entendimento firmado nos Acórdãos 2376, 2377, 2378, 2379 e 2380/2015, todos do Plenário;</p> <p>9.3. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao Senado Federal.</p> <p>Segundo o Aviso nº 169-Seses, o Acórdão nº 7234/2016-TCU-1ª Câmara produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado e eventuais providências serão posteriormente comunicadas.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões - SECOPE					
Síntese da Providência Adotada					
Processo nº 00200.015966/2016-61. Aguardando a informação do TCU sobre o trânsito em julgado. A pensionista acima referida ainda não retornou à folha de pagamento.					
Síntese dos Resultados Obtidos					

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
--

Quadro 68 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 6

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2					Ofício nº 0132/2017-TCU/SEFIP Ofício nº 12336/2016-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Ofício nº 0132/2017-TCU/SEFIP, de 20/01/2017, reenviou o Ofício nº 12336/2016-TCU/Sefip, de 06/12/2016, o qual encaminha diligência solicitando documentos e/ou esclarecimentos quanto ao “regime jurídico exercido na data do óbito para aqueles que morreram na ativa” e o “regime jurídico exercido na data da aposentadoria para aqueles que morreram aposentados” dos servidores Adalgisa Xavier Reis, mat. 13307; Anibal Lourdes Oliveira, mat. 119754; Geraldo Rodrigues de Barros, mat. 12390; e João Soares da Costa, mat. 119857.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões - SECOPE					
Síntese da Providência Adotada					
Pelo processo nº 00200.001637/2017-13 a Secretaria de Controle Interno - SCISF encaminhou à Coordenação de Benefícios Previdenciários - COBEP os ofícios acima referidos para atendimento da diligência, e após pesquisa nos registros funcionais dos ex-servidores supracitados verificou-se que todos eram aposentados ao falecerem, e o regime jurídico exercido por eles na data da aposentadoria era estatutário. O processo foi encaminhado à COAUDPES/SCISF que repassou as devidas informações ao TCU, conforme Ofício nº 003/2017-SCISF/SF, de 07/02/2017.					

Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Quadro 69 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 7

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	014.980/2015-0				Ofício nº 278-309/2016-TCU-SEFIP/Diaup
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Apurar indícios de irregularidade identificados a partir de críticas executadas de forma automática e contínua nas folhas de pagamento das unidades jurisdicionadas, referente à acumulação de cargos em desacordo com a Constituição Federal, art. 37, incisos XVI e XVII e § 10, art. 38, art. 42, § 1º, art. 142, § 3º, inciso II; Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 11; e o Acórdão nº 211/2008-TCU-2ª Câmara, dentre eles, servidores falecidos que têm pensionistas habilitados: Mauro Cunha Campos de Moraes e Castro, mat. 672; José Farani, mat. 6339; Alcides de Oliveira, mat. 118609; Luiz Torquato de Figueiredo, mat. 23994; Arnaldo Eneas Sgreccia Ferraz, mat. 16448; Carlos do Carmo Moreira, mat. 121700; Fernando Moreira Gozendo, mat. 29200; Douglas Linhares Tinoco, mat. 24111; Mercilio de Souza, mat. 118804; Sebastião Luiz Vinhal, mat. 130518; Cid Nogueira, mat. 157895; Francisco de Menezes Dias da Cruz, mat. 16321; Paulilio A Corr eia L C Branco, mat. 117034; Antonio José Dias Chaves Filho, mat. 126813; Juciguay José Dias Chaves, mat. 36514; Luiz Gonzaga Furtado de Andrade, mat. 128664; Oscar Alves da Silva, mat. 117540; João Gilvan Rocha, mat. 31784; e José Luiz dos Santos, mat. 1305.					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões - SECOPE	
Síntese da Providência Adotada	
<p>Pelo processo nº 00200.009969/2017-46 os pensionistas dos instituidores acima citados foram intimados, a fim de esclarecerem os indícios de irregularidade na acumulação de pensões civis instituídas pelo mesmo ex-servidor. A documentação apresentada pelos interessados foi devidamente analisada, bem como foi verificado o cargo que o ex-servidor ocupava no Senado Federal, bem como o cargo que ocupava em outro órgão, para verificar se a acumulação é ilícita. Alguns casos foram possíveis verificar o outro cargo pelo cadastramento dos pensionistas que informam que recebem outra renda. Outros, foi necessário oficiar aos órgãos para informar o cargo ocupado. Dos instituidores relacionados pelo TCU, verificou-se que apenas a pensionista de Mauro Cunha Campos de Moraes e Castro, a Sra. Astrea de Moraes e Castro; a de Antônio José Dias Chaves Filho, a Sra. Irandy Damasceno Chaves; e a de Juciguay José Dias Chaves, a Sra. Luzia Fernandes Chaves, recebem pensões derivadas de cargos inacumuláveis e não apresentaram opção por uma das pensões que recebem, mas considerando que as pensões do Senado Federal foram concedidas há mais de cinco anos, e, ainda, que há uma determinação da Administração da Casa para aplicar o Parecer nº 930/2016, da Advocacia do Senado Federal, o qual estabelece que, uma vez praticado um ato administrativo que produziu efeitos favoráveis para os servidores por mais de cinco anos, esse ato não pode ser mais modificado pela Administração da Casa, ainda que se reconheça que ele foi inválido, ressalvada a comprovada má-fé, ficou entendido que as acumulações irregulares acima mencionadas não poderão ser tratadas no âmbito do Senado Federal. Assim, a Diretora-Geral encaminhou as devidas informações à Secretaria de Controle Interno - SCISF para conhecimento e envio ao TCU, em complementação à resposta ao Ofício nº 006/2017-SCISF/SF. Pelo Ofício nº 7/2018-COAUDES/SCISF/SF, em 20/02/2018, a SCISF encaminhou a documentação e esclarecimentos ao TCU.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Quadro 70 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 8

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	014.408/1993-7				Ofício nº 1621/2017-TCU/SEFIP Ofício nº 12760/2016-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Solicita cópias da declaração de não acumulação firmada pela pensionista Wanderly Rosa Vinhal no momento de sua habilitação inicial ao benefício; de todas as declarações de não acumulação firmadas por ocasião de recadastramentos anuais posteriores; e de outros documentos que possam esclarecer se houve ou não conduta de má-fé por parte da interessada na solicitação e na manutenção da pensão civil que recebe em relação ao ex-servidor Sebastião Luiz Vinhal, mat. 130518.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões - SECOPE					
Síntese da Providência Adotada					
Pelo processo nº 00200.08506/2017-67 a Secretaria de Controle Interno - SCISF encaminhou à Coordenação de Benefícios Previdenciários - COBEP os ofícios acima referidos para atendimento da diligência, que foi devidamente atendida. O processo foi encaminhado à COAUDPES/SCISF que repassou as devidas informações ao TCU, conforme Ofício nº 9/2017-SCISF/SF, de 18/05/2017.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 71 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 9

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	011.706/2014-7				Ofício nº 2390/2017-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Encaminha para conhecimento e adoção das providências pertinentes, o Ofício nº 02419/2017/DIAAU/PRU1/PRU1R/PGU/AGU, de 25/05/2017, no qual a Advocacia-Geral da União, Procuradoria-Regional da União da 1ª Região, encaminha decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, determinando ao Senado Federal que se abstenha de cancelar o benefício de pensão temporária de Rosangela Alves Batista, pensionista do ex-servidor José Alves Batista, mat. 123757, fundamentada na Lei nº 3.373/58.					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões - SECOPE	
Síntese da Providência Adotada	
<p>Pelo documento nº 00100.092969/2017-27 a Secretaria de Controle Interno - SCISF encaminhou à Coordenação de Benefícios Previdenciários - COBEP o ofício acima mencionado para atendimento. O pagamento da referida pensionista já havia sido restabelecido a partir de 22/05/2017, em decorrência do Ofício nº 02416/2017/DIAAU/PRU1R/PGU/AGU, de 25/05/2017, no qual a Procuradoria-Regional da União da 1ª Região encaminhou ao Senado Federal, para ciência e cumprimento imediato, supracitada decisão judicial, bem como solicitou subsídios à defesa da União Federal na Ação nº 0019989-16.2017.4.01.3400, repassados no processo nº 00200.009424/2017-30. Pelo Ofício nº 10/2017-SCISF/SF, de 20/06/2017 a Secretaria de Controle Interno repassou ao TCU as providências adotadas pelo Sendo Federal.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Quadro 72 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 10

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	011.706/2014-7				Ofício nº 2955/2017-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Encaminha para conhecimento e adoção das providências pertinentes, o Ofício nº 02531/2017/DIAAU/PRU1/PRU1R/PGU/AGU, de 01/06/2017, no qual a Advocacia-Geral da União, Procuradoria-Regional da União da 1ª Região, encaminha decisão proferida pelo Juízo da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, determinando ao Senado Federal que restabeleça o benefício de pensão temporária de Lindaci Vieira da Silva, pensionista do ex-servidor Sebastião Miguel da Silva, mat. 112152, fundamentada na Lei nº 3.373/58.					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões - SECOPE	
Síntese da Providência Adotada	
<p>Pelo documento nº 00100.098787/2017-60 a Secretaria de Controle Interno - SCISF encaminhou à Coordenação de Benefícios Previdenciários - COBEP o ofício acima mencionado para atendimento. O pagamento da referida pensionista já havia sido restabelecido a partir de 29/05/2017, em decorrência do Ofício nº 02532/2017/DIAAU/PRU1R/PGU/AGU, de 01/06/2017, no qual a Procuradoria-Regional da União da 1ª Região encaminhou ao Senado Federal, para ciência e cumprimento imediato, cópia da supracitada decisão judicial, bem como solicitou subsídios à defesa da União Federal na Ação nº 0019800-38.2017.4.01.3400, os quais foram repassados pelo processo nº 00200.009853/2017-15. Pelo Ofício nº 13/2017-SCISF/SF, de 10/07/2017 a Secretaria de Controle Interno repassou ao TCU as providências adotadas pelo Sendo Federal.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Quadro 73 – Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 11

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	023.666/2010-2	4469/2017-TCU-2ª Câmara	9.3		Ofício nº 2827/2017-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>9.3. determinar ao Senado Federal que:</p> <p>9.3.1. faça cessar quaisquer pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência deste acórdão, e comunique a esta Corte as providências adotadas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas na Lei 8.443/1992;</p> <p>9.3.2. comunique ao interessado, por intermédio de seu representante legal, a deliberação deste Tribunal e o alerta de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação deste acórdão, em caso de não provimento do apelo;</p> <p>9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação.</p>					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões - SECOPE	
Síntese da Providência Adotada	
Documento nº 00100.98809/2017-91. O pagamento já estava suspenso desde 01/04/2014, em atendimento ao disposto no Acórdão nº 818/2014- TCU-2ª Câmara. Foi encaminhada a Carta nº 093/2017-SECOPE, de 28/06/2017, ao curador do interessado. As providências adotadas foram encaminhadas à Secretaria de Controle Interno - SCISF que repassou ao TCU, conforme Ofício nº 19/2017-SCISF/SF, de 31/07/2017.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Quadro 74 – Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 12

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	011.081/2017-1	4806/2017-TCU-1ª Câmara	1.7		Ofício nº 3321/2017-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>1.7. Determinar ao Senado Federal que:</p> <p>1.7.1. envie cópia da documentação que comprovou a dependência econômica da pensionista Maria José Lima Calado (101.302.967-40) em relação à ex-servidora, no momento da habilitação ao benefício pensional;</p> <p>1.7.2. informe se a beneficiária, atualmente com 107 anos de idade, tem feito os recadastramentos anuais de forma presencial e se tem sido atestado pelo órgão de pessoal que a pensionista permanece viva, uma vez que a situação cadastral da interessada no sistema CPF, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, é “pendente de regularização”;</p> <p>1.7.3. envie os comprovantes dos cinco últimos recadastramentos realizados pela pensionista.</p>					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões - SECOPE	
Síntese da Providência Adotada	
Pelo documento nº 00100.111287/2017-21 a Secretaria de Controle Interno - SCISF encaminhou à Coordenação de Benefícios Previdenciários - COBEP o ofício acima referido para atendimento da diligência. O SECOPE informou que Maria José Lima Calado faleceu em 20/02/2013. O documento foi devolvido à COAUDPES/SCISF que repassou ao TCU a certidão de óbito da ex-pensionista, conforme Ofício nº 17/2017-SCISF/SF, de 28/07/2017.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Quadro 75 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 13

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	014.438/2017-8				Ofício nº 3648/2017-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>Com vistas ao saneamento do processo acima em epígrafe, referente à pensão civil instituída pela ex-servidora Sandra Maria Faria de Mattos, mat. 49041, o TCU solicitou encaminhar: a) discriminação dos tempos de função exercidos pela instituidora, informando a data de início e término do exercício, bem como o código da função e a memória de cálculo dos valores pagos a título de quintos/décimos e/ou opção, caso ocorra; b) informar as providências tomadas em face da apreciação pela ilegalidade do ato de aposentadoria da instituidora, nos termos do Acórdão 7302/2013 - TCU - 1ª Câmara (Relator Ministro José Múcio Monteiro); c) apresentar esclarecimentos sobre o parecer do controle interno referente à incorporação de quintos/décimos após 08/04/1998, em desconformidade com a jurisprudência emanada pelo TCU por meio dos Acórdãos TCU nºs 5.753/2016 e 6.690/2016, ambos da 1ª Câmara.</p>					

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões - SECOPE	
Síntese da Providência Adotada	
<p>Processo nº 00200.015448/2017-2. Por meio do Memo nº 038/2017-GBCINT/SCISF/SF, de 09/08/2017, a SCISF encaminhou à COBEP o Ofício nº 3648/2017-TCU/SEFIP para atendimento da diligência, que foi devidamente atendida e o processo encaminhado à COAUDPES/SCISF para repassar ao TCU a documentação e os esclarecimentos solicitados. Foram encaminhados cópias dos seguintes processos: 024142/93-0, 022888/94-2, 005417/96-1, 007222/96-3, 013754/96-3, 016426/96-7, 002538/97-0, 011417/08-0, 007348/09-6, 001037/11-0, 004231/11-2 e 014675/11-0, Parecer 253/1998-ADVOSF e Parecer 154/2016-ADVOSF. Não obstante, a Diretoria-Geral retornou os autos à COBEP determinando que as providências decorrentes do Acórdão 7302/2013-TCU-1ª Câmara fossem implementadas no ERGON; que se apurem os valores pagos a maior à ex-servidora para cobrança do espólio; que seja retificado o ato de pensão de modo a adequar o cálculo da pensão à aposentadoria da ex-servidora, que teve corrigida a incorporação da parcela VPNI Décimos/Quintos, de 10/10 FC07 para 4/10 FC05 + Parcela Compensatória, em atendimento ao Acórdão nº 7302/2013-TCU-1ª Câmara, conforme processo nº 00200.014334/2011-75; notificar a pensionista para devolução dos valores recebidos a maior, desde a instituição da pensão; registrar novo SISAC e elaborar nova resposta ao TCU. O SEAPOS implementou no ERGON a alteração da parcela VPNI Quintos/Décimos, a partir de 05/11/2013, data do protocolo do processo nº 00200.026141/2013-29 e encaminhou o processo de aposentadoria nº 00200.014334/2011-75 à COPAG para apuração dos valores pagos a maior à ex-servidora até o seu óbito. O SECOPE retificou o Título Concessório desde a inicial, 13/06/2016, de acordo com a aposentadoria corrigida da ex-servidora; notificou a pensionista para devolução dos valores recebidos a maior; registrou no sistema ERGON o novo valor da pensão; registrou novo SISAC e elaborou nova resposta ao TCU, que foram repassadas àquela Corte de Contas pela SCISF, conforme Ofício nº 5/2017-COAUDPES/SCISF/SF, de 26/09/2017.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Quadro 76 – Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 14

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	004.560/2016-7	7193/2017-TCU-2ª Câmara	9.2 a 9.4		Ofício nº 3938/2017-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>9.2. considerar ilegais os atos de concessão de pensões instituídas pelos ex-servidores Cristiane Yurico Miki (386.387.381-53) , José Aduino Aragão Campelo (153.500.881-49) , Luiz Eduardo Oliveira Del Bosco (305.455.011-72 e Marcelo Gomes de Figueiredo (266.407.401-68) , recusando-lhes o respectivo registro;</p> <p>9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boafé pelos beneficiários a que se refere o item 9.2 acima, até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;</p> <p>9.4. determinar ao Senado Federal que adote medidas para:</p> <p>9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso estes não sejam providos;</p> <p>9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.4.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que os interessados constantes do item 9.2 tomaram conhecimento do acórdão;</p> <p>9.4.4. emitir novos atos, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU pelo Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias.</p>					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões - SECOPE	
Síntese da Providência Adotada	
<p>Processo nº 00200.016349/2017-63. Por meio do Memo nº 040/2017-GBCINT/SCISF/SF, de 23/08/2017, a Secretaria de Controle Interno - SCISF encaminhou à Coordenação de Benefícios Previdenciários - COBEP o Ofício nº 3938/2017-TCU/SEFIP, com cópia do Acórdão nº 7193/2017-TCU-2ª Câmara, para adoção das providências pertinentes.</p> <p>Foram registrados no sistema ERGON a apreciação do TCU pela legalidade das pensões instituídas por Gentil Eustorgio da Silva, Maria Thereza da Silva Motta, Severino Xavier de Lima e Walberkley Braga dos Santos.</p> <p>Quanto aos atos julgados ilegais, dos instituidores Cristiane Yurico Miki, José Aduino Aragão Campelo, Luiz Eduardo Oliveira Del Bosco e Marcelo Gomes de Figueiredo Mesquita, foi dada ciência aos respectivos beneficiários que o TCU julgou ilegais as pensões, haja vista que na base de cálculo foi considerada a incorporação de quintos/décimos de funções comissionadas exercidas em períodos posteriores à data da publicação da Lei nº 9.624/1998, 08/04/1998, o que está em desacordo com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, bem como que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores recebidos indevidamente após a respectiva notificação.</p> <p>Foram emitidos novos atos, livres das irregularidades apontadas e submetidos à SCISF para repassar ao TCU os novos atos registrados no SISAC.</p> <p>O sistema ERGON foi atualizado a partir de 01/09/2017.</p> <p>Pelo Ofício nº 4/2017-COAUDPES/SCISF/SF, de 25/09/2017, a Secretaria de Controle Interno encaminhou a documentação e esclarecimentos ao TCU.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Quadro 77 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 15

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	020.550/2017-0				Ofício nº 4327/2017-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>Com vistas ao saneamento do processo acima em epígrafe, referente à pensão civil instituída pelo ex-servidor Domingos Vellasco Neto, mat. 103898, o TCU solicitou:</p> <p>a) apresentar novo laudo médico pericial que ateste se a invalidez da beneficiária Renata Souto Vellasco é anterior ao óbito do instituidor, tendo em vista não ter ficado claro se as sequelas decorrentes de acidente anestésico ocorrido em março de 1992 tenham causado a referida invalidez anteriormente a 26/1/1998; b) encaminhar comprovação de designação e efetivo exercício, pelo instituidor, de Função Técnica (FC7) nos períodos de]0/7/1994 a 11/11/1997 e de 1º/3/1998 a 16/31/1998 (posterior ao óbito), à luz do Ato da Comissão Diretora 2/1998, que concedeu retroação da incorporação de quintos/décimos (VPNI} nos aludidos períodos.</p>					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões - SECOPE	
Síntese da Providência Adotada	
<p>Processo nº 00200.018098/2017-51. Por meio do Memo nº 4/2017-COAUDPES/SCISF/SF, de 12/09/2017, a SCISF encaminhou à COBEP o Ofício nº 4327/2017-TCU/SEFIP para atendimento da diligência, que foi devidamente atendida e o processo encaminhado à COAUDPES/SCISF, que repassou ao TCU a documentação e os esclarecimentos solicitados, conforme Ofício nº 3/2017-COAUDPES/SCISF/SF, de 21/09/2017. Foi encaminhada cópia do novo laudo médico emitido pela Junta Médica do Senado Federal, em 18/09/2017, bem como cópias na íntegra dos processos nºs 00200.006238/1998-93, 00200.005805/2002-63 e 00200.007121/2014-30 e Ato da Comissão Diretora nº 2/1998.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Quadro 78 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 16

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	017.807/2008-6	9714/2017-TCU-2ª Câmara	9.3 a 9.6		Ofício nº 6863/2017-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>9.3. considerar ilegais os atos de concessões de pensões civis a Bruno Quaranta Trindade Silva, Gabriel Cândido de Oliveira Trindade Silva e Ivana Quaranta Trindade Silva, recusando o registro;</p> <p>9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boafé pelo menor sob guarda Gabriel Cândido de Oliveira Trindade Silva;</p> <p>9.5. determinar ao Senado Federal que adote medidas para:</p> <p>9.5.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao pensionista a que se refere o item 9.4, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;</p> <p>9.5.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.5.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o beneficiário referido no item 9.5.1 teve conhecimento do acórdão;</p> <p>9.6. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada.</p>					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões - SECOPE	
Síntese da Providência Adotada	
<p>Documento nº 00100.189887/2017-02. Por meio do Memo nº 011/2017-COAUDPES/SCISF/SF, de 15/12/2017, a SCISF encaminhou à COBEP o Ofício nº 6863/2017-TCU/SEFIP, com cópia do Acórdão nº 9714/2017-TCU-2ª Câmara, para adoção das providências pertinentes.</p> <p>Foi dada ciência à beneficiária do instituidor George Delanou Trindade Silva, mat. 9894, a Sra. Ivana Quaranta Trindade Silva, que o TCU julgou ilegal a pensão, tendo em vista a concessão ao menor sob guarda Gabriel Cândido de Oliveira Trindade, cujos pais são capazes de prover o sustento do filho, eis que residem no mesmo endereço do menor e são sócios em empresas. Também foi comunicado à Sra. Ivana que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores recebidos indevidamente após a respectiva notificação. Não foi dado ciência a Bruno Quaranta Trindade Silva sobre a ilegalidade da pensão, pois seu benefício foi cancelado em 04/10/2000, quando atingiu a maioridade.</p> <p>Foi emitido novo ato, livre da irregularidade apontada, o novo ato foi registrado no e-Pessoal e submetido à Secretaria de Controle Interno – SCISF para análise da nova concessão. A Secretaria de Controle Interno repassou ao TCU a documentação e esclarecimentos, conforme Ofício nº 03/2018-COAUDPES/SCISF/SF, de 16/01/2018.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Quadro 79 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 17

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	009.124/2014-4	10537/2017-TCU-1ª Câmara	9.2 a 9.5		Ofício nº /2017-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>9.2. considerar ilegais e negar o registro dos atos de concessão de pensões civis em favor de Luzenir de Jesus Nascimento (CPF 317.297.701-34) , instituidor Gersino da Costa Nascimento Filho; Irismar Corcino dos Santos (CPF 239.023.291-49) , instituidor Manoel Ramiro Ferreira da Cunha; e Angela da Conceição da Silva Teixeira (CPF 020.740.567-02) , instituidor Nelson Teixeira, em razão da incorporação de parcelas de quintos de funções comissionadas com vigência financeira posterior à data de publicação da Lei nº 9.624/1998 (8/4/1998) ;</p> <p>9.3. considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de pensão em favor de Thamires Corcino dos Santos (CPF 731.590.261-91) , Avelino Teixeira Neto (CPF 025.268.471-09) e Nelson Teixeira Junior (CPF 025.268.481-80) , nos termos do art. 7º, inciso I, da Resolução 206/2007;</p> <p>9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte;</p> <p>9.5. determinar ao Senado Federal que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal:</p> <p>9.5.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze dias) , os pagamentos decorrentes dos atos impugnados;</p> <p>9.5.2. emita, no prazo de 15 (quinze dias) , novos atos escoimados das irregularidades apontadas, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;</p> <p>9.5.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos beneficiários dos atos impugnados, informando-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>9.5.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação.</p>					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões - SECOPE	
Síntese da Providência Adotada	
<p>Documento nº 00100.189842/2017-20. Por meio do Memo nº 010/2017-COAUDPES/SCISF/SF, de 15/12/2017, a SCISF encaminhou à COBEP o Ofício nº 6847/2017-TCU/SEFIP, com cópia do Acórdão nº 10537/2017-TCU-1ª Câmara, para adoção das providências pertinentes.</p> <p>Quanto aos atos julgados ilegais, dos instituidores Nelson Teixeira, Manoel Ramiro Ferreira da Cunha e Gersino da Costa Nascimento, foi dada ciência aos respectivos beneficiários que o TCU julgou ilegais as pensões, haja vista que na base de cálculo foi considerada a incorporação de quinto/s/décimos de funções comissionadas exercidas em períodos posteriores à data da publicação da Lei nº 9.624/1998, 08/04/1998, o que está em desacordo com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, bem como que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores recebidos indevidamente após a respectiva notificação.</p> <p>Foram emitidos novos atos, livres das irregularidades apontadas, os novos atos foram registrados no e-Pessoal e submetidos à Secretaria de Controle Interno - SCISF para análise da nova concessão.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Conformidade da gestão e dos órgãos de controle

Quadro 80 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 18

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 012.321/2014-1	Acórdão 714/2017 – TCU – 1ª Câmara		DE	Ofício 0515/2017-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>Por meio do Acórdão 714/2017 – TCU – 1ª Câmara, o TCU julga ilegal o ato alteração da aposentadoria ao servidor ATILA MOHN e determina ao Senado Federal que:</p> <p>9.4.1 faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;</p> <p>9.4.2 emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias, nos termos dos artigos 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, §1º, da Instrução Normativa-TCU 55/2007;</p> <p>9.4.3 informe ao interessado o teor deste acórdão proferido, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento deste recurso;</p> <p>9.4.4 encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência pelo interessado, nos termos do art. 4º, §3º, da Resolução-TCU 170/2004.</p>					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores	
Síntese da Providência Adotada	
<p>O servidor foi comunicado a respeito da decisão do TCU.</p> <p>Foi publicada nova Portaria, bem como elaborada nova Alteração do Título Concessório, livres da irregularidade apontada pela Cort e de Contas (artigo 1º da Resolução SF nº 74/1994), e o pagamento da parcela VPNI de 6/10 FC05 foi cessado a partir de 15/03/2017, uma vez que foi dispensada a devolução dos valores anteriormente recebidos.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Diligência atendida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Quadro 81 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 19

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 004.623/2014-2	Acórdão 6690/2016 – TCU – 1ª Câmara		DE	Ofício 1616/2017-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>Pelo Ofício nº 1616/2017-TCU/SEFIP, o Tribunal de Contas da União reitera os termos do Ofício nº 10660/2016 - TCU/SEFIP, de 07/11/2016, que encaminhou o Acórdão nº 6690/2016 – TCU – 1ª Câmara, pelo qual o TCU julgou ilegal a aposentadoria do servidor DAMIÃO PEDRO DE OLIVEIRA, em razão da incorporação de quintos/décimos após a data de publicação da Lei nº 9.624/98, ocorrida em 8/4/98, e determinou ao Senado Federal que:</p> <p>9.3.1 no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, com fundamento no art. 262 do Regimento Interno/TCU;</p> <p>9.3.2 emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias, nos termos dos artigos 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;</p> <p>9.3.3 dê ciência do inteiro teor deste acórdão ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento;</p> <p>9.3.4 no prazo de trinta dias, contados da ciência desta deliberação, encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta decisão.</p>					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores	
Síntese da Providência Adotada	
<p>O servidor foi comunicado a respeito da decisão do TCU.</p> <p>Foi publicada nova Portaria, bem como elaborado novo Título Concessório, livres da irregularidade apontada pela Corte de Contas. A VPNI recebida pelo servidor foi alterada de 6/10 FC05 + 2/10 FC04 + 2/10 FC03 para 2/10 FC04 + 4/10 FC03 + 2/10 FC02 + 2/10 FC01, considerando-se a contagem até 08/04/1998, com efeitos a partir de 24/05/2017, data da publicação da nova concessão de aposentadoria (DOU de 24/05/2017), que atende o prazo de quinze dias estabelecido pelo Acórdão, contados do Memorando nº 17/2017 da SCISF, uma vez que não está clara a data de recebimento/ciência pelo Senado Federal.</p> <p>Foi detectado ainda, após análise do histórico funcional, que o servidor não faz jus à parcela Opção FC03, em decorrência da exclusão das funções sem designação, interrompendo o período para o atendimento dos requisitos do art. 193 da Lei nº 8.112/90. Assim, o pagamento da parcela foi cessado a partir de 24/05/2017.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Diligência atendida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Quadro 82 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 20

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 007.660/2015-4	Acórdão 11514/2016 – TCU – 2ª Câmara		DE	Ofício 0013/2017 – TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>O Tribunal de Contas da União comunica que foi interposto pedido de reexame por ITAMAR BARBOSA MONTEIRO contra o Acórdão nº 11.514/2016-Segunda Câmara, com o efeito suspensivo dos itens 9.1, 9.2 e 9.3.3:</p> <p>9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria do Sr. Itamar Barbosa Monteiro, em razão da averbação irregular de tempo de atividade rural sem o recolhimento das devidas contribuições previdenciárias, negando-se o respectivo registro;</p> <p>9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data em que o interessado entregou ao Senado Federal a declaração considerada falsa pelo INSS, vez que, nesse momento, possivelmente restou configurada sua evidente má-fé, a ser confirmada após processo administrativo específico, no recebimento de parcelas originárias do tempo rural ora considerado irregular, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;</p> <p>9.3.3. faça cessar, a partir da ciência do presente acórdão, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.</p>					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores	
Síntese da Providência Adotada	
O Senado Federal já havia sido notificado a respeito do efeito suspensivo concedido aos itens 9.1, 9.2 e 9.3.3 do Acórdão 11514/2016 por meio da Certidão 123/2016 – Serur, de 21/12/2016, e os proventos do servidor haviam sido restabelecidos a partir de 01/12/2016.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Diligência atendida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Quadro 83 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 21

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC 007.660/2015-4	Acórdão 4822/2017 – TCU – 2ª Câmara		DE	Ofício 2736/2017 – TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>O Tribunal de Contas da União encaminha o Acórdão nº 4822/2017 – TCU - Segunda Câmara, que assim estabelece:</p> <p>9.1. conhecer do recurso de Itamar Barbosa Monteiro, dar-lhe provimento parcial, aplicar a súmula TCU 106, dispensá-lo do ressarcimento dos valores indevidamente recebidos em manter a continuidade do pagamento dos proventos até que seja prolatada a decisão final no processo judicial 0032070-36.2013.4.01.3400;</p> <p>9.2. determinar à Diretoria-Geral do Senado Federal que, a partir do trânsito em julgado da deliberação no referido processo judicial, emita novo ato de aposentadoria para Itamar Barbosa Monteiro;</p> <p>9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Consultoria Jurídica do TCU, as informações necessárias ao acompanhamento do processo judicial 0032070-36.2013.4.01.3400, em trâmite no TRF da 1ª Região, em observância à questão de ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011;</p> <p>9.4. dar ciência desta decisão, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentaram, à unidade jurisdicionada, ao recorrente, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal e aos demais interessados.</p>					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores	
Síntese da Providência Adotada	
O processo foi encaminhado à Advocacia do Senado Federal para acompanhamento do processo judicial 0032070-36.2013.4.01.3400, em trâmite no TRF da 1ª Região. Após o trânsito em julgado, será emitido novo ato de aposentadoria ao servidor, em atendimento ao item 9.2. do Acórdão.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
O atendimento integral da diligência depende do trânsito em julgado do processo judicial 0032070-36.2013.4.01.3400.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Quadro 84 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 22

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC 017.323/2003-1	Acórdão 5053/2017 – TCU – 2ª Câmara		DE	Ofício 2819/2017 – TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>O Tribunal de Contas da União encaminha o Acórdão n.º 5053/2017 – TCU - Segunda Câmara, pelo qual considerou ilegal a concessão de aposentadoria ao servidor JONAS BATISTA DE OLIVEIRA, por contar com averbação de tempo rural sem que houvesse o recolhimento das devidas contribuições previdenciárias, e determina que o Senado Federal adote as seguintes medidas:</p> <p>9.3.1. suspenda os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, alertando para o fato de que a autoridade administrativa omissa está sujeita à responsabilidade solidária pelo débito, nos termos do art. 262, caput, § 1º, do Regimento Interno do TCU – RITCU;</p> <p>9.3.2. comunique o inteiro teor deste Acórdão ao interessado, alertando-o no sentido de que:</p> <p>9.3.2.1. poderá recolher as contribuições previdenciárias, sob a forma indenizada, para fins de contagem recíproca do tempo de serviço rural para a concessão de aposentadoria estatutária ou retornar à atividade para completar o tempo de contribuição faltante à aposentadoria, segundo as regras vigentes no momento do novo ato concessório;</p> <p>9.3.2.2. o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação deste Acórdão, caso o recurso não seja provido;</p> <p>9.3.3. envie, ao TCU, o documento comprobatório de que o aludido interessado está ciente da presente deliberação deste Tribunal, no prazo de até 60 (sessenta) dias.</p>					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores	
Síntese da Providência Adotada	
<p>O servidor foi comunicado a respeito da decisão do TCU. Os proventos foram suspensos a partir de 01/07/2017, em atendimento ao item 9.3.2.</p> <p>Quanto ao item 9.3.2.1., em que pese ter sido oferecida ao servidor a opção de retornar à atividade para completar o tempo de contribuição faltante, isso não é possível, tendo em vista que ele completou 75 anos de idade em 01/05/2017. Assim, foi elaborada nova Portaria, para concessão de nova aposentadoria ao servidor, a partir de 01/07/2017, compulsoriamente, com proventos proporcionais a 20/35, desconsiderando o tempo rural irregular, com os proventos calculados de acordo com a Lei nº 10.887, de 2004, a partir de 1º de julho de 2017, pela média das remunerações.</p> <p>Antes da publicação da Portaria, no entanto, por meio da Certidão nº 75/2017 – SERUR/TCU, Tribunal de Contas da União comunicou que o Pedido de Reexame interposto pelo servidor contra o Acórdão nº 5053/2017 – TCU – 2ª Câmara, foi conhecido pelo Relator com efeito suspensivo em relação aos itens 9.1 e 9.3.1 da referida decisão, razão pela qual a Portaria que concederia aposentadoria compulsória ao interessado não foi publicada. Os proventos foram restabelecidos a partir de 01/07/2017.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Diligência atendida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Quadro 85 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 23

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	TC 017.323/2003-1	Acórdão 5053/2017 – TCU – 2ª Câmara		DE	Ofício 3454/2017 – TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
O Tribunal de Contas da União comunica que o Pedido de Reexame interposto pelo servidor Jonas Batista de Oliveira contra o Acórdão nº 5053/2017 – TCU – 2ª Câmara, foi conhecido pelo Relator com efeito suspensivo em relação aos itens 9.1 e 9.3.1 da referida decisão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores					
Síntese da Providência Adotada					
O Senado Federal já havia sido notificado sobre a concessão do efeito suspensivo por meio da Certidão nº 75/2017 – SERUR/TCU, razão pela qual a Portaria que concederia aposentadoria compulsória ao interessado não foi publicada, bem como os proventos foram restabelecidos a partir de 01/07/2017.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Diligência atendida.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 86 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 24

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	TC 017.323/2003-1	Acórdão 9392/2017 – TCU – 2ª Câmara		DE	Ofício 6068/2017 – TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Pelo Ofício nº 6068/2017 – TCU/Sefip, o TCU encaminha cópia do Acórdão nº 9392/2017 – TCU – 2ª Câmara, pelo qual foi negado provimento ao pedido de reexame interposto pelo interessado JONAS BATISTA DE OLIVEIRA, mantendo-se inalterado o Acórdão nº 5053/2017 – TCU – 2ª Câmara, que considerou ilegal a concessão de aposentadoria ao servidor, por contar com averbação de tempo rural sem que houvesse o recolhimento das devidas contribuições previdenciárias.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores					
Síntese da Providência Adotada					
Foi publicada nova Portaria, bem como elaborado novo Título Concessório, para concessão de nova aposentadoria ao servidor, compulsoriamente, com proventos proporcionais, pela média das remunerações, a partir de 01/07/2017.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Diligência atendida.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 87 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 25

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	TC 001.014/2015-5			DI	Ofício 3828/2017 – TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
O Tribunal de Contas da União – TCU solicita, no prazo de 30 dias, por meio do Ofício nº 3828/2017-TCU/Sefip, que sejam encaminhados “cópia dos atos/portaria de designação e dispensa das funções comissionadas exercidas pelos interessados, especialmente aquelas que embasaram a concessão da vantagem de ‘opção’ e ‘quintos/décimos’”, dos servidores ENRIQUE MANUEL GARBAYO GUARIDO, matrícula 51163, FERNANDO ARRUDA MOURA, matrícula 48024, e FERNANDO LUIS SANTOS, matrícula 44882, todos Consultores Legislativos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores					
Síntese da Providência Adotada					
Os documentos e esclarecimentos solicitados foram encaminhados ao Tribunal de Contas da União.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Diligência atendida.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 88 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 26

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	TC 025.211/2014-5	Acórdão 6829/2017 – TCU – 1ª Câmara		DE	Ofício 3995/2017 – TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>O Tribunal de Contas da União considerou prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de aposentadoria de Lair Rodrigues Francisco e julgou ilegais os atos de aposentadoria dos ex-servidores Cícero Gomes Pereira, Isabel Cabral Luz, Nilda Maria Martins Rio Branco e Raimundo Osmar Lima, determinando ao Senado Federal que:</p> <p>9.5.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes das aposentadorias consideradas ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.5.2. comunique aos beneficiários dos atos de aposentadoria considerados ilegais acerca da presente deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;</p> <p>9.5.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os beneficiários das aposentadorias consideradas ilegais tomaram conhecimento desta decisão;</p> <p>9.5.4. emita novos atos escoimados das irregularidades verificadas (art. 262, §2º, do RITCU).</p>					

Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores					
Síntese da Providência Adotada					
Os servidores Isabel Cabral Luz, Raimundo Osmar Lima, Cícero Gomes Pereira e Nilda Maria Martins foram comunicados a respeito da decisão do TCU.					
Raimundo Osmar Lima, Cícero Gomes Pereira e Isabel Cabral Luz: Os quintos recebidos pelos servidores foram alterados, considerando a contagem até 08/04/1998. Foram elaborados novos Títulos Concessórios e formulários Sisac, livres das irregularidades apontadas pelo TCU.					
Nilda Maria Martins: Constatamos que no formulário Sisac analisado pelo TCU, foram registrados os códigos 1-1-0404-7 e 1-1-5828-7 no campo de “Descrição dos Fundamentos Legais da Aposentadoria”, indicando, equivocadamente, que a aposentadoria havia sido voluntária. Além disso, verificamos que a servidora sempre recebeu seus proventos com paridade, quando deveria ter recebido com base na Lei nº 10.887, de 2004, pela média das remunerações, tendo em vista que foi aposentada compulsoriamente, em 08/12/2007. Assim, foi elaborado novo Título Concessória e publicada nova Portaria para correção da forma de cálculo dos proventos recebidos.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Diligência atendida.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	TC 025.211/2014-5	Acórdão 6829/2017 – TCU – 1ª Câmara		DE	Ofício 6443/2017 – TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					

Descrição da Deliberação	
<p>Pelo Ofício nº 6443/2017 – TCU/SEFIP, o TCU encaminha cópia do Despacho emitido pelo Ministro Vital do Rêgo, que conheceu do pedido de reexame interposto o pelos servidores NILDA MARIA MARTINS RIO BRANCO e RAIMUNDO OSMAR LIMA, suspendendo-se os efeitos dos itens 9.3., 9.5.1. e 9.5.4, a seguir transcritos: “9.3. considerar ilegais os atos de Cícero Gomes Pereira, Isabel Cabral Luz, Nilda Maria Martins Rio Branco e Raimundo Osmar Lima, negando-lhes o registro; (...) 9.5. determinar à Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal que: 9.5.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes das aposentadorias considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa; (...) 9.5.4. emita novos atos escoimados das irregularidades verificadas”.</p>	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores	
Síntese da Providência Adotada	
Os novos Títulos Concessórios e Portaria emitidos em decorrência do Acórdão 6829/2017 – TCU – 1ª Câmara foram tornados sem efeito, retornando as aposentadorias dos interessados à situação anterior.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Diligência atendida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Quadro 89 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 27

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	TC 029.322/2016-2	Acórdão 6342/2017 – TCU – 2ª Câmara		DI	Ofício 3990/2017 – TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>O Tribunal de Contas da União, por meio do Ofício nº 3990/2017-TCU/SEFIP, envia o Acórdão nº 6342/2017 – TCU – 2ª Câmara que julgou legal as aposentadorias dos servidores GERSON DELFINO DE OLIVEIRA, GETRO ARTIAGA LIMA e GILDOMIRA CASTRO DE ATAYDE e determina à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIP que realize a oitiva das servidoras GEIZA MARLI SOARES RIBEIRO e GERALDA EUTALINA DE ANDRADE, quanto às irregularidades apontadas nos autos, em razão da incorporação irregular de “quintos”.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores					
Síntese da Providência Adotada					
<p>Pelo que se pôde depreender do Acórdão não há qualquer providência a ser adotada pelo Senado Federal, sendo determinada à SEFIP a responsabilidade de “dar ciência do inteiro teor deste Acórdão ao órgão de origem e aos interessados”, em atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa.</p> <p>No entanto, foi detectado que a aposentadoria da servidora GILDOMIRA CASTRO DE ATAYDE foi julgada legal com a parcela VPNI de 8/10 FC04 + 2/10 FC01, ou seja, sem ser observado que tal incorporação decorreu do exercício da função de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, FC04, em período posterior a 08/04/1998, de acordo com as funções discriminadas no mapa anexo e devidamente informadas no formulário SISAC. Assim, o TCU foi informado a respeito da possível ilegalidade.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Diligência atendida.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 90 - Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente – 28

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	TC 007.658/2016-8	Acórdão 9163/2017 – TCU – 2ª Câmara		DE	Ofício 5653/2017 – TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>O Tribunal de Contas da União, envia cópia do Acórdão nº 9163/2017 – TCU – 2ª Câmara que julgou ilegal a concessão da aposentadoria inicial da servidora MARIA DE JESUS BASTOS, negando-lhes o registro, em razão da incorporação irregular de “quintos”. Determina ao Senado Federal:</p> <p>9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;</p> <p>9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.3.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que a inativa tomou conhecimento do acórdão;</p> <p>9.3.4. emitir novo ato, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias.</p>					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores	
Síntese da Providência Adotada	
<p>A servidora foi comunicada a respeito da decisão do TCU.</p> <p>A VPNI recebida pela servidora foi alterada de 8/10 FC05 + 2/10 FC04 para 10/10 FC04, considerando-se a contagem até 08/04/1998, com efeitos a partir de 06/12/2017, data do protocolo do Ofício 5653/2017-TCU/Sefip, bem como foi elaborado novo Título Concessório, livre da irregularidade apontada pelo TCU.</p> <p>Não houve necessidade de publicação de nova Portaria, considerando que o Ato do Diretor-Geral nº 1018, de 2002, que aposentou a servidora, encontra-se sem irregularidade, uma vez que não houve alteração da fundamentação legal da concessão.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Diligência atendida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

11.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

O Senado Federal possui um órgão de Controle Interno que aborda especialmente questões Contábeis e Financeiras, de Pessoal, de Contratações e de Tecnologia da Informação. Cada uma dessas áreas elabora relatórios de auditoria planejadas, de acordo com o PAINT – Plano Anual de Auditoria Interna, por determinação da Comissão Diretora, ou por iniciativa própria.

Os relatórios são encaminhados à Diretoria-Geral, que identifica as áreas responsáveis por cada achado de auditoria, e a elas encaminha as recomendações do Controle Interno para que sejam atendidas. Posteriormente, o relatório com os itens atendidos e verificados pela Diretoria-Geral é devolvido ao Controle Interno.



O Controle interno elabora os Quadros de Monitoramento das Recomendações do relatório de Auditoria, a exemplo do modelo abaixo:

Quadro 91 – Monitoramento das recomendações

QUADRO DE MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO REL. DE AUDITORIA N. 077/2016		
Descrição da Recomendação	Providências/Justificativas apresentadas pela Administração	Status de atendimento à recomendação
<p>Item 1 – abstenha-se de publicar na imprensa oficial extratos de contratos com informações genéricas ou imprecisas;</p> <p>Item 2 – junte sempre aos autos certidões fiscais válidas à data da assinatura dos instrumentos de contratos;</p> <p>Item 3 – anexe sempre aos autos documentação comprobatória da data de convocação da licitante para assinatura do termo contratual.</p>	<p>SETRIN</p> <p>Item 1: "Com relação a essa ocorrência, o Serviço de Planejamento e Controle - SEPCO, responsável pelos procedimentos finais quanto à efetivação de contratos, informou que os extratos foram publicados de acordo com os textos, constantes das Cláusulas dos Objetos dos respectivos contratos, em questão, de maneira resumida."</p> <p>Item 2: "Instado, o SEPCO, responsável pelos procedimentos finais, quanto à efetivação das avenças, informou que vem envidando esforços, no sentido de proceder à juntada aos autos de todas as certidões fiscais, válidas, na data da assinatura dos contratos. Vale salientar, oportunamente, que se tratam de 08 (oito) contratos, oriundos do Pregão Eletrônico nº 047/2015, que foram datados em dias diferentes".</p> <p>Item 3: "Com relação a essa ocorrência, o SEPCO informou que há muito tempo vem adotando a prática de convocar as empresas para assinatura das avenças por intermédio de 'email', disponibilizando-lhes a opção de imprimir as vias, assiná-las, enviá-las via encomenda expressa e/ou trazê-las pessoalmente àquele Serviço. Esta iniciativa tem propiciado dinamismo, celeridade e economicidade a esta Casa, uma vez que a maioria das empresas não é sediada no Distrito Federal, como é o caso das (06) seis empresas, entre 08 (oito), objetos do Relatório de Auditoria, em tela [...]".</p>	<p>ITEM 1: Recomendação prospectiva. Situação: Atendida. Órgão responsável: SADCON</p> <p>ITEM 2: Recomendação prospectiva. Situação: Atendida. Órgão responsável: SADCON</p> <p>ITEM 2: Recomendação prospectiva. Situação: Atendida. Órgão responsável: SADCON</p>

11.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Atividades de correção e de apuração de ilícitos administrativos no ano de 2017

NÚCLEO DE COMISSÃO PROCESSANTE - NGCOMP

PROCESSOS CONCLUÍDOS

Tabela 35 – Processos concluídos

	PAD	Sindicância	Justificação	Total
Janeiro	0	0	0	0
Fevereiro	0	0	0	0
Março	0	0	0	0
Abril	0	1	0	1
Maio	0	1	0	1
Junho	0	1	0	1
Julho	2	2	0	4
Agosto	0	1	0	1
Setembro	0	2	0	2
Outubro	0	0	1	1
Novembro	0	0	0	0
Dezembro	0	0	0	0
Total	2	8	1	11

DETALHAMENTO DOS PROCESSOS

Janeiro: Não ocorreu conclusão de processos.

Fevereiro: - Não ocorreu conclusão de processos.

Março: - Não ocorreu conclusão de processos.

Abril: 1 Sindicâncias.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.002084/17-16	Sindicância	Irregularidade na Frequência do Servidor. Processo concluído em 19/04/17. Relatório final acatado pela autoridade superior que determinou a penalidade de advertência. Portaria DGER 2167 de 03/05/2017.

Maior: 1 Sindicância.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.003080/17-55	Sindicância	Irregularidade na Frequência do Servidor. Processo concluído em 04/05/17. Relatório final acatado pela autoridade superior que determinou a penalidade de advertência. Portaria DGER 2227 de 2017.

Junho: 1 Sindicância.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.004103/17-49	Sindicância	O servidor não comparecia para cumprir a jornada de trabalho. Processo concluído em 14/06/2017. Relatório acatado pela autoridade superior que reconheceu determinou a aplicação da penalidade de Advertência, Portaria 3010, de 2017.

Julho: 1 Sindicância; 2 PADs.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.009866/17-86	Sindicância	O Servidor foi acusado de ter cometido assédio moral. Processo concluído em 13/07/2017. Relatório acatado pela autoridade instauradora, que determinou o arquivamento do processo.
00200.002967/17-26	PAD	A Servidora foi acusada de Inassiduidade Habitual. Processo Concluído em 05/07/2017. Relatório acatado pela autoridade instauradora, que determinou o arquivamento do processo, a correção das informações nos assentamentos funcionais. Houve posterior desconto de dias não trabalhados.
00200.006952/17-37	PAD	O Servidor foi acusado de Assédio Sexual. Processo Concluído em 05/07/2017. Relatório acatado, parcialmente, pela autoridade instauradora que agravou a penalidade de suspensão de 30 para 90 dias. Portaria do Primeiro Secretário.

Agosto: 1 PAD.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200008927/17-24	PAD	O Servidor foi acusado de Inassiduidade habitual. Processo concluído em 22/08/2017. Relatório acatado pela autoridade instauradora, que determinou o arquivamento do processo.

Setembro: 2 PADs.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.005593/17-09	PAD	O Servidor comissionado foi acusado de abandono de emprego. Processo concluído em 21/09/2017. Relatório acatado pela autoridade instauradora, que determinou o arquivamento do processo.
00200.007690/17-28	PAD	O Servidor foi acusado de inassiduidade habitual e abandono de emprego. Processo concluído em 19/09/2018. Relatório acatado pela autoridade instauradora, de determinou o arquivamento do processo.

Outubro: 1 Justificação.

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamento
00200.004528/17-58	Justificação	A esposa e a Companheira de servidor falecido requereram o pagamento de pensão por morte, do marido / companheiro. Processo concluído em 04/10/2017. A autoridade instauradora acatou o relatório da Comissão de Justificação, que determinou o rateio da pensão por morte de servidor, entre a esposa e a companheira. Portaria da DGER 4819/17.

Novembro: não houve conclusão de processos.

Dezembro: não houve conclusão de processos.

11.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993

Os processos de pagamento no Senado Federal seguem o seguinte fluxo:

1. Serviço prestado ou material entregue;
2. Nota Fiscal entregue ao gestor/fiscal pelo fornecedor;
3. Gestor/Fiscal confere a entrega do objeto contratado, atesta a nota fiscal, realiza a conferência dos valores faturados, junta nota de empenho, certidões e demais documentos previstos no contrato - tais como garantia contratual, comprovantes de recolhimento de encargos, dentre outros.
 - 3.1. Em caso de material de consumo, o processo é tramitado à unidade responsável pelo almoxarifado para registro do material. Se material permanente, vai à unidade responsável pelo tombamento.
4. O processo assim instruído é encaminhado à Coordenação de Execução Financeira para registro da liquidação e pagamento, de forma concomitante.
5. Na Coordenação de Execução Financeira o processo é distribuído ao servidor que realizará a análise dos documentos que instruem o processo e, ato contínuo, procede-se ao registro no SIAFI da liquidação da despesa e à emissão da ordem bancária em favor do fornecedor. O tempo para essa etapa, em regra, varia de um a três dias, exceto em processos que demandem mais tempo para análise, como nos casos de pagamentos relativos a reajustes contratuais retroativos ou a repactuações com efeitos retroativos.
 - 5.1. Se detectada alguma inconsistência, o processo é imediatamente restituído ao gestor para que adote as providências necessárias à regularização, retornando em seguida para pagamento.
6. Após o pagamento, o processo é encaminhado à Coordenação de Contabilidade para conferência dos registros e realização da conformidade contábil e documental.

Importante ressaltar que todos os processos recebidos nesta Coordenação para pagamento são distribuídos, analisados e pagos na medida da capacidade laboral da unidade, ou seja, não há prática voltada à priorização ou sobrestamento dos pagamentos em virtude da limitação de recursos. Eventual priorização de processo que já se encontra nesta Coordenação ocorre apenas em função da data de vencimento de fatura emitida por

concessionária de serviço público, a fim de se evitar a incidência de encargos moratórios ao Senado Federal.

As contratações no Senado Federal observam sempre o limite orçamentário e financeiro do órgão, de forma que, após o cumprimento das obrigações previstas em contrato, o processo segue o fluxo indicado acima com vistas ao pagamento dentro do prazo contratado, sem necessidade de seleção de processos que podem ou não ser pagos em decorrência de limitação de recursos financeiros.

Contudo, por determinação da Diretoria-Executiva de Contratações, embasada em recomendação da Secretaria de Controle Interno, a necessidade de regulamentação dos procedimentos de pagamento a fornecedores para observância da ordem cronológica de pagamento está sob análise do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria da Diretoria-Geral nº 4541/2017, com a finalidade de tratar das alterações normativas decorrentes da edição da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, no âmbito do Senado Federal.

11.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Por força do Acórdão nº 2859/2013 – TCU – Plenário (Processo nº 013.515/2013-6) – objeto do Processo nº 00200.026151/2013-64-SF, que tratada da determinação do Senado Federal, no sentido de efetuar a revisão de preços nos contratos firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, haja vista a desoneração da folha de pagamento em alguns setores da economia -, **a Diretoria-Geral instituiu, por meio da Portaria DGER nº 5142, de 2013, Grupo de Trabalho incumbido de adotar as providências cabíveis para dar cumprimento ao supramencionado acórdão.**